UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

BEATRIZ CARVALHO DOS SANTOS

Memórias do Ultramar

Os escritos sobre a "Guiné de Cabo-Verde" e a influência dos processos de crioulização. (Séc. XVI e XVII).

Juiz de Fora - MG
Agosto/2017

BEATRIZ CARVALHO DOS SANTOS

Memórias do Ultramar

Os escritos sobre a "Guiné de Cabo-Verde" e a influência dos processos de crioulização. (Séc. XVI e XVII).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profª Dra. Carla Almeida

Juiz de fora - MG
Agosto 2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho dos Santos, Beatriz.
Memórias do Ultramar : Os escritos sobre a “Guiné de Cabo Verde” e a influência dos processos de crioulização. (Séc. XVI e XVII). / Beatriz Carvalho dos Santos. -- 2017.
206 f. : il.

Orientadora: Carla Maria Carvalho de Almeida
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. História da África. 2. História do Atlântico. 3. Senegambia. 4. Cabo Verde. 5. Identidades. I. Maria Carvalho de Almeida, Carla, orient. II. Título.

BEATRIZ CARVALHO DOS SANTOS

Memórias do Ultramar

Os escritos sobre a "Guiné de Cabo-Verde" e a influência dos processos de crioulização. (Séc. XVI e XVII).

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de DOUTORA EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora 01 de Agosto de 2017.

Banca Examinadora

_____

Profª Dra. Carla Almeida (UFJF) - Orientadora

_____

Prof° Dr. Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)

_____

Prof° Dr. Roquinaldo Ferreira (Brown University)

_____

Profª Dra. Vanicléia Santos (UFMG)

_____

Pro° Dr. Angelo Carrara (UFRJ)

Ao professor Francisco Cosentino, Chicão

In memoriam.

Agradecimentos

A conclusão desta tese de doutorado não teria sido possível se não fosse pela ajuda de muitas pessoas e instituições nos últimos anos. Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e a professora Carla Almeida, pela aprovação e aceite em me orientar, sei do desafio que esse trabalho representou. A CAPES pela bolsa de doutorado, sem a qual não teria sido possível continuar, mas também pela bolsa PDSE e o financiamento do meu período na Brown University, que mudaram não apenas o rumo deste trabalho como com certeza minha vida. Ao professor Roberto Guedes pelas leituras desde as reuniões do ART, congressos e participação nas bancas de qualificação e defesa, os caminhos dessa tese foram tomados com base em muitos de seus apontamentos. À Brown e toda a sua beleza e magia me faltam palavras, foram meses de muito aprendizado e a saudade é imensa. Ao professor Roquinaldo Ferreira, pelo carinho, simpatia e receptividade, sem dúvida, sou uma pessoa de muita sorte por ter mestres tão maravilhosos em meu caminho. Aos colegas de doutorado, que dividiram angústias, Rafael, Fabiano, Hugo, sempre aprendi muito com vocês.

À dona Catarina pelo investimento durante toda a vida na filha teimosa que tem, pelo amor incondicional e todos os sacrifícios feitos para que eu pudesse estudar. Ao seu Wilson por ter me dado muito mais do que lhe deram, à amizade e amor. Ao Wilson Jr, preto, você faz meus dias mais engraçados e alegres. Ao Jon e a força desde o mestrado. À Danizinha que sempre se dispôs a me socorrer e abrigar em sua casa. Ao Thiago pela paciência em ler um trabalho longo com toda atenção e carinho do mundo. Aos meus amigos que foram pacientes na minha ausência e tantas vezes escutaram meus dramas do doutorado. Luana, Fernanda, Márcia, Tamara, Carol, Ivo e Alê. Aos pareceristas que foram duros nas críticas aos meus artigos, mas que me apontaram caminhos importantes para continuar.

Não tenho como terminar de outra forma a não ser agradecendo a pessoa que motivou ainda no início essa pesquisa: o professor Francisco Cosentino. Todo o carinho, atenção e dedicação em seus anos como orientador e depois como amigo foram muitas vezes o diferencial entre desistir e continuar o trabalho. A leitura sempre atenta, mesmo quando o tema lhe fugia, as palavras de incentivo e os elogios difíceis de conquistar, foram, em cada momento dos últimos dez anos, cruciais. A tristeza pelo choque de sua partida tão cedo, em especial antes da defesa dessa tese foi um golpe difícil de superar, mas é pela promessa de mantê-lo vivo nos trabalhos de seus eternos orientandos da máfia Cosentino, que hoje finalizo o que começamos nas salas do DHI na Universidade Federal de Viçosa. Minhas saudades serão eternas e sempre doloridas Francisco, pelo vinho que nunca tomaremos na Lisboa que sempre combinamos, mas você sempre estará lá nas nossas lembranças. Por fim e é a você que dedico integralmente esse trabalho. Meu imensurável, MUITO OBRIGADA.

"... virem com muitos bons costumes e serem muito mansos, benignos e bem acondicionados; imaginarem que são hóspedes e peregrinos e que estão em terras alheias, das quais os negros os privou do domínio delas ou daquelas regiões."

Francisco de Lemos Coelho, 1684.

"A dream is not reality, but who is to say which is which"

Mad Hatter

Resumo

A primeira experiência portuguesa na África abaixo do Saara, ainda em meados do século XV, foi marcada pela presença em duas regiões que vieram a formar um espaço integrado; neste trabalho chamada de "Guiné do Cabo Verde". Esse espaço compreendia tanto as ilhas de Cabo Verde quanto também a costa da Guiné, entre o rio Senegal e a Serra Leoa, na altura de Cape Mount. Os acontecimentos em ambas as regiões estiveram estritamente conectados, uma vez que nas ilhas o povoamento por portugueses em momento algum se descolou das dinâmicas da Costa. O comércio interligado, a presença de escravos e mulheres que vieram a formar a miscigenada sociedade das ilhas foram alguns desses fatores de coesão. Para além disso, muito do observado na formação social insular, devia-se tanto à realidade africana, quanto ao seu passado histórico, marcado por uma crioulização primária. Nesse contexto, indivíduos como André Álvares de Almada, André Donelha e Francisco de Lemos Coelho foram expoentes de um fenômeno social observado tanto na elite das ilhas, como, posteriormente, em outras sociedades Atlânticas. É sobre suas vidas, contexto, trajetórias e obras que esse trabalho se dedica, pensando a formação de suas identidades e reflexos em seus memoriais, produzidos após décadas como comerciantes no espaço cabo-verdiano-guineense.

Palavras-Chave: História da África, História do Atlântico, Senegâmbia, Cabo Verde, Identidades

Abstract

The first Portuguese experience in sub-Saharan Africa, still in the mid-fifteenth century, was marked by presence in two regions that formed an integrated space, in this work called "Guinean Cape Verde". This area included both the Cape Verde Islands as well as the Guinean coast, between the Senegal River and Sierra Leone, close of Cape Mount. The events in both regions were strictly connected, since in the islands the settlement by Portuguese at no time detached itself from the dynamics of the Coast. The interconnected trade, the presence of slaves and women who came to form the miscegenated society of the islands were some of these factors of cohesion. Moreover, much of what was observed in the insular social formation was due both to the African reality and to its historical past, marked by a primary creolization. In this context, individuals such as André Álvares de Almada, André Donelha and Francisco de Lemos Coelho were exponents of a social phenomenon observed both in the elite of the islands and later in other Atlantic societies. It is about their lives, context, trajectories and works that this work is dedicated, thinking the formation of their identities and reflections in their memorials, produced after decades as traders in the Cape Verdean-Guinean space.

Key Words: African History, Atlantic History, Senegambia, Cape Verde, Identities.

Lista de Ilustrações

1. "Os rios de Guiné" 69
2. "Mapa das Pessoas e Culturas na Alta Guiné e as Zonas de seus Territórios" 88
3. "Mapa de Cabo Verde" 97
4. Genealogia de Almada 118
5. As origens familiares no mundo Cabo-Verdiano-Guineense 131

Sumário

Introdução..... 11

PRIMEIRA PARTE

Primeiro Capítulo

Fragmentos de uma história africana em produções recentes: as possibilidades do estudo em uma cruzilhada historiográfica.

Mentalidades portuguesas na expansão: o comércio Atlântico..... **30**

História do Atlântico, Histórias Conectadas e Global History of Empires..... **42**

Historiografia Nacional: contribuições, debates e diálogos..... **53**

Segundo Capítulo

Uma contextualização histórica e a lapidação de um mosaico cultural

The Western Africa, o Mali e a "Guiné do Cabo Verde"..... **62**

Nomenclaturas de uma delimitação territorial: "Guiné do Cabo Verde" x Guiné..... **67**

A Grande Senegambia: contatos multiculturais **73**

O eixo cabo-verdiano-guineense: um breve histórico de seu povoamento..... **94**

SEGUNDA PARTE

Terceiro Capítulo

Intermediários em um meio multicultural: suas aspirações e bases identitárias

Autores: uma breve introdução de suas obras **114**

Antônio Velho Tinoco e o sonho da Serra Leoa **120**

A construção identitária luso-africana: um problema conceitual **128**

Gaspar Vaz, go-betweens e a materialização do crioulo da Guiné do Cabo Verde **139**

Quarto Capítulo

Fontes conhecidas e novas abordagens: as minúcias dos escritos

O valor da escrita e a questão das autorias..... **148**

A escrita Religiosa..... **155**

Meandros da escrita, filtros nas memórias: aproximações e distanciamentos..... **159**

As minúcias através dos silêncios..... **168**

Oralidades Africanas através do discurso da Alteridade..... **176**

Identidades em um Contexto Moderno Ultramarino..... **181**

Considerações Finais **189**

Bibliografia **194**

Introdução

Entre os mais diversos desafios que movem o ofício do historiador, talvez um dos mais estimulantes e ardilosos seja o trabalho sobre as fontes. O ato de fazer falar este elo com o passado, fora de seu tempo, ambiente de elaboração e à luz de tantos conceitos que nem mesmo existiam quando de sua produção, não deixa de ser uma arte. Por si só obriga todo trabalho a um profundo estudo teórico e metodológico, para atingir um estado de igualdade, um filtro mais ou menos ideal para abordar os seus meandros[1]. Essa é uma questão que se apresenta a todo pesquisador que objetiva discutir os acontecimentos passados, ainda que quanto mais distante estes estejam, mais detalhes são acrescentados à preparação de sua abordagem. Situação essa que não foge à regra para qualquer que seja a opção de fonte ao estudo, seja ela escrita ou não, pertencente às emissões de poderes políticos do séc. XVII ou registros notariais do séc. XV. A todos esses arquétipos, seus percalços e descaminhos destinam-se reflexões de inúmeros teóricos já há muitas décadas. Contudo, aos historiadores que se dedicam às temáticas associadas ao continente africano, mais alguns itens são acrescentados a essas reflexões sobre o material de trabalho, especificamente durante os séculos marcados pela expansão marítima dos países europeus. **OBJETIVO**

A própria história do continente africano, por tempos foi negada justamente por não possuir – de acordo com os defensores dessa negativa – fontes escritas produzidas dentro das dinâmicas internas dos grupos que habitavam a região subsaariana.[2] Desde o surgimento dessa premissa até hoje, o debate já progrediu e muito.

Alternativas foram propostas à ausência de registros escritos em línguas locais – inexistência essa que se justifica pela prioridade que davam essas sociedades às tradições orais –, como, por exemplo, as fontes em árabe – muitas encontradas dentro da própria África subsaariana, como em Tumbuctu[3] – e as em línguas europeias, que se tornaram uma

---

[1] Com isso faz-se referência à forma de perceber – em meio aos tantos possíveis materiais que nos fornecem discursos sobre tempos passados –, como esses serviram a distintos propósitos. Entendendo que nunca se encontra nas fontes discursos neutros, mas sempre meios úteis que carregaram implícitos em si determinadas estratégias e práticas. CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre Práticas e Representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª Ed. Difel. 2002. p.17.

[2] Destaca-se sua porção subsaariana devido à predominância das relações comerciais no norte da África seja com o oriente ou com o sul europeu, assim como os registros em árabe fruto dessas interações. M´BOKOLO, Elikia. Estados e Sociedades séculos VII-XV. In: **África Negra: história e civilizações.** Salvador, EDUFBA, 2009. 102-208.

[3] A respeito da importância de Tumbuctu (ou para M´Bokolo Tombuctu) que a retrata ainda no século XVI como "uma cidade intelectual brilhante [...] parecia de resto muito animada por uma vida cultural muito ativa,

alternativa viável para o estudo das sociedades africanas, por meio de registros escritos. Essa última opção sempre esteve longe de obter uma aceitação inquestionável por parte de distintos historiadores[4], mas inúmeros foram os trabalhos que revelaram como é possível tornar inteligível a voz do *outro* nos discursos de alteridade.[5] Estudar a África e sua história passou a ser uma empreitada de diversos campos das ciências, que em parceria entre linguistas, arqueólogos, antropólogos e historiadores, entre outros estudiosos, foram sendo realizadas e mostrando cada vez mais ao mundo o papel crucial e as contribuições variadas do continente a tantas sociedades no decorrer dos tempos. O ponto pacífico da questão ainda mora na ausência de relatos escritos, de próprio punho, por agentes africanos, em línguas locais, que pudessem revelar aspectos íntimos além dos que foram até hoje descritos pelos olhos de seus observadores[6]. É compreendendo os meandros desse debate, que este trabalho se situa.

A abordagem tardia da história da África como campo independente trouxe para os historiadores muitos desafios além da ausência desse tipo de fontes. Como, por exemplo,

---

como testemunha, de acordo com Leão Africano, a importação de obras literárias e científicas da Espanha, do Marrocos, do Cairo e de Bagdá [...] Não era muito raro encontrar nas casas aristocráticas bibliotecas de 700, ou mesmo 2.000 volumes". Demonstrando a circulação corrente de escritos na porção subsaariana, o que não desmente, contudo, que no que diz respeito às suas tradições, a escrita não fosse vista pelas culturas locais como forma de propaga-las. M´BOKOLO, Elikia. Estados e Sociedades séculos VII-XV. In: **África Negra: história e civilizações**. Salvador, EDUFBA, 2009. 149.

[4] Como se tratará adiante, a historiografia africana pode ser dividida em três principais momentos. Sendo nomeado de "corrente de superioridade africana" o correspondente ao período em que seus integrantes partilhavam de uma tentativa intensa de tentar escrever uma história do continente priorizando suas dinâmicas internas. Nessa busca, no entanto, houve uma rejeição das fontes produzidas por europeus dado o inerente olhar eurocêntrico de a seus autores, que prejudicaria toda a análise dos grupos africanos. Para mais a esse respeito: LOPES, Carlos. "A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos". In**: Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África**. Lisboa, Linopazes, 1995.

[5] Sobre toda a problemática e defesa dos devidos cuidados metodológicos, Adam Jones e Beatrix Heintz argumentam sobre as possibilidades do entendimento do outro não europeu por meio da escrita europeia, uma vez que sejam devidamente identificados os filtros existentes no olhar dos autores que descreveram as sociedades africanas. JONES, A.; HEINTZE, B. Introduction. In.: **Paideuma.** vol. 33, 1987. Entre os defensores árduos dessas fontes escritas europeias encontra-se Paul Hair, responsável pela tradução de boa parte das fontes portuguesas para o inglês, segundo o autor as fontes europeias "represent the essential sources for African history". HAIR, Paul E.H. **Africa Encountered: European Contacts and Evidence,** (1450-1700). Aldershot: Variorum. 1997. Outros trabalhos não necessariamente dedicados às questões africanas são também referência nessa questão, como o do historiador Hector Bruit e sua demonstração de como mesmo via narrativas desqualificantes é possível desprender traços culturais das sociedades descritas, realizando um trabalho de confronto de fontes para tal. BRUIT, Hector. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p.77-101.

[6] Nesse sentido, cabe ainda um adendo para trabalhos de extrema significância como o das historiadoras Catarina Madeira Santos e Ana Paula Tavares, que demonstraram sobre seu objetivo de estudo, dos Dembo de Angola, como por vezes a escrita portuguesa também poderia ser apropriada pelos africanos, que configura um novo espectro metodológico para a historiografia africana. SANTOS, Catarina Madeira e TAVARES, Ana Paula**. Africae Monumenta**: a apropriação da escrita pelos africanos. Lisboa: IICT, 2002.

encontrar a melhor forma de nomear agentes e instituições que durante séculos tiveram sua história negada e não foram objetos de estudos pormenorizados[7]. Organismos estes, que com o início do desbravar da história africana fugiam ao que era conhecido nas porções já estudadas do mesmo período. Tornando cuidadoso o trabalho de historiadores para se referirem às organizações sociais que não se enquadravam no que até então já havia sido analisado. Além de lidarem muitas vezes com termos carregados de preconceitos[8].

Nesse sentido, dá-se destaque também ao momento de produção dessas mencionadas fontes escritas, ditas "externas" ao continente, assim como aos choques culturais a que foram expostos os diferentes "eu" e "outro" nos encontros entre europeus e africanos além do Saara. Assim como o subsequente exercício de traduzir a um público distante aquilo que era observado. Frente a frente ao novo – e muitas vezes desconhecido – a saída encontrada pelos cronistas do século XV na África, e posteriormente no Novo Mundo, foi a inversão e aproximação ao que lhes era familiar.[9] Dessa forma é possível compreender como alguns dos termos utilizados por nós hoje para nos referirmos ao continente africano são de matriz europeia[10]. Soma-se a isso também o momento em que se legitimou a adoção de termos como "reis" e "impérios" para a história da África, embora seja necessário pontuar as justificativas históricas para tal, em um período de afirmação da história africana.[11] No processo de

---

[7] Os primeiros trabalhos sobre história da África abordavam a presença estrangeira no continente, devido às ações imperialistas, pois era interessante buscar aquilo que foi executado por europeus durante as colonizações. Esse grupo de estudos, como descrito pelo historiador brasileiro Anderson Ribeiro Oliva "seria identificado pela negação da historicidade dos africanos. De acordo com suas leituras, os homens e mulheres do continente seriam incapazes de fazer e contar suas histórias. Somam-se a esse ingrediente as teorias raciais que classificavam os africanos como primitivos e inferiores". Dificilmente neste período esta não será a lógica utilizada na pesquisa, sendo o estudo da África algo que não dizia respeito aos historiadores, e sim aos arqueólogos, aos linguistas e aos antropólogos. Um dos maiores motivadores dessa postura era Friedrich Hegel, para quem a África era considerada como uma porção a-histórica. OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África em Perspectiva. Brasília: **Revista Múltipla.** Ano IX. Brasília. V. 10, n. 16, Jun. 2004. HEGEL, Friedrich. **Filosofia da História.** Brasília: UnB, 1995. P.50-51.

[8] Tal como ocorreu durante muito tempo com o uso de termos como animistas ou animismo, que nada mais significa do que religiões baseadas em crenças de que a alma não necessariamente habita o corpo de uma pessoa, mas também objetos e/ou animais. Algo observado entre tantas outras religiões. Atualmente, após a desmitificação desses termos, tem sido possível utilizá-los deprendidos dessa carga preconceituosa que pro tanto tempo os habitou.

[9] HARTOG, François. Uma retórica da Alteridade. In: HARTOG, François. **Espelho de Heródoto** – ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte, UFMG. 1999. p.229-272.

[10] No ato de tornar familiar o desconhecido encontrado na África Subsaariana, viajantes valeram-se de termos e estruturas conhecidas do público europeu para descrever o outro. As comparações com reinos, impérios, reis, líderes, limites, fronteiras e formas de poder foram as responsáveis por transportar essas nomenclaturas para sistemas que não os refletiam em terras africanas, tal como eram conhecidos na Europa.

[11] Os estudos desse período, marcadamente dos anos 1950-1970, pertencentes ao que Carlos Lopes definiu como corrente de Superioridade Africana, foi nas palavras de Oliva "articulada no período das independências

firmarem-se como campo historiográfico e creditar-lhes merecida importância, essas adoções foram feitas como forma de ratificar, em diferentes sentidos, sua contribuição. Por isso, é necessário frisar que as menções aos impérios africanos hoje largamente conhecidos, como o Mali, Gana, Ashanti, não necessariamente seguiam as mesmas lógicas institucionais do império português do séc. XV e séc. XVI ou do britânico do séc. XVIII. A respeito do uso da noção e do conceito de impérios nesse cenário, vale destacar o apontado por Josiah Blackmore, sobre as discussões historiográficas que defendem inclusive a substituição da noção de império pela de rede, justamente pela ausência de unidade territorial nos espaços alcançados e ocupados pelos portugueses. No mesmo ensejo, Hespanha observa que o império português no Oriente formava um espaço político descontínuo, mais semelhante a uma rede de relações políticas[12]. Apontando as falhas de noções como a de impérios hegemônicos, algo especialmente válido para as realidades africanas, que possuíam estruturas de poder bastante diferentes.

Como James Sweet apontou, os enfrentamentos também se deram frente às noções de limites e territórios.[13] A submissão a poderes locais, não era determinada pela imposição de barreiras físicas, presença fixa de agentes para supervisionar práticas cotidianas, ou mesmo aceitação de novos hábitos culturais do grupo dominante. No caso do império do Mali, a submissão era reafirmada pelo pagamento de tributos ao *Mansa*[14] e a manutenção do cotidiano de cada grupo era, assim, assegurada. É notável que muitos mecanismos de funcionamento político e social em África possuíam forma diferente de organização ao que

---

africanas e composta basicamente por intelectuais e pesquisadores do continente. Utilizava como "bandeira" maior a retórica de que os africanos possuiriam todas as qualidades apresentadas pelas populações de outros continentes e de que a África, de região periférica, passaria a ser pensada como região central da humanidade" Como Oliva completa, esses estudos não possuíam argumentos equivocados, mas "o sentido ideológico e passional" passou a ser um dos principais marcos dessas pesquisas. OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África em Perspectiva. Brasília: **Revista Múltipla.** Ano IX. Brasília. V. 10, n. 16, Jun. 2004.

[12] Tradução e interpretação do trecho "in the context of the Portuguese presence in Asia, for "the substitution of the notion of empire with that of network.The many spaces occupied by the Portuguese did not form a territorial unity but, on the contraty, a discontinuity . Hespanha makes a similar claim in a comparison of Portuguese and Spanish empire when he notes that "Portuguese empire in the Orient did not constitute ... a single, territorial entity, but a discontinous political space... it was, first and foremost, a non-monotonous network of political relations". BLACKMORE, Josiah. **Moorings: Portuguese Expansion and the Writing of Africa**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2009.

[13] SWEET, James H. **Recriar África. Cultura, parentesco e religião no mundo afro português** (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

[14] O mansa era o nome dado ao soberano do império do Mali, sendo sempre como um título somado ao nome, Mansa Musa, Mansa Suleyman.

era até então familiar aos seus visitantes estrangeiros. Embora seja necessário lembrar que em maior ou menor grau a realidade abaixo do Saara já rondava a mentalidade europeia - diferente do completamente novo "outro" conhecido posteriormente na América. O contato com a região localizada a norte do Saara e consequentemente a coexistência com os saberes dos comerciantes transaarianos fornecia algum espaço para a realidade de grupos africanos no imaginário europeu, que foi posta à prova a partir da chegada dos primeiros portugueses à Senegâmbia. Todavia, frente à dinâmica dos povos subsaarianos, o conhecimento passou à prática.

Sobre as características desses primeiros contatos entre diferentes realidades, quer na África, Ásia ou América, o fato é que foi um aspecto muito caro à expansão marítima europeia[15]. Entre os estudos atuais os processos de mundialização e globalização iniciados no século XVI com a expansão europeia são um alvo expressivo da academia. Tem-se visto cada vez mais em foco e como alvo de estudos, – no que diz respeito aos campos da história do Atlântico e do Ultramar de distintos impérios do período –, a forma como foram transpassadas essas barreiras culturais e o consequente processo de dinamização das interações entre diferentes hábitos e práticas cotidianas[16]. A fluidez característica dos domínios Ultramarinos reúne trabalhos não apenas com relação a seus impactos em sua vertente cultural, como os trabalhos que se dedicam aos hibridismos, multiculturalismo, transculturação e aculturação de povos[17], mas também ao impacto que essas realidades tiveram nas relações de poder e econômicas no mundo moderno. É importante, no entanto, ao discutir essas questões, não cair na armadilha de compreender que somente após o início

---

[15] ALBUQUERQUE, Luís de; FERRONHA, Antônio Luís; HORTA, José da Silva; LOUREIRO, Rui. **O confronto do olhar.** O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas. Lisboa: Editorial Caminho. 1991.

[16] Com relação ao império português, muito desses estudos tem se movido em direção a compreensão expressa por Malyn Newitt de que "the Portuguese empire endured so long was due not Portugal's ability to mobilise state resources or private capital but to the activities of mixed race Portuguese-Africans and Portuguese-Asians who created a whole new Portuguese identity in remote parts of the world and held together an enterprise that, if it had relied on metropolitan effort alone, would have collapsed at an early stage". Ou seja, reiterando um viés interpretativo já preconizado por Gilberto Freyre décadas antes, fornecendo a compreensão do aspecto crucial do papel das atividades que ocorriam para além dos poderes institucionais por meio dos agentes ultramarinos. NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion**, 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005. p.21.

[17] Alguns nomes de referência sobre essas temáticas são os de Robert Young, Paulo Farias, Mary Louise Pratt, Serge Gruzinski, Wilson Trajano Filho e Jaqueline Knorr que discutem essas temáticas dialogando em maior ou menor grau com as questões africanas, mas tomando para si as questões dos reflexos das coexistências e interações culturais.

do período expansionista europeu, que elas ganharam destaque. Diversos historiadores que abordam as realidades africanas chamam a atenção para como esses processos de aculturação – e as diversas variáveis interpretativas do termo – já eram muito correntes entre as sociedades africanas[18].

Embora muito sobre essas relações nas regiões de "fronteira" entre culturas já tenha sido abordado, parece que nos estudos mais recentes a fluidez característica do período moderno ganhou novo fôlego revelando pesquisas que explicam cada vez mais sobre como foi possível aos impérios assegurarem sua presença nos territórios além-mar. O próprio caso português é o melhor exemplo disso, na forma como a ausência de controle direto e conciso sobre toda e cada atividade que se dava nas ilhas Atlânticas, foi ao mesmo tempo motivo de preocupação no início da expansão portuguesa, mas também o componente que permitiu aos portugueses iniciarem relações diplomáticas com os poderes africanos. Com a impossibilidade de transferir instituições e todo o aparato régio para cada novo ponto alcançado nas navegações, os reinóis portugueses tiveram maior autonomia na tomada de decisões[19]. Essa certa maior liberdade deu vez a maleabilização e assimilação cultural entre "eu" e o "outro" durante o estabelecimento gradativo dos portugueses, que por sua vez, ocorreu em diferentes frentes. Tenha sido por meio do grande número de portugueses que nesse processo lançaram-se na África se integrando aos grupos costeiros. Ou por meio dos reinóis estabelecidos nas ilhas de Cabo Verde ou da Guiné, que iam à costa comerciar. Ficando claro que, uma vez "lançados"[20], os primeiros não mais eram vistos pela coroa

---

[18] Toby Green demonstra como a expansão do império do Mali refletiu entre as sociedades da região por ele denominada de "Western África", ou seja, como os processos de aculturação já eram notados muito antes da presença portuguesa na região. GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Ao mesmo tempo, Elikia M´Bokolo abordando a África Negra em sua totalidade também já chamava a atenção para a necessidade de se abandonar a noção da África ser um continente fechado até o início de sua interação com os reinos europeus, que essa noção se assenta ainda na "impressão persistente segundo a qual foram os outros que a procuraram, mais do que ela os procurou", ignorando as relações dialéticas estabelecidas entre poderes após a chegada dos portugueses. M´BOKOLO. Elikia. **África Negra:** história e civilizações. Salvador, EDUFBA, 2009. p. 27.

[19] Este é um fator bastante característico do processo de formação da sociedade em Santiago, como defendido por Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral ao apresentarem como a grande autonomia dada aos reinóis responsáveis pela ocupação da ilha gerou o perfil do morador-armador. Sobre isso ver: SANTOS, Maria Emília Madeira e CABRAL, Iva. "O nascer de uma sociedade através do morador-armador". In: **História Geral de Cabo Verde**. 2ª edição. Lisboa; Praia: IICT/INCCV, 2001. p. 371-430. Volume I.

[20] O significado mais genérico de lançados é o de indivíduos que se lançavam entre os grupos africanos, tornando-se agentes ilegais perante os olhos da coroa portuguesa, por não mais respeitarem as ordenações régias. Há um sem número de estudos voltados para a situação desses agentes e as possíveis variações de seu status, desde os que incorporavam totalmente os costumes da nova sociedade em que se encontravam, até aqueles que mantinham boa parte dos hábitos de origem, chegando ao fim da vida a retornar ao reino. Para uma

portuguesa como súditos do império, mas sim agentes ilegais e passíveis de punição. Muito embora, perante pagamento de multa, alguns indivíduos tenham sido aceitos de volta, após uma longa vida de comércio em África[21]. Essas formas pelas quais a presença portuguesa foi garantida no início da expansão nem sempre agradaram a coroa em Portugal, devido à impossibilidade de controlar o que ocorria além do olhar atento do aparato administrativo régio. Os moradores dessas possessões foram muitas vezes vistos pela coroa como concorrentes diretos no comércio com África. Como podemos ainda inferir do desabafo de André Álvares de Almada em finais do séc. XVI ao apontar que "hoje não vejo senão leis postas contra nós, porque nos defendem que não vão a costa da Malagueta nem da Serra para baixo, sob pena de perdimento de navio e da fazenda, e mais penas crimes"[22].

Por outro lado, foi apenas por meio da presença efetiva desses primeiros reinóis seja nas ilhas do Atlântico ou nas regiões da costa africana que o diálogo contínuo com as autoridades africanas e o ganho de certa confiança foram possibilitados. Resultando na inserção em suas redes de comércio. Aos chefes locais em África, na sua porção ocidental, pouco interessava o estabelecimento fixo dos portugueses em seu território, quando seus mercados tinham muito mais a ganhar com a diversificação de estrangeiros[23]. Era interessante

---

das discussões mais concisas e bem analisada, ver: NAFAFÉ, José Lingna. Lançados, Culture and Identity: prelude to creole societies on the rivers of Guinea and Cape Verde. In: Havik, Philip J. & Malyn Newitt (eds.) **Creole Societies in the Portuguese Colonial Empire**, Bristol, University of Bristol. 2007. SANTOS, Maria Emilia Madeira Santos "Origem e desenvolvimento da colonização: "Os primeiros lançados na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes". In: Albuquerque, Luis de (ed). **Portugal no Mundo**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

[21] Atitude esta que deveria ser comumente empregada por alguns, visto haver na documentação referência a um arrendamento obtido dessa fonte, sobre esses homens que Idílio Baleno chama de "retornados" o autor completa que "prova de que havia essa possibilidade é o facto de tais multas sobre os "retornados" constituírem, inclusive, uma fonte de rendimentos passível de ser arrendada. Porém, sobre a sua reinserção no seio da sociedade pouco se consegue apurar. Estamos em crer que, devido ao facto de precisarem de pagar multas elevadas, apenas aqueles que possuíam grandes cabedais se arriscavam a retomar a vida na legalidade". ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (coord). **História Geral de Cabo Verde**. Volume I. Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

[22] José da Silva Horta em sua obra e análise comparativa entre as versões do relato de Almada, chama atenção para esse trecho presente no manuscrito de 1592-1593, disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, que por não se tratar da versão de 1594, ou seja, a oficial que foi encaminhada a coroa, apresentou o que Horta caracteriza como forma de protesto. Uma vez que se encontra presente apenas em um manuscrito com menor possibilidade de censura. HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

[23] Mark Meuwese ao discutir a presença de ingleses e holandeses no golfo da Guiné chama a atenção para a posição marginal e controlada que os agentes dessas porções europeias desfrutavam em África, em nada podendo ser identificáveis como uma presença forte, ou imperial. A esse respeito Meuwese completa que "this landlord-stranger relationship was an indigenous practice predating the arrival of the Portuguese in West Africa in the fifteenth century". MEUWESE, Mark. **Brothers in Arms, Partners in Trade**. Dutch indigenous

abrir o leque de possibilidades de contatos dos mercados subsaarianos. Dessa forma, os líderes locais prezavam pela manutenção de uma relação hospitaleira, na qual a presença estrangeira era tolerada por tempo determinado. Essa foi inclusive, a chave para o diálogo e início das relações entre europeus e africanos. A compreensão do estrangeiro como hóspede era frequentemente reafirmada, como alertava ainda no século XVII o comerciante Francisco de Lemos Coelho que todos aqueles que ali estabelecessem-se deveriam "imaginarem que são hóspedes e peregrinos, e que estão em terras alheas[24]" e Donelha em 1625, ao dizer que o *farma Xeremambeia*, de Serra Leoa, "disse a António Velho Tinoco, e lhe rogou, que fosse povoar a Serra, que folgaria muito ter os cristãos por hóspedes e vezinhos"[25]. Esta estratégia promovia a não fidelização à apenas um poder europeu, ao mesmo tempo em que os colocava em concorrência pela atenção dos chefes locais. Tal aspecto estabelecia a clara autoridade local sobre a região e servia ainda que fosse apenas como lembrete aos hóspedes de que sua presença não deixava de ser uma concessão[26].

Ainda que a contragosto da coroa portuguesa, observou-se o constante e sucessivo estabelecimento de laços entre os povos costeiros e os homens vindos de Portugal. No caso específico de Cabo Verde, a ser melhor explorado adiante, os casamentos entre reinóis e africanas geraram os intermediários mais característicos da fluidez do Ultramar. Mulatos, mestiços, pardos, mas sempre autodenominados "portugueses" na documentação, evidenciavam a inevitável aproximação e integração entre essas culturas. Elemento constituinte e perpetuador do império português por tantos séculos, embora nem sempre bem quisto pelos portugueses em Portugal[27].

Alliances in the Atlantic World, 1595-1674. Leiden, Brill, 2012. p. 307. Uma análise mais pormenorizada dessas relações também feita por George Brooks e será retomada no segundo capítulo, In: BROOKS, George. **Landlords and Strangers**: Ecology, Society, and Trade in Western. Africa, 1000-1630. Boulder: Westview Press, 1993.

[24] Trecho extraído da versão do relato de Francisco de Lemos Coelho Description of the Coast of Guinea (1684), vol 1. Introduction and English translation of the Portuguese text by PE H Hair, issued for circulation to scholars from the Department of History, University of Liverpool, October 1985.

[25] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné e do Cabo Verde.** (1625). Edição do texto português, introdução, notas e apêndices de Avelino Teixeira da Mota. Notas de P. E. H. Hair. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 114.

[26]Por sua vez os hospedes europeus reafirmavam gratidão a esta concessão por meio de presentes, "Like the English the WIC was forced to adapt to the diplomatic costs and conditions set by the coastal kingdoms. Just as the English the WIC regularly compensated the coastal states in gol dor trade goods in order to establish and maintain a trading fort on their territories". MEUWESE, Mark. **Brothers in Arms, Partners in Trade.** Dutch indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674. Leiden, Brill, 2012. p. 317

[27] Como Maria Manuel Torrão demonstra em seu levantamento da documentação em seu estudo sobre a articulação das atividades comerciais das ilhas, as últimas décadas do século XV foram marcadas por uma

Sobre as questões desses intermediários, caros ao presente trabalho, diferentes vertentes historiográficas adotaram terminologias compostas para se referir a esses homens difíceis de decifrar. Frutos das zonas de fronteiras culturais, que se amalgamaram e geraram hibridismos característicos. Luso-africanos, afro-portugueses, afro-europeus e euro-africanos, que segundo George Brooks, pela própria composição do termo revelam sobre a predominância cultural do agente em questão[28]. Muito embora, um dos maiores problemas dessa historiografia seja a falta de critério no emprego de tais vocábulos, sem uma concreta contextualização sobre a quais grupos identitários se referem. Questões essas todas que renderão linhas e tópicos neste trabalho. A esse respeito, o que se nota normalmente em comum entre esses intermediários é a forma como articularam as diferentes dimensões. As dinâmicas polissêmicas de religiões, crenças, sistemas jurídicos, sempre em volta do vetor aparentemente unificador de todo esse universo Ultramarino: o comércio[29].

Mas se observamos um grande número de estudos que por vezes deixam de explorar o uso dessas nomenclaturas compostas para referirem-se a esses *go-betweens*, também há aqueles que se empenharam em seu estudo detalhado e com nomenclatura própria. O estudo do crioulo, em suas também diferentes formas no mundo moderno, já é velho conhecido nos trabalhos sobre história do Atlântico. A forma como se entrelaça com o tema que será aqui objeto de estudo reside na novidade exposta especialmente pelo historiador Toby Green. Ao

---

grande tensão entre comerciantes reinóis e moradores de Santiago – e consequente aumento no volume de correspondências no período -, uma vez que esses gozavam dos privilégios de comércio exclusivo com a Costa e aqueles almejavam o direito de arrendar as terras da Guiné. Tema ao qual voltaremos a frente. TORRÃO. Maria Manuel Ferraz. Actividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991.

[28] A respeito das crianças geradas das relações com mulheres africanas Brooks argumenta que as crianças possuíam mais familiaridade com as tradições maternas do que com as estrangeiras. Ao que acrescenta "This imbalance is conveyed in the word Luso-African itself, in which the short prefix Luso (derived from Lusitania, the Roman name for the área of Portugal) is combined with the longer African. The same can be said for the words Anglo-African and Franco-African, as well. Eurafrican serves as a generic term". Ainda nesse sentido cabe aqui a crítica do professor Dr. Roberto Guedes, a quem agradecemos o apontamento, de que em geral o prefixo tende a fazer alusão à Europa, mas que acima de tudo, tais termos compostos não existiam no período. BROOKS, George. **Eurafricans in Western Africa** – commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Athens: Ohio University Press, 2003. p. xxi.

[29] Nesse sentido, a historiografia tem trabalhado com o conceito de "brokers" aludindo a essa relação com suas ações comerciais. Sobre isso a obra recente organizada por Toby Green e José Lingna Nafafé apresenta uma série de trabalhos que exploram o conceito. GREEN, Toby and NAFAFÉ, José Lingna (ed.). **Brokers of Change**: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa. New York: Oxford University Press, 2012.

enxergar nas práticas dos cabo-verdianos do século XVII os já fortes indícios dessa identidade crioula, que até então era apenas era observada no século XVIII.

O estudo de Green é um exemplo palpável de uma vertente recente da historiografia que discute o período moderno, caracterizada por abandonar o estudo de impérios como se compusessem realidades apartadas em um mundo interligado pelas navegações. A *connected histories* representada por trabalhos de sanjay Subramanian e Serge Gruzinsky e tantos outros, é a iniciativa dos historiadores do Atlântico de mostrar a forma como eram interdependentes as relações dos agentes de diferentes impérios. As contribuições e continuidades das relações que tinham lugar no mediterrâneo, também são essenciais para compreender muito do que este trabalho visa abordar.

Voltando à contribuição de Green ao presente trabalho, ao compreender os aspectos únicos de uma identidade crioula, o autor mostra a formação desta por meio da história da Alta Guiné e Senegâmbia. Processos que tiveram lugar séculos antes da chegada dos portugueses e que configuraram essa porção de África encontrada por esses, lançaram as bases para a identidade crioula da qual, segundo a interpretação que rege este trabalho, faziam parte os autores que compuseram as fontes primárias aqui estudadas[30].

Como não poderia deixar de ser, ao analisar uma região marcadamente ocupada pelos portugueses, no processo de estruturação das argumentações deste trabalho o diálogo com a historiografia lusitana será forte e constante, embora não limitado a esta. Entre os muitos pontos altos dos trabalhos que lançaram as bases para o estudo das ilhas de Cabo Verde está a renomada coleção, em três volumes, da História Geral de Cabo Verde, com diversas e longas análises sobre a documentação disponível em Lisboa, que foram essenciais ao nosso trabalho. Ressalta-se que as análises pormenorizadas de documentos são sem dúvida o ponto forte da coleção. Especificamente com relação à Guiné e Cabo Verde se dá destaque também aos extensos trabalhos do Almirante Avelino Teixeira da Mota, além da também crucial contribuição de Antônio Carreira, que juntos compõe um valioso referencial para os pesquisadores que se dedicam às temáticas dessas regiões. Não podendo deixar também de lado a menção do trabalho do historiador português José da Silva Horta que ao longo de toda sua carreira dedicou seus estudos a região alvo deste trabalho e as produções textuais

[30] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

resultantes da "Guiné do Cabo Verde". Se possível fosse resumir este trabalho, pode-se dizer que juntamente com as contribuições de Toby Green, situamo-nos entre as análises desses dois excelentes autores e suas obras.

Contudo, cabe uma crítica a historiografia portuguesa no que diz respeito às análises do império marítimo, especialmente sobre Cabo Verde e na coleção do História Geral, já mencionada. A historiografia lusa a que se faz referência aqui seria especificamente às produções a partir das décadas de 1960 e 1970, ainda com resquícios e heranças do período salazarista. Embora como destacado, seu forte seja a análise documental - à qual seus pesquisadores possuem o óbvio acesso privilegiado em comparação aos estudiosos das demais escolas que se dedicam ao império português - em alguns momentos os autores parecem aceitar certas percepções expressas nos documentos, sem maiores questionamentos e críticas às fontes. O olhar excessivamente focado para o caso português, os caminhos até o auge do império, seu período áureo e subsequente declínio, por vezes adotam apenas um prisma de análise que observa o restante do mundo moderno a partir do que ocorria nas dinâmicas internas do reino. Em outras palavras, os acontecimentos que tinham lugar nas possessões durante o período de declínio do império, parecem apenas serem enxergados a partir dos indícios da decadência, nunca como pertencente a outras possíveis lógicas em um mundo que cada vez mais integrava impérios[31] de leste a oeste.[32] Em se tratando especificamente da história da África, sobre a coleção, o que se percebe é muito mais a escrita de uma história dos portugueses em África.

Ainda nessa linha, as contribuições da historiografia anglo-saxã sobre a temática são essenciais ao presente trabalho e iluminaram as reflexões que aqui se pretendem apresentar. Além das diferentes abordagens e leituras propostas, há ainda em termos metodológicos alguns autores chave para a sistematização de nossas ideias. A proposta da *New Imperial*

---

[31] Um dos traços da perda do pouco controle que tinham os portugueses em África, pode ser notado na maior competição entre agentes britânicos, holandeses e franceses. Ou mesmo a proeminência dos agentes locais a partir de meados do século XVI. Em termos historiográficos o reflexo disso, especialmente nas produções lusas, é que esse momento costuma corresponder a uma minimização de estudos. Ao julgarmos pela efervescência de estudos no cenário internacional que se dedicam sobre o assunto dos agentes intermediários fica claro que não é de modo algum um tema findado, uma vez que muitas abordagens ainda podem revelar novos aspectos sobre o tema. Um bom exemplo da receptividade dos temas no cenário internacional é a recente obra de Toby Green e José Nafafé, anteriormente mencionada.

[32] Um exemplo também não muito distante que demonstra com propriedade essas conexões é o encontrado no ensaio SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640. **American Historical Review,** 112, nº 5, Dez. 2007. p.1359-85.

History de Kathelen Wilson, aliando os âmbitos da história social e política ao uso de fontes mais comumente abordadas pela história cultural foi um norte a este trabalho. As linhas que separam os campos de estudo da história não são mais tão fixas quanto outrora. Se uma vez já foram separadas entre história política, cultural, social e econômica, vale retomar o que nos lembrava Xavier Gil Pujol seus limites nunca estiveram tão fluidos[33]. No entanto, está ainda por se tentar empreender trabalhos que proponham o maior diálogo entre essas áreas associando historiografia e fontes.

Além disso, muitas das reflexões apresentadas no decorrer das páginas que seguem foram estimuladas pelo contato com a historiografia brasileira, a qual se fará referência no primeiro capítulo. Por por hora a menção específica é ao trabalho de Luiz Felipe de Alencastro. A percepção das conexões e interdependências existentes nas dinâmicas do Atlântico Sul, percebendo a história do Brasil em contexto amplo e inserida no mundo Ultramarino no qual a América portuguesa fazia parte, são pontos chave para o enfoque dedicado aqui. Em seu trabalho ao dar voz aos agentes que compuseram e movimentaram Atlântico em sua porção sul, o autor possibilitou a percepção destes como partes ativas e integrantes de um processo, ainda que muitas vezes submetidos a certas iniciativas de poderes imperiais[34].

Dessa forma, este trabalho terá como recorte cronológico os finais do século XVI e boa parte do XVII, seguindo o período de produção dos memoriais descritivos[35] de André Alvares Almada, André Donelha e Francisco de Lemos Coelho. Seus tratados diferenciam-se dos demais escritos do mesmo período – e também de períodos anteriores – por portarem detalhadas descrições culturais dos grupos da região da costa, com uma característica que nos parece presente nas três produções, traços de sua identidade crioula. Todos os três provavelmente nascidos em Santiago e com vasta experiência no comércio com a região da

---

[33] GIL PUJOL, Xavier**. Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna.** Barcelona: Publicacions i Edicions Universitat de Barcelona, 2006. p.186.

[34] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos Viventes** – Formação do Brasil no Atlântico Sul séc. XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

[35] A discussão é vasta acerca da melhor terminologia para se empregar sobre os escritos desses homens. José da Silva Horta dedicou boa parte de sua tese de doutorado a justificar os possíveis e contra indicados usos de termos como "tratados", "relatos de viagem", "literatura de viagem", "memoriais" entre tantos outros. Como essa discussão não é parte componente de nossa proposta, irá se fazer uso das terminologias melhor aceitas por Horta: produção textual, tratados e memoriais. A esse respeito ver: HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

Alta Guiné[36]. O recorte territorial de suas obras é comumente referido como descrições acerca dos "Rios de Guiné do Cabo Verde", categoria esta que reflete uma construção geográfica particular característica desses autores, chamados por José Horta de luso-africanos[37]. As trajetórias de vida desses homens, juntamente com seus escritos, situam o presente estudo no limiar dos distintos campos historiográficos até aqui mencionados. Abordados no contexto da expansão portuguesa, mas também da história da África, com presença e papel valiosos nos circuitos do Atlântico e em meio a um entrecruzamento de impérios pela presença primeiro de portugueses, judeus e espanhóis, mas posteriormente - já abrangendo nosso recorte cronológico - acompanhados de ingleses, franceses e holandeses. Dessa forma, a intenção aqui é a de refletir a partir dos trabalhos mais recentes sobre o papel desses agentes intermediários, mantendo o diálogo com os estudos anteriores, especialmente da historiografia portuguesa, reunindo essas linhas de pesquisa para uma questão que lhes é comum. A premissa inicial é a de que da forma aqui concebida, esse meio de entrecruzamentos de identidades, culturas, redes de comércio, impérios e homens moldou os agentes que a historiografia comumente se refere como luso-africanos. Estes deram origem a fontes já bastante conhecidas e que em nossa compreensão podem romper com a forma dicotômica de perceber as fontes de história da África, entre externas e internas.

Em linhas gerais, elencando análises focadas para além do império Português, busca-se olhar para a história das ilhas de Cabo Verde não apenas por seus pontos altos e baixos, mas também para as formas como esses foram articulados por seus moradores e contornados, reunindo seus conhecimentos e contatos na costa, assim como em outros pontos do Atlântico que não Lisboa ou Madrid[38]. Será especialmente pela análise das produções dos comerciantes que redigiram os memoriais mencionados, que se buscará também demonstrar os traços da tão mencionada fluidez cultural característica do mundo Atlântico. Esta que foi elemento

---

[36] Muitos são os estudos que já se dedicaram nas últimas décadas a reunir informações sobre os autores. Entre eles os trabalhos de Avelino Teixeira da Mota, José da Silva Horta e a equipe que se empenhou na realização do projeto em três volumes da História Geral de Cabo Verde. Sem conclusões definitivas, devido a pouca documentação disponível, o que se estima é que tenham os três, provavelmente, nascido em Santiago e comerciado na Costa por períodos entre duas a três décadas de suas vidas.

[37] Horta discute como a referência a região refletia características de seus autores. A expressão "Guiné do Cabo Verde" - não se refere apenas a "um termo geográfico, como qualquer outro, para designar uma região de comércio e de (muito limitada) administração portuguesa" [...] "Essa relação situa-se entre a ordem da realidade e a ordem da ficção ou do 'desejo', ao projectar na Guiné um sentimento de posse: *a nossa Guiné"*. HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p.53.

[38] A referência a Madrid no caso dá-se pelo fato do período abarcar também a união das coroas.

chave para superação de momentos decisivos na trajetória social de Santiago. Aqui referimo-nos a sua inserção em redes de comercio já bastante competitivas com presença de franceses e ingleses ou mesmo suas relações com os lançados que muitas vezes representavam adversário comerciais.

A proeminência de Santiago e das demais ilhas cabo-verdianas esteve ligada aos circuitos Atlânticos, especialmente ao tráfico de escravos. Conforme foram sendo substituídas por pontos mais lucrativos na África estas tiveram sua posição de destaque minimizada, ou ao menos foi dessa forma que boa parte da historiografia se posicionou até hoje sobre o tema. Mas até mesmo as noções ligadas à exportação de cativos vêm sendo revista por estudos mais recentes. Dessa sorte, cabe destacar um aspecto levantado por Toby Green. Muitos foram os avanços feitos entre os estudos sobre a história do Atlântico a respeito do tráfico de cativos, assim como as discordâncias sobre seus números parecem ainda ter muito a percorrer. A organização do Trans-Atlantic Slave Trade Database[39], que se situou entre as correntes que debatem o número estimado de cativos transportados[40], ainda é alvo de muitas críticas por conta de suas lacunas no que diz respeito ao contrabando e viagens ilegais. Nesse sentido, Toby Green faz coro às alegações de Joseph Inikori ao defender, que tais números de escravos exportados para América no século XVI ainda estão muito abaixo do que estimam para realidade da época[41]. Embora o *Database* tenha apresentado uma revisão das estimativas anteriores de Philip Curtin[42], para Green isso ainda não fez jus à necessidade de repensar essas primeiras décadas de comércio. Embora como ele assinale, já seja possível aos pesquisadores inferirem que a "Western Africa" não desempenhou papel de lugar comum no comércio de escravos do Atlântico, ainda que as estimativas utilizadas estejam subestimadas[43]. Inclusive, entre as principais críticas aos trabalhos baseados nesse

---

[39] Sistema de consulta online, que representou um avanço nos estudos sobre o tráfico, sobre os navios que transportavam escravos para diversos pontos do Atlântico.

[40] Muitos são os autores que dedicaram boa parte de suas vidas e estudos a essa questão, mas nos extremos do debate é possível identificar as perspectivas de Joseph Inikori e Philip Curtin, que defendem números mais e menos expressivos aos anos da escravidão transportada pelo Atlântico, respectivamente.

[41] INIKORI, Joseph E. Review of David Eltis and David Richardson "Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database". **The Journal of Economic History**, 71, p. 249-251, 2011.

[42] CURTIN, Philip D. **The Atlantic Slave Trade**: a Census. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin, 1969.

[43] Tradução livre "It is still possible for scholars to imply that Western Africa was not a region where enslavement for the Atlantic trade was commonplace. Moreover, these figures themselves still represent significant underestimates". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.8.

imenso banco de dados, está a preocupação excessiva à quantificação, excluindo questões igualmente importantes, tais como as abordagens institucionais e a própria questão dos hibridismos culturais. A valia do Trans-Atlantic Slave Databases não está aqui em discussão, pois se trata de um banco de dados fundamental. No entanto, seu uso para a escrita de uma história muito estrutural e de cima para baixo não é o único paradigma possível, visto a gama de possibilidades que esse período oferece para diferentes abordagens. Como se pode notar, é possível especular que até a compreensão hoje disseminada sobre o lugar da região da África Ocidental venha a ser revista no que diz respeito ao comércio de escravos e sua importância no Atlântico refletida em números do tráfico.

Assim, embora a questão já tenha sido abordada por diferentes autores pertencentes a variadas escolas, nas leituras de fontes e bibliografia até aqui empreendidos, pontos ainda parecem necessitar serem ligados. A contribuição deste trabalho não visa residir em revelar novas fontes para estudo dessa porção da África, mas demonstrar como traços de seus escritos e trajetórias diferenciaram suas obras, revelando aspectos do crioulo ressaltado por Green. Em outras palavras, creditando a essas fontes tão – largamente conhecidas e utilizadas para o estudo da África –, a defesa de um lugar de reconhecido destaque ao seu contributo, como sendo resultado das dinâmicas internas de África. Se a fluidez das múltiplas identidades já discutidas no Ultramar foi crucial para a constituição dos impérios globais, ela também produziu fontes que, assim como seus agentes, devem ter sua maleabilidade reconhecida. Rompendo com a exclusiva noção de produções externas à África.

Assim sendo, reunindo as não poucas aspirações até aqui apontadas, os capítulos serão organizados de maneira a elaborar a legitimação da premissa supramencionada. O primeiro capítulo visa trazer à discussão os debates mais recentes a respeito da história do Atlântico e dos Impérios, no que diz respeito ao estudo da África, considerando tanto o âmbito nacional quando as produções estrangeiras. Iniciando pela já conhecida história da expansão marítima portuguesa, mas resgatando suas ligações com o Norte da África e os aspectos que mantém ligação direta com os acontecimentos que se desdobraram nos séculos seguintes. Abrangendo de maneira mais ampla o início do povoamento de Cabo Verde e a estruturação da sociedade das ilhas. Espera-se também apresentar a afinação à ideia da Nova História Imperial de Kathleen Wilson, entre outros trabalhos que seguem a linha por ela proposta. Ainda nesse capítulo a ideia é fazer o *link* com as contribuições da historiografia

brasileira tendo em vista os estudos a respeito da presença no Brasil dos escravos africanos e o funcionamento do Império Português. Abordando os trabalhos que discutem as formas de pensar o mundo Ultramarino no período, como o Brasil e as lógicas do Antigo Regime nas diferentes porções do Ultramar.

O segundo capítulo almeja mostrar o desenvolvimento do espaço geográfico da região chamada pelos autores de "Guiné do Cabo Verde" (Senegâmbia, Alta Guiné e Cabo Verde). Para isso, voltando aos seus aspectos históricos, passando às configurações da sociedade e seu desenvolvimento no recorte cronológico do trabalho, até a fragmentação desse espaço. Abordando os processos internos da região africana, o contexto macro, como cada momento e tempo contribuiu para tornar a região receptiva às assimilações culturais, dado toda a existência prévia do contato com o comércio transaariano, entre outros fatores. Ao final do capítulo será o momento de voltar à atenção especificamente para as ilhas e a sua formação social, relação com a coroa portuguesa, transgressões as imposições régias.

Já o terceiro capítulo se dedica, especificamente, à vida e trajetória dos autores, assim como o meio social em que se inseriram. Iniciamos com a apresentação dos autores, o compilado do que se pode reunir a respeito de suas trajetórias e a reconstrução do que pudemos rastrear sobre suas vivências. Em seguida expomos o projeto cabo-verdiano de colonização do território entendido à época como Serra Leoa, suas motivações, origem e breve histórico. Finalizando o tópico com algumas considerações sobre a importância da União Ibérica nesse período e o estimulo de Felipe II à produção de obras como forma de manter contato com diferentes domínios. O terceiro tópico apresenta uma reflexão crítica sobre os termos compostos utilizados para referir aos casos semelhantes ao dos autores e sua aplicação no presente trabalho – termos tais como o de luso-africanos, afro-portugueses, euro-africanos etc. e a construção identitária por detrás dessas nomenclaturas, já discutidas pela historiografia. Por fim, há a apresentação e análise do caso de Gaspar Vaz e demais go-betweens presentes no meio multicultural da Guiné do Cabo Verde, que parecem-nos ilustrar com clareza o argumentado sobre a materialização da identidade crioula.

No quarto capítulo a proposta distingue-se devido à metodologia empregada. Partindo das análises do discurso, formas de se posicionar, aproximações e distanciamentos dos autores com relação ao que descrevem. Por meio desses aspectos, visa-se mostrar os pontos fortes das obras. Analisando as versões existentes dos escritos, localização, edições, assim

como acesso em âmbito nacional. Dedicando também um momento a análise sobre como as formas de ver o "outro" (com base na proposição do Todorov) são diferenciadas nos escritos dos autores. Atentando para momentos em que não apenas reconhecem e aproximam-se do que descrevem, mas as brechas para dar voz à perspectiva africana sobre os acontecimentos descritos. Há ainda de se ressaltar como essas fontes comportam relatos de tradições orais correntes entre africanos, algo que se crê serem possíveis devido a sua posição como agentes inseridos no contexto em que descrevem.

Dessa forma, começamos por discutir o conceito das autorias no período moderno e as funções possíveis das produções escritas à época. Passando a um breve comparação e contextualização com os escritos religiosos, utilizando a *Etiópia Menor* do padre Manuel Álvares como respaldo para os paralelos traçados. As análises sobre as aproximações, distanciamentos, os silêncios estratégicos nas fontes e a presença de traços da oralidade africana dão continuidade ao capítulo. Uma última reflexão sobre o lugar das identidades no Ultramar Moderno encerra o capítulo. A estruturação dos capítulos foi pensada para lançar, nos dois primeiros capítulos, o escopo essencial para embasamento das análises que seriam desenvolvidas nos dois capítulos finais. Por esse motivo, a tese também foi dividida em primeira e segunda parte, possuindo, cada uma, dois capítulos, respectivamente.

Primeiro Capítulo

Fragmentos de uma história africana em produções recentes: as possibilidades do estudo em uma cruzilhada historiográfica.

1. Mentalidades portuguesas na expansão: o comércio Atlântico

É comum observarmos entre os trabalhos sobre a era Moderna, o enfoque dado ao início das navegações pelo Atlântico, especialmente quando considerado como o marco que encerra a época medieval. Não obstante, como já dito há décadas por Fernand Braudel, hoje é claro aos historiadores que tais mudanças não foram jamais possíveis por meio de rompimentos abruptos, mas sim graduais e mantendo uma série de continuidades[44]. Muito embora, como já analisou Luís de Albuquerque, as navegações tenham abalado aspectos chave da cultura europeia. Pois foi contraposto hierarquicamente, pela primeira vez, os saberes dos pensadores das universidades à experiência prática de pilotos, marinheiros e navegadores, até então tidos em baixa conta quando contrapostos aos primeiros[45]. Ainda assim, é necessário o cuidado para não compreender esse marco das navegações iniciadas no Atlântico como a abertura de um período onde tudo o que dele decorreu foi novidade, ofuscando a ação de agentes menores que há muito atuavam para o desenrolar dos acontecimentos. Especialmente no âmbito econômico, no qual o estabelecimento de relações com povos africanos e asiáticos se deveu à já existente experiência nas transações mediterrânicas e transaarianas.

O fato do período representar um marco inicial de um período excepcionalmente grandioso na história de Portugal, talvez justifique a forma como muitos trabalhos sobre o começo da saga expansionista portuguesa insinuem ineditismos nunca antes imaginados. O que se reforça com a historiografia recente é que muito do que se imagina novo já possuía correspondentes no comércio transaariano ligado ao mediterrâneo. Em especial os trabalhos que se dedicam às redes comerciais em África, que tinham entre seus protagonistas a ação de judeus, abordam que "este papel sugestivo dos judeus ibéricos ilustra como em grande parte

---

[44] Muito dessa leitura feita graças aos contributos do trabalho de Fernand Braudel. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

[45]De qualquer modo, não pode deixar de se reconhecer que a amplitude dos Descobrimentos alterou o pensamento do mundo. Os relatos mais ou menos imprecisos das viagens corriam a Europa, eram avidamente lidos, alteravam os esquemas tradicionais de pensar. O Atlântico e o Índico, por exemplo, já não eram mares fechados, como ensinara Ptolomeu, apenas conhecido no Ocidente desde o início do século XV. ALBUQUERQUE, Luís de. **Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses**. Lisboa: Veiga e Antunes, 1983. p. 122. Ver também, SOARES, Luís Carlos. Do novo mundo ao universo heliocêntrico: os Descobrimentos e a Revolução Copernicana. São Paulo, Editora HUCITEC, 1999.

da África Ocidental, algumas redes familiares integravam o antigo comércio mediterrânico com o novo vivenciado no Atlântico".[46]

O próprio imaginário europeu que rondou o continente – antes do início dos contatos diretos empreendidos por Portugal com o norte africano –, sempre concebeu os povos que viviam à altura do equador associados a conceitos fortemente religiosos, sendo esta uma das características mais marcante do período medieval português. A própria denominação dada a esses povos, como etíopes,[47] carregava consigo tais preceitos. Dessa forma, vale sempre reforçar que as interações com a África antecedem o período das navegações pelo Atlântico e que por meio daquelas, muitos conhecimentos já eram familiares aos portugueses, como, por exemplo, a influência e presença da religião islâmica. Logo, a proximidade entre os dois lados do mediterrâneo e suas transações comerciais – sempre associadas às trocas de saberes e cultura -, permitiam aos envolvidos algum entendimento sobre muito além do que o que ali acontecia. Por esse motivo, historiadores como Tzevetan Todorov assinalam para o fato de que o choque cultural decorrente do encontro entre europeus e ameríndios no Novo Mundo foi diferenciado, justamente pelo desconhecimento mútuo da existência uns dos outros. O que sabemos ser o caso dos grupos subsaarianos, que embora não estivessem em contato direto com os portugueses até meados do séc. XV, já pertenciam ao seu imaginário visto o que era disseminado pelos comerciantes transaarianos. Por esse motivo é possível compreender toda a produção artística que representa o distante africano, já que a região situada abaixo do Saara, somente existia para os europeus, nas imagens criadas pelas lendas e suposições dos seres que habitariam a região dos trópicos[48]. Dessa forma, somou-se a este

---

[46] Tradução do trecho "This suggestive role of the Iberian Jews illustrates that across much of West Africa at least some familiar networks integrated the old Mediterranean trade with the new Atlantic Africano one". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.73.

[47] "Do termo etíope (de aethiops = face queimada) coexistem dois significados dominantes na Idade Média (bem como na Antiguidade): por um lado são etíopes o conjunto dos povos submetidos aos rigores do sol; por outro é a designação espontânea do Negro como tipo mais característico desde grupo humano. [...] A assimilação do Etíope à negritude do demônio está relacionada com a estadia prolongada deste no Inferno, mas também com a evocação pela cor negra, das consequências do calor da zona tórrida donde provém o Etíope". In: ALBUQUERQUE, Luís de; FERRONHA, Antônio Luís, HORTA, José da Silva, LOUREIRO, Rui. **O confronto do olhar.** O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas. Lisboa: Editorial Caminho. 1991. p.47.

[48] DESTRO, Letícia C F. **Serão todos filhos de Adão?** A invenção da África Negra pelo imaginário cristão a partir da literatura de viagem e cartografia dos séculos XV e XVI. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS (dissertação de mestrado). 2012.

olhar dedicado por europeus à região subsaariana a própria questão do perfil cultural português.

Como defendido por Antônio Rosa Mendes o maior traço da modernidade, que foram as navegações, chegouram à Europa por meio da mais singular sociedade, pois, o modo português de conceber o mundo ainda se apoiava em premissas fortemente religiosas. Assim, para o autor, com o avançar dos séculos e o início das navegações, Portugal entrou em conflito com a onda humanista que se instaurava sobre a Europa e nesse processo de assimilação à modernidade, apresentou um perfil diferenciado[49]. Para Mendes, o catalizador dessas transformações foi o impacto dos novos contornos que ganhou Portugal com a expansão marítima, embora, como já destacado, não se possa caracterizar essas novidades como sintomas de um processo de ruptura total de mentalidades. Observa-se em Portugal uma interessante fusão: a recepção da sociedade portuguesa com as novidades trazidas pelas navegações por uma ótica classicista e medieval. Ainda que o fenômeno das navegações e consequente chegada a terras até então desconhecidas pelos portugueses, fossem considerados um marco da modernidade. Assim, Portugal recebeu os primeiros traços humanistas, mas a assimilação destes se dava em um contexto de ideias ainda reprimidas, pela sociedade como um todo. Em linhas gerais, nota-se em Portugal um cenário de coexistências, bastante característico de um período de transição, marcado por mudanças. Estas que devem sempre ser analisadas sob os cuidados de se lidar com um contexto distante, para não cairmos no erro de considerar tudo absolutamente novo, com percepção da relação dialética entre rupturas e continuidades.

Um exemplo bastante palpável desse amálgama se reflete nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara, cronista real que narrou os feitos do Infante Dom Henrique. Na Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné, de 1448, Zurara enumera os motivos para realização das navegações pelo Atlântico. Nelas estavam: o desejo de conhecer as terras além das Canárias e Cabo Bojador, a vontade de encontrar cristãos e portos para estabelecimento de relações comerciais, avaliar os perigos e poderio islâmico em terras africanas, busca por

[49]Mas, se a tardia e lenta progressão do classicismo de matriz itálica conferiu à vida cultural portuguesa do tempo de D João II e D. Manuel I um cunho relativamente anacrônico a arcaizante no contexto europeu, não é menos verdade que esse defasamento actuou em sentido inverso no que toca ao outro factor, já aludido: os descobrimentos marítimos. MENDES, Antonio Rosa. A Vida Cultural. In: **História de Portugal** – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Editorial Estampa.1993. p.335.

príncipes cristãos que pudessem ajudar na luta contra esses inimigos da fé e, por fim, o desejo de acrescentar a fé cristã quantas almas quisessem se salvar[50]. O forte cunho religioso marca toda a narrativa e é associado a um claro ideal de cavalaria, que tinha por objetivo narrar os feitos além-mar, sem dar prioridade as novas terras com que se tinha contato. Algo que reflete em muito esse período de transição.

Corroborando essas noções, o historiador britânico Charles Boxer considerou que entre os fatores que levaram ao empreendimento das navegações vale o destaque aos "quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses" que seriam respectivamente em "ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos degraus": o empenho na cruzada contra os infiéis do islã, os anseios sobre o ouro da Guiné, a crença na descoberta do reino cristão do Prestes João e as especiarias orientais.[51] Sobre essa síntese de Boxer ficam claras as ambiguidades dos anseios portugueses - aparentemente sempre divididos entre econômicos e religiosos - que somados a uma mentalidade ainda com traços medievais, passava por novos enfrentamentos. Contudo, Portugal durante todo esse processo inicial de sua saga expansionista recebeu substancial apoio papal. Por meio das bulas, tratados e demais intervenções, lentamente o imaginário eurocentrado, do direito sobre as terras desconhecidas - e sobre o *outro* que diferente do *eu* só poderia ser inferior - foi sendo construído[52]. Como assinala Boxer "o efeito cumulativo das bulas papais foi o de dar aos portugueses – e, no devido tempo, aos outros europeus que os acompanharam – sanção religiosa a uma atitude

---

[50] ZURARA, Gomes Eanes de**. Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

[51] BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.34.

[52] Entre as bulas referidas por Boxer destaca-se, por exemplo, os objetivos da Dum Diversas de 18 de junho de 1452 "na primeira, o papa autoriza o rei de Portugal a atacar conquistas e submeter sarracenos, pagãos e outros infiéis inimigos de Cristo; a capturar os bens e os territórios a eles pertencentes; a reduzi-los à escravidão perpétua e a transferir suas terras e propriedades para o rei de Portugal e seus sucessores. [...] A referência a pagãos e a outros inimigos de Cristo por certo deve dizer respeito à população do litoral saariano e aos negros da Senegâmbia, com quem os portugueses já haviam entrado em contato" e a Romanus Pontifex de 8 de janeiro de 1455 "Exaltam-no pelo seu desejo de tornar conhecido e adorado o nome glorioso de Cristo mesmo nas regiões mais remotas e até então desconhecidas, e de obrigar os sarracenos e outros infiéis a entrar no rebanho da igreja. [...] O príncipe é autorizado a submeter e converter os pagãos (mesmo os que não estivessem manchados pela influência muçulmana) que pudessem ser encontrados nas regiões entre o Marrocos e as Índias" (grifos da autora). BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.37

igualmente dominadora com relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade"[53].

O anseio imperativo de Portugal frente aos povos que iam se tornando conhecidos conforme o progresso das navegações, precisou ser lentamente - quiçá forçadamente - desconstruído. Muito embora, em termos políticos, o ideário até então erigido contribuísse para a noção de uma história almejadamente repleta de confrontos que acabariam por resultar na soberania portuguesa, o encontrado no desconhecido Atlântico desmitificou essas ambições. Os anseios sobre as navegações carregavam ainda aspectos cruzadistas, possível de ser notado especialmente na forma de ler e classificar os povos que se foi gradativamente passando a conhecer. Antony Disney nesse sentido nota que a luta global entre cristianismo e islão era o principal vetor sobre o qual os portugueses contemplavam o início da expansão, esperando enquadrar os povos asiáticos, africanos e ameríndios nos preceitos familiares às instituições europeias. Já nomeadamente no que diz respeito a religião "os portugueses categorizavam os povos que descobriam consoante professavam o islão, o judaísmo ou alguma forma de cristianismo – isto é, consoante fossem povos "do Livro" com uma tradição bíblica, ou meramente gentios (idólatras)[54]". No caso africano o autor completa que a opção feita para a caracterização religiosa foi também a de termos como "feitiçaria", que acabaram por gerar o conceito duradouro de "fetichismo oeste-africano".[55]

Esse traço é bastante evidente, seja nas primeiras descrições do século XV ou mesmo nas posteriores, que é quando se nota o aspecto religioso ainda fortemente presente nas descrições. Frente a práticas religiosas, expressas por ritos ou vestimentas, assim como ritos de cura, há a menção associativa ao "demônio, inimigo do gênero humano"[56], que revelava o entendimento da época sobre a crença africana.

---

[53] BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, *2002*. p.39.

[54] DISNEY, Anthony. A Expansão Portuguesa, 1400-1800. Contactos, Negociações e Interacções. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, Colecção Lugar na História, 2010. p.300.

[55] DISNEY, Anthony. A Expansão Portuguesa, 1400-1800. Contactos, Negociações e Interacções. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, Colecção Lugar na História, 2010. p.301.

[56] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné e do Cabo Verde.** (1625). Edição do texto português, introdução, notas e apêndices de Avelino Teixeira da Mota. Notas de P. E. H. Hair. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 130. Em um dos trechos a respeito dos Bijagós, Almada observa que "Falam com os demônios todas as vezes que querem, principalmente quando hão de ir fazer guerra, e os invocam, e da maneira que lhes parecem assim se contrafazem. E untando-se com almafra e gesso, que há

Sobre os reflexos do perfil português no âmbito político e econômico, o historiador português Luís Filipe Thomaz acrescenta que essa postura em parte pode ser justificada pelo paradoxo de ter sido Portugal o responsável pela vanguarda da expansão. Haja vista que em praticamente todos os aspectos Portugal apresentava ligeiro atraso com relação aos demais reinos europeus. Segundo o autor existe uma tendência em se interpretar a expansão marítima como o início da expansão do capitalismo, porém isso não se aplica a Portugal.[57] Ainda que suas relações expansionistas tivessem começado muito antes de todos os demais países europeus, esta característica, para Thomaz, seria mais "um derradeiro episódio da história medieval".[58] Para ele, os anseios iniciais da expansão estariam mais ligados ao das cruzadas da Idade Média do que qualquer espécie de característica Moderna. Thomaz ainda alude em sua obra para a forma como no caso português, não era a burguesia a parcela da sociedade mais interessada no sucesso das navegações, mas sim a nobreza, visto que os lucros das navegações eram direcionados à manutenção dos privilégios desta. Ao que Francisco Ferreira Lima completa que a atuação da nobreza portuguesa no ultramar foi realizada com tal voracidade comercial que acabou por inibir, em um momento inicial, o desenvolvimento de uma classe mercantil lusitana. Como afirma Lima, "A nobreza fez com tanto esmero o trabalho que, em princípio, deveria caber à burguesia que a essa quase nada restou a fazer. Quando agiu, a modesta burguesia portuguesa o fez com o consentimento do estado, aproveitando de um lado os espaços não ocupados e, de outro, a condescendência real"[59].

---

muito naquelas ilhas, e com muitas penas de aves metidas entre os cabelos, que os trançados, e com rabos de cavalos dependurados ao pescoço botados por detrás das costas, com muitos cascavéis, vão parecendo os mesmos demônios, e dessa maneira vão a guerra". ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594.** Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p.130.

[57] O capitalismo parece, pois, ser no tronco da expansão marítima portuguesa um enxerto – um enxerto que, como frequentemente sucede nos bacelos selvagens, lhe permite crescer e produzir fruto, sem, contudo apagar totalmente certos caracteres atávicos da raiz. THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994. p. 35.

[58] "O paradoxo está no facto de a vanguarda da expansão europeia partir exactamente de um país que praticamente de nenhum ponto de vista se pode considerar a vanguarda da Europa." THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor.** Lisboa: Difel, 1994. p. 28

[59] LIMA, Francisco Ferreira. **O Outro Livro das Maravilhas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998. p.40

O que nos parece ser a conclusão dessas constatações é a clara coexistência entre fases de uma sociedade pré-moderna imbricada em traços medievais. É importante notar como essa peculiaridade da sociedade lusa foi transportada junto com suas embarcações e floresceu em meio as sociedades compostas por portugueses, mesmo como em Santiago, povoada também por escravos e pelos frutos de casamentos entre africanas vindas da costa com reinóis. No caso do arquipélago de Cabo Verde isso será possível perceber por meio do surgimento do arquétipo que Maria Emília Madeira Santos e Iva Maria Cabral chamaram de "morador-armador". Seriam estes fidalgos, cavaleiros, escudeiros, criados do rei atraídos para as ilhas devido aos "privilégios concedidos para habitar as ilhas" que "eram suficientemente lucrativos para atrair fidalgos e escudeiros, não por três, seis ou nove anos, como acontecia pelas partes do Oriente, mas para construir casa, constituir família, organizar clientela, criar gado, arrotear terras, deixar os ossos, se o hábito, a ambição ou o gosto os levassem a deixar-se ficar até ao fim de seus dias"[60]. A elite local, que foi gradativamente assumindo traços de nobreza conforme recebia concessões reais, possuía os meios necessários para realizar a ocupação da possessão portuguesa. Configurando nessa porção do Ultramar uma figura que iria reunir em si, os traços da burguesia e nobreza, dando um poder característico a esses agentes locais[61].

Nesse sentido, a escrita desempenhou um papel de importância no esforço por legitimação de status frente à coroa. A busca por reconhecimento e privilégios passou a ser um dos maiores objetivos dos homens que se lançavam ao mar e às novas terras, a fim de descrever o desconhecido, que poderia interessar à coroa portuguesa e, por vezes, lhe conferir cargos e mercês. Sobre a produção de escritos nessa porção da África esta prática se deu em dois períodos principais segundo definição de José da Silva Horta. Um primeiro 1453-1508

---

[60] SANTOS, Maria Emília Madeira; e Cabral, Iva. O nascer de uma sociedade através do morador-armador. In: ALBUQUERQUE, Luis de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord). **História Geral de Cabo Verde.** Vol I. Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991. p.374.

[61] Sobre os traços característicos dessa elite, as historiadoras completam que "os membros deste grupo social agiram na estruturação da sociedade do arquipélago, nos séculos XV e XVI, como armadores, comerciantes e senhores de terras, controlando e movendo todos os elos que compunham a cadeia do circuito comercial das ilhas de Cabo Verde-costa da Guiné", o ganho desmedido de poder visto serem esses os representantes reais, acabou por gerar efeitos colaterais não previstos pelo poder régio como o ato de "anular as limitações da Coroa ao trato na costa da Guiné e fugir aos impostos reais" utilizando para isso "a corrupção, os conluios, a assimilação dos oficiais régios, as intimidações e finalmente, a utilização da força para os que não se deixavam influenciar". SANTOS, Maria Emília Madeira; e Cabral, Iva. O nascer de uma sociedade através do morador-armador. In: ALBUQUERQUE, Luis de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord). **História Geral de Cabo Verde.** Vol I. Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991. p.384-392.

e um segundo 1578-1684. A primeira que foi abordada em sua dissertação de mestrado era composta por relatos de viagem, cartas, crônicas, relações, descrições, entre tantas outras composições[62]. E a segunda, com mesma composição, na qual se inserem os escritos dos autores nesse estudo abordados.

Sobre a funcionalidade dos escritos no mundo Ultramarino, Ronald Raminelli completa que "o mundo colonial transformado e transportado em papel não interessava somente a Coroa. Vice-reis e governadores também recebiam serviços de subordinados e viabilizavam cargos e mercês concedidas pelo rei". Assim sendo, os escritos de diferentes origens "alimentavam a rede, conectavam os pontos distantes sob o controle dos portugueses. Esses agentes eram indispensáveis ao processo de governar possessões, pois interligavam terras e gentes do império, promoviam os negócios e efetivavam a liberdade régia".[63] Característico de sociedades de Antigo Regime, esse mecanismo de busca e retorno de reconhecimento junto à coroa caracterizou a relação entre reino e conquista. Sobre essa questão voltaremos especificamente ao caso das produções dos comerciantes, abordando sua relação com o poder régio no período de suas produções.

Contudo, o inesperado na odisseia das navegações foram as circunstâncias nas quais o desejo luso de domínio do Ultramar esbarrou na realidade encontrada, em meio a sociedades nas quais todas as normas hierárquicas e institucionais portuguesas, nada representavam. Como veremos a frente ser o caso da presença inicial portuguesa entre as linhagens da costa africana. O curioso sobre estes embates é perceber que algumas dessas situações não eram esperadas pelos portugueses, mas nem sempre foram retratadas pelos historiadores. Nas análises de Boxer é possível observar uma lacuna ao abordar os dois lados dessas relações ultramarinas, com aparente predileção a ação portuguesa. Ao tratar do início das interações amistosas entre europeus e africanos há um destaque para o momento no qual "depois de alguns anos de contato com as populações negras da Senegâmbia e da Alta Guiné, os portugueses compreenderam que podiam obter escravos de maneira mais fácil e mais conveniente por meio de trocas pacíficas com os chefes e mercadores locais"[64], pois "nunca

---

[62] HORTA, José da Silva. A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). In: **Mare Liberum**, 1991, nº 2, p.209-338.
[63] RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008. p.20
[64] BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, *2002*. p. 41.

faltaram, naquele tempo e mais tarde, africanos dispostos a vender seus semelhantes a traficantes europeus, quer fossem criminosos condenados, prisioneiros, os prisioneiros de guerra ou vítimas de feitiçarias"[65]. Contudo, a necessidade de estabelecimento dessas relações diplomáticas foi algo bem mais compulsório do que sua fala sugere.

O controle sobre o Norte da África após a conquista de Ceuta pode ter dado aos portugueses a ideia da possibilidade de imporem sua presença em terras africanas. Assim, quando do encontro com sociedades, que – por mais que fossem descritas como bárbaras, infiéis e demonizadas –, ficou claro aos portugueses que a África não constituía um vazio político, "bem pelo contrário, os seus poderes desempenharam um papel importante na definição dos equilíbrios atlânticos, ainda que não tenham tido meios tecnológicos para projetar as suas forças sobre o oceano"[66].

Fica aparente entre as análises sobre o espaço do Ultramar que, entre as diversas escolhas de enfoque dado a diferentes recortes, nem sempre todos os lados destes são igual e justamente lembrados. Dessa forma, há certos incômodos provocados pela escrita de Boxer ao tratar dessas questões, pois por mais que a história africana não tenha sido seu objeto de estudo, ao lado de muitas das lacunas deixadas é sempre possível encontrar afirmações concisas sobre a ação portuguesa, tais como de que "os chefes e dirigentes africanos eram os que mais se beneficiavam do comércio com os portugueses, e, como já mencionamos, eram quase sempre sócios condescendentes do comércio escravista[67]". Especialmente quando se sabe, tal como Antonio Correia e Silva lembrou em sua participação no *História Geral de Cabo Verde*, que os poderes africanos sempre conservaram-se radicalmente independentes, tendo procurado sempre desenvolver "uma dinâmica diplomática, visando obter delas o estatuto de parceiro privilegiado. A guerra não é, só por si, suficiente; por isso, a ela se adiciona a diplomacia.[68]". Entre as práticas diplomáticas estavam a troca "de presentes, cristianização de membros influentes nas elites locais, apoio fornecido aos reis nas lutas

---

[65] BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, *2002*. p. 41

[66] SILVA, Antonio Correia e Silva. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, IICT/INC, 1995. p. 11.

[67] BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, *2002*. p. 47.

[68] SILVA, Antonio Correia e Silva. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, IICT/INC, 1995. p. 11-12.

interafricanas" que tinham como objetivo a "sedução dos poderes africanos[69]", conforme explorado na introdução. Demonstrando a existência de um entendimento e benefício mútuo entre poderes locais e estrangeiros.

Nas palavras de Ivana Elbl, enquanto autoridades portuguesas visavam o estabelecimento de relações inspiradas nos modelos feudais de vassalagem com poderes africanos, esses por sua vez viam na lógica do parentesco seu correspondente. Contudo, "em ambos os casos, essas relações visavam mais promover os diversos interesses das partes envolvidas do que codificar a superioridade ou inferioridade de sua posição[70]". A posição privilegiada e condencendente das autoridades africanas, como observa Boxer, talvez possa ser inferida se pensarmos o contexto macro de relação estabelecida com os diversos poderes imperiais que chegavam à África. Como Elbl reforça, era necessário aos portugueses que "o princípio orientador na maioria dos tipos de negociações fosse o pragmatismo", uma vez que "os portugueses estavam numa posição muito vulnerável e que não tinham vantagens especiais[71]. Nesses termos "garantir a boa vontade da elite política africana era de importância fundamental para os portugueses. Em primeiro lugar, os governantes eram frequentemente os melhores clientes[72]". Ou seja, se gozavam de um status de maior benefício em um comércio praticado com os europeus, isso se dava devido a sua posição de destaque em suas redes de comércio em África. O ato de serem ou não sócios condescendentes nessas relações comerciais no tráfico de cativos incomoda na fala de Boxer, pela afirmaçãonão ser precedida e nem seguida pela apenas percepção do lado africano nessas transações.

---

[69]SILVA, Antonio Correia e Silva. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, IICT/INC, 1995. p. 12.

[70] Nas palavras da autora "It is in this context that the narrative sources refer to attempts to establish vassal-lord relationships between African political figures and the king of Portugal. A feudal contract was seen as a mutual and honorable relationship: the vassal promised loyalty and support to the lord and his interest, and the lord promised reward, protection, and loyalty to his vassal. In African terms, such relations were often expressed through a kinship metaphor: the vassal would claim to be a descendant of the junior branch of the ruling family or claim such relationship symbolically. In either case, such relations were intended more to advance the diverse interests of the parties involved than to codify the superiority or inferiority of their position". ELBL, Ivana. Cross-Cultural. Trade and Diplomacy*:* Portuguese Relations with West Africa, 1441-1521. **Journal of World History.** Vol. 3. Nº 2. 1992. p. 196.

[71] Tradução livre: "it appears that the guiding principle in most types of negotiations was pragmatism, that the Portuguese were in a very vulnerable position, and that they did not enjoy any special Advantages". ELBL, Ivana. Cross-Cultural. Trade and Diplomacy*:* Portuguese Relations with West Africa, 1441-1521. **Journal of World History.** Vol. 3. Nº 2. 1992. p. 168.

[72] Tradução livre: "Assuring the goodwill of the African political elite was of key importance to the Portuguese. First of all, the rulers were often the best customers. ELBL, Ivana. Cross-Cultural. Trade and Diplomacy*:* Portuguese Relations with West Africa, 1441-1521. **Journal of World History.** Vol. 3. Nº 2. 1992. p. 178.

Em iniciativas mais recentes da historiografia internacional, nota-se um ângulo de análise sobre as relações entre os distintos impérios modernos por uma perspectiva de impérios globais na forma como influenciaram uns aos outros. Para o caso português percebe-se um abandono da noção sobre as navegações e expansão do império, que via nos lusos precursores solitários guiados por visionários como o Infante Dom Henrique e uma cuidadosa e planejada iniciativa da família real[73]. Em sua obra, Malyn Newitt critica e desconstrói o mito do infante, alegando que sua sombra foi a responsável por minimizar o peso dos reais responsáveis pela expansão comercial do século XV. Marinheiros, agricultores emigrantes, comerciantes de escravos, fidalgos, príncipes e estrangeiros, que efetivamente levaram a cabo a expansão e as conquistas[74]. Dessa forma, o autor se integra às correntes mais recentes que compreendem que a iniciativa lusitana só pode ser de fato entendida quando se considera, entre outros fatores "as relações comerciais da Europa com o Oriente, o saldo negativo do comércio e da busca de metais preciosos para cobrir a lacuna de pagamentos existentes, o declínio do Oriente Médio e a mudança da produção de açúcar para o Mediterrâneo Ocidental, com o consequente aumento da procura por terras e trabalho escravo[75]".

Inserido nessa perspectiva a respeito de impérios globais e integrados, o estudo das ilhas Atlânticas também recebeu e ainda desfruta de atenção por parte dos historiadores. Isso se deve em grande parte por ter sido nestas ilhas que as primeiras experiências ultramarinas despontaram. Os primeiros polos para os quais foi transportado o aparato institucional do reino – ainda que precárias e por vezes de forma meramente figurativa –, foram também os pioneiros no recebimento de moradores reinóis, que carregaram consigo os primeiros sucessos e fracassos da construção do império português. Charles Boxer já diagnosticava esse caráter precursor e como era entendido por seus agentes, "a fixação nessas ilhas desabitadas iniciou os portugueses na prática ultramarina, e os colonos foram literalmente

[73] NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion,** 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005. p. 20.
[74] NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion**, 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005. p.46.
[75] Tradução do trecho "Portuguese enterprise can only be understood when seen in the context of Europe's commercial relations with the East, the adverse balance of trade and the search for bullion to cover the payments gap; the decline of the economies of the Middle East and the shift of sugar production to the western Mediterranean with the consequent rise in the demand for land and slave labour". NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion**, 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005. p.20.

pioneiros em um mundo novo. E eles estavam naturalmente conscientes disso, como demonstra o fato de o primeiro menino e a primeira menina nascidos na Madeira terem sido apropriadamente batizados de Adão e Eva"[76].

Como se pode imaginar, uma vez distante das instituições e do aparato sistematizado do reino, esses novos moradores das ilhas criaram sua própria maneira de organizar a sociedade. Com relação à Santigo, Malyn Newitt frisa que o estabelecimento da Ribeira Grande deu origem a primeira sociedade no Ultramar com inclinação independente de expansão "evidenciando um forte desejo de operar sem qualquer controle vindo de Lisboa"[77]. Diversos foram os aprendizados decorridos nas primeiras décadas da expansão, muitos aprendidos a duras penas, outros em caráter mais acidental.

Entre os aspectos que fugiram ao controle régio estava a imprevista concorrência observada por Newitt, entre os interesses da coroa e o dos colonos comerciantes nas ilhas.[78] Paulatinamente o contrabando passou a caminhar lado-a-lado ao comércio oficial e os efeitos oriundos desse processo foram inúmeros, seja para coroa, seja para os moradores das ilhas, mas especialmente para as sociedades africanas, assunto que renderá comentários futuros neste trabalho. Por outro lado, entre os pontos bem-sucedidos estava o sistema de intérpretes organizado pelos portugueses. Na compra e captura dos negros africanos na África Ocidental, passou a ser costume ensiná-los o português e incorporá-los à tripulação dos navios para atuarem como agentes no comércio[79].

Como se pode até aqui concluir, no processo "modernizador" iniciado com as navegações e expansão marítima portuguesa, em muito foi necessário a Portugal e aos portugueses flexibilizarem seu entendimento sobre o mundo e sobre seu poderio. As adaptações e continuidades da forma de compreender tudo o que tomava lugar durante o século XV marcaram os empreendimentos lusitanos pelo Atlântico. Sobre toda essa saga, repleta de detalhes e possibilidades de análise, uma corrente de estudos se articula e reúne vasta gama de estudos sobre as temáticas do Ultramar

---

[76] BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, *2002*.p. 43.
[77] NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion**, 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005. p. 48.
[78] NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion**, 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005. p. 5.
[79] NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion**, 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005. p. 47.

2. História do Atlântico, Histórias Conectadas e Global History of Empires.

Faz-se necessário definir essa vertente de estudos que até aqui se fez diversas referências, a História do Atlântico. O campo assim nomeado emergiu nos últimos cerca de 50 anos como uma área de pesquisa independente, que procura estudar as regiões interconectadas entre América, África e Europa. Entre seus temas de enfoque situam-se pesquisas sobre demografia, migrações, estudos sobre trabalho, escravidão e diásporas. Essa vertente tenta ainda reunir análises que se dediquem às múltiplas realidades do período moderno mostrando as muitas faces "Atlânticas" existentes[80].

Como provoca David Armitage, teria a história do Atlântico "revelado novos problemas ou ajudado historiadores a formularem melhores questões do que as já empregadas pelas áreas de investigação tradicionais?[81]. Para o autor a área estaria dividida em três grandes campos, sendo uma história circum-atlântica, transatlântica e cis-atlântica, que nos últimos anos teriam enfim reunido autores que assumiram seu fetiche atlântico[82]. Nessa mesma linha o autor resgata a definição de Paul Gilroy, que definiu o Atlântico como espaço de crioulização, mestiçagem e hibridismo[83], já apontando para a compreensão atual de um ambiente fluido e multicultural.

Bernard Bailyn, por sua vez, ao definir os conceitos e contornos da história do Atlântico mapeou como desde fins da Primeira Guerra Mundial os estudos históricos acabaram por delinear as necessidades de novas abordagens para temáticas já conhecidas dos historiadores. Segundo o autor:

---

[80] SILVA, Filipa Ribeiro**. Dutch and Portuguese in Western Africa** – Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674. Boston Leiden: Brill. 2011. p. 3

[81] Tradução livre de "Does Atlantic history reveal new problems or help historians to ask better questions than more traditional areas of inquiry". ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (eds). **The British Atlantic World**, 1500-1800. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p 13.

[82] A esse respeito a história Circum-Atlântica seria o estudo do Atlântico como uma zona de intercâmbio, circulação e transmissão, de pessoas, comunidades, ideias e etc. A história Transatlântica se dedica mais a área dos estudos comparados, enquanto a história cis-atlântica trataria de locais específicos dentro de um mundo atlântico, definindo suas singularidades como "resultado da interação entre a particularidade local e uma teia mais ampla de conexões".In: ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (eds). **The British Atlantic World**, 1500-1800. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.17-21.

[83] ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (eds). **The British Atlantic World**, 1500-1800. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p.17.

> As estruturas formais institucionais de governo nos impérios espanhol, português e britânico da época já eram bastante conhecidas. Mas a realidade do pensamento histórico nos anos 1960 e 1970 demandava a necessidade de ir para além das instituições, para as pessoas que controlavam estas estruturas, que as exploravam e as fizeram trabalhar - além da estrutura do poder, em outras palavras, aos usos do poder, aos usuários do poder e a competição de indivíduos e facções pelos benefícios desse poder. E quando este tema - político - surgiu com a sua estrutura independente, foi revelada uma massa de conexões complexas em todo o mundo atlântico que não tinha sido visto antes[84].

Bailyn revela como através das últimas décadas o panorama das pesquisas passou por uma revisão e as análises buscam hoje uma variação em seus enfoques e métodos. Pois "como o próprio Atlântico, o campo é fluido, em movimento e potencialmente ilimitado, dependendo de como é definido"[85]. Esses novos e menores recortes, em meio a grandes noções de impérios e estruturas, ganham ainda hoje cada vez mais espaço, em um diálogo que se estabelece de formas ainda por se descobrir nessa seara de estudos.

Assim, a história do Atlântico tem dado cada vez mais espaço para estudos como o de Filipa Silva, que procura observar em uma mesma região, a atuação de dois poderes imperiais, suas semelhanças e diferenças de atuação institucional e como se davam os diálogos entre esses. Apartando-se dos estudos voltados exclusivamente à atuação de um império e suas conquistas, que intrínsecos em suas análises muitas vezes comportavam discursos em grande parte inebriados pela ação de seus protagonistas. Ao mesmo tempo, também se afirmando mais independente da corrente de estudos com enfoque exclusivo sobre África, sem deixar de manter interação com esta. A história do Atlântico passou a reunir trabalhos como o do historiador John Thornton, notadamente a respeito da cultura africana e importância de suas dinâmicas nos acontecimentos do período moderno, identidades,

---

[84] Tradução livre "The formal institutional structures of government in the Spanish, Portuguese, and British empires of that era had long been known. But for reasons that lay deep in historical thinking in the 1960s and 1970s one felt the necessity to go beyond institutions to the people who controlled these structures, who exploited them and made them work—beyond the structure of power, in other words, to the uses of power, the users of power, and the competition of individuals and factions for the benefits of power. And when that subject—politics—emerged with its own structure, there was revealed a mass of intricate connections throughout the Atlantic world which had not been seen before". BAILYN, Bernard. **Atlantic History: Concept and Contours**. Cambridge: Harvard University Press, 2005. P. 49.

[85] Tradução livre: "Like the Atlantic itself, the field is fluid, in motion, and potentially boundless, depending on how it is defined; that is part of its appeal, but also one of its drawbacks". ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (eds). **The British Atlantic World**, 1500-1800. p.26

escravidão e todos os temas a isso associados que contribuíram para a construção desse espaço integrado do Atlântico. A compreensão dos processos internos decorridos no continente africano, seus reflexos no Atlântico e consequente influência em demais partes onde aportavam os escravos saídos da África Central, são os pontos fortes dos inúmeros trabalhos já produzidos pelo historiador[86].

Outro trabalho de referência nas últimas décadas é o de Serge Gruzisky que ao realizar um estudo de culturas mestiças, analisou como povos indígenas da América Espanhola da segunda metade do séc. XVI apresentavam diversos elementos europeus e o inverso também se aplicava. O historiador mostra como é essencial encarar os processos de mestiçagem em sua complexidade, uma vez que esses seriam os responsáveis pela profundidade de muitas transformações ocorridas nesse espaço de contato do Atlântico, algo nem sempre claro a muitos historiadores. Para ele é necessário "submeter nossas ferramentas de ofício a uma crítica severa e reexaminar as categorias canônicas que organizam, condicionam e, com frequência, compartimentam as nossas pesquisas"[87].

O historiador britânico Toby Green, no entanto, chama atenção para um aspecto importante e pouco explorado nos trabalhos da história do Atlântico. Entre os temas por ela abordados o autor defende um maior destaque não apenas aos temas sobre a história da África e suas dinâmicas internas, mas a forma como seus processos internos refletiram no Atlântico e por ele também foram influenciados. Especialmente se comparado ao ocorrido em outras partes do Ultramar no mesmo período. Para Green, ainda são priorizados os enfoques sobre a história da África a partir das necessidades econômicas do Atlântico, em vez do destaque de como no seio dos grupos africanos foi recebido muito do que ocorria no universo além-Mar[88]. Nesse sentido o trabalho do autor em *The rise of the trans-atlantic slave trade in Western Africa* se destaca por reunir com primazia em uma única obra uma síntese bem argumentada dos eventos ocorridos do século XIV ao XVI e a forma como processos internos

---

[86] Entre os trabalhos que ganham maior destaque na produção do trabalho aqui apresentado, ressalta-se o conhecido nacionalmente THORNTON, John K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico** (1400-1800). Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsivier. 2004. E também dá-se destaque as discussões presentes em outro trabalho bastante importante para os debates sobre o conceito de crioulo: HEYWOOD, Linda M. and THORNTON, John K. **Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundations of the Americas,** 1585-1660. New York: Cambridge University Press. 2007.

[87] GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 55.

[88] GREEN, Tobias. Building creole identity in the african atlantic: boundaries of race and religion in seventeenth-century Cabo Verde. In: **History in Africa**, nº 36, 2009. p. 105.

e externos dessa porção da África interferiram nos rumos de suas sociedades e também na história de diferentes pontos do Atlântico.

A própria história do Atlântico tem cada vez mais procurando se associar a essa forma de compreender a voz dos agentes africanos nos processos ocorridos na vigência do comércio e tráfico de escravos. Nesse ensejo, os próprios estudos africanos do período moderno vêm passando também por uma mudança e reestruturação em suas pesquisas, no sentido de que se tem procurado cada vez mais a voz e ação das sociedades africanas na história até hoje já escrita[89]. Como reforçado por Lisa Lindsay buscando as palavras de Jean-François Bayart "africanos tinham o controle sobre seus próprios destinos, mesmo sob condições de violência e de subordinação". Tenha sido no período expansionista ou durante o colonialista, "as elites africanas cooperavam com os europeus, porque essas relações trouxeram acesso a recursos que poderiam ser usados em seus próprios interesses por riqueza e poder"[90]. Algo que em certa medida já era sinalizado por Charles Boxer, como anteriormente referido. Entretanto, nos estudos recentes há uma legitimação desses meandros, mostrando um grau de igualdade nas relações estabelecidas com os europeus.

Dessa forma, o entendimento que tem norteado os trabalhos dos últimos anos é o da importância de revelar como era estabelecido o diálogo entre agentes no espaço Atlântico, considerando todos os lados envolvidos. Percebendo como contribuíram e estruturaram as relações comerciais, políticas e culturais do período moderno. Nessa linha, o contato com diferentes vertentes de estudo nos possibilitou uma compreensão mais aprofundada da região da "Guiné do Cabo Verde" e das relações estabelecidas nesse espaço. A perspectiva transnacional utilizada por Roquinaldo Ferreira, que ao tratar das conexões entre os dois lados do Atlântico nas redes comerciais, ultrapassou a busca por identificar os aspectos

[89] Nesse sentido o que se observa é um questionamento dos estudos de referência, mas que até hoje retomam a ideia como a proposta no trabalho de Walter Rodney "How Europe Underdeveloped Africa", que credita a situação de pobreza de muitos estados africanos na atualidade ao período de colonização europeia e comércio de escravos. O reforço dado por essas correntes de interpretação da história do continente alimenta um viés que é o que vem sendo revisto e questionado pelos estudos africanos e da história do Atlântico.

[90] Tradução do trecho "Bayart insisted that Africans had long controlled their own destinies, even under conditions of violence and subordination. In trade, colonialism, and beyond, he argued, African elites cooperated with Europeans because those relationships brought them access to resources they could use in their own bids for wealth and power". In: LINDSAY, Lisa A. Extraversion, Creolization, and Dependency in the Atlantic Slave Trade. **The Journal of African History**, vol. 55, pp 136.

econômicos dessas relações, realizando uma leitura do caráter multicultural nelas envolvido[91].

Por meio das reflexões presentes nos trabalhos mencionados foi possível um entendimento de como as questões de natureza cultural estavam imbricadas na realidade comercial e política das relações entre africanos e estrangeiros. Ao propormos a compreensão da identidade dos autores que escreveram sobre a "Guiné do Cabo Verde" como ligada à crioulização percebida por Toby Green, buscou reforçar a existência de uma "agenda própria" em seus interesses. Sem dúvida eram três homens ligados e inseridos em um aparado institucional português estabelecido no eixo cabo-verdiano-guineense que ocupavam um papel de súditos do poder régio português. Mas na percepção aqui defendida, identificar as formas como suas trajetórias demonstram mais do que apenas essa faceta, corrobora como eram estabelecidos os diálogos com poderes locais, gerando benefícios próprios aos interesses dos moradores das ilhas.

Levando em conta o que foi até aqui explorado, tenta-se demonstrar como alinhar a presente compreensão da abordagem desse eixo cabo-verdiano-guineense às diferentes correntes de análise em vigor na atualidade, não tem sido uma tarefa simples. Diversas são as possibilidades de fazê-lo de forma a enriquecer sem turvar o processo de análise do objeto. O desafio consiste em apresentar simultaneamente o espaço e seus agentes na tamanha complexidade do cenário africano, do atlântico e da presença de diferentes poderes europeus, percebendo sua materialização transnacional nos diversos pontos do globo, onde seus reflexos eram sentidos. Ao mesmo tempo, cuidando para não pecar e deter a análise apenas a um estudo unilateral de caso voltado às intervenções de um único poder imperial. É considerando todas essas demandas que a proposta de análise apresentada por Kathleen Wilson, em sua introdução da *A New Imperial History: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660-1840*, também representou um estímulo e um norte a este trabalho. Embora na explanação de sua proposta o objeto alvo da historiadora seja o império britânico, as reflexões são inspiração para uma perspectiva de análise aplicável a infindáveis

[91] FERREIRA, Roquinaldo A. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World**: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

recortes do período moderno. Em especial ao considerarmos que o alvo dos escritos dos comerciantes aqui a serem analisados, eram também um poder imperial[92].

Transpondo o já antigo modelo de compreensão de história imperial – que se baseava na noção de um centro metropolitano, instituições e funcionários responsáveis pela tomada de decisões que ditavam o destino das colônias - e complementando iniciativas revisionistas mais recentes[93], a proposta de uma nova história imperial consiste em uma iniciativa convidativa. Essa se situaria em compreender o império - no caso de Wilson, o britânico - considerando as formas como este foi sendo moldado na medida em que definia seus domínios e ao mesmo tempo redefinia as formas de compreensão do que era Grã-Bretanha, assim como os próprios britânicos[94].

Longe de almejar romper com modelos consolidados, a proposta da autora é chamar a atenção para o fato de que embora se proponha nova, o valor dela reside na premissa de tentar integrar realidades imperiais. Teorizando as diferenças culturais naquilo que é concebido pelas noções de "nós" e "eles", sem pressupor limites e barreiras entre esses agentes. Afinal, compreende essa "nova" história pelo ponto de vista da colaboração de todos os territórios imperiais para a cultura inglesa, desprendidos de noções de delimitações de fronteira, ressaltando seus espaços fluidos de diálogo em que agentes de todo o império, sejam na Grã-Bretanha ou no Ultramar, foram influenciados mutuamente[95]. Para o caso do estudo do recorte desse trabalho a proposição de Wilson parece não apenas aplicável, mas

---

[92] Voltaremos a essa questão em capítulo a frente, mas Almada direciona seu relato ao Rei Felipe II (ou Felipe I de Portugal), Donelha dedica seu memorial ao Governador de Cabo Verde Francisco Vasconcelos da Cunha, enquanto Lemos Coelho dedica também ao Governador, Manoel da Costa Pessoa. Como se nota, todos voltados ao poder régio português.

[93] Fazendo referência aqui, como faz Kathleen Wilson aos volumes de finais dos anos 1990 da coleção The Oxford History of the British Empire, que receberam atenção dos críticos, visto a lacuna deixada com relação aos estudos de gênero, raça e etnicidade.

[94] Como exposto por Alison Games na revisão da proposta de Wilson "This new imperial history is also emphatically a new British history that seeks to explain changes in Britain and Britons alike by understanding the ways in which imperial power, imperial people, and the changed circumstances of engagement around the world together defined and redefined Britain itself. It deliberately inverts the trajectory of the old imperial history, in which the British were capable of imposing their will on subjected people and places, by casting light on how empire defined Britain". A New Imperial History: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660-1840 by Kathleen Wilson. Review by: Alison Games. **The William and Mary Quarterly**, Third Series, Vol. 62, Nº. 4 (Oct., 2005). 782.

[95] Tradução livre do trecho "Above all, a "new imperial history" that defines the proliferation of British peoples, law, customs, religion, and, to a lesser extent, political institutions across the globe and the contributions of these extended territories and peoples to English culture as all part of "British history" necessarily tests and confounds the effort to write "national" history neatly demarcated by territorial lines". WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History**: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 16.

um caminho para demonstrar aquilo que nos parece cada vez mais evidente. Ouseja, a ausência de barreiras fixas que delimitem o que era interno e externo à realidade da região fluida entre arquipélago e Guiné.

Caso bastante representativo dessa premissa e da construção de uma identidade mestiça reside na menção reincidente de termos como "nossa Guiné" e "os nossos", utilizados pelos autores. Em colocações que nem sempre deixam claro quem os "nossos" incluiriam, em especial quando se tratam de interesses comerciais. A posição por vezes de concorrência entre coroa e conquista dá margem para diversas interpretações nesse sentido, que retomaremos mais adiante.

Como se pode observar a compreensão de Kathleen Wilson caminha na mesma direção da que foi proposta pela perspectiva de Jack Greene, segundo a qual os ditos "centros" de poder imperial eram locais muito mais vulneráveis, inseguros e instáveis do que a denominação poderia sugerir[96]. Prezando assim pela perspectiva que ressalta a forma como nos diferentes espaços do império novas formas de compreensão de tempo, espaço e poder se organizavam, diferiam, ou mesmo interferiam, nos planos das autoridades imperiais na Europa.[97] Nesse processo a autora ainda valoriza o poder de contribuição das análises culturais no rompimento de uma visão hierarquizada desses espaços.

A historiadora faz um apontamento importante na discussão sobre uma questão cara ao presente estudo e que vale seu destaque: a construção de identidades no período moderno. Segundo Wilson, as críticas dedicadas a estas, que se baseiam na prerrogativa de um anacronismo histórico sobre a aplicação do conceito para sociedades modernas, considerariam apenas um lado da questão do que seriam essas identidades. Ao considerar as identidades apenas como um ato voluntário "uma forma de constituição do sujeito através de

---

[96] Nas palavras da autora "the unevenness of metropolitan power, the tensions between it and local colonial states, and the disjunctures between metropolitan and colonial intentions, not to mention outcomes, are this serious enough to warrant questioning the usefulness of such essentialist definitions of center or periphery". WILSON, Kathleen. Introduction: histories, empires, modernities. WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History:** Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.17.

[97] "Similarly, familiar and gossip networks maintained by the enslaved or subaltern, taken up with cosmologies and social relations whose relationship to "the center" was obscure, articulated their own notions of time, space, and power which could explode the best-laid plans of authorities. These microhistories of empire's reach and impact are central to new imperial history, no matter how difficult they may be to prise from the narratives or records the more privileged and visible." WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History**: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 18.

ação individual que é almejado por si em vez de imposto"[98], por conseguinte ignora as inúmeras circunstâncias em que os agentes desse período foram alvo de processos coercitivos, nos quais identidades lhes eram impostas[99]. Se para o caso do objeto do estudo de Wilson o peso das instituições escravocratas do século XVIII faziam esse papel de imposição, para a realidade por nós observada, pode-se estabelecer o mesmo paralelo considerando aspectos religiosos[100]. Compartilha-se aqui, a fim inclusive de responder a possíveis apontamentos sobre a problemática da discussão de identidades, que a noção adotada também compreende que estas "eram mais um processo histórico do que uma consequência ou resultado em si, eram fruto de negociações entre concepções individuais sobre si e sobre coletividade, somado a sua equivalência social[101]". Ou seja, considera-se que os diferentes papeis assumidos por esses agentes em seus meios sobrepostos - fossem familiares, religiosos, geográficos, culturais ou sociais - lapidavam suas identidades, percebidas aqui para além das noções contemporâneas. Mantém-se em mente a relação dialética entre essas duas formas de identidade, a que era construída em seu cotidiano e a que lhes era irrefutavelmente imposta.

É sob a inspiração dessa proposta e considerando as circunstancias aqui apresentadas que se almejou construir o presente trabalho, a ser exposto nas linhas que se seguem, considerando a inserção desses agentes no Ultramar como elos constitutivos da compreensão sobre a história desses impérios[102]. Tendo em vista suas relações com as instituições régias,

---

[98] Fala baseada no trecho "Scholars have criticized its overzealous use, arguing that 'identity' is too subjective a category to be analytically useful, that it is anachronistic, a product of the late twentieth-century politicization of the term (as in 'identity politics'), or that, as a psychological construct, it has no purchase within early modern societies as a mode of self an collective location. Yet arguably these critiques depend upon a subjective reading of identity as a voluntary act, a way of constituting the subject through individual agency that is willed rather than imposed". WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History**: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 5.

[99] WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History:** Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.5.

[100] Ver nota 48.

[101] Tradução livre e adaptada "was a historical process, rather than an outcome, a negotiation between individual conceptions of self and collectivity and their social valence". WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History:** Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 5.

[101] WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History**: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 6.

[102] "These kinds of imperial histories certainly cannot replace histories of colonial spaces, but they do emphasize the need to see the two as mutually constitutive, even in their differences, in testimony to the global systems that the British empire created, the collective and entangled collective pass it engendered, and exchanges and hybridities at the heart of one of the most allegedly autochthonous national cultures". WILSON, Kathleen (ed),

a recepção das instruções jurídico administrativas em seu cotidiano, sua interação no espaço cabo-verdiano-guineense e todo eixo comercial ali interligado.

A análise será guiada também pela observação dos intercâmbios culturais e hibridismos advindos de tais relações, visando promover reflexões que somem noções de história social às análises de representações comumente próximas da história cultural, rompendo possíveis premissas de separação entre esses campos. Tal como Wilson já pontuava na introdução do compilado que anunciava sua perspectiva, esse método de interpretação da história não é uma prerrogativa de fácil elaboração, mas somando um estudo de trajetórias dos homens de Santiago e a análise de suas produções anseia-se fazer uma contribuição a essa provocante proposta[103].

Trabalhos com inspiração semelhante já foram empreendidos, assemelhando-se a proposta acima referida. O historiador Sanjay Subrahmanyam em seu estudo intitulado *Roots and Branches: Ibero-British Threads across Overseas Empires* produzido juntamente com Anthony Pagden[104], apresenta o que já defendia Wilson anos antes. Os autores evidenciam como pode ser frágil a ideia de impérios no contexto do Ultramar Europeu no período moderno, por meio da desconstrução de algumas noções cristalizadas sobre os impérios Britânico, Português e Espanhol[105]. Analisando os pilares de como os poderes europeus conduziram a presença em seus domínios, os historiadores elucidam como não existiram modelos completamente distintos e independentes de governar no contexto da era

---

A New Imperial History: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 5.

[102] WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History:** Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 19.

[103]The new imperial history presented here is very much a work in progress, but its conditions, of possibility are grounded in the willingness of scholars from different disciplines to take seriously questions of cultural difference and their imperial frames in the long eighteenth century. It is an exhilarating conjuncture, the full fruits of which may only be evident in a history, and a future, still becoming. Kathleen Wilson, ed., **A New Imperial History:** Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840, 1–26. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 26

[104] PAGDEN, Anthony and SUBRAHMANYAM, Sanjay. Roots and Branches: Ibero-British Threads across Overseas Empires. In: DONATTINI, Massimo; MARCOCCI, Giuseppe; and PASTORE, Stefania (eds). **L'Europa divisa e i Nuovi Mondi. Per Adriano Prosperi**. vol. 2. Pisa, Edizioni della Normale, 2011, pp. 279-301

[105] "And we wish to show that the inter-connected histories of these behemoths cannot be properly understood unless the Atlantic parts of their histories are considered together with, and not apart from, their Asian ones" PAGDEN, Anthony and SUBRAHMANYAM, Sanjay. Roots and Branches: Ibero-British Threads across Overseas Empires. In: DONATTINI, Massimo; MARCOCCI, Giuseppe; and PASTORE, Stefania (eds)**. L'Europa divisa e i Nuovi Mondi. Per Adriano Prosperi.** vol. 2. Pisa, Edizioni della Normale, 2011. p.280.

Moderna[106]. Pois determinadas possessões que serviram de laboratório experimental para alguns poderes régios, acabaram por ter de maneira ou de outra, a presença de homens de outras origens europeias. Essa situação é facilmente percebida na realidade da costa da Guiné, onde a presença de portugueses e espanhóis foi disputada desde o início da presença europeia. A qual se somou, a partir do segundo quartel do século XVI, a presença de franceses, ingleses e holandeses, respectivamente.

Dessa forma o que foi aprendido e bem sucedido por alguns governos, inspirou outros, assim como seus fracassos serviram de parâmetro para investidas futuras[107] de seus oponentes na busca por possessões. Subrahmanyam e Pagden reforçam ainda o papel da porção asiática do mundo no período foi fundamental para esse processo, devido as diferentes formas de presença exercida pelas coroas nessa porção, em comparação ao novo mundo[108].

Além de contribuírem de forma a colocarem em prática uma nova análise sobre a história dos impérios, que prioriza o olhar para as continuidades e não para as rupturas entre esses poderes, os autores o fizeram por meio de uma vasta oferta de fontes entre obras de época, tratados, cartas e memoriais de viagem. Seguindo o proposto por Wilson em sua ponderação pelo maior diálogo com a história cultural. Fazem isso por meio das análises desses materiais e a observação da trajetória dos contatos entre agentes em diferentes episódios de conflito entre espanhóis, portugueses e britânicos. Subrahmanyam e Pagden conseguem traçar paralelos com os acontecimentos que se deram em âmbito macro no

---

[106] "Contrary to what 'area studies' implicitly presumes, a good part of the dynamic in early modern history was provided by the interface between the local and regional (which we may call the 'micro'-level), and the supra-regional, at times even global (what we may term the 'macro'-level). For the historian who is willing to scratch below the surface of his sources, nothing turns out to be quite what it seems to be in terms of fixity and local rootedness" SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories**:** Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: **Modern Asian Studies** 31. nº 3, 1997. p. 745.

[107] "Overall, we have suggested that the British produced a complex and even creative synthesis of Iberian experience, combining Spanish and Portuguese materials, and modifying them in one significant respect: namely, in terms of retreating somewhat from the deep-rooted Islamophobia that in particular characterized Portuguese expansionist ideology." PAGDEN, Anthony and SUBRAHMANYAM, Sanjay. Roots and Branches: Ibero-British Threads across Overseas Empires. In: DONATTINI, Massimo; MARCOCCI, Giuseppe; and PASTORE, Stefania (eds). **L'Europa divisa e i Nuovi Mondi. Per Adriano Prosperi.** vol. 2. Pisa, Edizioni della Normale, 2011. p.297.

[108] Experiência nas Américas e nas índias era extremamente diferente, enquanto a preocupação nas américas era a concorrência com outros impérios europeus, nas índias a preocupação era o sucesso da inserção nas redes comerciais locais, que eram muito bem articuladas pelos estados como Ming China, Mughal India ou Achnese Sultanate. PAGDEN, Anthony and SUBRAHMANYAM, Sanjay. Roots and Branches: Ibero-British Threads across Overseas Empires. In: DONATTINI, Massimo; MARCOCCI, Giuseppe; and PASTORE, Stefania (eds)**. L'Europa divisa e i Nuovi Mondi. Per Adriano Prosperi.** vol. 2. Pisa, Edizioni della Normale, 2011. p.293.

período moderno, fornecendo um exemplar de qualidade do que nos parece a proposta por uma nova história imperial.

O trabalho de Sanjay Subrahmanyam inclusive vai além do mais recente supracitado. Sua crítica à forma de conceber a história dos impérios sob uma perspectiva, que dê margem a uma leitura linear, já era característica de trabalhos anteriores[109]. Em defesa da também conhecida vertente historiográfica da *connected histories*[110] e fazendo frente, por meio de uma crítica, à linha de "histórias comparadas" o autor pontua que a perspectiva de análise não deve se basear em noções que os compreendam impérios como poderes independentes. O autor argumenta que não se tratavam de ocasionais interações em determinados espaços[111], mas sim baseadas em diálogos e trocas culturais.

A respeito da proposta de Wilson, também será tido como exemplo o exercício feito por Sanjay Subrahmanyam, a fim somar essas noções ao uso de fontes de memoriais de viagem, mantendo o diálogo constante com a história cultural e as representações. Notando as formas como o espaço chamado pelos autores de "Guiné do Cabo Verde" influenciou, foi influenciado por esse contexto, tal como os agentes envolvidos no recorte.

3. Historiografia Brasileia: contribuições, debates e diálogos.

Desde os primeiros estudos sobre a cultura africana nos trabalhos de Nina Rodrigues[112] e posteriormente Gilberto Freyre[113] foi possível notar que a historiografia brasileira priorizava o enfoque às populações diaspóricas presentes no Brasil. Em maior ou

---

[109] SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: **Modern Asian Studies** 31. nº 3, 1997. P. 736-762.

[110] Nas palavras de José Horta a Connected History se apresenta como uma perspectiva complementar da História do Atlântico que tem como intenção priorizar a reconstituição de aspectos semelhantes ocorridos em diferentes recortes do período moderno, priorizando escalas de análise mais glabais, que permitam captar as relações entre sociedades, cultura e poderes. In: HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p.28.

[111] "Speaking of supra-local connections in the early modern world, we tend to focus on such phenomena as world bullion flows and their impact, firearms and the so-called Military Revolution', or the circulation of renegades and mercenaries. But ideas and mental constructs, too, flowed across political boundaries in that world, and-even if they found specific local expression enable us to see that what we are dealing with are not separate and comparable, but connected histories". SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: **Modern Asian Studies** 31. nº 3, 1997. P. 747-748.

[112] As pesquisas do médico buscavam identificar os traços africanos presente na sociedade brasileira. RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

[113] Sobre sua posteriormente criticada tese a respeito da democracia racial e aspectos positivos da miscigenação no Brasil. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20 ed. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980 [1933].

menor grau a história da África dialogou com os trabalhos e produções brasileiras, ainda que de maneira retraída, por meio do estudo da escravidão. Seja como no caso das produções sobre o Antigo Sistema Colonial, idealizado por Caio Prado Junior[114] e conduzido por Celso Furtado[115] e Fernando Novais[116] ou mesmo nas pesquisas "e intenso debate acerca das relações raciais no Brasil". Estas que objetivavam "explicar o funcionamento do sistema escravista[117]", marcaram o início das pesquisas que se dedicavam mais diretamente a abordagem da experiência das populações originárias da África.

A partir dos anos de 1980, observa-se a força dos estudos culturais rompendo definitivamente com o predomínio das perspectivas marxistas característica dos anos de 1960. A emergência de novas metodologias e do revisionismo histórico percebido internacionalmente, refletiu também em nossas produções internas. A ampliação dos programas de pós-graduação em história também ajudou a lançar luz e muitas possibilidades como o as abordagens voltadas ao cotidiano dos escravos e as formas como se relacionavam. Resultados estes que foram atingidos com base em pesquisa "intensiva em materiais manuscritos antes inexplorados, como inventários *post-mortem*, processos-crime, ações de liberdade, correspondência policial, além de uma leitura "a contrapelo" de relatos de viajantes e de documentos oficiais[118]".

A busca por traçar os caminhos percorridos na diáspora africana passou a reunir trabalhos de diversos pesquisadores renomados no contexto brasileiro. Como a problematização discutida por Mariza Soares a respeito da ideia de "nação" nos documentos que descreviam a origem dos escravos do Rio de Janeiro no séc. XVIII. Ou a instigante argumentação de João José Reis sobre os temas de rebelião e resistência, que se aliaram a busca do entendimento das origens dos escravos envolvidos no levante dos malês no séc. XIX. Os temas da religiosidade colonial e as contribuições e influências africanas foram discutidos por Laura de Mello e Souza em seus diferentes trabalhos. As ligações entre o reino

---

[114] PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
[115] FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
[116] NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial.** São Paulo: HUCITEC, 1983
[117] Beatriz Mamigonian cita por exemplo as contribuições de Emilia Viotti da Costa, também integrantes da escola paulista. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "África no Brasil: Mapa de uma área em expansão". In: **Topoi.** Rio de Janeiro: PPGHS da UFRJ, vol. 5, nº 0. pp. 33-53, 2004. P. 35.
[118] MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "África no Brasil: Mapa de uma área em expansão". In: **Topoi.** Rio de Janeiro: PPGHS da UFRJ, vol. 5, nº 0. pp. 33-53, 2004. P. 35.

do Congo do séc. XVII e as festas religiosas empregadas pelos escravos no Brasil foram retratadas por Marina de Mello e Souza, buscando demonstrar as rupturas e continuidades das ligações com os dois lados do Atlântico. Sobre as relações familiares, dinâmicas internas das senzalas e ligações com África, destaca-se a produção de Robert Slenes nos estudos afro-brasileiros sobre séc. XIX. Tentando perceber os intercâmbios culturais do espaço Atlântico, a rota dos escravos entre Angola e o Rio de Janeiro e as questões do tráfico ilegal, temos as discussões com enfoque para o caráter transnacional, embora mais reconhecida internacionalmente, de Roquinaldo Ferreira. A contribuição imensurável das obras de referência do diplomata brasileiro Alberto da Costa e Silva, também merecem destaque pelos caminhos abertos para muitas compreensões em língua portuguesa sobre as questões africanas. Destacamos ainda o aporte de Hebe Mattos de Castro sobre a vida, identidades e relações raciais especialmente sobre séc. XIX. Tantos outros excepcionais estudos foram nas últimas décadas aliados a exímios trabalhos empíricos e provavelmente cometemos injustiça aqui em não abrir espaço para citar a todos[119].

A compreensão dos reflexos do período escravocrata na história do país, não por menos, ainda atrai historiadores de diversas áreas para esse fazer que sempre revela novos traços de nosso passado compartilhado com as populações vindas da África. É aparente que as discussões da história do Atlântico perpassam por todos os trabalhos que buscam as ligações entre os espaços ultramarinos na análise da diáspora africana, por mais variados que sejam os enfoques. Mais recentemente, no entanto, vem ganhando força os trabalhos que tem timidamente se lançado aos estudos sobre África sem pensar necessariamente suas ligações diretas com o Brasil, demarcando um novo degrau na produção nacional sobre estudos de África. Os africanistas brasileiros têm gradualmente se firmado tanto no cenário nacional quanto internacional, como se pode ver pelos trabalhos de Marcelo Bittencourt[120], Alexsander Gebara[121] e Patrícia Teixeira Santos[122] e especialmente pelas orientações de

---

[119] Destacam-se ainda os trabalhos de Silvia Lara, Sidney Chalhoub sobre a ação dos escravos, respectivamente LARA, Silvia H. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

[120] BITTENCOURT, Marcelo**. "Estamos Juntos"** – O MPLA e a luta anticolonial, 1961/1974. Luanda: Kilombelombe, 2008.

[121] GEBARA, Alexsander. **A África de Richard Francis Burton:** antropologia, política e livre comércio – 1861-1865. São Paulo: Alameda, 2010.

[122] SANTOS, Patrícia**. Fé, Guerra e Escravidão**: uma história da conquista colonial no Sudão – 1881-1898. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

trabalhos que percorrem trajetórias semelhantes nessa empreitada pela história das realidades africanas seja no Brasil ou na África. Entre as produções recentes fruto dos cursos de pós-graduação mencionamos ainda os trabalhos de Francisco Aimara[123] e Thiago Henrique Mota[124], que muito contribuíram nas produções sobre a região, especialmente considerando a escassez de estudos em português.

O que se objetiva demonstrar com essa brevíssima retomada das produções nacionais é que múltiplos são os caminhos que se apresentam aos que se lançam no desafio de empreender os estudos africanos no Brasil. Contudo, é curioso pensar, que para o período dos séculos XVI e XVII o recorte sofre diminuição brusca. A oferta de trabalhos sobre as porções africanas nesse período, de autoria de acadêmicos brasileiros, é bastante minimizada. De tal maneira, que o diálogo com a historiografia internacional, que em sua esmagadora maioria ainda não possui tradução para o português, torna-se essencial.

Dessa feita, evidenciam-se as razões pelas quais ainda é por rotas alternativas que muitas vezes ocorrem os estudos iniciais de história da África no Brasil. A facilidade promovida pelo maior alcance a historiografia que aborda as temáticas supracitadas, somada à familiaridade linguística, muitas vezes leva a pesquisas para temas já consolidados. Entre as produções nacionais as possibilidades de estudo das práticas africanas acabam por esbarrar nos estudos dedicados aos seus reflexos, em diferentes períodos, em pontos de nosso território ou nas discussões sobre impérios e relações atlânticas. Vale reforçar que essa não é uma realidade exclusiva da nossa academia, visto que os próprios estudos africanos tiveram uma trajetória de ascensão recente[125], que em muito ajuda a compreender as razões pelas quais ainda há grandes lacunas na abordagem da historiografia africana.

Por esse motivo, também não seria justo não abrir um espaço às produções que desde os primeiros passos dessa pesquisa, ainda na graduação, conduziram a forma de compreender o período aqui abordado. Parte dos historiadores contemporâneos da já mencionada produção que teve lugar a partir da década de 1980, dedicaram-se a romper com a leitura de nosso período colonial que denotava à realidade brasileira um papel de mero componente

---

[123] AIMARA, Francisco. **No rastro do viajante**: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550-1625). Universidade Federal Fluminense. (Tese de Doutorado). 2016.
[124] MOTA, Thiago Henrique. **Portugueses e Muçulmanos na Senegâmbia** – História e Representações do Islã na África. Curitiba: Prismas, 2016,
[125] Ver nota 7 e 11 na introdução.

participante nas vontades de um poder metropolitano externo. Rompendo com análises dicotômicas que analisavam o período colonial baseadas lógica de metrópole x colônia e noções do Pacto Colonial, uma nova vertente de estudos passou a analisar o funcionamento da sociedade colonial brasileira a partir de suas dinâmicas internas, percebendo as contribuições de suas diferentes realidades e agentes. Foi em historiadores como João Luís Fragoso, Manolo Florentino, Hebe Castro - e tantos outros nomes de referência no cenário nacional[126] -, que essa nova forma de perceber as dinâmicas internas brasileiras e sua ligação com o mundo atlântico passou a representar um contraponto aos estudos até então vigentes[127].

Por seu turno, essas pesquisas foram todas feitas visando desconstruir as noções de que "a sociedade da América lusa dos séculos XVII e XVIII fora construída com o propósito de fomentar a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, ou ainda com o intuito de viabilizar a revolução industrial inglesa do século XIX"[128]. O diálogo constante com as produções internacionais que vinham jogando por terra as noções do poder Absoluto dos monarcas no período moderno norteou as discussões e o ângulo das análises para as realidades da mais rentável conquista portuguesa. A ideia das monarquias coorporativas e polissinodais defendidas por John Elliot e Antonio Manuel Hespanha passaram a ser referência constante na produção nacional, ao que se somou a ideia das *Negotiated Authorities* de Jack Greene[129]. Desde os anos 1990 o que se observa é a emergência cada vez mais expressiva de monografias que seguem a linha traçada por todos estes historiadores, que passaram a analisar as realidades das conquistas Ultramarinas, a partir do conceito de Antigo Regime nos Trópicos.

A germinação em terras do além-mar dos valores e sistemas costumeiros das monarquias católicas europeias caracterizou-se por suas especificidades e foi "construída pela interação dos agentes sociais coevos". João Fragoso observa que nas conquistas "Um dos resultados de tal interação, por conseguinte, da existência de tal hierarquia costumeira, foi a produção das camadas sociais identificadas como parda, mestiça e/ou com a condição

---

[126] Maria Fernanda Bicalho, Sheila de Castro Faria. Maria de Fátima Gouvêa, Mariza Soares, entre tantos nomes do cenário nacional.

[127] Especialmente as produções que seguiam a linha proposta por Caio Prado Jr e perpetuada por Fernando Novais, conforme citado anteriormente.

[128] FRAGOSO. João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História** (São Paulo) 2012.

[129] GREENE, Jack. **Negotiated Authorities**. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville 3nd London: University Press of Virginia. 1994.

jurídica de forro"[130]. Em outras palavras, agentes do reino espalhados pelas diversas possessões régias no Ultramar, encontraram formas particulares de se organizarem e manterem suas relações de vassalidade com a coroa, mas apresentando em cada local, características diferenciadoras. Nunca é demais lembrar, que no Antigo Regime europeu as relações clientelares possuíam um papel de protagonistas nas dinâmicas sociais, sendo estas as norteadoras da vida em sociedade[131]. A partir do entendimento dessas noções é pertinente a interpretação do motivo de Almada, um mulato de ascendência africana, recebe o hábito da Ordem de Cristo em finais do século XVI. A validade de seus serviços prestados à coroa e a confirmação de sua vassalidade tornaram possível a Almada ser o primeiro mulato que se tem notícia a receber o hábito[132], demonstrando um dos muitos indícios dessa flexibilização.

Em certa medida, o presente estudo procura inserir-se nessas discussões demonstrando a contribuição do contexto caboverdiano a esses debates. Ressaltando suas diferenças por ter sido uma das primeiras experiências de Portugal no Ultramar e ao mesmo tempo evidenciando como seus indivíduos se articularam durante o período em que sua mais proeminente função perdia destaque. A de ponto estratégico nas navegações Atlânticas, ocorrido devido a concorrência com as porções africanas mais a Sul que revelaram maior potencial na exportação de cativos.

Ainda a respeito das contribuições da historiografia brasileira neste debate, mais recentemente, o conceito de Monarquia Pluricontinental[133] vem sendo defendido como uma ideia a complementar ao de Monarquia Compósita de John Elliott[134]. A afirmação de espaço

---

[130] FRAGOSO. João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História** (São Paulo) 2012. p. 127.

[131] Fragoso ainda esclarece "ao contrário do que existe hoje nas sociedades complexas reguladas pelo mercado e o Estado, as relações de parentesco e de clientela (patrão-cliente) não surgiam como estruturas informais e paralelas às instituições formais e essenciais, como as burocráticas civis (previdências sociais, repartições publicas, complexos industriais, etc.) para o funcionamento da ordem social. Algo bem diferente ocorria nos séculos XVI e XVII, quando o funcionamento básico da sociedade não era garantido pelas relações formais e impessoais das burocracias estatais, privadas e das empresas, mas principalmente pelas famílias e relações de patronagem (fossem em meio a senhorios feudais, engenhos de açúcar, paróquias, etc.). Era da alçada da família alargada, por exemplo, a economia e o que chamamos hoje de previdência social; esta última no século XVII, partilhada também pelas irmandades". FRAGOSO. João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História** (São Paulo) 2012. p. 126

[132] Este caso será analisado mais a frente, mas tal afirmação foi fornecida por Fernanda Olival segundo o levantamento feito dos registros da Câmara da Ribeira Grande.

[133] FRAGOSO, João Luís Ribeiro e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso** : séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro : Mauad X, 2012.

[134] "Para Elliot, a monarquia compósita era algo constituído por vários reinos, sendo que cada um deles preservava em grande medida as características de sua existência institucional prévia no interior da referida monarquia. As antigas leis, normas e direitos locais daqueles reinos eram respeitados. Cada um de tais unidades

e adesão do conceito ainda vem sendo construída com o desenvolvimento de pesquisas sobre o império português e discussão da premissa. Em linhas gerais Fragoso destaca que a arquitetura política portuguesa "era polissinodal e corporativa, portanto existia concorrência e negociação entre seus poderes[135]", embora, em totalidade, o império português possuísse características que o diferenciavam do caso britânico e espanhol. Uma das diferenciações da monarquia portuguesa está embasada na própria observação de Luís Filipe Thomaz, anteriormente exposta, a respeito da manutenção da forma de vida da nobreza com recursos oriundos do ultramar. "Tratava-se, portanto, de uma monarquia e de uma nobreza que tinham na periferia a sua centralidade e o seu sustento, e isto era feito pelo comércio, tendo por base produtiva a partir do século XVII principalmente a escravidão africana na América".[136] Diferindo-se da configuração pensada para as monarquias compósitas de Elliot.[137]

A pesquisa aqui sistematizada tem como objetivo demonstrar como a sociedade construída entre o eixo cabo-verdiano-guineense pode ser inserida em muitas das perspectivas compartilhadas por esta historiografia, seja ela mais ou menos voltada aos temas africanos ou ao funcionamento dos impérios e seu espaço ultramarino. O que parece bastante claro é que em termos da história Atlântica, já há bastante tempo foi deixado de lado perspectivas baseadas na noção de um Antigo Sistema Colonial, como a que movimentou durante décadas o debate sobre o período colonial brasileiro, em âmbito nacional. Como Walter Hawthorne observa a respeito dos estudos sobre a região da Guiné-Bissau deve-se "evitar pintar uma divisão rígida entre colonizador e colonizado", pois como demonstrado por Emily Osborn, a existência das "figuras intermediárias africanas" tiveram um papel

---

mantinha sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo. Nesse formato, o rei - o monarca - operava como cabeça do corpo social, constituído pelos vários reinos, que era regulados por suas regras coadunadas com as leis maiores editadas pela Coroa, como era o caso do vice-reino de Portugal e a edição das Ordenações Filipinas em 1602, por exemplo". FRAGOSO, João Luís Ribeiro e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso :** séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro : Mauad X, 2012. p.8.

[135] FRAGOSO. João. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental:** notas de um ensaio. História (São Paulo) 2012. p.117.

[136] FRAGOSO. João**. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental:** notas de um ensaio. História (São Paulo) 2012. p.119.

[137] Ao mesmo tempo, no momento em que a Coroa conferia autonomia aos conselhos e assegurava a legitimidade das normas locais e de uma hierarquia social costumeira, possibilitava a fluidez da vida nas comunidades lusas espalhadas pelos vários cantos do planeta. Aquele autogoverno dos conselhos dava um aparato institucional a uma monarquia que convivia, por se espalhar pelo mundo, com diversas realidades culturais e sociais, permitindo-lhe resolver os problemas comuns aos impérios ultramarinos e multiculturais. FRAGOSO. João. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental:** notas de um ensaio. História (São Paulo) 2012. p. 120

essencial. Eram eles basicamente os “intérpretes nascidos na África, funcionários e pessoal administrativo” foram os responsáveis por moldar as “relações coloniais e afetaram políticas locais e hierarquias sociais"[138]. Dessa forma, corroboramos a compreensão desse contexto fluido das dinâmicas ultramar, compreendendo a função dessas figuras intermediárias "mais estreitamente nos luso-africanos e cabo-verdianos como do século XIX e XX [...] pode nos ajudar a refinar ainda mais a forma como pensamos sobre a resistência e dominação, estado poder, bem como a natureza das identidades de grupo na região da Guiné-Bissau".[139]

Não se almeja limitar a proposta às tentativas de enquadrar as análises comparativamente ao caso brasileiro e da América. Embora tenham existido diversos aspectos compartilhados entre as regiões por se tratarem de partes integrantes do Ultramar Português, como o pertencimento às redes comerciais que iam muito além das ilhas, suas diferentes realidades determinaram o rumo dos acontecimentos nas ilhas de Cabo Verde, Brasil e tantas outras possessões imperiais. Ademais, embora ainda não explorado até aqui, há uma expressiva produção internacional - embora relativamente recente - dedicada exclusivamente às questões africanas, como se abordará adiante.

[138] Tradução do trecho “Scholars of Guinea Bissau should, then, follow a recent historiographical trend to avoid painting a stark divide between coloniser and colonised by investigating those Emily Osborn (2003) has dubbed ‘African middle figures’—African-born interpreters, clerks and administrative personnel who shaped colonial relationships and affected local political and social hierarchies.” HAWTHORNE. Walter. History and identity in Senegambia ando n the Upper Guinea Coast. Review Article. **Africa.** Vol. 74. Issue 03. Aug, 2004. pp 454 – 464. p. 462.

[139] Tradução do trecho “Focusing more closely on Luso-Africans and Cape Verdeans as problematic nineteenth- and twentieth-century middle figures might help us further refine how we think about resistance and domination, state power, and the nature of group identities in the Guinea Bissau region.” HAWTHORNE. Walter. History and identity in Senegambia ando n the Upper Guinea Coast. Review Article. **Africa.** Vol. 74. Issue 03. Aug, 2004. pp 454 – 464. p. 462.

Segundo Capítulo

Uma contextualização histórica e a lapidação de um mosaico cultural

The Western Africa, o Mali e a "Guiné do Cabo Verde"

Essa seção se dedica a contextualizar social, política e culturalmente a região sob a qual este trabalho se dedica, de forma a gerar uma maior compreensão ao leitor sobre certas tendências observadas entre as populações que são o alvo do estudo. Segundo a percepção de Toby Green, os longos processos de contato e coexistências entre diferentes sociedades creditaram um perfil de maior receptividade cultural à "Guiné do Cabo Verde". Por volta do século XV a chamada Grande Senegâmbia[140], por Boubacar Barry, já possuía uma vasta história, que seria infrutífero mapear com muitos detalhes nesse momento, dado os anseios dessa pesquisa, mas que vale a retomada de alguns de seus principais momentos[141].

Wilson Trajano Filho apresenta de modo sintetizado um panorâma dos principais grupos e sociedades existentes nessa região, que seguindo o sentido de norte a sul, localizam-se territórios wolof, tucolor, serer, mandinga, soninke, khasonke, bamana (grupos de origem mande), jola (assim como grupos menores dele derivados), banhun, cassanga, baiote, balanta, tenda (bassari e coniague), manjaco, mancanha, papel, bijagó, beafada, pajandinca, jalonke, fula (e também seus sub-grupos do Futa-Jalom), nalu, sosso, baga, landuma, temne, bulom, kissi, vai e kpele.[142]

Iniciamos pelo raciocínio de Jean-Loup Amselle, frisado por Walter Hawthorne, de que na África Ocidental "as identidades dos 'grupos corporativos' nunca foram fixas, mas sim construídas e reconstruídas ao longo do tempo"[143]. Essa concisa e aparentemente simples constatação é reforçada a cada leitura de novos trabalhos que tem fortemente emergido nos

---

140 BOUBACAR, Barry. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998.

141 "Percebendo que isto é um beco sem saída um eminente historiador da África Ocidental, Paul E. Hair, propôs que a questão "de onde veio este povo?" fosse abandonada em favor da pergunta "quando e como o povo que aqui vive se tornou o povo que é hoje?" (Hair 1967:238). Ele justifica sua proposição argumentando que a configuração espacial das unidades etnolingüísticas em toda a costa ocidental da África se alterou muito pouco desde o século XV, apesar do impacto da presença europeia". TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.6.

142 Ao que finaliza "Estes etnônimos se referem a populações de tamanhos muito variados, oscilando entre sociedades com mais de um milhão de pessoas, como é o caso dos fulas e mandingas, até as sociedades com menos de uma dezena de milhar, como é exemplificado pelos baiotes e banhuns". TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p 10.

143 Tradução livre do trecho "'corporate groups' identities have never been fixed but have been constructed and reconstructed over time". AMSELLE apud HAWTHORNE. HAWTHORNE, Walter**. From Africa to Brazi**l - Culture, Identtity and Atlantic Slave Trade 1600-1830. New York: Cambridge University Press. 2010. p. 454.

últimos anos. A compreensão contemporânea de identidades tem pouco ou nenhum uso quando tratamos do período Moderno, especialmente em África.[144] Dessa forma, essa discussão não pode pressupor algo fixo e lapidado, mas sim o sinônimo de algo fluido, fruto de um processo histórico e baseado em experiências compartilhadas e dialéticas[145]. Além do mais, como apontado por David Wheat havia uma forte influência dos sistemas linguísticos nas definições dos grupos[146], que dificilmente poderiam ser mapeadas com precisão. Logo, compreender a estrutura dessas comunidades e linhagens – termo mais utilizado para tratar dessas populações – requer abandonar noções pré-estabelecidas sobre territórios e fronteiras culturais.

Dessa feita, dada a ausência de linearidade dos contatos realizados entre as populações da região, torna-se complexo e pouco produtivo para este trabalho a iniciativa de datar e resgatar história dessas sociedades. Os estudos mais bem-sucedidos nesse sentido, residem em mapeamentos através das fontes disponíveis, tais como os que se observam desde as décadas de 1960 em trabalhos como os de Walter Rodney[147] e mais recentemente nas obras de autores como Boubacar Barry, George Brooks[148] entre tantos outros. Por esse motivo, o objetivo será o de retomar alguns pontos já bem explorados por autores que contribuíram para a escrita da história da região, de forma a corroborar a supracitada perspectiva de Green e como ela se traduz na trajetória e escrita de Almada, Donelha e Lemos Coelho.

A Guiné com que se depararam os primeiros portugueses ainda no século XV possuía reflexos de influências históricas que datavam de séculos anteriores. Região sempre tida como terminal de entrada e ponto de partida para diferentes grupos migrantes que se

---

[144] Sobre isso Green defende que a habitual crítica a discussão de identidades para períodos antes do século XIX se baseia na compreensão de identidades apenas como atos voluntários de auto percepção, quando a discussão levantada aqui trata também daquelas que eram impostas aos agentes em estudo, como a questão da cor da pele e seu significado no auge do período escravista. GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.5.

[145] Ou como melhor define Toby Green "At the same time however, these social relations, or identities, were multiple and contingente, bound to a historical social order and both concretized and challenged through the practices of everyday life. Identity was a historical process, rather than na outcome, a negotiation between individual conceptions of self and collectivity and their social valence" . GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6.

[146] WHEAT, David. **Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640**. Chapel Hill, University of North Carolina Press (for the Omohundro Institute of Early American History and Culture), 2016.

147 RODNEY, Walter. **History of the Upper Guinea Coast**, 1545-1800. New York: Oxford University Press, 1970.

[148] BROOKS, George. **Landlords and Strangers**: Ecology, Society and Trade in Western Africa, 1000-1630. Boulder: Westview Press. 1993.

movimentavam entre a região do Sahel, presenciou mudanças em estruturas políticas e práticas sociais das distintas sociedades que ali se estabeleciam e as que por algum tempo nela habitaram. Como observa Barry, "a Senegambia foi dependente do Oeste do Sudão e do Saara quase até o século XV. Depois, com a chegada dos europeus, velhas influências continentais começaram a ceder às novas correntes marítimas".[149] Fica aparente como essa maior autonomia da região, tal como a analisamos hoje, foi um traço propiciado pelo deslocamento em grau de importância, do eixo comercial do Saara para o Atlântico e a lapidação de uma estrutura transnacional de contato entre impérios europeus, que prosseguiu tendo nesse ponto da África sua zona de passagem. Contudo, embora tal autonomia tenha se consolidado após o séc. XV, foi no recorte temporal que antecedeu esse período que se deram as interações de povos berberes nômades do Saara, as invasões almorávidas no império do Gana, ascensão do Mali, migrações de diferentes povos, entre tantos outros acontecimentos.

> Por volta do século XV a Senegâmbia havia adquirido uma forma identificável como uma unidade demográfica, econômica, bem como em todos os aspectos de uma organização política. Ela manteve essa identidade, de um modo geral, até o início da conquista colonial no final do século XIX[150].

A necessidade de se retomar esses eventos decorre da importância em demonstrar como as sociedades africanas influenciaram – na mesma medida em que foram influenciadas – os acontecimentos do período moderno europeu[151]. Ou seja, a fluidez tão discutida sobre as sociedades atlânticas não era exatamente nova à Guiné e foi, em muito, por esta influenciada. Por isso, é válido destacar como muito do que pode ser tido como inédito e

149 Tradução livre do trecho: "Senegambia was dependent on western Sudan and the Sahara almost until the fifteenth century. Then, with the arrival of the Europeans, old continental influences began yielding to new maritime currents". BOUBACAR, Barry. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade.** Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998.p. 3.

150 Tradução livre do trecho "By the fifteenth century, Senegambia had acquired an identifiable form as a demographic, economic unit, as well as in all aspects of political organization. It kept that identity, broadly speaking, until the onset of colonial conquest in the late nineteenth century". BOUBACAR BARRY. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998.p. 3

151 É necessário frisar que a datação temporal entre período moderno, medieval ou contemporâneo, tal como o uso dos termos colonial (e pré-colonial) são alvo de críticas por muitos africanistas que questionam a utilização dos parâmetros Europeus para datar e determinar uma história tão antiga e com acontecimentos distintos como a Africana, que não se enquadra em mesmos moldes.

característico das interações do espaço Atlântico, não eram oriundos de processos externos às dinâmicas sociais africanas.

Como nos mostra Green, processos bastante violentos como as migrações de Fulas e Manes que afetaram a região, alimentaram também a configuração e consolidação de estruturas do comércio Atlântico. Talvez na mesma medida em que foram influenciados por este. Ainda nessa linha será importante perceber, por meio de trabalhos como o de George Brooks o papel desempenhado por outros fatores sobre essas mesmas questões, como os aspectos geográficos, as ondas de secas, falta de alimentos, que geraram conflitos que resultaram em maior número de aprisionamentos e escravos de guerra, com maior venda de africanos para agentes do tráfico Atlântico.

Postas essas questões, esse capítulo visa discutir os principais pontos de formação histórica pertinentes ao nosso recorte geográfico. A se iniciar pelo uso do termo "Guiné do Cabo Verde" e suas implicações em termos da delimitação territorial, assim como as demais denominações da época e também da historiografia recente. A distribuição dos principais agrupamentos sociais, assim como a organização histórica das redes de comércio virá em sequência. Posteriormente o predomínio da dominação Mandinga e efeitos sobre sociedades da Guiné será abordado. Seguido de como todas essas questões moldaram a receptividade cultural da região, tal como a vimos no século XV, e o novo período de sua história.

Em um segundo momento do capítulo capítulo trataremos do início da presença europeia – em especial a portuguesa –, passando a uma discussão também das ilhas de Cabo Verde como porção apartada fisicamente embora como espaço interligado no que dizia respeito às relações sociais e comerciais. Seus primeiros moradores e formação de sua sociedade, relações sociais e políticas e diálogo com as autoridades africanas costeiras. Seguindo de um panorama sobre a estruturação da região no comércio Atlântico, o lugar das ilhas[152] nessa lógica macro – frente a atividades de corso e pirataria e o advento da União

[152] É importante esclarecer que ao abordarmos o contexto das ilhas, em geral a menção que está sendo feita é a ilha de Santiago, especialmente à Ribeira Grande, onde ocorria a maior parte da atividade comercial e de onde provém quase totalidade da documentação. No entanto, muitas vezes o retrato delineado recai sobre as demais ilhas, devido a seu funcionamento em conjunto, como ocorria com Santiago e a ilha do Fogo, sendo a segunda o pólo produtor de algodão, que era utilizado no comércio pelos moradores, como moeda de troca para compra de mercadorias.

Ibérica – e sua relação com fenômenos locais, como as transgressões cometidas pelos moradores de Cabo Verde.

1. Nomenclaturas de uma delimitação territorial: "Guiné do Cabo Verde" *versus* Guiné.

Como indicado no título do trabalho, por meio do uso das aspas, a abordagem sobre a região chamada aqui de Guiné do Cabo Verde remete a um contexto histórico específico. Suas variações como "Rios de Guiné", "Guiné", "Casa da Guiné", "Costa da Guiné", são algumas das comumente encontradas na documentação de época, sejam as correspondências com a coroa portuguesa, alvarás régios e outras produções textuais sobre a Costa. Nas referências historiográficas a esse recorte territorial, há consensos e divergências sobre a área a que se refere, embora alguns sejam lugares comuns em todos os autores que discutem o tema. Wilson Trajano Filho sintetiza que "toda a região que começava, ao norte, na foz do rio Senegal, se estendendo, ao sul, aproximadamente até o cabo Mesurado (6º 20' N, 10º 49' W). No eixo horizontal, o limite oeste era obviamente a costa atlântica enquanto a fronteira oriental tinha contornos indefinidos"[153]. Já como definiu José da Silva Horta, de quem emprestamos a escolha do termo:

> A "Guiné de Cabo Verde", representada como uma, contrasta com a heterogeneidade do espaço africano a que correspondia. É certo, porém, que ela era incluída numa grande região, com um recorte geográfico e um devir histórico comum, que Boubacar Barry designou por Grande Senegambia, cujos limites naturais eram o vale do rio Senegal e o rio Kolente ao Sul[154].

Como veremos, cada um desses termos refletia uma percepção própria de interesses comerciais associada a fatores geográficos. Na escolha por "Rios de Guiné" havia a indicação à área navegável e propícia ao comércio. Enquanto no uso de "Guiné do Cabo Verde" tem-se a referência a um desejo e entendimento por parte dos moradores de Cabo Verde de integrarem o eixo das transações. Em geral, de acordo com as fontes lusas, a região compreendida como Guiné abrangia a porção na qual havia presença portuguesa, ou "todo o

---

[153] TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.5.

[154] Ao que completa sobre a Serra Leoa "A "Serra Leoa" dos Portugueses ultrapassava esta baliza sul – situada na zona de fronteira entre as actuais Guné Conacri e Serra Leoa -, entrando bem numa sub-zona diferente da floresta guineense. No entanto, estreitamente articulada, por terra e por mar, com os espaços setentrionais, assegurava em conjunto com eles a abertura ao Atlântico não deixando, por isso, de se integrar na mesma totalidade histórico-geográfica". HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.23.

espaço efectivamente frequentado por Portugueses e seus descendentes luso-africanos; *grosso modo* porque o alcance dessa presença nunca é bem esclarecido nas fontes"[155].

O que obviamente não implica em dizer que nas pesquisas das últimas décadas, não tenha sido definido por diferentes autores possíveis recortes para os diferentes estudos da região. Sobre isso é válido relembrar o trabalho de Walter Rodney no qual ele define a *Upper Guinea Coast* (Costa da Alta Guiné) como sendo "a região entre o Rio Gambia e Cape Mount"[156], que possui seu limite norte entre os rios Gâmbia e Casamança e a sul ficaria na altura do cabo Mesurado; a leste não haveria definição precisa, mas algo nas imediações da região das montanhas do Futa-Jalon[157].

Na mesma linha George Brooks estende seu recorte denominando como *Western Africa*[158] a junção entre a região trabalhada por Rodney e também a localizada entre os Rios Senegal e Gambia, que dão origem a comumente referida *Senegambia*[159]. Essa definição de Brooks é utilizada também por Toby Green.[160] Ainda na linha das obras de referência sobre o tema, temos também como supramencionado por Horta, o que Boubacar Barry chama de *Greater Senegambia*, ou Grande Senegâmbia.[161] Variações como West Africa por vezes também são utilizadas, ou mesmo como a opção feita por Philip Havik que trabalha com uma

---

[155] A esse respeito Horta detalhada e minuciosamente analisa a formação do termo para designar a região e como essa categoria de "Guiné do Cabo Verde" revelava um processo de contrução de indentidade e posse com relação as terras que seriam dos luso-africano por direito. Horta observa como em diferentes autores os limites do que seria a região podem sofrer alterações, incluindo mais ou menos os limites a norte e a sul. HORTA, José da Silva. "O nosso Guiné": representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII)". **Actas do Congresso Internacional "O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"** (Lisboa, 2-5 de Novembro de 2005, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, organizado pelo Centro de Estudos de História de Além-Mar e pelo Instituto de Investigação Científica Tropical), Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de História de Além-Mar, 2009. p.2.

[156] RODNEY, Walter. **History of the Upper Guinea Coast**, 1545-1800. New York: Oxford University Press, 1970.

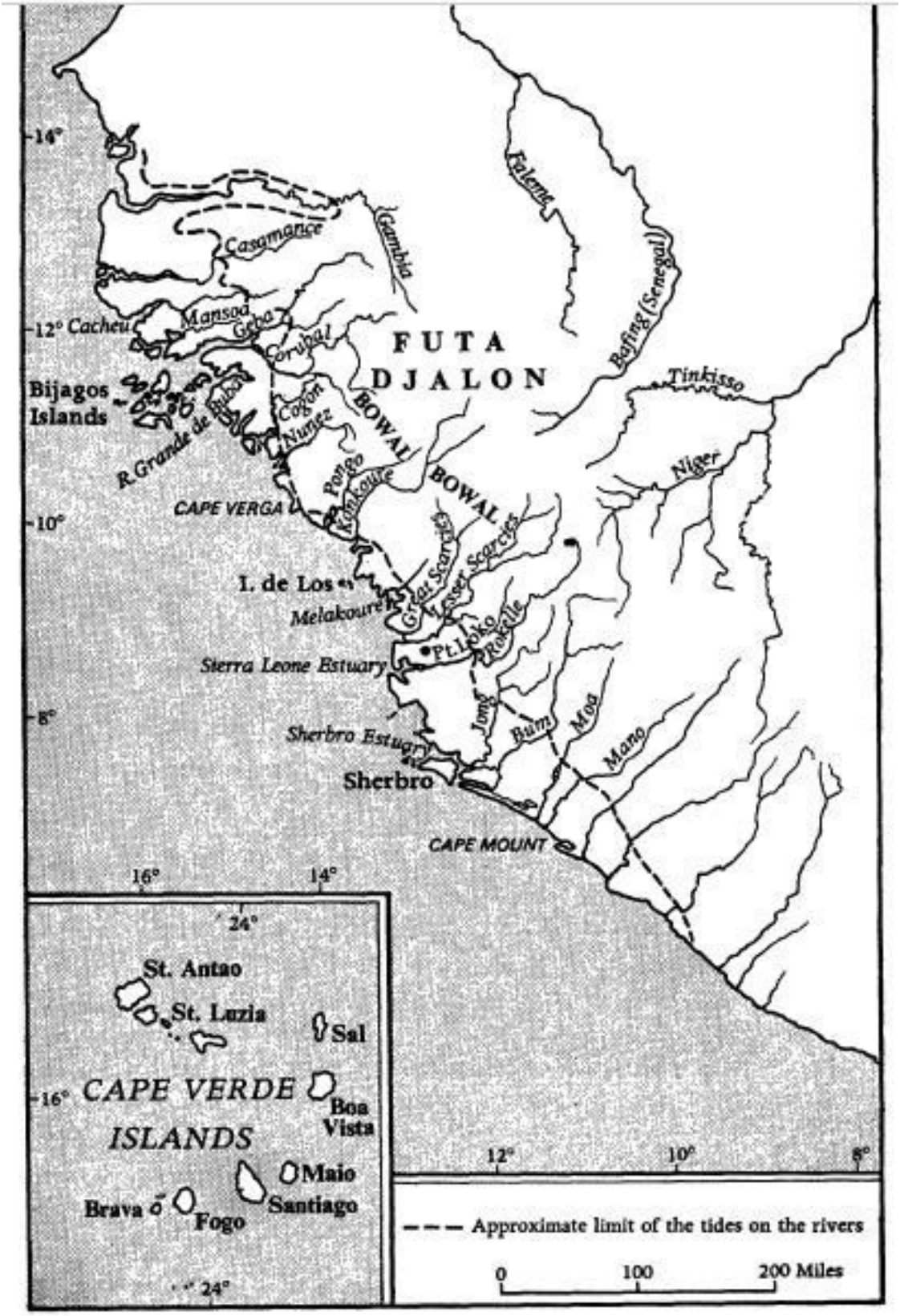
[157] TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.5.

[158] BROOKS, George. **Eurafricans in western Africa**: commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Ohio: Ohio University Press, 2003.

[159] "Senegâmbia é o nome de toda a área que tem a foz do rio Senegal como extremo setentrional e a foz do rio Gâmbia como ponto terminal, ao sul. Sua fronteira oriental não é bem delimitada, alcançando, porém, o vale do médio Senegal (Futa-Toro) e o alto Gâmbia". TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p. 5.

[160] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.3.

[161] "Defined as comprising the basins of the Senegal and Gambia rivers and thus including not only the modern states of Senegal and Gambia but also Guinea-Bissau to the south and parts of Mauritania, Mali, and Guinea-Conakry to the east". LAW, Robin. Review. In: **American Historical Review.** Vol. 104, Nº 1. Fev, 1999. p. 293.



Mapa 1 "Os Rios da Guiné". In: RODNEY, Walter. History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800. New York: Oxford University Press, 1970.

noção mais contemporânea das definições espaciais, em mesmo período chamando de *Guinea Bissau Region.*[162] Entre essas opções de recortes apresentadas, a área comumente retratada é a refletida no Mapa I.

Optamos pela designação de "Guiné do Cabo Verde" no título do presente trabalho, que se alinha à opção do estudo aqui empreendido, na discussão sobre as identidades dos autores. Como José Horta esclareceu em sua análise do termo para definir o recorte, a nomenclatura não abarca apenas "um termo geográfico, como qualquer outro, para designar uma região de comércio e de (muito limitada) administração portuguesa", mas também a ligação entre porção costeira e arquipélago, na forma de referência ao contexto vivido, que implicava em uma relação que "situa-se entre a ordem da realidade e a ordem da ficção ou do 'desejo', ao projectar na Guiné um sentimento de posse: *a nossa Guiné"*[163]. Bastante reveladora de uma percepção espacial de pertencimento ao descrever a "Guiné" como "nossa Guiné", que como reflete Horta "é fundamental ter em conta que o "nosso Guiné" é correlatado de outra expressão chave 'o nosso limite'".[164] Mais específicamente sobre essa questão da referida posse ao tratar da região, voltaremos a frente, ao discutir a construção da sociedade no contexto caboverdianoguineense, pois é sempre válido lembrar que o desejo da "nossa Guiné" nem sempre se alinhava com o dos poderes africanos. A abrangencia pela qual era tratada na documentação oficial reflete uma leitura régia sobre a porção africana sobre a qual se tinha contato, nessa linha, Horta ainda esclarece que é necessário "clarificar de que "Guiné" se fala: a "Guiné" da administração régia e da Ordem de Cristo exercendo um monopólio. Uma "Guiné", num sentido lato, que não se reconhecia as fronteiras geográficas e étnicas, bem como categorias fundadas em especificidades regionais ou mesmo de raiz socioprofissional".[165]

Como fica aparente, definir limites e territórios fixo mostra-se sempre bastante improdutivo. Em especial devido às divergências entre leituras dos portugueses em além-mar

---

[162] Definida como a área entre a Gâmbia e o Rio Nunez na África Ocidental. "The said coast formed a narrow strip of the West African littoral that stretched southwards from the Senegal River right down to the area immediately south of the Sherbro River in Sierra Leone". HAVIK, Philiph J. **Silences and soundbites**: the gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau region. Münster: Lit, 2004. p.46.
[163] HORTA, José da Silva**. A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.53.
[164] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.92.
[165] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.43

e os que residiam no reino sobre mesmos territórios, ou mesmo para os recortes da historiografia recente[166]. O que causa sempre uma ligeira confusão sobre a melhor forma de tratar e nomear esta região. Sem dúvida, a realidade vivida no espaço continental e insular eram diferentes, uma vez que o primeiro era regido pelos poderes africanos e o segundo, fruto do povoamento português, portava uma nova organização social específica.

Para fins de facilitar as referências futuras e alinhar a proposta que segue essa análise, duas expressões serão aqui mais utilizadas. Para a referência à região costeira será utilizado o termo Guiné, já ao abordar as ilhas faremos sempre clara distinção. Apenas quando a intenção for tratar das questões em que se compreende o espaço integrado entre ilhas e Guiné, retomaremos a "Guiné do Cabo Verde". A região compreendida por essa definição é a que se estende entre o Rio Senegal até o limite obsevado por Rodney, a altura do Cape Mount (Mapa I). Sua definição a sul é mais complexa, devido as limitações impostas aos moradores do arquipélago[167], segundo o qual não seria permitido comerciarem legalmente na região da Serra Leoa, o que não implica dizer que não o fizessem ou sobre ela não escrevessem, apenas que em seus relatos os autores a mencionam sempre referindo sobre "o que tiveram notícia". Já sua leitura espacial da Serra Leoa "se baseava numa percepção política do espaço africano, era operacional no quotidiano mercantil"[168]. Dessa forma, entendemos porque era comum que a noção sobre esse espaço sofresse alterações, visto as questões comerciais e identitárias envolvidas[169].

Ainda com relação às questões físicas e geográficas, é importante resgatar alguns aspectos sobre as condições climáticas que muito diferia nessa relativamente pequena porção africana. A região, localizada na África Subsaariana, possuía considerável diversificação climática com variações entre o Sahel e a Savana[170]. Seu relevo, com exceção do Futa-Jalon,

---

[166] Além disso, pode-se inclusive destacar a compreensão divergente de limites, fronteiras e territórios que possuíam as sociedades africanas, das noções europeias para estabelecimento de soberanias. SWEET, James H. **Recriar África**. Cultura, parentesco e religião no mundo afro português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

[167] ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Corpo Documental. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p.25-28.

[168] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 90.

[169] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 103.

[170] "Cinco zonas ecológicas distintas caracterizam esta parte do continente africano: o Sahel, que é a faixa intermediária entre o deserto do Saara e a zona de savana; a área da savana rala, a da savana densa, a de floresta tropical e a costa. A ecologia destas regiões em larga medida coloca limites às formas de ocupação humana e ao movimento das populações por toda a área na medida em que os atributos do relevo, da vegetação e do clima

com altitudes que raramente ultrapassam os 1500 metros[171]. Nesse sentido, Brooks destaca que "o rio Gâmbia constitui uma das fronteiras ecológicas, sociais, culturais e de África ocidental".[172] Tendo em conta como a região era recortada geograficamente pelos rios impossibilitando certa homogeneidade espacial. Na porção já próxima da chamada "Serra Leoa" pelos autores, já se encontrava um clima tropical úmido favorável ao assentamento, possuindo chuvas regulares, florestas e mangais, que dava margem para maior sucesso a empreendimentos agrícolas[173].

As questões naturais foram desde sempre uma enorme barreira ao sucesso do povoamento, pois "Cabo Verde marca a extremidade ocidental da faixa do Sahel, caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez", o que gera uma enorme dependência dos períodos chuvosos que nem sempre chegam ao arquipélago, vindo da costa e do oceano. E faz com que períodos de secas e crises tenham "sido acontecimentos constantes no arquipélago, constituindo, só por si, os maiores desafios para a população". Como as atividades ligadas à agricultura sempre foram de extrema importância para os moradores realizarem o comércio na Guiné, essas condições resultavam em uma "agricultura pouco diferenciada". Além disso, a não existência de "riquezas minerais de valor econômico, nem sólidas, nem líquidas e nem gasosas", contribuía para delinear um cenário inóspito ao qual a sociedade cabo-verdiana precisou se adaptar[174].

Dessa sorte, Brooks finaliza sintetizando o marco de "três períodos climáticos importantes na África Ocidental: um longo período de secas (1110-1500), um curto período

---

representam constrangimentos externos à organização social e à cultura. Assim, nota-se que os povos vivendo nas porções setentrionais da Senegâmbia, na zona do Sahel, dedicam-se majoritariamente ao pastoreio, ficando a agricultura nesta zona restrita a nichos onde as chuvas são mais abundantes ou a ambientes como os vales dos rios, como Futa-Toro no médio Senegal". TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.5.

[171] Trajano Filho completa que também a porção zona montanhosa de N'zérékoré, ambos na República da Guiné (Conacri). TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.5.

[172] Tradução livre do trecho "the Gambia River constitutes one of western Africa´s ecological, social, and cultural frontiers". BROOKS, George. **Eurafricans in western Africa**: commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Ohio: Ohio University Press, 2003. P.9.

[173] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. Pág 485-491.

[174] ALBURQUERQUE, Luis de. O descobrimento das ilhas de cabo verde. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991.

úmido (1500-1630), e outro período de secas (1630–1860)"[175], que foram importantes para nortear as dinâmicas de comércio e migrações na região da Guiné.[176] Complementado pela leitura de Rodney de que "entre as características implícitas no desenvolvimento da civilização atlântica ocidental está, em primeiro lugar a evolução de um modo de vida adaptado às questões ecológicas locais..."[177]. Trajano Filho resume que:

> O desflorestamento causado pela falta de chuvas levou os ferreiros mandes a deixar os vales dos rios Senegal e Gâmbia para onde haviam migrado no período úmido entre os séculos VIII e XI, se dirigindo para a área de savana densa no Futa-Jalon e suas cercanias em busca de madeira para fazer o carvão que alimentava suas forjas. E juntamente com os ferreiros, vieram os guerreiros a cavalo que deles dependiam para a confecção de armas e de ferraduras[178].

Como se percebe, as adaptações e acomodações frente às adversidades e novidades foram características observáveis entre as populações da região não apenas em sua vertente cultural, mas também na climato-geográfico. Secas e períodos de fome foram determinantes para os processos migratórios de diferentes comunidades, inclusive nas ilhas, motivando o desejo dos moradores pela ocupação de terras mais atrativas na Costa. A adversidade climática foi fator crucial de mobilidade, resultando muitas vezes em guerras e aprisionamento de grupos inteiros.

1.1 A Grande Senegambia: contatos multiculturais

Há alguns motivos principais que nos levam a realizar uma contextualização da região

---

[175] "Three important West African climatic periods: a long dry period (1110–1500), a short wet period (1500–1630), and another dry period (1630–1860)". BROOKS, George. **Eurafricans in western Africa:** commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Ohio: Ohio University Press, 2003. P. 457

[176] Trajano Filho ainda complementa que "mesmo no período úmido que prevaleceu entre os séculos VIII e XII e XVI e XVII, a região entre o baixo e médio Senegal e o Gâmbia não comportava uma vegetação condizente com a produção em larga escala de carvão nem solos adequados para uma agricultura intensiva, embora tenham ocorrido em toda esta área processos de construção estatal e de conquista durante os séculos X a XVI". TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.6.

[177] Tradução livre do trecho "features implicit in the development of the West Atlantic civilization are firstly the evolution of a way of life to suit the given ecology, and secondly the accretionary growth about a cultural nucleus resulting from the arrival of newcomers". RODNEY, Walter. **History of the Upper Guinea Coast,** 1545-1800. New York: Oxford University Press, 1970. P.16.

[178] TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.12.

da Guiné neste capítulo. O primeiro se deve a ainda existente necessidade de abandonar a perspectiva "senso comum" de que essa região se tratava de uma porção desprovida de uma dinâmica própria até o início das navegações portuguesas além do Cabo Bojador. Ou seja, comumente esse recorte ao ser abordado à luz da ação europeia, reforça uma errônea noção: a premissa de uma posição passiva dos agentes e territórios africanos na história. Algo que a historiografia cada vez mais tem refutado, graças às sucessivas divulgações de estudos e coleções[179], mas dado seu caráter ainda recente em comparação a veiculação de trabalhos sobre história europeia, ainda estão sendo assimilados nos cursos de graduação. Embora a informação possa parecer elementar, é expressiva a diferença no número de trabalhos em português que apenas aborda a região da Guiné após início da presença portuguesa,[180] por isso, tendo em mente essa premissa é sempre válido resgatar partes importantes da história anteriores a chegada de europeus à Costa da Guiné. Visto que, as ligações com diferentes partes do mundo antes do já eram estabelecidas pelos impérios africano muito antes do século XV[181].

O outro motivo bastante importante para esse exercício de contextualização é o de demonstrar como reforça Toby Green, que "por volta de 1440, essa era uma região que já possuía há séculos uma tradição de acomodação à presença de poderosos e por vezes violentos estrangeiros que representavam interesses comerciais e políticos do império do Mali",[182] argumentando sobre o papel protagonista das interações culturais nesse ponto específico no continente. Nesse sentido, como se objetiva aqui demonstrar, a própria ideia discutida no âmbito da história do Atlântico dos multiculturalismos e da fluidez cultural característica do comércio ultramarino, não se tratava necessariamente de uma novidade para as sociedades africanas[183]. Muito disso se torna compreensivo uma vez que percebemos as

---

[179] Algumas iniciativas como as obras reunidas nos volumes "História Geral da África" da UNESCO ou mesmo textos mais amplos cronologicamente como História Geral da África Negra de Elikia M´Bokolo.

[180] O que se deve, como no caso deste trabalho, a facilidade de utilização de fontes europeias, a partir desse momento, para a elaboração das pesquisas.

[181] Esse é um dos motivos que conduz a crítica a divisão da história africana entre pré-colonial e pós-colonial. Visto que essa divisão se baseia em uma perpectiva da ação europeia e divide a história africana em partes desiguais, sendo a segunda um minimizado trecho dos acontecimentos, frente a primeira.

[182] Tradução livre de "by the 1440s, this was a region where already for several centuries there had been a tradition of accommodation to the presence of powerful and at times violent outsiders who represented the commercial and political interests of the empire of Mali" GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa,** 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 31

[183] O próprio Toby Green salienta que "My argument is that neither Africans nor Europeans saw this world as being revolutionarily new" e "cultural receptivity were vital stages in the development of the Atlantic's first

mudanças na configuração territorial e processo de distribuição dessas comunidades pelo território da Guiné, que ajudam a compreender essas dinâmicas já existentes em séculos anteriores à presença europeia.

No entanto, antes de iniciar essa discussão, é importante esclarecer que habitualmente falar em processos de hibridação tal como observa-se entre sociedades nesse período costuma ser sinônimo de uma pressuposição da existência, em oposição, de sociedades puras. Algo que entre os estudos antropológicos se deve a um momento específico da criação do conceito de raça, que representaria um estado puro, servindo como discurso legitimador de ações imperialistas, sendo as sociedades híbridas, aquelas que representariam a violação dessa pureza.[184] No entanto, após os trabalhos desenvolvidos no século XX e o resgate aos valores e estudos multiculturais, o termo sociedades híbridas voltou a ser utilizado, em especial nas discussões contemporâneas[185]. Por esse motivo, ao discutirmos hibridismos aqui, o objetivo será ter em mente uma análise de traços culturais, sem entrar no mérito de serem ou não determinadas práticas mais ou menos próximas de preceitos ortodoxos religiosos islâmicos, animistas, cristãos, ou de culturas africanas *versus* europeias. Mas sim, indicando como ocorreram esses diálogos na Guiné tendo em vista sua proeminência comercial e mais tarde visando demonstrar como os autores de nossos relatos refletiam essas características revelando traços de sua identidade crioula[186].

No período de cerca de dois séculos antes dos primeiros portugueses chegarem à costa da Guiné, muito já havia ocorrido no que diz respeito à organização política das sociedades

---

Creole communities". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.70.

[184] A revisão e abandono dessas percepções especialmente no campo da antropologia se deu especialmente no início do século XX, por meio da separação do conceito de raça de um sentido biológico, demonstrando como aquela não teria influência no desenvolvimento de culturas. Após a fundação da Escola Cultural Americana e a divulgação da compreensão das culturas por uma ótica da multilinearidade, sem padrões pré-estabelecidos, os estudos culturais passaram a rediscutir noções e termos que estavam em desuso por seu uso associado aos estudos baseados na antropologia evolucionista. BOAS, Franz. **Antropologia Cultural.** Tradução: Celso Castro. 6ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

[185] O historiador Peter Burke apresentou um resgate do termo na década de 1980 do termo hibridismo, que não era inédito nas discussões antropológicas, mas dando uma conotação própria no contexto dos estudos da história cultural. BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

[186] Por identidade crioula compartilhamos a compreensão de Wilson Trajano Filho de que "a crioulização também implica invariavelmente um processo de mudança cultural resultante de um intricado fluxo de valores, práticas, saberes, crenças e símbolos que dá luz a uma entidade social terceira: uma unidade internamente heterogênea que emerge do compromisso social e lingüístico alcançado pelas sociedades que participaram do encontro original". TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.3.

e comunidades africanas. Toby Green lembra que essa maior integração entre as porções Norte e Sul da região que caracterizam o recorte da "Western Africa", ou seja, entre Senegambia e Costa da Alta Guiné, datam da segunda metade do século XIII, em especial pela emergência e atuação do império do Mali. Segundo Green a situação social advinda da porção sul é chamada de crioulização primária[187], resultado da maneira de atuação e presença dos mandingas pela Guiné, por meio da prática de casamentos entre homens mandingas e mulheres de comunidades locais onde estes chegavam. Toby Green argumenta em seu segundo capítulo que "a mistura de práticas culturais foi facilitada particularmente pela organização da sociedade de acordo com linhas de linhagem, onde inter-casamento com mandingas iria criar laços de parentesco que geraram as misturas culturais em destaque aqui[188]". Como ficará claro nessa discussão, a emergência, consolidação e desestruturação política e econômica do Mali foi crucial nos diferentes momentos da história da Guiné.

Para iniciarmos a compreensão desse período que antecede o século XV é importante retomar a importância do Saara para essas sociedades. Como disse Josiah Blackmore "para Portugal às vésperas da expansão, a África era familiar e estranha, um lugar conhecido através da modesta parcela de mar entre o Algarve e Ceuta e, mais ao sul uma extensão desconhecida de terra que reluzia preto sob o sol equatorial[189]". Tendo funcionado como um grande portal para o contato comercial entre diferentes realidades, o enorme deserto foi o portal responsável por tudo o que as sociedades africanas já sabiam no século XV sobre os europeus, assim como se aplicava o inverso. A proeminência do comércio através do Saara proporcionou inclusive a chegada do islã e das populações diaspóricas.[190] Por sua vez, o

---

[187] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.34.

[188] Tradução livre do trecho ""the mixture of cultural practices was facilitated particularly by the organization of society according to lineage lines, where inter-marriage with the Mandinka would create kinship ties which themselves brought the cultural mixtures highlighted here". Essa premissa é defendida por Green e base da sua argumentação para defender a crioulização existente no XVI. GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 67.

[189] Tradução livre do trecho "For Portugal on the eve of expansion, Africa was familiar and strange, a known place across the modest parcel of sea between the Algarve and Ceuta, and, farther South an unknown expanse of land that glimmered black under the equatorial sun". BLACKMORE, Josiah. **Moorings: Portuguese Expansion and the Writing of Africa**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2009.

[190] Sobre alguns dos grupos que compõe essas populações Barry complementa que "Here Joola, Bainuk, Beafada, Balante, Felupe, Cocoli, Landuma, Nalu, and Baga populations share an environment of mangrove swamps, on land crisscrossed by streams which often serve as refuges, however precarious. For centuries, people in this area faced pressure from incoming Manding migrants. This goes a long way towards explaining the extreme political fragmentation of the Southern Rivers area". BOUBACAR BARRY. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. p 19.

Saara desempenhou um papel essencial na esturutração e organização do poder do império do Mali, na medida em que solidificava sua força comercial, sendo sustentado pela boa convivência e associação a seus parceiros islâmicos advindos do comércio transaariano. Como observou Boubacar Barry a experiência secular com o islã foi propiciada por ser a Guiné um ponto de passagem para diferentes sociedades e grupos, embora seja válido resgatar que entre as sociedades da Guiné:

> Ainda que alguns soberanos tivessem se convertido ao islã, em nenhum lugar na Senegambia esse constituiu uma ideologia dominante. Foi sempre tolerada e aceita em cortes reais. Mas o poder político era regulado por princípios institucionais peculiares à Senegambia. Islã emergiu claramente como uma ideologia de mudança política em torno do momento em que a Europa estava a impor seu modo de produção capitalista nas sociedades domésticas da Senegambia[191].

Já nos séculos subsequentes aos primeiros contatos com a religião muçulmana, o dialogo com o islã muito se fortaleceu apresentando-se sempre no formato de uma relação dialética, mas em poucos locais observada como algo dominante na Guiné, em comparação às crenças locais. Sobre isso Peter Mark observa que

> ao norte do rio Gambia, o estado medieval Jolofo estendeu-se sobre uma vasta área desde o rio Senegal até o Gâmbia. Mas durante o século XVI, Jolofos cederam autonomia aos estados Wolof e Serer (sereer) do Kajoor, Baol, Waalo, Siin e Saloum. O islã, presente na região desde pelo menos o século XI, foi amplamente difundido, embora também frequentemente misturado com práticas religiosas locais[192].

No entanto, há uma visível diferença quando se considera a porção norte e sul da Guiné, o que se deve à sua relação histórica de migrações em cada uma dessas partes. Nesse

---

[191] Tradução livre de "For even though a few sovereigns had been converted to Islam, nowhere in Senegambia did Islam constitute the ruling ideology. It was tolerated and accepted in royal courts. But political power was regulated by institutional principles peculiar to Senegambia. Islam emerged clearly as an ideology of political change around the time when Europe was imposing its mode of capitalist production on the domestic societies of Senegambia". BOUBACAR, Barry. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade.** Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. P.34.

[192] Tradução livre do trecho: "North of the Gambia River, the medieval state of Jolof extended over a vast area from the Senegal River South to the Gambia. But during the sixteenth century, Jolof ceded autonomy to the componente Wolof and Serer (sereer) states of Kajoor, Baol, Waalo, Siin and Saloum. Islam, which had been presente in the region since at least the eleventh century C.E.. was widely disseminated, although it was also frequently mixed with local religious practices". MARK, Peter**. "Portuguese" Style and Luso-African Identity***:* Precolonial Se gambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. By *Peter Mark*. Bloomington: Indiana University Press, 2002. p. 1.

sentido, anterior à soberania do Mali, por volta do século VIII a porção norte da Guiné, encontrava-se então sob domínio do Gana[193]. Período em que foi alvo de migrações de diferentes povos como Serer, Wolof e Peul, condicionadas em parte pela desertificação do Sahel. Nesse momento, o islã já ia se estabelecendo e chefes locais como War Jaabi[194] já havia se convertido ao islã. Somaram-se ainda as influências almorávidas por volta do século XI,[195] por meio das invasões ao império do Gana e contribuição para sua decadência. Após a queda do Gana a influência do império do Mali pôde ser mais diretamente sentida. Entretanto, em decorrência de um momento de fragilidade do Mali houve o estabelecimento da Confederação Jalofa na região, em meados do século XIV,[196] como nos conta Boubacar Barry:

> No norte da Senegambia, entretanto, a influência do império do Mali parece ter sido menos sólida. Por essa razão, a partir de meados do século XIV, a crise sucessória que seguiu a morte de Mansa Suleiman em 1360 facilitou a criação da Confederação Jalofa, que uniu as provincias Wolof do Waalo, Kajoor e Baol. Dentro de um contexto de política institucional descentralizada, o reino Jalofo, fundado por Njajaan Njaay passou a dominar o norte da Senegambia forçando o minguante império do Mali a recuar em direção ao Sul do Gambia[197].

Como se pode perceber, o impacto do Mali "catalizou a passagem das sociedades da região de baseadas no parentesco para o formado de estados[198]", como completa Barry. Anos mais tarde o sistema político se organizou em cinco sub-reinos, Waalo, Caior (Kayoor), Baol, Sine (Siin) e Wuli, com vice-reis, que geravam pequenas unidades de poder que contribuíam

---

[193] Império do Gana, organizado em torno do séc x e encontrou sua decadência em especial após as invasões Almorávidas por volta do século XII, ao que foi sucedido pelo Mali em proeminência política.
[194] Rei do Tekrur, estado organizado próximo do reino do Gana na porção norte da Senegambia.
[195] Almorávidas, povo vindo do Norte do Saara, invasores, muçulmanos. Completar.
[196] BOUBACAR, Barry. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998.
[197] Tradução livre "In northern Senegambia, however, the influence of the Mali Empire seems to have been less solid. For that reason, as from the mid-fourteenth century, the succession crisis that followed the death of Mansa Suleiman in 1360 facilitated the creation of the Jolof Confederation, which brought together the Wolof provinces of Waalo, Kajoor, and Baol. Within a context of decentralized political institutions, the Jolof kingdom, founded by Njajaan Njaay, thus dominated northern Senegambia, forcing the waning Mali Empire to retreat toward southern Gambia. BOUBACAR BARRY. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade.** Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. P.7.
[198] Tradução livre de "It was Mali´s impact that catalyzed the transportation of the region's kinship-based societies into states" BOUBACAR BARRY. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. p. 6

para formar uma região de grande complexidade humana e política[199]. Havia uma relativa autonomia dos reinos integrantes da confederação Jalofa frente ao poder emanado do Império do Mali, advindo daí inclusive a maior coesão política da região séculos mais tarde. No que diz respeito a distribuição política de poder, a presença Mandinga operava nessa porção da Guiné como um braço do poderoso império comercial do Mali[200]. Após sua estruturação, a força e imposição da Confederação residiam em seu destaque entre as rotas transaarianas, o que veio a ser abalado após o século XV com a chegada dos portugueses e desvio das mesmas para o litoral, dando início a seu enfraquecimento e posterior fragmentação.

Já na direção mais a sul, deixando a área de maior presença dos reinos da Confederação Jalofa, intensificava-se a área de maior influência do proeminente império do Mali, que no decorrer dos séculos XIII e XIV galgou-se como centro de poder na região. Mark assinala que "a população do baixo Gâmbia era uma mistura de Serer, Wolofs e descendentes de comerciantes e guerreiros Mandingas que haviam migrado para o Ocidente vindos do território dos povos de língua Mande"[201]. É sempre importante notar que o exercício desse poder se dava nas dinâmicas africanas de maneira distinta da que a palavra "centro" pode sugerir.[202] O pagamento de tributos[203] e posição de destaque no comércio eram as principais formas de exercício de domínio do Mali. Como Green indica, muitas pequenas unidades políticas ao longo da atual Guiné Bissau, se estabeleceram ali durante o século XIII

---

[199] "All this made political units smaller and contributed to an área of great human and political complexity". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 33.

[200] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P.33.

[201] Tradução livre do trecho "The population of the lower Gambia was a mixture of indigenous Serer, Wolofs, and the descendentes of Manding traders and warriors who had migrated West from the hearland of the Mande-speaking peoples". MARK, Peter. ***"Portuguese" Style and Luso-African Identity:*** Precolonial Se gambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. By *Peter Mark*. Bloomington: Indiana University Press, 2002. p. 1.

[202] O próprio Toby Green tem o cuidado de esclarecer que a ideia por vezes presente na historiografia de imposição de poderes absolutos, como quando tratamos da história dos mandingas, se deve mais a resquícios de uma historiografia imperialista do que uma representação do que ocorreu na região. GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 50.

[203] A key feature of political institutions in Senegambian states during the fifteenth and sixteenth centuries was the decentralization of power. Royal regimes administered persons without always necessarily managing the land. For that reason, monarchical power, often imposed by violence, initiated the prevalence of political relationships over land relations. […] The dominant mode of production might be described as tributary. […] This exploitation practiced by the dominant class took the form of fees and dues on land collected in kind, along with a vast array of other duties and taxes" BOUBACAR BARRY. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. P.31.

devido a expansão mande vinda do interior da Guiné[204]. Entre os muitos efeitos desse exercício de domínio mandinga, observam-se os processos de aculturação de povos e compartilhamento de práticas culturais e de produção. O que já são alguns dos indícios de processos de coexistências e transformações anteriormente mencionados e característicos dos séculos anteriores ao XV.

Durante os séculos XII e XV um período de secas prolongadas na porção interior à leste modificou limites e incentivou migrações de povos Mande que irradiavam para a região da Guiné, entre eles comerciantes e ferreiros que possuíam "importante poder ritual para as populações Mande"[205]. O impacto da diáspora mandinga pode ter sido o responsável tanto pelas por alterações climáticas na região, assim como também pelo aumento da importância do comércio transaariano, visto a chegada de novos habilidosos agentes comerciais, "o que a maior parte das fontes observa como sendo o começo do florescimento no século X e que se expandiu rapidamente a partir do final do século XI em diante"[206], a respeito do fortalecimento dos contatos através do Saara

A outra consequência da diáspora Mande foi o estabelecimento e formação do reino do Kaabu, no "planalto entre as montanhas do Fouta Djallon e os riachos e florestas da costa" que provavelmente teve início na segunda metade do século XIII[207]. A influência do Mali entre os povos da Costa da Alta Guiné aumentou gradativamente após o século XIII, assim como a influência do Islã, que era também presente entre os estados da Confederação Jalofa. O fortalecimento do Mali acompanhava a intensificação das conexões transaarianas e do comércio,[208] tendo nas relações religiosas um elemento unificador.

A relação entre comércio e as transformações culturais aqui é de dificil separação, a rotatividade de agentes islâmicos nas caravanas vindas do Saara era expressiva e suas estratégias de adoção de aspectos da cultura de seus anfitriões, gerava afinidades que deram o tom do sucesso das acomodações culturais. Elikia M'Bokolo destaca que "do ponto de vista

---

[204] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 33.
[205] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.36.
[206] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.36.
[207] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.P 35.
[208]GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 38

das populações, o progresso da nova religião foi particularmente rápido em certos casos, em consequência da conjunção de vários fatores de ordem social, política ou geográfica: toucouleurs, sarakole, mandinga, songai e kanembu mostraram-se sensíveis ao Islã, sem que isso significasse de resto a renúncia total e definitiva às crenças antigas"[209]. Como Green observa "apesar dessa prática religiosa hibridizada, entretanto, o Islã foi fundamental para a expansão do comércio e centralização política […] fazendo a religião, parte de suas práticas espirituais e de culto sem apagar todas as crenças e rituais mais antigos"[210]. Dessa forma, demonstrando como comércio e religião aliados eram a receita de sucesso do poder Mande.[211] Entre as mais comuns formas de expressão desse hibridismo religioso, estavam os amuletos forjados pelos comerciantes itinerantes que professavam a fé de Maomé" [212]. Esses comerciantes, nomeados *Dyulas,* tinham uma importante função na estrutura de dominação do Mali visto que, "o poder comercial e político dos mandingas era afirmado no comércio de longa distância praticado pelos dyula"[213]. Vale buscar o que argumenta David Robinson sobre tais objetos e sua função no que o autor chama de apropriação da cultura visual. O autor trata do uso desses amuletos, como sendo "uma das mais concretas expressões de cultura visual"[214].

Segundo o autor os amuletos – que foram disseminados por comerciantes islâmicos e – utilizados por grupos africanos, eram entendidos como símbolo de poderes mágicos, ou seja, não necessariamente como comprovação de estreita ligação com a fé islâmica. Os

---

[209] M´BOKOLO, Elikia. Estados e Sociedades séculos VII-XV. In: **África Negra: história e civilizações.** Salvador, EDUFBA, 2009. p.135.

[210] Nesse sentido Green ainda observa sobre os chefes locais que "Its adoption by the Mande ruling caste reflected the growth of plural identities among ruling circles, where one (Islamic) religious face was presented to members of this powerful trading diáspora and another (hybrid) ritual face was presented to populations at home. This strategy cemented the place of cultural flexibility as an importante strategy of power brokering in the Sahel". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 39.

[211] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 41.

[212] "The power of the Mandinka and their shared outsider religion was expressed through the growing ritual significance of amulets made by itinerante scholar-traders by using Islamic script, which were known as gris-gris and were used throughout Upper Guinea". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 45.

[213] "Thus Mandinka political, cultural and ritual power was expressed at these markets to groups not under their direct control, because the ritual power os the smiths was well-known and the commercial and political power of the Mandinka was asserted in the long-distance trade practised by the dyula". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p.57.

[214] ROBINSON, David. **Muslim Societies in African History** – New Approaches to African History. Cambridge University Press, Cambridge, 2004. p.45.

africanos compreendiam que tais amuletos, que carregavam trechos do alcorão – e por vezes alguns escritos com desejos e necessidades individuais –, protegiam contra perigos e qualquer vulnerabilidade provocada por doenças, tanto que muitas crianças recém-nascidas ganhavam de seus pais os talismãs visando proteção.[215] A apropriação ocorria, uma vez que para um observador externo, o uso de tais amuletos costumava implicar em uma adesão ao islã, algo que não necessariamente refletia a realidade.

Ademais, a influência mandinga é observável em diferentes aspectos da cultura dos grupos da Guiné, de norte a Sul. Como notou Green há inclusive evidências linguísticas que demonstram como entre os Wolof isso se expressava[216]. Diferente da organização dos grupos da porção norte da Guiné, as estruturas dos núcleos das populações na porção sul eram bem mais descentralizadas, tendo inclusive recebido a definição de acéfalos[217]. Isso porque não havia exatamente uma subordinação ao império do Mali, em termos políticos e também no aspecto religioso e cultural. Dessa forma, havia certa hegemonia de poder Mande na região, mas as estruturas e autoridade de pequenos líderes foram mantidos, permitindo uma proximidade aos poderes mandingas, mas sem subjugar os líderes locais. O que acabou por ampliar as áreas de atuação Madinga[218]. Assim é possível compreender como também houve a manutenção de religiões animistas, que permaneceram sem grandes expressões de hibridismos ou influência islâmica. Como observa Barry sobre a região da Costa da Alta Guiné, a pouca unidade política era acompanhada de grande proeminência comercial e fluidez cultural, o que nos intriga se não seria talvez o segredo para seu sucesso,

> Paradoxalmente para uma região sem unidade política de longa escala, a economia e atividades comerciais era extraordinariamente dinamicas. Enquanto cavalos, burros e camelos eram indispensáveis meios de transporte nos vastos espaços abertos da savana e do Sahel, aqui o veículo

---

[215] Ao que o autor ainda defende sobre o islã em determinados espaços africanos, que "the various ways that, at different times over past 1400 years, Islam has been appropriated or articulated in particular societies, to put in another way, how African groups have created "muslim" space or made Islam their own". ROBINSON, David. **Muslim Societies in African History** – New Approaches to African History. Cambridge University Press, Cambridge, 2004. p.42.

[216] Linguistic evidence confirms Mandinka influence at this time among the Jolof of Senegambia, because the Mandinka word *fará* was used to designate numerous dignitaries" GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa,** 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 43.

[217] Expressão bastante utilizada por Barry, Green e Hawthorne para referir aos grupos onde as estruturas de pode não eram definidas por núcleos hierárquicos.

[218] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Afric**a, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 43.

primário eram as canoas, popularmente conhecidas como Almadias[219].

Dessa forma, a presença do islã e seu diálogo com as tradições dos grupos da Guiné se deu de diferentes formas, tendo sido inclusive proporcionado pela diáspora mandinga e suas consequências. Nesse sentido, a organização e estruturação do poder Mande na região da Guiné se deu por décadas em relações entre hóspedes e convidados, em meio ao fortalecimento do comércio transaariano, acomodações e hibridismos. As alianças, concessões e aculturação promovidas foram processos constantes e sucessivos observados entre as sociedades guineenses, fosse entre os grupos mais estruturados politicamente com núcleos de poder mais definidos, ou mesmo os chamados acéfalos.[220]

Entre os exemplos desses processos de interações estiveram: a adoção de determinadas práticas ou mudança no nome de grupos após a chegada Mandinga. Como o ocorrido na região "no planalto entre as montanhas e afluentes do Fouta Djalon e as florestas da costa[221]" onde localizava-se o reino do Kaabu, que sendo Mande e de tradições patrilineares[222], após a chegada dos povos Bainunk – e interações que daí sucederam com concessões e acomodações culturais –, acabaram adotando em todo o reino, práticas matrilineares[223]. Para Green, essas constantes acomodações não caracterizam algo especial das sociedades da Guiné, pois como lembra o autor "todas as sociedades possuem a capacidade para tal acomodação e sincretismo, essas qualidades emergem com maior força em determinados momentos, nesse caso, a conexão com o comércio de longa distância e poderes políticos associados aos recém chegados, foi fundamental para os mandingas do Mali e sua relação com a diáspora dos povos do Norte Africano, como também para os guineenses

---

[219] Tradução livre de "Paradoxically for a region without large-scale political units, economic and trading activities were extraordinarily dynamic. While horses, donkeys, and camels were the indispensable means of transport in the vast open spaces of the savanna and the Sahel, here the prime vehicle was the canoe, popularly known as *almadie"*. BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade.** Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. p. 19.

[220] "Yet the process of cultural accomodation flowed in two directions, as aspects of the diasporic trading religion themselves were influenced by local ritual practices, and it was this complex interplay of reciprocal cultural influences from both host and guest cultures which was to be of fundamental importance when the first Atlantic traders began to arrive" GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 46.

[221] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 35.

[222] LEVTZION. Nehemia. Was Royal Succession in Ancient Ghana Matrilineal? **The International Journal of African Historical Studies.** Vol. 5, No. 1 (1972), pp. 91-93. LEVITZION, Nehemia. The thirteenth- and fourteenth-century kings of Mali**. Journal of African History.** Vol 4. Issue 03. November 1963, pp 341-353.

[223] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 51.

da Alta Guiné e suas relações com os mandingas"[224]. Tamanha foi a adesão e disseminação das práticas matrilineares entre povos mandingas, que o próprio Almada, escrevendo entre as décadas de 1580 e 1590 relata que as tradições matrilineares eram observadas entre os mandingas do Rio Gambia[225].

Como se pode perceber, não houve imposição forçada de práticas Mandingas sobre as sociedades em contato, embora a influência desses tenha sido clara, como resultado de interações culturais. O que não se traduz também em afirmar que não tenham ocorrido processos violentos.[226] Um bom exemplo disso foram as migrações dos fulas[227], comandada por Kolly Tengela, que em finais do século XV localizavam-se à leste, na região do Futa Toro ao longo do Rio Senegal, que em conflito com os Mandingas acabaram abastecendo com escravos prisioneiros da guerra, muito do mercado Atlântico. A esse exemplo é sempre válido somar o lembrete de que o tráfico escravo já era prática existente no comércio transaariano, mas em molde diferente do que tomou após o início do comércio Atlântico[228]. Barry acrescenta que a escravidão era também uma antiga instituição na economia doméstica da Senegambia, "com exceção das sociedades igualitárias dos Rios do Sul". Contudo "a escravidão não parecer ter tido papel chave no modo de produção, que permaneceu tributário mesmo dentro do contexto monárquico. Ainda, por séculos, escravos eram enviados em

---

[224] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 52.

[225] A saber "determinaram entre todos uma lei que é até hoje guardada nos mais Reinos dos Jalofos Barbacins, e Mandingas, a qual foi esta: que visto como os Reis têm muitas mulheres e como bem pode ser não serem todos os filhos seus, e serem de outros pais, e que sendo assim herdariam os Reinos alguns indevidamente, não lhes pertencendo, tirando-o a outros a que um de direito pertencesse, mandavam que daí por diante não herdassem os Reinos naquelas partes os filhos dos Reis, senão [os] seus sobrinhos, filhos de suas irmãs da parte da mãe". ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594.** Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 46

[226] "The imposition of new cultural and economic realities such as the Mandinka embarked upon in Upper Guinea in the thirteenth and fourteenth centuries has Always been accompanied by violence, whether there, in the Atlantic world of the early modern era, or in Africa again in the colonial era. GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 61

[227] Referido na época como Fulo e atualmente denominados Fulbe. Pullo, Fulbe

[228] "However, gold was not the only commodity in demand, and this expansion cannot have been entirely separated from the trans-Saharan slavery which accompanied the gold trade". [...] Yet admiting this is not the same thing as declaring that this practice of slavery involved people selling members of their own lineage". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 37

pequenos números para os mercados do norte para venda[229]".

O processo de emergência e expansão do Mali e de sua população, assim como suas influências, ficou conhecido como "mandinguização". Como vimos, também resultou em efeitos para a população mande, que dialeticamente acabou por também sofrer acomodações culturais[230]. Como reforça Green "a chave para o desenvolvimento desse poder pelo Mali foi sua receptividade e tratamento da diáspora comercial, assim como sua acomodação à religião islâmica professada por seus membros"[231]. Esse processo de "mandinguização" inclusive ficou bastante evidente quando da chegada dos portugueses à Guiné. Como reforça Green os nomes de linhagens e sociedades aprendidos pelos primeiros portugueses tinham influência mandinga[232] em suas denominações[233]. Seguindo ainda o proposto por Jean-Loup Amselle, Green complementa que para as populações da região esse diálogo cultural era regido por um forte significado baseado em uma percepção e princípio do modo de governar desses poderes locais, "significando que essa população era capaz de portar flexíveis ou mesmo múltiplas identidades, eles se filiavam tanto a linhagens e vilarejos e ao mesmo tempo a unidades políticas mais amplas, tal como a presente em Casamança[234]".

---

[229] "Slaves were used as currency in arms deals. During the time of the trans-Saharan trade, they were also used to buy salt, horses, and luxury goods - the aristocratic status symbols of the day". BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. P. 31-32.

[230] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 52.

[231] Tradução livre do trecho: "key to the development of this power by Mali had been its receptivity to and treatment of trading diásporas, as well as its accommodation to the Islamic religion professed by diaspora members". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 56.

[232] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 63.

[233] Sobre essa questão é importante ouvir a crítica efetuada por José Horta para essa perspectiva de Green, na qual Horta destaca que "já não o ratificamos quando formula a hipótese de os nomes usados pelos portugueses para designar as populações serem uma simples projeção fruto de uma invenção anterior, mandinga. Não há evidência de que o comércio iniciado na costa do norte do atual Senegal a partir do final dos anos 40 do século XV tivesse já intermediários Mandingas". Ou seja, a influencia mandinga na nomeação de grupos pode ter ocorrido, mas não em totalidade, para uma explicação pormenorizada da inconsistencia dessa afirmação ver HORTA, José da Silva. "Nações", marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). Belo Horizonte. **Varia História**. vol. 29, nº 51. Set/dez, 2013. p. 670-672.

[234] "Meaning that people were quite able to hold flexible and even multiple identities; they could be affiliated both with particular villages and lineages, and also to wider political units such as that of Casamance". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 6,4

Fica aparente no diálogo entre a absorção e adoção de práticas culturais, um aspecto essencial quando tratamos do diálogo entre sistemas de crenças na Guiné. A inserção de novos símbolos e rituais era entendido como algo agregador e não diminuidor de certas autonomias pelas linhagens africanas, o que nesse sentido possibilitou ao islã uma função polissêmica. Walter Hawthorne nos explica que as populações costeiras da Alta Guiné "acreditavam que eles não monopolizavam as comunicações com as coisas fora do conhecido, reino natural. Em outras palavras, eles aceitavam que as pessoas que não pertenciam às suas comunicadades extraíam poder do sobrenatural"[235]. Nesse sentido, como vimos, determinados signos religiosos do islã foram adaptados em meio aos processos de acomodação cultural. Mesmo entre grupos em que não se observava uma presença coesa de práticas islâmicas, era possível encontrar as chamadas nóminas sendo utilizadas por seus integrantes, como anteriormente argumentado na menção da ideia de Robinson sobre as apropriações da cultura visual[236]. Os agentes veiculadores e responsáveis por esses saberes e objetos são encontrados nas fontes de Donelha, Almada e Lemos Coelho, referindo aos sacerdotes do islã na Guiné, os chamados Bexerins[237] (marabouts). O proselitismo islâmico praticado por estes sacerdotes itinerantes era presente mesmo em sociedades em que o islã ainda estava em processo de adoção[238]. As menções feitas às atividades ligadas a esses agentes são distintas e podem ser associadas às práticas muçulmanas, mas por vezes também animistas. Como Hawthorne sintetiza,

> Outra indicação de que as populações costeiras procuravam por poder espiritual fora de suas vilas, pode ser encontrado em sua relação com os mandingas itinerantes vindos de áreas à norte e leste, que ofereciam

[235] Tradução livre do trecho "Coastal people believed that they did not monopolize communications with things outside the known, natural realm. In ohter words, they were accepting of the ways that people who were not of their communities drew power from the supernatural". HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil** - Culture, Identtity and Atlantic Slave Trade 1600-1830. New York: Cambridge University Press. 2010. p.221.

[236] Como abordado anteriormente (Ver nota 60) o uso das nóminas fornecidas pelos agentes islâmicos era recebido como uma proteção

[237] A grafia nas fontes possui inúmeras variações, entre bixirins, bexirins, bexerins. Termo que de origem árabe (*mabacharim*) era utilizado para designar "o sacerdote predicador do Islã". SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII)**. MÉTIS: história & cultura.** V. 10, n. 19. Jan./jun. 2011. p.190. É interessante perceber que o termo aparece nos relatos como sinônimo de Jabacoses (também com grafia variada na documentação, jambacouse, jambacousse, jabacouse, jabacouce) e caciz.

[238] É importante reforçar que a presença islâmica entre grupos e linhagens possuía expressões e formas distintas, enquanto alguns grupos mantiveram-se animistas, em outros, como entre os reinos da Confederação Jalofa muitas práticas islâmicas eram mais rigorosamente praticadas. Ao mesmo tempo, em algumas áreas de grande proeminência comercial, como na região do Rio Gâmbia, havia um diálogo entre práticas muçulmanas e animistas. Não é possível fazer afirmações generalizantes sobre a presença do islã nesse período na Guiné.

> *grisgris* poderosos. A maior parte destes Mandingas eram muçulmanos comerciantes-eruditos, ou marabouts, que eram conhecidos localmente como *bexerins (*ou *bixirins*), *cacizes e Mozes*. Todas as populações costeiras reconheciam-os como possuidors de habilidades únicas para negociar com o reino sobrenatural. Marabouts eram conectados à poderosas redes de comércio que se estendiam em profundidade do interior ao norte através do deserto do Saara. Marabouts, também, sabiam a escrita mágica, algo que os distinguia dos povos costeiros e deu-lhes um caráter místico.[239]

Completando esse raciocínio, a própria descrição de Lemos Coelho sobre a função desempenhada por esses agentes, reflete tanto uma leitura os papéis que desempenhavam, quanto também a associação que o autor fazia da religião islâmica como antagonista ao cristianismo. Seus escritos nos contam que eram esses Bexerins "os letrados da lei, e todos leem, e escrevem a língua arábica, se bem tambem com erros, prezão-se de grandes adivinhadores, e feiticeiros, e os negros tem grande medo deles, deste há alguns de mais alta dignidade, como entre nós os doutores, ou bispos, a que chamam fodigués"[240]. A correspondência que o autor faz entre os bexerins e doutores e bispos católicos revela a importância de suas funções em meio aos grupos descritos. Esses retratos fornecidos tanto por agentes caboverdianos do comércio como também por religiosos, se dão sobre grupos islamizados, mas também para os descritos como idólatras[241]. Dessa forma, o diálogo entre crenças animistas e islâmicas desempenhou diversos e essenciais papéis, tais como o de elo entre sociedades, facilitador nas transações comerciais, gerando ainda uma postura mais flexível às sociedades da Guiné que passavam a conceber e coexistir com populações diaspóricas islamizadas.

---

[239] Tradução livre do trecho "another indication that coastal people looked outward from their villages for spiritual power can be found in their embrace of itinerant Mandinka from areas north and east who offered powerful grisgris. Most of this Mandinka were Muslim merchant-scholars, or marabouts, who were known locally as bexerins (or bixirins), cacizes, and mozes. All coastal people recognized them as possessing unique abilities to negotiate with the supernatural realm. Marabouts were connected to powerful trade networks that streched deep into the interior and north across the Sahara desert. Marabouts, too, knew of the magic writing, something that set them apart from coastal people and gave them mystique". HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil** - Culture, Identtity and Atlantic Slave Trade 1600-1830. New York: Cambridge University Press. 2010. p.222.

[240] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas descrições seiscentistas da Guiné [1684].**Manuscritos inéditos publicados com introdução e anotações históricas pelo acadêmico de nome Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953. p.55.

[241] Como se sabe a idolatria não corresponde a uma prática muçulmana, mas voltaremos a essa discussão no próximo capitulo.

Mapa 2 **"Mapa das Pessoas e Culturas na Alta Guiné e as Zonas de seus Territórios". In: GREEN, Toby.** The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012**

Como se objetivou demonstrar, a etapa do comércio Atlântico sem dúvida foi um marco na história da Guiné, representando um novo momento, sem necessariamente figurar algo inédito no que diz respeito às relações interculturais. Sem dúvida, como definiu Hawthorne "na medida em que pessoas, bens comerciais e ideias fluíam através do oceano, a cultura e economia de africanos, americanos e europeus foram radicalmente reformuladas"[242]. No concernente às mudanças e impacto associados ao comércio, o estudo de Hawthorne faz um excelente trabalho demonstrando como seus efeitos e papel desempenhado por ambos os lados das negociações. Argumentando sobre as influências em grupos sem núcleo de poder centralizado, o autor demonstra como, nos séculos XV e XVI, os Balanta não foram apenas presas fáceis no comércio de escravos. Inicialmente a participação que era restrita aos mercados locais como cultivadores de inhame, passou a ser alvo de revoltas de escravos. Culminando na transferência para aldeias maiores e ao cultivo do arroz, dada a maior eficiência nutricional. Para o novo cultivo era necessário o uso de ferramentas de ferro, que eram adquiridas por meio de comerciantes mandingas, mas apenas em pequenas quantidades, por conta do baixo poder de compra dos Balanta. O contato com comerciantes estrangeiros que visitavam a região da Guiné tornou possível o acesso a maiores quantidades de ferro, mas alterando a moeda de troca para escravos. O que levou a inserção dos Balanta no comércio de escravos, muitas vezes por meio do apresamento de outras comunidades Balanta, com uso de artilharia oriunda do comércio de escravos. O apresamento e venda de integrantes de seu próprio grupo se dava dentro de seus sistemas jurídicos. A esse exemplo, outras sociedades descentralizadas engajaram-se em transações comerciais, abastecendo as demandas européias por escravos, visando expandir sua autoridade em território africano[243]. Nesse sentido, é válido destacar o apontado por Trevor Hall sobre algumas pressuposições historiográficas sobre o papel da escravidão entre comunidades africanas.

> Alguns autores assumem que se os cativos que se tornaram escravos nas sociedades do Atlântico fossem enviados dos reinos da África Ocidental, então essas sociedades africanas deveriam ter sido baseadas na escravidão. A idéia de que uma sociedade exportou presos humanos, mas que não tenha

---

[242] "As people, trade goods, and ideas flowed across the ocean, African, American, and European cultures and economies were radically reshaped". HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil** - Culture, Identtity and Atlantic Slave Trade 1600-1830. New York: Cambridge University Press. 2010. p.1.

[243] HAWTHORNE, Walter. **Planting Rice and Harvesting Slaves*:* Transformations along the Guinea-Bissau Coast,** 1400–1900. Portsmouth, N.H.: Heinemann, 2003.

> tido uma cultura baseada em escravos, está ausente na historiografia do tráfico de escravos africanos[244]

Portanto, embora a escravidão não fosse estranha aos africanos antes da presença europeia, seu formato e padrões sofreram transformações após a inserção nas dinâmicas Atlânticas. Influenciando-as assim como por estas sendo influenciada. Devido as grandes demandas vindas do Atlântico, o aumento de importação de armas, de guerras e consequentemente de cativos, abastecia o mercado de escravos. Por sua vez, a Guiné que possuía baixa demanda interna de escravos exportava quase em totalidade seus prisioneiros de guerras civis e militares[245]. Como mencionado no capítulo um, é sempre importante observar as dinâmicas africanas, que cercam esse assunto creditando voz ativa aos africanos nos processos comerciais, no entanto, algumas leituras podem ser tendenciosas, como a de Christopher Fyfe, priorizando premissas como a de que "a escravidão beneficiou reinos africanos". Sem dúvida, ganhos foram obtidos por meio do comércio, mas é importante ter em mente o apontado por Trevor Hall de que os "reinos da Guine não se viam como parte de economias mundiais mais amplas, mas continuaram a combater em guerras localizadas que forneciam presos humanos que se tornaram escravos num mundo que a maioria dos africanos nunca tinha visto nem imaginado[246].

A formação da base de um sistema Atlântico que se inicia na Guiné no século XV, contou com diferentes processos em sua lapidação. Uma primeira crioulização, assim

---

[244] Tradução livre do trecho "Some authors assume that if captives who became slaves in Atlantic societies were shipped from west african kingdoms, then those African societies had to have been slave based. The idea that a society exported human captives but may not have been a slave-based culture is absent in the historiography of African slave trade". HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p. 66.

[245] Tradução livre do trecho "During the first centuries of contact with Iberians, many kingdoms in Guine imported armaments that increased the number of wars and generated large numbers of civilian and military prisoners of war, who were shipped from Guine as slaves. Lançados, who lived in Guine, had a high demand for these captives, and thousands of Africans fell under the control of the Lançados, who promptly shipped them abroad as slaves. Guine shipped slaves because the area had a low internal demand for slaves". HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p. 212-13,

[246] Tradução livre do trecho "Most importantly, the kingdoms of Guine did not view themselves as part of wider, world economies but continued to fight localized wars that supplied human captives who became slaves in a world that most Africans had never seen or imagined". HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p. 214.

definida por Green na Costa da Alta Guiné, com as migrações mandingas dos séculos XIII e XIV, as populações diaspóricas vindas do Saara e posteriormente as demandas da formação do estado no Portugal medieval, que acabaram por moldar economia Atlântica inicial, em seus aspectos violentos e também suas demais demandas e legados[247], acompanhado da organização e consolidação de um sistema atlântico.

A soberania do Mali e a Mandinguização se fizeram sentir em diferentes esferas de poder, sendo inclusive a responsável por apresentar às populações guineenses novas formas de contatos culturais, acomodações e processos de aculturação, gerando hibridismos culturais. Sua relação não foi homogênea com os diferentes grupos na Guiné, pois como se observou a estruturação do poder oscilava de Norte a Sul entre os mais e menos centralizados, como os reinos integrantes da Confederação Jalofa. De toda forma, as práticas mandingas de contato, assentamento e casamentos com as mulheres das sociedades locais, foram as grandes responsáveis pela convivência duradoura e assimilação cultural na Guiné.

A compreensão de Trajano Filho sobre esse processo povoamento gradativo, que levava ao contato e coexistência cultural – com episódios pacíficos e de conquista –, é de que propiciou o "surgimento de comunidades políticas que se reproduziam por meio de processos mais complexos do que a pura imposição de estruturas de dominação e a conseqüente exclusão de estruturas antigas e de todo um sistema de valores e símbolos"[248]. Gerando um processo atípico no qual a "construção de estruturas estatais na região foi produto de um complexo fluxo de empréstimos e da constituição de fronteiras permeáveis[249]". O autor apresenta a percepção de que o processo de organização e ocupação territorial da Costa da Guiné foi centrífugo, cujo centro emanava do Sudão Ocidental[250]. Por sua vez, Barry complementa a percepção indicando que as populações organizadas no XV tratavam-se de sociedades independentes, mas não isoladas. O volume de viagens em diversas direções proporcionava o contato cultural com as famílias de variados locais, permitindo muitas vezes

---

[247] GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 69.

[248] TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.13

[249] TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In: **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.13

[250] Ao longo do tempo, provavelmente desde o século XI, várias levas migratórias de grupos falantes de línguas da família Mande, vindos da região entre o alto Senegal e o alto Níger, empurraram uma parcela das populações de agricultores do Kaabu e do Bajar em direção à costa. TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In: **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.11.

a assimilação de imigrantes. Algo que no longo prazo incorreu em mudanças de etnias e línguas.[251]

Essa interação entre grupos e linhagens foi sempre influenciada pelas migrações de populações Mande e soberania do Mali. Os resultados desses processos geraram a história de uma "elástica resistência por eles desenvolvida contra a dominação dos guerreiros mande", que por vezes resistiam à expansão dos reinos mandingas como espaços independentes e em outras eram assimilados por um movimento de crioulização cultural, esse que "já estava bem adiantado quando os portugueses ali chegaram"[252].

É nesse cenário complexo fruto de processos seculares anteriores que aportaram os primeiros portugueses no século XV e se estabeleceram, em Cabo Verde, e foram recebidos, na Guiné, durante os séculos XV e XVI, representando novas possibilidades aos poderes africanos. Assim, se os habitantes da Alta Guiné estiveram inseridos na "crioulização primária" no desenrolar da expansão mandinga rumo à costa – assimilando hábitos, produtos e costumes de comerciantes islâmicos –, o que seguiu esse processo foi o contato de acordo com o mesmo padrão, com comerciantes europeus. Em boa parte, esses comerciantes eram também cristãos novos "deslocados e culturalmente adaptáveis", que buscavam escravos na Alta Guiné[253].

Sob essa inspiração, torna-se compreensível a razão de certas críticas às fontes descritivas do período que hipervalorizam os conceitos de reinos, impérios, reis e outras aproximações às noções de poder européias por parte dos escritores. O observado por esses agentes possuía uma forma própria de organização e domínio, mas algumas formas de

---

[251] Tradução livre do trecho "Though economically rather independent of each other, each with its subsistence economy, these societies were by no means isolated from each other. Individuals and groups did a great deal of traveling in all directions. When they reached a different community, they intermingled according to the rules of their host communities, in a region where there was still plenty of space for incoming migrants. In the process, people switched ethnic groups and languages. There were Toures, originally Manding, who became Tukulor or Wolof; Jallos, originally Peul, became Khaasonke; Moors turned into Naari Kajor; Mane and Sane, originally Joola surnames, were taken by the Manding royalty of Kaabu. There was, in short, a constant mixture of peoples in Senegambia, destined for centuries to share a common space. Senegambia, in some respects, functioned like a vast reserve into which populations in the Sudan and the Sahel habitually poured surplus members. In their new home the immigrants created a civilization of constant flux, in which ethnic identities were primarily a result of the mutual isolation of domestic communities caused by the subsistence economy". BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998. p. 35.

[252] TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In: **Série Antropologia**, n° 343, 2003. p.13.

[253] LINDSAY, Lisa A. Extraversion, Creolization, and Dependency in the Atlantic Slave Trade. **The Journal of African History**, vol. 55, pp 142.

soberania e poder pareciam familiares aos seus olhos. Como Green nos lembra, é sempre necessário confrontar esses escritos e questioná-los, em muito pelas inúmeras adaptações e traduções de valores africanos à realidade europeia[254]. Encaixa-se nessa interpretação a noção utilizada por Horta, de um stock cultural[255], como sendo responsável pelas traduções e aproximações que geraram o africano representado presente nas fontes europeias.

[254] "Fifteenth-century Portuguese accounts of Mali may well have been projections of the Portuguese intuition about their own power and authority rather than an objective account of power relations". GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 35.

[255] "A representação, enquanto tradução mental de uma realidade exterior percepcionada, implica um processo de abstração que passe pelo gerir – mais ou menos inconsciente – das classificações disponíveis no stock cultural para tornar inteligível e avaliar essa realidade. Os valores que subjazem cristalizam-se assim em categorias, lugares-comuns e estereótipos, que organizam a cada momento as representações, das quais são como que a linguagem, o código de referencia permanente". HORTA, José da Silva. A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508). **Mare Liberum**, nº2. 1991.p. 209.

2. O eixo cabo-verdiano-guineense: um breve histórico de seu povoamento

As ilhas atlânticas desempenharam um papel fundamental nas redes comerciais ultramarinas durante o período da expansão marítima europeia, tal como já demonstrado por diferentes trabalhos sobre o assunto, que se dedicam à história dos arquipélagos.[256] Seus moradores atuaram como intermediários em meio às relações econômicas que se desenvolviam nos espaços costeiros, desempenhando também funções político-administrativas, como foi o caso de Cabo Verde. Contudo, tal como assinalado por António Correia e Silva, seu valor inestimável padecia de ser também circunstancial[257]. Situação que acometeu também porções não insulares, porém a desarticulação de seu papel nas redes de comércio costeiras gerou graves consequências a esses arquipélagos e aos seus ambientes por vezes inóspitos. De uma forma ou de outra, fica claro que em seus períodos de maior proeminência e participação nesse circuito como "portas ideais de partida e escala para navios que operavam em circuitos de longa distância" além de "bases para a formação e partida dos comboios[258]", o fizeram de maneira bastante significativa, que chegava a compensar as adversidades naturais com que lidavam.

No caso de Cabo Verde, a proximidade à costa e ao mesmo tempo sua distância suficientemente segura das ações e mandos dos chefes locais africanos, conferiu não apenas o zelo da coroa portuguesa, assim como também a atenção de outros poderes europeus.[259]

---

[256] "Islands played a key function both in the long-distance and the coastal African trades, either as main gateways for the export of products for international consumption and labour markets, or as logistical hubs in the coastal trade". SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** vol. 26 no. 3. August, 2014. p. 559.

[257] O autor faz uma analogia ao papel estratégico atribuído as ilhas em um cenário macro das transações Atlânticas aos peões em um jogo de xadrez, que podem ser preciosos para a manutenção e sucesso de um jogo em determinados momentos. "Um espaço desinteressante, pouco solicitado ontem, pode converter-se, quase de um dia para o outro, num efervescente centro de confluência para, de seguida, anos, décadas ou mesmo séculos depois, tornar-se num espaço decadente, em perda progressiva e acelerada de vitalidade econômica, política ou cultural que tão intensamente albergara". SILVA, Antonio Correia e. Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p.1- 2.

[258] Tradução livre de "islands with their natural harbours and strategic positions in relation tothe oceanic wind systems would also be ideal ports of departure and call for vessels operating in long-distance circuits.[...] Second, the islands were excellent bases for the formation and departure of convoys." African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. Filipa Ribeiro da Silva **The international Journal of Maritime History**, 2014. Vol. 26 (3). p. 557.

[259] "For the first sailors and merchants travelling to western Africa, uninhabited islands such as Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé provided a safe haven where no negotiation and/or conflict with African authorities was required either for the use of the islands as refreshing stations, using the natural resources of the land (water, firewood, fruits, etc.), or for settlement. Abundance of water, wood and land also made some of these islands (especially in the Cape Verde and São Tomé archipelagos) attractive for agriculture, cattle breeding, and

Embora historiadores não sejam incisivos sobre se havia de fato um real interesse de outros poderes europeus em dominarem as ilhas, o que temos por certo é do caráter político dos ataques sucessivos feitos a essas em finais do século XVI.[260] As ilhas mostravam-se não apenas como porto seguro onde não era necessário dispender negociações ou conflitos com os poderes africanos,[261] mas também ambientes passíveis de desenvolvimento de atividades agropecuárias e extrativas,[262] como no caso aqui abordado.[263]

Por esse motivo são foco de estudos que visam destacar seu papel na construção das redes de interação do Ultramar, mas mais do que isso demonstrar o peso que tiveram na formação dos circuitos comerciais de diferentes coroas. O papel desempenhado por Cabo Verde já foi muito bem analisado em diferentes contextos, considerando a expansão marítima ibérica para o período, contudo, é interessante destacar trabalhos recentes como o da historiadora Filipa Ribeiro da Silva e seu exercício comparativo sobre a presença e formas de organização de diferentes coroas em mesmas regiões no Atlântico.[264] Que em um de seus trabalhos ressalta a função chave dos arquipélagos tanto no comércio costeiro como o de longa distancia[265], contextualizando ambos em perspectivas historiográficas recentes. A

---

extraction of natural resources such as salt". SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 557

[260] Ilídio Baleno argumenta que as rivalidades entre as potências europeias nesse período eram de fato e primeiramente comercial, contudo, a partir principalmente dos anos de 1560 esta torna-se também político e militar. O autor explora essas questões abordando os casos de ataques de piratas e corsários às ilhas de Cabo Verde. BALENO, Ilídio Cabral. Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria. SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995.

[261] Somado a isso eram também utilizadas como pontos de carregamentos dos navios com água e mantimentos extras entre as viagens empreendidas. SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 558

[262] SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 557

[263] "Santiago and Fogo, suited to arable agriculture, and others, such as Maio and Sal, more amenable to cattle breeding and salt production. From the first Portuguese settlement on Santiago, the Crown granted settlers permission to trade in the aforementioned areas in the mainland in order to stimulate economic growth in the Cape Verde islands". SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 555.

[264] Trabalhos que compõe uma historiografia recente que revisa, de maneira interessante, determinados conceitos estabelecidos sobre a história do Atlantico, tal como os fatores que levaram a diminuição e "colapso da presença portuguesa no Atlântico depois de 1630" considerando a inserção dos holandeses nos circuitos do Atlantico Sul. **Dutch and Portuguese in Western Africa** – Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674. Filipa Ribeiro Silva. Boston Leiden: Brill. 2011. p.333.

[265] "either as main gateways for the export of products for international consumption and labour markets, or as logistical hubs in the coastal trade". SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch

compreensão aqui explorada caminha no sentido de compreender a forma como enquanto desempenhavam essa função na história do Atlântico, eram também polos de assimilação e hibridização entre diferentes culturas.

Ainda assim, o processo de perda de prestígio de suas funções como ponto estratégico foi um fenômeno que assolou distintas possessões na era Moderna. No caso de Cabo Verde como Filipa Silva assinala tão logo foi possível à Portugal consolidar sua presença na Alta Guiné e costa Angolana, que seus correspondentes arquipélagos estratégicos de Cabo Verde e São Tomé perderam seu destaque econômico aos olhos da coroa.[266] Como a historiadora demonstra é importante lembrar que assegurar o domínio de localidades como os arquipélagos tinha significados muito mais do que econômicos, mas também um desejo intrínseco de extensão de suas soberanias sobre novos territórios e mares[267]

Por estas razões, desde a tomada de conhecimento por parte da coroa portuguesa sobre as ilhas de Cabo Verde e o consequente início de seu povoamento em torno dos anos de 1460 e 1462,[268] foi estimulada a interação pelo poder régio entre ilhas e costa, para promover o fluxo contínuo de moradores de Santiago para realização do comércio na Guiné e fortalecimento da presença portuguesa nesta. O sistema pelo qual foi feita a concessão de terras entre a coroa, donatários e efetivos moradores nas ilhas, desde o início parecia fomentar a criação de um grupo homens que acumulavam em si diferentes funções no seio da ainda insipiente sociedade cabo-verdiana[269]. A necessidade de tornar produtivas as terras recebidas a fim de não perder sobre essas o controle, levou às ilhas uma série de reinóis de poder econômico significativo.

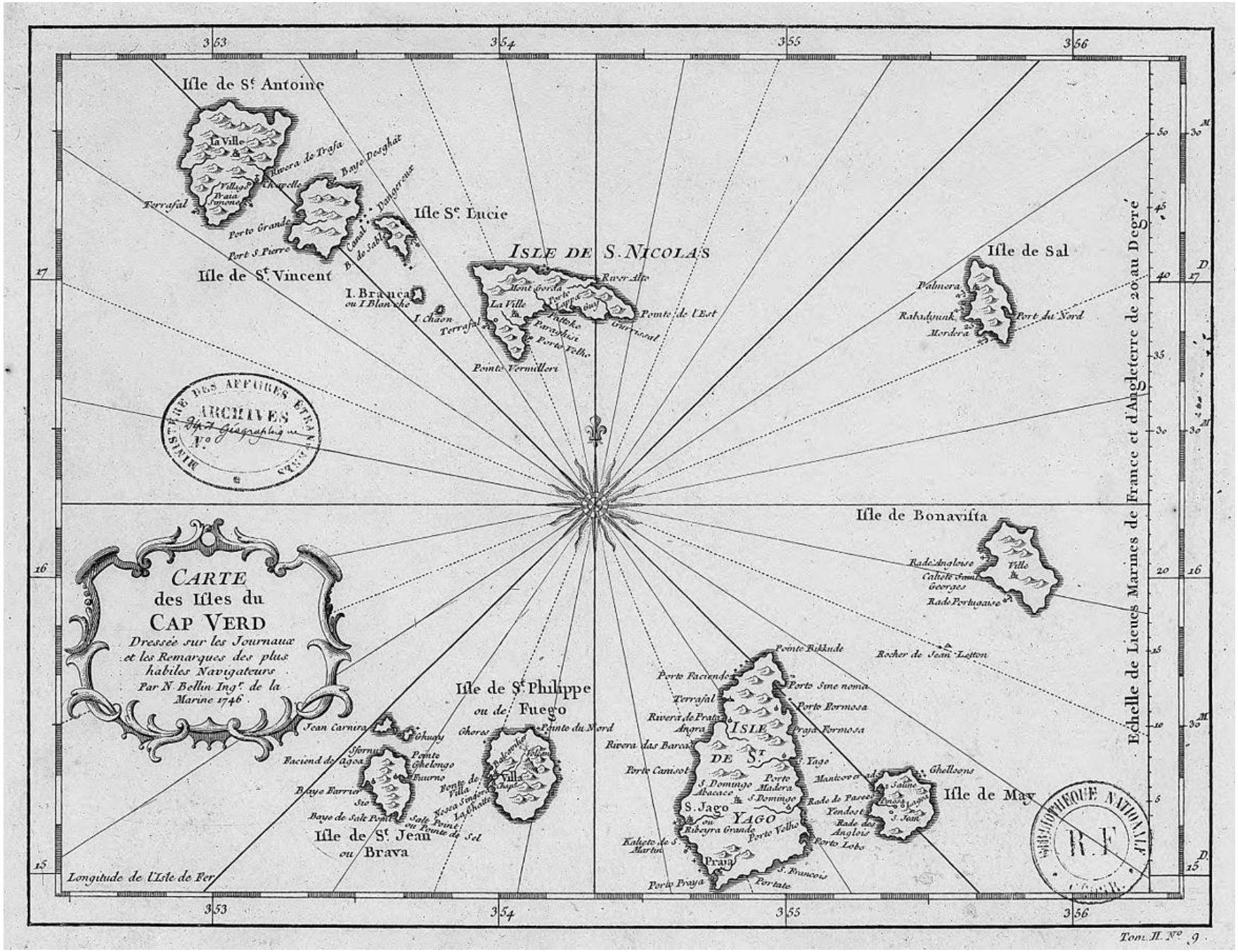
Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 559.

[266] SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 562

[267] SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 566.

[268] ALBUQUERQUE, Luís de. O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991

[269] CABRAL, Iva Maria; SANTOS, Maria Emília Madeira Santos. O nascer de uma sociedade através do morador-armador. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. RIBEIRO, Francisco A. C. **Terratenentes-Mercadores:** tráfico e sociedade em Cabo Verde, 1460-1613. Rio de Janeiro, Multifoco. 2012.



Mapa 3 – Mapa de Cabo Verde. Por Jacques Nicolas Bellin (1703-1772). Disponível em http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb406025638.

Fidalgos e escudeiros buscavam em Santiago, usufruir dos privilégios concedidos pela coroa em 1466, organizando suas vidas de forma a "construir casa, constituir família, organizar clientela, criar gado, arrotear terras, deixar os ossos, se o hábito, a ambição ou o gosto os levassem a deixar-se ficar até ao fim de seus dias".[270] Esses foram os homens que constituiram a elite de Cabo Verde, conhecidos como os *principais da ilha*. Não apenas encarregados da proteção de suas terras, da produção agrícola e de assegurar o funcionamento jurídico das ilhas, mas também com um papel essencial no comércio com a costa. Sendo esses os que ainda no início desse processo de formação social agiram na estruturação do arquipélago "como armadores, comerciantes e senhores de terras, controlando e movendo todos os elos que compunham a cadeia do circuito comercial das ilhas de Cabo Verde-Costa da Guiné".[271] Já configurando desde o início desse processo a integração entre Guiné e ilhas de Cabo Verde, tão almejada por moradores e pela coroa portuguesa. Cabe destacar também a presença, reconhecida e especificada nas Ordenações Manuelinas, dos homens que ali habitavam gozando do status de vizinhos[272]

Nesse desenrolar, escravos iam da Guiné para Santiago, fosse para o povoamento, trabalho nos espaços urbano e rural, assim como para escala antes do embarque à outras porções do Ultramar, mas iam também nesses navios o outro essencial elemento formador da sociedade caboverdiana, as mulheres guineenses. Estas com quem os reinóis tiveram seus filhos e povoaram as ilhas, por meio de casamentos ou de relacionamentos momentâneos, e que mais

---

[270] CABRAL, Iva Maria; SANTOS, Maria Emília Madeira Santos. O nascer de uma sociedade através do morador-armador. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 374

[271] É importante reforçar a forma como esses homens impunham suas vontades e condicionavam o funcionamento das ilhas. "O guarda-mor da vila da Ribeira Grande, escrevendo sobre os feitos dos "homens-poderosos", não se referia aos actos de indivíduos isolados, mas sim aos de um grupo social coeso e solidário na defesa dos seus interesses comuns: anular as limitações da Coroa ao trato na costa da Guiné e fugir aos impostos reais. Para atingir esses fins eram usados todos os meios: a corrupção, os conluios, a assimilação dos oficiais régios, as intimidações e finalmente, a utilização da força para os que não se deixavam influenciar". CABRAL, Iva Maria; SANTOS, Maria Emília Madeira Santos. O nascer de uma sociedade através do morador-armador. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p.384 e 392.

[272] Definição de vizinho segundo as Ordenações Manuelinas "o indivíuo deveria satisfazer um dos seguintes requisitos: ser natural do referido lugar ou de seu termo e não estar sujeito à servidão; exercer algum ofício régio ou de algum senhor da terra, desde que tal ofício lhe permitisse viver razoavelmente e que morasse de facto no lugar; ser perfilhado por algum morador, desde que tal acto fosse confirmado pelo rei; ser casado com mulher da terra, enquanto ali morasse; ter ali a maior parte dos seus bens, com intenção e vontade de ali morar; ou outros regulados pelas "usanças" da terra ou pelo floral da mesma". BALENO, Ilídio Cabral. Povoamento e Formação da Sociedade. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 137.

tarde compuseram o grupo denominado de "filhos da terra".[273]

Como mencionado, em 1466 tendo como objetivo incentivar a ida de portugueses para o recém-descoberto arquipélago de Cabo Verde[274] a coroa promulgou a carta de privilégios aos moradores das ilhas, fornecendo o direito de irem resgatar à costa da Guiné, à exceção de Arguim. Sendo que poderiam comerciar com quem assim o quisessem nas ilhas, reino ou fora dele, após o pagamento dos impostos regios.[275] Contudo, em 1472 com a limitação da carta de 1466 chega ao fim o que parecem ter sido os anos de maior satisfação dos moradores com relação à postura real sobre a causa das ilhas. A partir de então as áreas de atuação dos moradores foram limitadas, excluindo a atuação em Serra Leoa,[276] e como Maria Emília Madeira Santos reforça "o resgate de escravos foi restringido ao número necessário para o povoamento das ilhas e cultivos dos campos. Além disso, apenas podiam utilizar, nas trocas, produtos do próprio arquipélago que se reduziam naquela época, a algodão e cavalos"[277]. Tendo sido esse inclusive um dos motivos do extenso uso das terras das ilhas para a agricultura e criação, que levou a ao esgotamento da flora[278].Por outro lado, o comércio na Guiné passou a ser direito exclusivo dos moradores de Santiago, o que manteve a significativa a vantagem desses no comércio. Na ocasião foram também postuladas as limitações ao uso das mercadorias defesas[279].

---

[273] Homens nados e criados nas ilhas, em sua maioria forros e crioulos

[274] DOMINGUES, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 45.

[275] ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Corpo Documental. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 19-22.

[276] José da Silva Horta apresenta uma perspectiva interessante sobre esse assunto, alegando que pode ter ocorrido uma divergência interpretativa sobre a exclusão ou inclusão da Serra Leoa na carta de 1472. O que poderia ter sido a justificativa para a presença dos moradores das ilhas na região nos anos seguinte. O que se sabe é que al mal entendido foi retificado nos alvarás subsequentes pela coroa, o que não veio a modificar a presença desses agentes, mas sim apenas aumentar sua ilegalidade. Sobre isso ver HORTA, José da Silva. A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.58.

[277] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. P. 486.

[278] "In additin to the influence of the Sahara, the first generation of Portuguese, Genoese, Spanish, and African colonists destroyed the delicate ecological balance of the islands. They over-farmed and overgrazed the land and cut down trees. Goats were among the most destructive animals; they literally ate away the flora, turning the Cape Verde Islands into the desert landscape of the contemporary Cape Verde Republic". HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p. 5.

[279] Em definição essas seriam as mercadorias que eram de resgate exclusivo da coroa. Ficando os moradores

A grande problemática a partir de então passou a ser a relação entre moradores e coroa, no que dizia respeito ao cumprimento dos alvarás promulgados, mas "apesar da legislação, o choque de interesses viria a intensificar-se, originando um tráfico ilegal de escravos, para abastecimento dos navios que escalavam o arquipélago"[280]. Os moradores sofreram sucessivos golpes nos anos seguintes a carta de 1472, por meio de novas limitações. O que ocorria em decorrência da necessidade de reservar espaço para lucros aos arrendatários do comércio com a Guiné. Sendo a própria carta de limitação de 1472 foi fruto de sucessivos desentendimentos entre os moradores de Santiago e Fernão Gomes, sobre o comércio praticado na costa.

Ângela Domingues ressalta que parece bastante provável que a coroa tenha se dado conta de que poderia estar em desvantagem com relação aos moradores na disputa por produtos mais raros, preciosos e rentáveis em geral e que assim logo "apressou-se a esclarecer que a concessão não era lata, devendo-se remeter o trato apenas a zonas que não colidissem com os interesses da coroa – e menos com os de particulares".[281] Ao que Ilídio Baleno acrescenta que tal limitação visava prevenir uma maior concorrência entre moradores das ilhas e coroa, visto que esta "sabia não estar em condição de poder manejar ou, até, enfrentar. E há que convier que tal risco era real".[282] Contudo, como se sabe, tanto este alvará como tantos outros posteriormente expedidos em Portugal não eram cumpridos em totalidade,[283] seja pela falta de vigilância, pela permissividade dos oficiais régios nas ilhas e mesmo pelo aumento do numero de lançados.[284]

---

das ilhas impossibilitados de com elas fazer negócio ou mesmo adquirí-las de outra forma que não fosse por intermediação real e pagamento de tributos. Ressalta-se, contudo, que era sabido do comércio ilegal corrente praticado pelos moradores com estas, sendo inúmeros os processos e multas correntes na documentação em punição aos transgressores, além do sucessivo aumento da lista de itens proibidos que com o passar dos anos iam sendo considerados como mercadorias defesas. TORRÃO. Maria Manuel Ferraz. Atividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 245.

[280] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. P. 486.

[281] DOMINGUES, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 77

[282] BALENO, Idílio Cabral. Povoamento e Formação da Sociedade. In ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 132.

[283] "apesar da legislação, o choque de interesses viria a intensificar-se, originando um tráfico ilegal de escravos, para abastecimento dos navios que escalavam o arquipélago**".** SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. P. 486¨.

[284] Eram tidos como lançados ou tangomaos todos os portugueses que comerciassem ilegalmente na Guiné, residindo, estabelecendo residência e alguns até mesmo adotando as práticas cotidianas dos grupos da região.

De acordo com Trevor Hall,

> Funcionários corruptos do governo exacerbaram o senso de ilegalidade que permeava os portos em alto mar na Iberia e da África Ocidental. No início do século XVI, Manuel I decidiu vender privilégios de arrendamento das Ilhas de Cabo Verde para comerciantes privados. A decisão do rei reduziu as autoridades portuguesas no arquipélago para observadores sem poder econômico real. Lentamente, as ilhas se tornaram um lugar sem lei, operando fora das autoridades européias e africanas[285].

Um marco dessa relação de restrições reais foi o alvará de 1512[286] que determinava que todos os escravos saídos da Guiné deveriam aportar diretamente em Lisboa. Essa restrição implicava em uma perda significativa aos moradores de seu principal elemento atrativo para o comércio com os mercadores que levavam às ilhas produtos necessários a manutenção local. Pão, vinho, azeite, ferramentas e panos de vestir, que chegavam nas ilhas vindos de Lisboa, Setubal, Algarve, ilha da Madeira, Açores, Canárias e Castela[287]. Embora desde 1472 já houvesse a restrição do comércio de escravos, visto que estes apenas deveriam ser adquiridos pelos moradores para servir ao uso do trabalho nas ilhas, a principal moeda de troca dos moradores para compra de seus gêneros alimentícios, eram os escravos vindos da Guiné. Além

---

Em teoria esses eram grandes rivais dos homens que cumpriam parte das ordenações reais, embora é importante ter em mente o que destaca Maria Torrão: "Nesta primeira fase, a concorrência dos lançados procedeu, essencialmente, das alianças tácitas que estes efetuavam com os armadores de Santiago, agravando desta forma, os desentendimentos que se faziam sentir entre os homens de CaboVerde e as tripulações dos navios reais ou dos contratadores do referido comércio – isto em períodos de arrendamento. Na verdade, muitos dos moradores da ilha de Santiago não desprezavam o auxílio dos lançados, quer na colocação das mercadorias que levavam para a Costa a bordo dos seus navios (principalmente se se tratassem de mercadorias defesas), quer no fornecimento das suas embarcações com produtos africanos e com escravos". TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Atividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 250.

[285] Tradução livre do trecho "Corrupt government officials exacerbated the sense of lawlessness that permeated the high seas and ports in Iberia and West Africa. At the dawn of the sixteenth century, Manuel I decided to sell tex-collecting privileges for the Cape Verde Islands to private merchants. The king's decision reduced Portuguese authorities in the archipelago to observers without real economic power. Slowly, the islands became a lawless place, operating outside of European and African authorities". HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p.465.

[286] BRASIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana,** 2º série Vol. II documento 76. 24 de outubro de 1512, p. 51.

[287] Da África para as ilhas importava-se milho e arroz, cera, marfim, ouro, ferro, couro, tecidos e escravos. Da Ibéria e suas colonias importavam: grãos, azeite de oliva, queijo e outros produtos mediterrânicos. Além de cavalos, tecidos, metal, bens manufaturados, bebidas, objetos menores. HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p.407.

Cabo Verde levava para ibéria e colonias, escravos, marfim entre outras coisas.

disso,

> Concomitantemente, o estabelecimento das novas rotas, com escala na capital do reino, implicava um aumento de mortalidade de escravos, bem como um agravamento significativo no frete e na alimentação, e impedia as embarcações de aportar a outros locais em caso de tempestade ou de ataques no mar. Face a estas condições, diziam os moradores, a ilha deixaria de ser abastecida de gêneros vitais, porque os moradores abandonariam o comércio com Cabo Verde[288]

Embora o valor estratégico de Cabo Verde fosse inestimável no contexto do século XV e XVI, em termos comerciais, sua ligação com o tráfico de escravos era elementar a existência de uma comunidade ativa nas ilhas. É necessário apenas reforçar que a escravidão na Guiné se construiu internamente e a despeito do tráfico que se origina após o século XV em Cabo Verde. Nesse sentido, a percepção de que as ilhas seriam apenas um reflexo do tráfico de escravos deve sempre ser analisada com cuidado, pois sem dúvida sua importância no império português estava ligada a isso, mas não apenas pode ser resumido a esse fator.

Ilídio Baleno afirma "a evolução sócio-economica de Santiago dependia fundamentalmente do tráfico", pois a partir deste eram gerados "os lucros que propiciavam aos grandes grupos econômicos sediados na Ribeira Grande uma rápida acumulação de riquezas; a maior parte das receitas que alimentavam o erário publico, e, principalmente, os braços necessários para a colonização", há de se resgatar que na medida em que novas imposições restritivas eram feitas aos comerciantes nas ilhas, menor era a chegada de novos habitantes interessados em estabelecerem-se nas ilhas.[289]

O alvará de 1512 permaneceu inalterado, no entanto, segundo Angela Domingues, não foram sentidos efeitos aos moradores, devido a impossibilidade de vigilância adequada para assegurar seu cumprimento. Ilídio Baleno reforça que a maior preocupação que possuíam os moradores era com a diminuição da chegada de escravos para o comércio, além do aumento do

---

[288] DOMINGUES, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 79.

[289] BALENO, Ilídio Cabral. **Povoamento e Formação da Sociedade.** In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). *História Geral de Cabo Verde*. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991.p. 143.

tempo de viagem que isso acarretaria, levando a morte de boa parte dos escravos[290]. Sempre deixando aparente que a relação entre as imposições da coroa e seu cumprimento nas ilhas, havia uma enorme lacuna.

Devido ao pequeno aparato institucional régio das ilhas em comparação ao de Lisboa, a coroa tentava concentrar as transações sob os olhos de sua alçada de forma a melhor controlá-las, a estipulação do alvará de 1512 tinha claras intenções "o rei estava a criar uma forma de vigilância apertada sobre os navios que iam do arquipélago e sobre a parte mais significativa da carga[291]". Nesse sentido, Antonio Carreira defende que o aperto do cerco se dava como tentativa de combate à atividade dos lançados, embora isso apenas fizesse com que seu número aumentasse cada vez mais[292], dado que nem todos os residentes em Santiago conseguissem passar imunes ao descomprimento dos alvarás. Maria Emília Madeira Santos apresenta mesma percepção, observando que "a legislação revelava-se impossível de cumprir através de uma vigilância eficaz. Acabou, pelo contrário, por criar uma engrenagem que convidava à transgressão e à fuga, resultando, progressivamente, na perda de controle do comércio e da área por parte da coroa e dos contratadores[293]".

Os lançados representavam uma categoria da população que até os dias de hoje desperta muita curiosidade, devido a suas trajetórias muitas vezes ainda desconhecidas na história da Àfrica e do Atlântico[294]. Retornaremos às relações entre moradores e estes no próximo capítulo, mas é importante reforçar que diferentes categorias de homens e mulheres compunham o comércio na Guiné. Abordamos anteriormente o papel dos grumetes, que também figuravam uma espécie de agentes intermediadores do comércio, mas por lançados fazemos referência a um grupo diferenciado.

---

[290] BALENO, Ilídio Cabral. Povoamento e Formação da Sociedade. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p.. 134

[291] DOMINGUES, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 79

[292] CARREIRA, António. CARREIRA, Antonio**. Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

[293] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. P.487

[294] Entre os trabalhos mais recentes sobre o tema estão as discussões reunidas nas obras de MARK, Peter; HORTA, José da Silva. **The forgotten Diaspora:** Jewish communities in West Africa and the making of the Atlantic World. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. E GREEN, Toby (ed). **Brokers of Change** Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa. Oxford: Oxford University Press 2012.

Em geral por terem origem diferente dos grumetes[295] e pelo papel de antagonistas que ocupavam em contraposição aos moradores das ilhas. Isso fica bastante aparente nos relatos de Almada e Donelha que sempre os descrevem sob uma ótica depreciativa, haja vista que interpretavam muito da decadência das ilhas, à altura de finais do XVI, como sendo responsabilidade da concorrência desleal dos lançados. Por terem abdicado do status de representantes da coroa em terras africanas, esses homens agiam na ilegalidade segundo as leis lusas e sob os quais havia penas severas. Em geral, inseriam-se entre os grupos africanos, mas sem nunca desfrutarem de um papel completamente integrado. Entretanto, lançar-se nas terras guineenses não era exatamente um caminho sem retorno. Como Baleno reforça havia a possibilidade de retorno ao reino e saída da ilegalidade, mediante pagamento de multas[296]. Prova de que havia essa possibilidade é o facto de tais multas sobre os "retornados" constituírem, inclusive, uma fonte de rendimentos passível de ser arrendada. Porém, sobre a sua reinserção no seio da sociedade pouco se consegue apurar. Estamos em crer que, devido ao facto de precisarem pagar multas elevadas, apenas aqueles que possuíam grandes cabedais se arriscavam a retomar a vida na legalidade[297].

Como mencionado, inicialmente a fiscalização da ação desses lançados era algo insipiente e que escapava a alçada da ainda recente presença lusitana na África Ocidental.
De acordo com Trevor Hall, a intensificação das demandas do tráfico Atlântico e consequente maior oferta de cativos na Guiné, atraía cada vez mais lançados para a costa para assumirem posições de destaque como comerciantes interculturais nessas transações[298]. Relembrando que a essa altura, os lançados eram os "maiores sequestradores de africanos" e que os sacerdotes atuantes na Guiné relatavam que "a maioria dos africanos que eram escravizados tinham sido capturados por métodos ilícitos"[299]. Como Toby Green já apontava, após o tráfico atlântico,

---

[295] Portugueses Em especial no século XV e XVI, mas já no século XVII isso não mais se aplicava, pois a compreensão de lançados havia se alargado. Além disso, ao tratarmos de origem portuguesa é sempre levado em conta a forma como se auto identificavam esses homens, pois mesmo nascidos nas ilhas, dada a origem
[296] ANTT, **Fragmentos**, Vária, Minutas de Regimentos, I, de 30 de Dezembro de 1506.
[297] BALENO, Ilídio Cabral. Povoamento e Formação da Sociedade. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 147
[298] HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p.213-14.
[299] HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992. p. 214.

uma ridigez nas leis existentes dentro de comunidades, maior número de guerras entre linhagens e intolerância de chefes locais, alimentava os navios portugueses de escravos.

Com relação ao aparato administrativo das ilhas, era "um conjunto de organismos dispostos de acordo com uma orgânica hierarquizada ou paralela, mas cujas competências se sobrepõem e entrechocam", na qual "não há um campo de ação específico para um determinado poder nas áreas que ou são comuns ou são tenuamente delimitadas". Dessa forma, "o meio que deveria servir aos interesses estaduais seria a máquina burocrática administrativa, que, no entanto, não estava em sintonia com os objetivos do estado. Pensavam mais as suas conveniências pessoais ou as dos grupos a que pertenciam"[300].

A feitoria de Cabo Verde foi instalada, como ocorrido em demais porções ultramarinas, "adaptando às necessidades específicas dos casos concretos, os organismos já existentes no reino", considerando que o "ajustamento e o desenvolvimento da instituição dependiam, no entanto, da realidade onde se integravam". O que acabou por render efeitos não tão alinhados ao esperado pela coroa, que visava dar um elemento regulador e organizador ao comércio local, mas dada a ordem inversa da instalação da feitoria, não foi tão bem sucedida. Como Domingues sintetiza "nas demais regiões do império as feitorias eram o elemento organizador do comércio e a partir de sua construção esse tornava-se proeminente, no caso de Cabo Verde o comércio precede a chegada da feitoria"[301]. Além disso, como já era comum na dinâmica interna de Santiago, diferentes funções administrativas acabavam concentradas sob a tutela de mesmos agentes. Logo, a feitoria instalada em Santiago reunia não apenas "as questões comerciais, mas agregava também as funções navais e de defesa, que em muito se deve pelo acúmulo de funções de feitor e contador em única pessoa recorrentemente na feitoria[302]".

É nesse contexto que traços de um posicionamento coeso dos moradores das ilhas, já nascidos nestas, frente à coroa, começam a aparecer. A camada social de mulatos e pretos começa a manifestar desejo de ocupar cargos na câmara, algo que lhes era restringido.

---

[300] DOMINGUES, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p.. 83-84.

[301] DOMINGUES, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p..88.

[302]DOMINGUES, Ângela. Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 91.

Advogando em prol de sua causa e expondo justificativas, temos a carta de 1546, na qual os vizinhos posicionam-se como "os únicos capazes de controlar os escravos, evitar rebeliões e razias, mas igualmente serem os protectores dos representantes do rei na ilha", que marca o início de uma conquista que só viria a se consolidar. Seu papel de aliados da coroa contra o que chamam de "homens honrados brancos", marca o início de uma separação nas ilhas entre os moradores nascidos e criados no meio cabo-verdiano-guineense e aqueles que ali apenas vinham para exercício de cargos.

> **"**…porque asym diso se seguiria fazermos serviço a Deus e a vossa alteza, e asym á reepublica e povo meudo, porque a ter[r]a seria milhor vigiada no campo e não amdariam tamtos escravos no campo fogidos, e a ter[r]a seria cor[r]egida e resguordada no campo e os proves (pobres) seriam senhores do seu e não seria[m] pela gemte e familiares dos poderosos vexados, e não tirião,os escravos fogidos animo pêra se poerem em quadrilha, e virem fazer danos nos que pouquo podem, por niso tiriamos todo o cuidado e vigia. E outro sy quaomdo alguãs pesoas poderosas quisesem vexar os seus cor[r]egedores o não comçemtiriamos, nem menos comçemtiriamos fazerem se tamta soma de vizinhos quaomtos os poderosos fazem seus parente…[303]" 168

É interessante frisar esse antagonismo entre a elite que se formava nas ilhas, fruto da vivência no espaço cabo-verdiano-guineense e as elites metropolitanas, pois como destaca Antonio de Almeida Mendes "Esta 'república crioula' de Cabo Verde rapidamente despertou alarme entre as elites metropolitanas que viram nela o símbolo de uma sociedade bastardizada e degenerada[304]".

Como se percebe foram inúmeras as características que originaram a coesão da sociedade nas ilhas, sua autonomia indesejada pela coroa, que teve início no acúmulo de funções por parte dos primeiros moradores da elite reinol, assim como a estruturação de um aparato administrativo conduzido por esses. Contudo, com o passar do tempo, a figura dos moradores locais, começa a parecer como uma possibilidade para o poder institucional régio, como homens que poderiam representar os anseios da coroa melhor do que os homens

---

[303] BRASIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**. 2ª série, vol. II, doc. 117. pp. 386-387.

[304] Tradução livre do trecho "This "Creole republic" of Cape Verde quickly raised alarm among metropolitan elites who saw in it the symbol of a bastardized and degenerate society". MENDES, Antonio de Almeida. Slavery, Society, and the First Steps toward the Atlantic Revolution in Western Africa (Fifteeenth-Sixteenth Centuries). In GREEN, Toby and NAFAFÉ, José Lingna (ed.). **Brokers of Change**: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa. New York: Oxford University Press, 2012. p. 255.

enviados apenas para desempenho de funções políticas. Além da chegada de uma feitoria décadas após o início do povoamento, em meio a um comércio já proeminente. Ademais, a própria configuração dessa sociedade tinha em seus agentes formadores os elementos que reforçava muitos atributos aqui descritos.

A união entre reinóis e mulheres vindas da Guiné gerou uma população habituada a um contato com a cultura existente entre os diferentes grupos da costa. Havia sem dúvida uma população composta por uma esmagadora maioria de escravos e ex-escravos nas ilhas, o que embora tenha sido comum em diferentes partes do Atlântico, portava singularidades no caso do arquipélago. Como nos conta Baleno, a desproporção resultava em prudência por parte dos brancos nas ilhas, visto que frente a qualquer possível "exacerbar de ânimos" não havia nenhum aparato coercitivo capaz de controlar os africanos. Dessa forma, "o equilíbrio de forças era bastante instável e excessivas brutalidades para com os escravos eram desaconselháveis. Castigar escravos não era crime nenhum, e muitos faziam-no com frequência, mas se do castigo resultasse a morte, respondiam por tal crime, podendo até ser condenados. E cabe-nos dizer que noutras sociedades escravocratas tais crimes geralmente ficavam por punir"[305].

Por este motivo, o autor defende a diferenciação da sociedade escravocrata observada em Cabo Verde. Não havia "ódios raciais e difíceis de conter", que gerasse contraposições entre brancos e negros, senhores e escravos, como era corrente por exemplo em São Tomé. O que não significa insinuar que a população cativa não se organizasse minimamente como forma de resistência, contudo tais episódios não configuram da mesma maneira um foco de preocupação para a coroa por nunca terem ameaçado "desestabilizar a organização social vigente", visto que, como no caso dos escravos fugidos, suas ações iam mais no sentido de proverem seu sustento básico como saques [306]".

Dessa forma, até meados do séc. XVI as ilhas encontram seu período áureo onde até

---

[305] BALENO, Ilídio Cabral. **Povoamento e Formação da Sociedade.** In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). *História Geral de Cabo Verde*. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991.p. 165. Chancelaria Dom João III P e L livro 12 fl 146. Documento 2 de 1541.

[306] BALENO, Ilídio Cabral. **Povoamento e Formação da Sociedade.** In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). *História Geral de Cabo Verde*. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991.p. 172.

mesmo as adversidades climáticas eram contornáveis, graças a proeminencia comercial das ilhas. Ou seja, mesmo com a relativa impressão que se extrai da documentação, de um cenário sempre adverso e com inúmeras reclamações e pedidos de atenção à situação dos habitantes das ilhas, o que se infere é que a situação da qual gozavam os moradores até meados do XVI era favorável e lucrativa[307]. Com a cobrança dos impostos sobre cargas sendo feita em Santiago, que era parada obrigatória às embarcações vindas de Portugal e Castela, a ilha tornou-se "porto de chegada dos produtos da Europa; porto de partida para o comércio com a Costa; porto de chegada das mercadorias africanas e porto de partida destas para a Europa".[308] O que fazia da região porção privilegiada, ao mesmo tempo em que interdependente da ação e presença de portugueses e espanhóis, que iam a Santiago para ter acesso aos produtos da Costa, visto que apenas os moradores podiam ir a Guiné.[309] Essa posição de destaque desfrutada pelos moradores no contexto comercial propiciava a Santiago um ambiente de dinamismo com relação ao fluxo de indivíduos.

Como Maria Madeira Santos e Maria Manuel Torrão expõe, entre alguns dos grupos de pessoas que podiam passar de dias, meses ou até anos nas ilhas estavam "moradores recentes, escravos mascavados, degredados esperando perdão, oficiais aguardando transferência, marinheiros que trocavam de patrão e de destino, levas de escravo em transbordo de um navio no trato da Guiné para outro navio da rota de Lisboa", além de "gente africana de etnias várias, portugueses, castelhanos, genoveses"[310]. Nesse cenário "alguns iam ficando, os moradores

---

[307] Em carta de André Rodrigues Mosquitos dirigida à Dom João, observamos que "...tirando a cidade de Lisboa nem duas cidades do Reino rendem tanto quanto ela que vai em crescimento, por razão que toda a navegação do Brasil e de Peru e das Antilhas e da ilha de São Tomé para todos é repairo…" BRASIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**. 2ª série, vol. II, p. 395.

[308] SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel. **Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI** (Cabo Verde, ponto de interceptação de dois circuitos comerciais). IICT Lisboa. 1989. Separata de Dom João II e a Política Quatrocentista Vol. I das Actas do Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", Porto, 1989. P.527-551.

[309] "Mas na realidade se eram os moradores de Santiago que manejavam localmente os dois eixos comerciais, só o podiam fazer em função da actividade de outros comerciantes – portugueses e castelhanos - que iam mercadejar os seus produtos ao arquipélago cabo-verdiano". SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel. **Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI** (Cabo Verde, ponto de interceptação de dois circuitos comerciais). IICT Lisboa. 1989. Separata de Dom João II e a Política Quatrocentista Vol. I das Actas do Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", Porto, 1989. p 533.

[310] SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel. **Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento**

adoptavam aquela terra e beneficiavam dos privilégios, os oficiais régios usufruíam ilegalmente do tráfico, os clérigos tinham construído templos e não desprezavam os lucros", por conseguinte "os escravos tornavam-se úteis nas transações de outros escravos, os filhos de todos eles eram os autóctones, os "filhos da terra"".[311]

No entanto, após as primeiras décadas do séc XVI, o cenário começa a passar por mudanças. Com o início das atividades de corso e pirataria na década de 1530 os moradores começam a lidar diretamente com a interferência francesa no espaço insular[312]. Situação que gradativamente iria se agravar com a presença cada vez mais incisiva de franceses, ingleses e posteriormente holandeses no comércio na costa da Guiné. O que levou em 1550 a uma das ações mais marcantes da coroa com relação aos moradores; a concessão, aos contratadores de Portugal, de armarem seus navios em parceria com quem quisessem e a possibilidade de utilizar de mercadorias defesas. Essa medida tinha como objetivo tornar mais competitiva a presença portuguesa no comércio da Guiné, visto o crescimento da presença estrangeira naquela que até então era considerada como seus domínios, embora nunca tenha de fato o sido. Dessa forma, os contratadores poderiam "escolher outros parceiros para armar, que não obrigatoriamente moradores ou vizinhos de Santiago" ao mesmo tempo em que se tornavam concorrentes dos moradores por poderem "resgatar legalmente com mercadorias que todos utilizavam ilegalmente".[313]

Não que a presença de contratadores fosse algo novo nas ilhas. Sobre esses, Santos e Torrão informam que os contratos de arrendamentos "constituíram uma solução adoptada pela coroa na exploração comercial do arquipélago de Cabo Verde, pelo menos desde 1504".[314] A

---

do início do século XVI (Cabo Verde, ponto de interceptação de dois circuitos comerciais). IICT Lisboa. 1989. Separata de Dom João II e a Política Quatrocentista Vol. I das Actas do Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", Porto, 1989. p.549.

[311] SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel. **Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI** (Cabo Verde, ponto de interceptação de dois circuitos comerciais). IICT Lisboa. 1989. Separata de Dom João II e a Política Quatrocentista Vol. I das Actas do Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", Porto, 1989. p.550.

[312] BRASIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**. 2ª Série, Vol. II. Doc. 103. p. 343-346.

[313] TORRÃO, Maria Manuel. Atividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. P.339.

[314] "Estes contratos tinham a duração de três anos, comprometendo-se os rendeiros a pagar anualmente uma determinada quantia à coroa; em troca podiam arrendar as rendas e direitos régios – designadamente os rendimentos dos impostos cobrados sobre os produtos oriundos da Guiné e sobre as mercadorias transportadas a bordo de seus navios castelhanos, assim como de mercadorias pertencentes a estrangeiros, transportados em navios portugueses". SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel. **Subsídios para a História**

questão a partir de 1550 passava a ser de que os contratadores figuravam agora como concorrentes nas atividades desempenhadas pelos santiaguenses na Guiné, ainda com a vantagem de fazerem uso de produtos restringidos àqueles.

Assim, gradualmente nas décadas posteriores as ilhas passam a perder sua "função de entreposto de comércio de escravos, verificando-se uma desaceleração das suas relações externas",[315] quando os grandes carregamentos vão deixando de serem realizados em Santiago e passam a sê-lo no Rio de S. Domingos. Ao mesmo tempo em que os moradores vão assistindo a desconstrução de seu espaço por décadas integrado e lucrativo associado à Guiné, novos agentes são inseridos no circuito comercial, gerando o aumento do volume do tráfico e transformando a Senegâmbia em uma área aberta e integrada às redes comerciais atlânticas[316].

Obviamente os moradores fizeram a parte que lhes cabia no que diz respeito aos pedidos de restituição de privilégios que sucessivamente lhes ia sendo tirado por Portugal, mas não se limitaram a isso. Encontram também novas atividades para se manterem em meio as transações costeiras,[317] tornando-se procuradores de moradores reinóis. Deixam de armar navios nas ilhas visando o comércio na Guiné em decorrência da pouca lucrabilidade passível de se obter disso após a chegada significativa de franceses e ingleses. Observando a consequente baixa de competitividade de seus produtos frente àqueles que não precisavam respeitar as limitações portuguesas no que dizia respeito às mercadorias defesas. Uma das saídas a esse momento crítico experenciado pelos comerciantes santiaguenses foi o início da atuação como representantes de moradores reinóis, que por meio de procurações forneciam aos moradores permissão para representarem seus interesses nas transações na Costa[318]. O que mudou a forma como muitos moradores passaram a extrair lucros do comércio na Guiné, uma vez que não eram mais os agentes ativos na compra e venda de produtos, mas sim o faziam para terceiros obtendo renda a partir desse serviço prestado.

Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI (Cabo Verde, ponto de interceptação de dois circuitos comerciais). IICT Lisboa. 1989. Separata de Dom João II e a Política Quatrocentista Vol. I das Actas do Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época", Porto, 1989. p.528.

[315] TORRÃO, Maria Manuel. Rotas Comerciais, agentes econômicos e meios de pagamento. SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995.p.35.

[316] TORRÃO, Maria Manuel. Rotas Comerciais, agentes econômicos e meios de pagamento. SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995.p.76.

[317] Como procuradores de moradores reinóis.

[318] De acordo com o levantamento de em sua tese de doutorado Almada aparece como procurador de moradores reinóis em 1591 e 1601.

Ha de se destacar aqui que os alvarás emitidos pela coroa referente a ação dos habitantes das ilhas, limitavam seu poder de atuação em comparação aos demais europeus que iam à Costa com objetivos comerciais, ao mesmo tempo em que os tornava menos interessantes frente aos poderes locais. Ou seja, seguindo a lógica de hóspedes e anfitriões anteriormente apresentada, os agentes europeus eram entendidos por aquilo que poderiam oferecer às autoridades locais, que sempre prezavam por manter relações com múltiplos poderes europeus. Os alvarás tornavam as atividades dos caboverdianos ilegais frente ao poder régio luso, que se seguidos a risca, agiriam na legalidade, mas sem benefícios correspondenter em terras africanas, consequentemente perdendo seus atrativos em suas transações. Por esse enfoque passa a ser mais fácil perceber a natureza da quase normalidade com que as atividades ilegais eram praticadas pelos moradores de Cabo Verde, pois qualquer forma de fidelidade ao poder luso e seus mandos, significaria perdas econômicas significativas, com ônus aos moradores.

Outro ponto importante nesse recorte foi a União Ibérica, muito embora Maria Manuel Ferraz Torrão pontue que esta "não se refletiu de forma notória na vida comercial das ilhas de Cabo Verde" a ponto de marcar um período de viragem ou "de grandes mudanças no funcionamento das rotas de escravos para as Índias".[319] Especialmente considerando que o principal destino dos navios que transportavam escravos da Guiné, eram as possessões hispânicas. Contudo, como reforça George Brooks no que diz respeito às questões políticas, durante esse mesmo período os inimigos espanhóis passaram a serem também inimigos portugueses. Algo que gerou sérias consequências às redes marítimas portuguesas em diferentes locais do globo[320], o que se refletiu no caso das ilhas com os sucessivos e violentos ataques à Santiago especialmente após 1583.[321] Dada a gravidade e frequência dos ataques não é demais considerar que as ações estrangeiras levaram a reflexos também comerciais nas ações de seus moradores, além do fato de terem exposto as fragilidades das ilhas e poderem ter contribuído para já corrente passagem de importância do porto da Ribeira Grande ao de Cacheu, na costa. Em termos sociais é possível analisar diversos reflexos da união das coroas para os moradores das ilhas, em especial os autores das obras que serão analisadas, como veremos a

[319] TORRÃO, Maria Manuel. Rotas Comerciais, agentes econômicos e meios de pagamento. SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995.p. 25

[320] BROOKS, George. **Eurafricans in western Africa:** commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Ohio: Ohio University Press, 2003. p.68.

[321] BALENO, Ilídio Cabral. Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995.

seguir.

Terceiro Capítulo

Intermediários em um meio multicultural: suas aspirações e bases identitárias

1. Autores: uma breve introdução de suas obras.

Antes de adentrarmos com maiores detalhes à discussão sobre a elaboração das obras, seu contexto e questões terminológicas identitárias, é passada a hora de apresentar os autores das obras que cresceram em meio a esse espaço. Iniciamos por André Álvares de Almada sobre o qual se tem maior número de informações e que aparece na documentação entre os anos de 1580 e 1647. Um vizinho[322] de Santiago, filho de Cipriano Álvares de Almada – Cavaleiro da Ordem de Santiago – e uma mulher parda, sendo assim um mulato. Seu avô foi o reinol João Álvares de Almada, capitão de ordenanças e um dos proprietários mais poderosos e ricos de Santiago[323], que haveria se relacionado com uma negra da Guiné. O que não é possível afirmar é se João Álvares de Almada seria avô pelo lado materno ou paterno, embora arriscamos dizer que seja do lado materno, dada a descrição sobre a mãe de Almada relatar que a mesma era "descendente de um nobre português, principal da ilha e de uma negra[324].

André Álvares de Almada, pertencia a uma família da elite de Santiago e isso se evidencia em sua árvore genealógica. Observa-se como tanto em seus casamentos, quando no de seus filhos há sempre a união entre famílias pertencentes a elite local e que possuíam mais ou menos as mesmas características. Isso fica aparente em seu primeiro casamento com Francisca de Queiroz, neta de André Rodrigues Mosquitos, membro de uma das famílias mais influentes e respeitadas nas ilhas de Cabo Verde. Dessa união, nasce Lourença de Almada[325] e por conta da data aproximada, supomos que também seja fruto do matrimônio Inês Gomes de Almada[326]. Por uma questão de aproximação de datas, inferimos que Almada

---

[322] Eram os moradores das ilhas de Cabo Verde e que possuíam licença régia para comerciar na Costa da Guiné, de acordo com as Ordenações Manuelinas.

[323] CABRAL, Iva. **A primeira elite colonial Atlântica** - dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do séc. XV - início do séc. XVII). (Tese de doutorado) Praia: Universidade de Cabo Verde. 2013. p. 171.

[324] Iva Cabral afirma que tanto sobre o nobre mencionado, quanto sobre sua filha, não foram encontrados nomes, para confirmar esse pressuposto. IAN/TT, **Mesa da Consciência e Ordens**, liv. 18, fls. 205v.-206,

[325] Casada com Jorge de Araújo de Mogueimas, que entre seus cargos foi "escrivão da Fazenda Real e Feitoria da ilha de Santiago, capitão de infantaria e capitão-mor da Ribeira Grande. A.H.U., Cabo Verde, Papeis Avulsos, 1612. In **Boletim do Arquivo Histórico Colonial,** doc. nº 25.

[326] Sua filha, casa-se com Manuel Lopes Cardoso, cavaleiro fidalgo da Casa Real, escudeiro fidalgo da Infanta D. Maria. CABRAL, Iva. **A primeira elite colonial Atlântica** - dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do séc. XV - início do séc. XVII). (Tese de doutorado) Praia: Universidade de Cabo Verde. 2013.

também foi pai de Dinis Eanes da Fonseca[327], mas devido a divergência de sobrenomes, supõe-se que talvez não fosse seu filho legítimo à altura de seu casamento com Francisca. O segundo matrimônio de Almada é com Ana Lemos, com quem tem o filho nomeado em menção ao avô, Ciprião Álvares de Almada. As datas de nascimento e morte dos membros mencionados são de difícil precisão, por ausência de registros, suas menções na documentação são poucas e pontuais. De toda forma, com base no longo e incansável estudo de Iva Cabral, foi possível elaborar uma tímida genealogia da família de Almada, que está a seguir. Infelizmente, as informações sobre Donelha e Lemos Coelho não são tão abundantes e por isso apenas elaboramos a genealogia de um dos autores.

Almada escreveu o *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde* em 1594 e em 1603 recebeu o Hábito da Ordem de Cristo[328]. Sobre isso é importante destacar que Almada foi o primeiro mulato, nascido em Cabo Verde e com antepassados escravos a receber a mercê. Além da redação de seu tratado, são mencionados seus serviços e préstimos a coroa, como na defesa perante aos ataques à fortaleza de São Filipe. Feitos esses que o livram de seu "defeito da cor"[329].

A esse respeito é importante lembrar os processos de análise dos pedidos de mercê para a concessão do hábito da Ordem de Cristo, que tinham como base os estatutos de limpeza de sangue. Nesse sentido, "é importante reconhecer a natureza socialmente construída do conceito português de limpeza de sangue. Este conceito, no entanto, engendrou um modelo de identidade cada vez mais rígido que reflete elementos de um sistema de castas"[330], as bases para a definição da limpeza do sangue, estabeleciam-se pela noção portuguesa de raça no período, que "evocava a origem familiar (as raízes), fosse étnica, social ou religiosa. O termo não estava necessariamente relacionado com a cor da pele ou outras características físicas, mesmo que o

---

[327] Nascido em 1580 (mesmo ano do casamento de seu pai com Francisca), tendo desempenhado as funções de juiz e vereador da Câmara da Ribeira Grande, além de Provedor da Fazenda Real. CABRAL, Iva. **A primeira elite colonial Atlântica** - dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do séc. XV - Início do séc. XVII). (Tese de doutorado) Praia: Universidade de Cabo Verde. 2013.
[328] Que havia lhe sido concedido em 1598.
[329] **MMM.** 2ª Série. v.3. Doc. 106.
[330] Tradução livre do trecho "It is importante to recognize the socially constructed nature of the Portuguese concept of limpeza de sangue. This concept nevertheless engendered an increasingly rigid identity model that reflects elements of a caste system". MARK, Peter; HORTA, José da Silva. **The forgotten Diaspora**: Jewish communities in West Africa and the making of the Atlantic World. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 80.

último pudesse ser sinal de um certo status social, como a escravidão[331]". Fernanda Olival esclarece ainda que "é inequívoco em toda a Península na Época Moderna: com esse tipo de requisitos não se visava a pureza biológica da raça pelas suas qualidades genéticas; tratava-se, ao invés, de um problema de natureza ideológico-religiosa, com forte impacto na estruturação social e política[332]". Dessa forma, Almada representava um híbrido Atlântico, nascido e criado a um meio e clima que para o português reinol era hostil, em ambiente cultural-religioso sincrético e que, sem dúvida, moveu o início da flexibilização na concessão de mercês como o hábito de Cristo de Almada. Além do fenômeno referido por Ivana Elbl da ironia de que "uma pessoa negra socialmente forte, para todos os fins, poderia ser considerada branca, não obstante a cor da pele[333]".

Nesse sentido, a questão das identidades dos autores precisa ser compreendida para além apenas da forma como entendiam a si mesmos, mas também as identidades que lhes eram impostas. Fator determinando em como eram compreendidos e que acabava por se amalgamar em como também viriam a se compreender, a saber:

> No início da expansão marítima portuguesa, a categoria de identidade primordial era a religião. Ele serviu como o fator de definição mais amplo e significativo. O outro critério agregador era a cultura, muitas vezes muito bem misturado com a religião, e em menor escala raça. As lealdades étnicas, linguísticas e políticas constituíam os critérios mais concretos. A identidade social formou uma categoria própria e teve a capacidade de transcender tudo o que precede. A identidade de qualquer grupo envolvido na expansão foi um conjunto de todas ou a maioria das categorias acima[334].

Voltando a trajetória de Almada, entre seus cargos e funções, foi mercador, tabelião das notas e judicial da Ribeira Grande, capitão de ordenanças e capitão de uma companhia. Comerciou na região da Guiné por muitos anos, tendo feito viagens entre 1570 e 1590 e sabe-

---

[331] Tradução livre do trecho "But the portuguese raça evoked Family origin (the roots), either ethnic, social, or religious. The term was not necessarily connected with skin color or other physical features, even if the later could be signs of a certain social status, like slavery". MARK, Peter; HORTA, José da Silva. **The forgotten Diaspora:** Jewish communities in West Africa and the making of the Atlantic World. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 78.

[332] OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal, **Cadernos de Estudos Sefardistas** nº 4, 2004. p. 152.

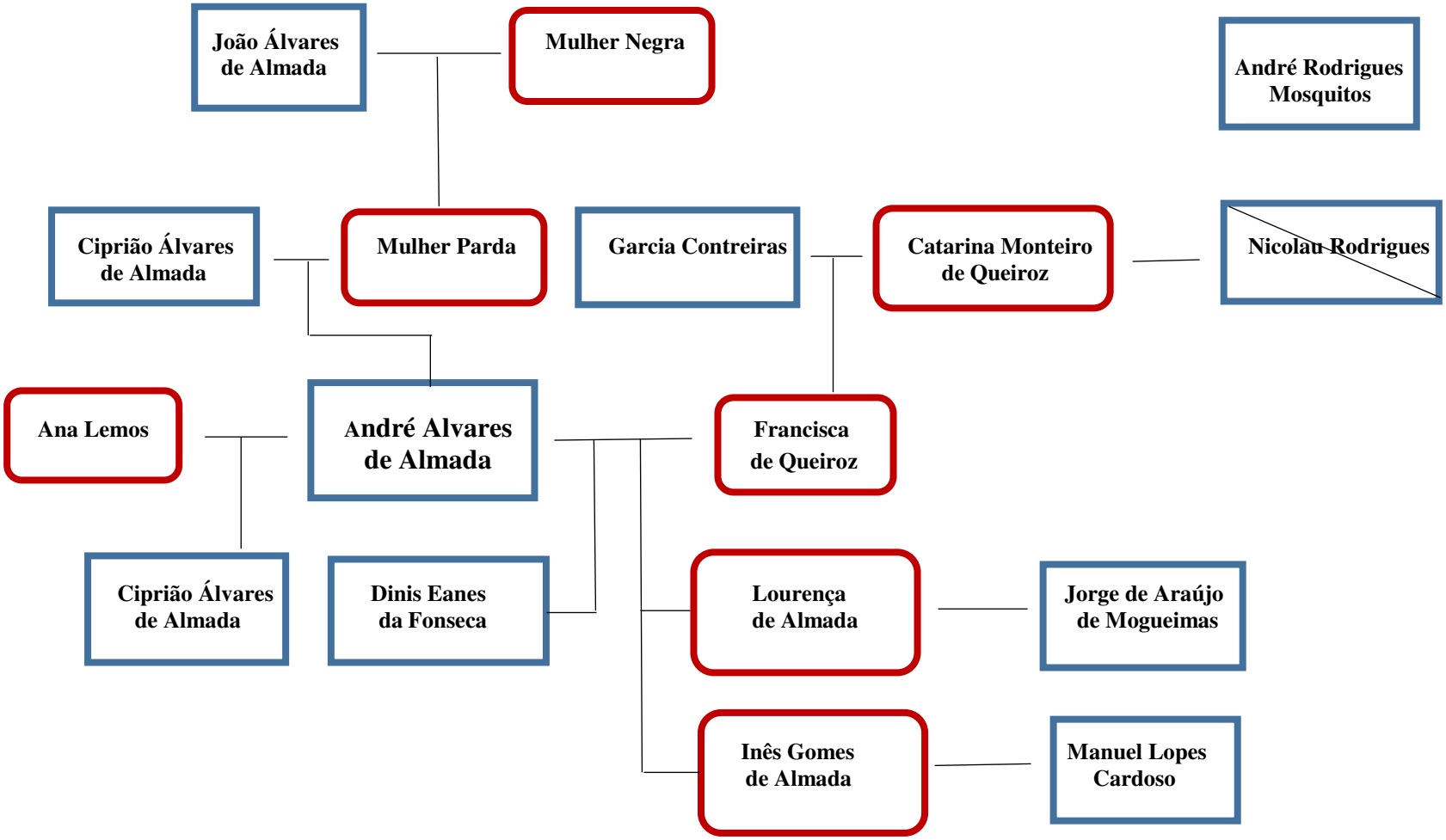
[333] "The irony of this situation is the well-observed fact that a socially strong black person could to all ends and purposes be considered white, skin colour notwithstanding". ELBL, Ivana. Group Identities in the Early Portuguese Overseas Expansion in Africa: Concepts and Expressions. **Portuguese Studies Review**, 15, (1-2), 2007. p. 47.

[334] ELBL, Ivana. Group Identities in the Early Portuguese Overseas Expansion in Africa: Concepts and Expressions. **Portuguese Studies Review**, 15, (1-2), 2007. p. 61.

se que em 1601 era procurador de mercadores reinóis. Era membro de uma das mais importantes famílias de Santiago, pertencente da elite da Ilha e que após meados do XVII iria compor uma elite endógena, assim designada por Iva Cabral[335]. Em 1580 foi elegido pelos principais membros de Santiago para ir ao reino apresentar os anseios dos moradores em colonizar a Serra Leoa, algo que não se tem confirmações de que tenha ocorrido à época. Contudo, sabe-se que esteve em Lisboa anos depois, em finais do séc. XVI. Sua importância como agente intermediário entre a realidade africana da costa e sua presença e leitura dos meios institucionais régio, é inestimável.

[335] CABRAL, Iva Maria; SANTOS, Maria Emília Madeira Santos. O nascer de uma sociedade através do morador-armador. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991. p. 264.

Genealogia de André Álvares de Almada e seus descendentes[1].



1 Há ainda Luís de Santa Maria, que é identificado como neto de Almada pelo lado materno e filho de Pedro Semedo. Que pode ter se casado com uma das filhas de Almada, ou uma terceira filha, que não se tenha notícia.

Sobre nossos outros dois autores, a maior parte das informações levantadas são as fornecidas em suas próprias produções. André Donelha, que esteve na armada de Antônio Velho Tinoco e produziu seu memorial intitulado "Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde" que data de 1625, resultante de viagens sucessivas à costa africana entre 1573 e 1585. Presume-se que tenha nascido entre 1550 e 1560 em decorrência do período de realização de suas viagens, descritas em seu memorial. Especificamente sobre essa viagem, seus desdobramentos e projeto de colonização da Serra Leoa, teremos um tópico a frente. A menção a seu paradeiro aparece na documentação apenas indicando que foi sogro de Brás Fernandes e no ano de 1634 encontrava-se na ilha do Fogo. Assim como Almada, André Donelha também pertencia a uma elite da ilha de Santiago e um papel de "prático nos Rios de Guiné", importante intermediário para o funcionamento do Império Português. Sobre isso "afigura-se necessário matizar aqui uma excessiva dicotomização entre práticos e reinóis. A mobilidade e a ambiguidade de estatutos existem. Um outsider pode metamorfosear-se em prático, sobretudo aos olhos de outros forasteiros[336]", ou seja, o conteúdo de seus escritos em termos de conhecimento aprofundado sobre o que relatava tornava seu papel crucial para as dinâmicas existentes na Guiné do Cabo Verde[337].

Francisco de Lemos Coelho, por sua vez sabe-se que era comerciante assim como os outros e residente em Santiago, tendo comercializado na Guiné durante cerca de 20 anos. Sua cidade de origem não é conhecida. Seus escritos datam de 1669 e 1684. Sendo este o autor de *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné*. Os autores José da Silva Horta, Paul Hair e Peter Mark concordam em assinalar para o fato de que mesmo de origem desconhecida, a ligação e vivência de Lemos Coelho em Cabo Verde foram bastante significativas. Algo que diferencia Lemos Coelho e o tom de suas produções escritas são seu desejo de "querer afirmar-se como branco vindo de fora, fazendo questão de se diferenciar dos "filhos da terra", ou seja, os descendentes mestiços dos brancos do Reino ou da ilha". No entanto, "todo o seu discurso testemunha proximidade e não distanciamento nos comportamentos, nas evidencias

[336] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 246.
[337] Vide o caso de sua interação com o mandinga Gaspar Vaz a ser trabalhado a frente.

do cotidiano, inclusive em relação aos africanos"[338]. Sobre sua inserção na sociedade Santiaguense, de acordo com José Horta, sua:

> ... família, se associou, pela via do casamento, a uma das principais famílias de Santiago e tomou cargos na câmara. É assim que o seu primo e sócio no trato, Manuel Coelho de Melo (também mencionado na documentação como Manuel de Melho Coelho), casa com uma neta de Álvares de Almada, autor do Tratado Ao retirar-se para Santiago no final dos anos 60 do século XVII, com o prestígio de uma longa experiência de Guiné, Lemos Coelho tornou-se, também ele, tal como os seus familiares, num membro da elite cabo-verdiana[339].

No que diz respeito aos escritos, todas as três obras foram editadas posteriormente as suas datas de elaboração. Diferente do tratamento que tiveram outros escritos nesse período essas fontes só se tornaram largamente disponíveis graças ao longo trabalho de historiadores como Avelino Teixeira da Mota, Luís de Albuquerque e Paul Hair, que traduziram para diferentes idiomas os escritos, tornando possível o amplo acesso as gerações posteriores. O que não significa dizer que os textos não tenham tido ávidos leitores, antes de sua divulgação, mas essa será uma discussão para o próximo capítulo.

2. Antônio Velho Tinoco e o sonho da Serra Leoa.

Procurou-se até aqui delinear o contexto mais amplo de configuração social do ambiente vivenciado em Santiago e nas áreas comerciais da Guiné frequentadas pelos moradores das ilhas. Em meio a este, alguns acontecimentos e fatores interferiram mais diretamente na vida e trajetória dos autores das obras, a partir das últimas décadas do XVI e início do XVII. Entre eles, a ocorrência da União Ibérica, a relação com os governadores de Cabo Verde, a possibilidade e desejo de colonização da Serra Leoa e as sucessivas respostas vindas do reino sobre as demandas oriundas das ilhas. Para iniciar a análise sobre como a ocorrência desses eventos contribuiu para uma construção identitária, resgatamos a questão da fragilidade do aparato régio em Cabo Verde.

No que diz respeito às questões militares, houve significativo aumento dos ataques

---

[338] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 100-101.
[339] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 134.

corsários às ilhas após a ocorrência da União Ibérica. O que parece evidente é que a rivalidade entre potências europeias antes da união das coroas era prioritariamente comercial. Embora essa perspectiva não seja compartilhada por Ilídio Baleno, parece-nos que após 1580 a intensidade dos ataques passa a creditar um caráter político e militar à pirataria e ao corso. Devido às condições precárias de defesa vivenciadas pelos moradores, oriunda da ausência de "capacidade do governo central" que "não permitia semear fortalezas equipadas com funcionários, guarnecidas com militares, peças de artilharia e outras armas, pagar soldos, alimentação, e, principalmente, suportar os gastos com a sua defesa"[340], a função de protetores da presença e soberania portuguesa, era desempenhada pelos capitães[341] das ilhas. Tamanho parece ter sido o reconhecimento da mudança do caráter dos ataques, – que visavam desarticular a comunicação com as possessões no ultramar, desgastando o poderio espanhol –, que a partir de 1580 há significativa melhoria nas condições de defesa do arquipélago. É inclusive nesse cenário dos ataques, que em 1596 que André Almada atua na defesa das ilhas, estando na Fortaleza Real de S. Filipe, sobre a qual "há indícios de que foi tentada a entrada na cidade da Ribeira Grande, mas ao que parece, o propósito dos atacantes não se consumou, graças à resistência oferecida pelos soldados que se encontravam na Fortaleza Real de S. Filipe"[342].

De toda forma, voltando ao período anterior à União Ibérica, como é sabido, desde a carta de 1472 – com a limitação dos privilégios dos moradores de comerciarem em Serra Leoa – atividades ilegais começaram a se desenvolver, em grande parte devido aos produtos exclusivamente comerciados na região, como a noz de cola. Dessa forma, devido aos maiores atrativos climáticos e comerciais mencionados, começava a nascer entre os moradores o desejo de expandir a colonização para a porção costeira da Serra Leoa. Os pedidos de reestabelecimento da legalidade das ações dos moradores foram sucessivamente ignorados, especialmente porque no entendimento régio, a região deveria permanecer despovoada. Isso devido ao receio de que se a ida dos moradores fosse permitida, haveria o risco de uma saída

---

[340] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. p 485.

[341] O título de capitão nem sempre refletia uma patente militar, em certo ponto passou a ser adotado por comerciantes de modo mais informal, algo que era comum entre moradores das ilhas.

[342] BALENO, Ilídio Cabral. Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria. SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde.** Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995. 160.

de Cabo Verde e de seu clima inóspito para Serra Leoa e suas terras férteis, resultando na perda das ilhas. Além disso, em termos de rotas marítimas Cabo Verde desempenhava um papel mais valioso na "dimensão transatlântica, do que a posse de uma convidativa área de colonização, eventualmente usada como escala de emergência, quando a África ainda e apenas, zona de transito para a Índia e mina de ouro amarelo ou negro para a Europa e América"[343].

Como Horta assinala, para que algo pudesse ser feito no sentido do atendimento ao desejo de transferência para Serra Leoa, seria necessário um elo direto de ligação com o poder régio, para servir como porta voz na influência sobre o rei sobre para as demandas das ilhas. Algo que não se materializou durante décadas. Entretanto, essa aspiração encontrou um forte impulso após meados do XVI. O cenário de sucessivos ataques e ausência de aparato de defesa para garantir a soberania sobre as ilhas somava-se à situação de instabilidade climática frente às secas que atingiam o arquipélago. Nessa altura, em 1574, o capitão Antônio Velho Tinoco, após sua vitória contra navios franceses na costa, atraiu a atenção de Xeremambeia, chefe dos Manes que "procedente da região da Mina, dominava, pelas armas, as etnias locais", ao que após uma batalha chamada "Aguada das Naus da Índia, estabeleceram-se contatos amigáveis entre aquele rei, acompanhado de numeroso séquito, e o capitão da Ribeira Grande da Ilha de Santiago[344]".

Como nos fala Maria Madeira Santos, Xeremambeia disse ao capitão Tinoco que teria prazer em receber cristãos como hóspedes e vizinhos em Serra Leoa[345], ao que Tinoco prontificou-se a informar o rei Dom Sebastião. Nesse sentido, o capitão representava "para a comunidade mercantil cabo-verdiano-guineense, a oportunidade que esperavam: uma ponte institucional com a Coroa, um interlocutor autorizado para fazer vingar uma ideia que, para

---

[343] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. p 491.

[344] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. p 488.

[345] Era bastante comum entre as autoridades africanas esse convite por receber estrangeiros em seus domínios como hóspedes. É curioso a forma como Meuse explana que o faziam por não desejarem estabelecer relações de compromisso, por esse motivo, aceitavam presentes de seus hóspedes, mas jamais contratos ou pagamento de aluguel. Visto que se uma melhor possibilidade de acordo com outros grupos europeus se apresentasse, teriam a possibilidade de acatar.

os moradores de Santiago era um sonho antigo"[346]. No entanto, o capitão juntou-se ao rei de Portugal na batalha de Alcácer Quibir e também não regressou desta. Resultando no que poderia ser o fim do "sonho da Serra Leoa".

O curioso é que na mesma armada de Tinoco estava André Donelha, que é quem nos deixou notícia sobre todo o episódio, visto que o mesmo não é narrado na relação de António Velho Tinoco[347]. Sobre isso, José Horta conclui a possibilidade de que:

> Em suma: ou Tinoco tratou de omitir do seu relato, estrategicamente, todos estes aspectos, ou, então, daquilo que ele disse, só foi passado a escrito pelo Padre Fernão Rebelo, pelo menos na versão definitiva, aquilo que estritamente interessava a alguns jesuítas portugueses: defender perante a hierarquia da Companhia, em Roma, a viabilidade duma missão dos Inacianos na costa da Guiné.[348]

A edição dos acontecimentos pelo padre Fernão Rebelo parece bastante provável, pois o compartilhar da notícia da receptividade do rei de Serra Leoa à presença portuguesa feito por Donelha, reascendeu fortemente as esperanças dos moradores de um projeto colonizador. Era sem dúvida uma oportunidade que os moradores não poderiam deixar escorrer por suas mãos. Segundo Maria Emília Madeira Santos, foi movido pela morte de Tinoco e o risco de perda da chance de estabelecerem-se em Serra Leoa, que os moradores teriam escolhido Almada para ir ao Reino apresentar ao rei as demandas das ilhas.

A respeito desse episódio da trajetória de Almada, temos um ponto de discordância historiográfica. Avelino Teixeira da Mota[349], Maria Emília Madeira Santos[350] e Iva Cabral[351] o descrevem como sendo o momento em que Almada foi a Lisboa apresentar a Felipe II[352]

---

[346] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações** (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.175.
[347] MOTA, Avelino Teixeira da. **A primeira visita de um governador das ilhas de Cabo Verde à Guiné** (Antonio Velho Tinoco c. 1575), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1968.
[348] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações** (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.168.
[349] MOTA, Avelino Teixeira da. **Dois Escritores Quinhentistas de Cabo Verde, André Álvares de Almada e André Dornelas.** Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1971. p 34.
[350] SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. p 489.
[351] CABRAL, Iva Maria de Ataíde Vilhena. **A primeira elite colonial Atlântica.** Dos «homens honrados brancos» de Santiago à "nobreza da terra" (Finais do séc. XV – Início do séc. XVII). Universidade de Cabo Verde. (Tese de Doutorado). Praia, 2013.
[352] Ou Felipe I de Portugal.

as demandas dos moradores. Segundo os autores, o rei não teria recebido Almada, que regressou às ilhas e partir de então encontrou motivação para a escrita de seu relato.

Ao mesmo tempo, José Horta e Paul Hair[353] defendem a premissa de que Almada jamais chegou a ir ao reino, pois o novo corregedor das ilhas que ocupou o cargo de Tinoco – Doutor Gaspar de Andrade – o haveria persuadido a não o fazer sob a alegação de que "seu serviço era necessário em Santiago"[354]. Por ser capitão de companhia, a liberação para a ida ao reino passava pelo consentimento do corregedor, que teria sido "o obstáculo intransponível à comunicação entre Almada, com o projeto cabo-verdiano que encabeçava, e Felipe II (I)[355]". O que se observa é que não há documento comprobatório concreto da ida ou não de Almada ao encontro de Felipe II, mas apenas que Almada almejava defender frente ao poder régio os interesses dos moradores, algo dito pelo próprio autor em trecho de um de seus relatos[356]. O que se observa a partir de então é a inserção das obras de Almada e Donelha no projeto colonizador de Serra Leoa, mas em momentos e com alvos distintos.

Os reflexos da União Ibérica também surtiram efeito nas ilhas em escala social, nesse caso, na produção dos relatos. A esse respeito, vale retomar o que argumenta Fernando Bouza Alvarez ao discutir como a produção de escritos foi amplamente incentivada por Felipe II após a União Ibérica[357]. A razão, sobretudo, estava ligada à uma estratégia política de propaganda da coroa, que almejava "produzir uma retórica de superioridade"[358], aliando o incentivo as letras a métodos de controle político. Nessa mesma linha Ana Paula Torres Megiani observa que fazia parte das estratégias da coroa atingir diferentes espaços do império e como a impressa foi fundamental agregadora nesse processo. A veiculação de uma propaganda por meio da imagem impressa do rei trazia para perto o ausente rei das coroas

---

[353] HAIR, Paul. **The abortive Portuguese settlement of Sierra Leone** 1570-1625. In: Africa Encountered: european Contacts and Evidence, 1450-1700, Aldershot, Variorum, 1997, III, p. 173.
[354] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações** (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.176.
[355] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações** (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.176.
[356] ALMADA, **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde feito pollo capitão André Allvares d'Allmada natural da cidade e ilha do Cabo Verde cursado e pratiq[u]o nas ditas partes:** BNL, Cod.297, fl.100.
[357] BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. **Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta.** Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.
[358] Foi de especial ajuda as conversas e leituras do trabalho sobre a sociedade lisboeta da amiga Daniela, que iluminou nossa compreensão a esse respeito. PAIVA, Daniela R C R. **As descrições da cidade de Lisboa:** escrita, poder e sociedade no Portugal dos Filipes. Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado), 2013. p.32.

Ibéricas. Assim, instituições, administração e súditos possuíam uma forma de comunicação que estimulava a produção cada vez maior de escritos.

Por esse motivo, fica aparente a razão da busca dos relatos como ferramenta para clamar atenção frente ao poder real, algo no qual os moradores não haviam tido êxito por meio de um porta-voz. Nessa linha, Almada redigiu sua coleção de memórias sobre a Guiné, com especial destaque às possibilidades de estabelecimento em Serra Leoa. O conjunto extenso da obra que será retomado no próximo capítulo visava apresentar o panorama da Guiné, pela escrita de um "prático", que possuía vasto conhecimento sobre as terras que discorria. A apresentação das potencialidades comerciais, naturais, de conversão e da presença de lançados, cristãos novos e estrangeiros é sempre dialogada com a recepção dos poderes africanos, que buscam sempre reforçar uma mensagem de desejo da expansão da colonização, mas assegurando ao rei que não sairiam de Santiago para parte alguma 'salvo se mandasse Sua Majestade povoar a Serra Leoa, que para ela iriam de boa mente e deixariam tudo quanto na Ilha tinham[359]'.

Embora não apenas otimismo tenha sido o motivador dessa produção textual, pois como Horta chama atenção, em um trecho presente em um dos manuscritos redigidos por Almada antes de sua versão oficial de 1594, o autor aponta que "hoje não vejo senão leis postas contra nós, porque nos defendem que não vão à costa de Malagueta nem Serra para baixo, sob pena de perdimento de navios e fazenda, e mais penas crimes"[360]. Horta credita a presença do desabafo e frustração de Almada por se tratar de uma versão menor e não oficial do texto, sob a qual a censura foi menor. Contudo, seu descontentamento não é refletido na versão final da obra, mas acompanhando o histórico da situação das ilhas e dos anseios frustrados dos moradores.

Processo semelhante será o encontrado na descrição de Donelha, que segue o mesmo tom de seu antecessor, mas após cerca de três décadas da obra de Almada e nenhuma

---

[359] ALMADA, **André Álvares de. Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros eu há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Feito pelo capitão André Álvares d'Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde prático e versado nas ditas partes. Ano 1594.** Leitura, intro e notas de António Brásio, Lisboa, Ediorial L.I.A.M., 1964.

[360] ALMADA, **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Feito pelo capitão André Álvares d'Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde prático e versado nas ditas partes. Ano 1594.,** leitura, introdução e notas de António Brasio, Liboa, Editorial LIAM, 1964. p.148, n. 6.

resolução alcançada, dedica sua obra ao Governador de Cabo Verde. A menção a diferentes poderes régios nas dedicatórias dos escritos de Almada e Donelha se associava à possibilidade de recebimento de mercês[361] e a busca por um interlocutor para intervir em favor da situação dos moradores. É bastante interessante perceber que o enaltecimento do poder real nas dedicatórias dos autores, visava engrandecer sua influência, além de poderem facilitar os meios para futura impressão e divulgação das obras[362]. Além disso, o caráter simbólico por detrás da dedicatória a alguma figura de poder conceituava a obra, como explica Harry Sieber [363].

De toda maneira, em termos de resultados alcançados por meio de seus escritos, o saldo foi variado. Almada conseguiu a habilitação da Ordem de Cristo, que sem dúvida teve em seus escritos e ação de defesa das ilhas, grandes incentivadores, significativos o suficiente para livrá-lo de seu "defeito da cor"[364]. Sobre o projeto da colonização da Serra Leoa, permaneceu apenas como um desejo dos moradores. O agravamento da situação em Cabo Verde acontece com a chegada de sucessivas secas tiveram lugar nas ilhas nas últimas décadas do XVI e primeiros anos do XVII, com grandes baixas nos números de sua população, o que levou inclusive a intensificação do estabelecimento de comerciantes das ilhas na Costa, durante grandes períodos de tempo, visto as adversidades naquelas encontradas. António de Almeida Mendes destaca que fatores como "desmatamento, exploração intensiva das ilhas, introdução de porcos e cavalos fragilizaram o equilíbrio natural do arquipélago"[365] e acarretaram na emergência das secas. O que revela a forma como a vida nas ilhas foi afetada dada a necessidade de diversificação e adaptação dessas para atender às demandas do comércio Atlântico, considerando que na diversificação de seus produtos é que ainda era possível aos moradores inserirem-se de modo competitivo nas redes comerciais costeiras. Como vimos no capítulo dois, Toby Green reforça que as próprias migrações mandingas para a costa alteraram a dinâmica do comércio Atlântico, afetando até

---

[361] MEGIANI, Ana Paula Torres. O Império em papel e tinta: impressores ibéricos na época da União das Coroas. Relações Luso-Brasileiras. **Revista Convergência Lusíada**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 19, 2002, p.47-50.
[362] BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en Siglo de Oro. **Cuadernos de História Moderna**. Universidade Complutense. Madrid, n°18, 1997.
[363] SIEBER, Harry. The Magnificent Fountain: Literary Patronage in the Court of Philip III. In: Cervantes: **Bulletin of the Cervantes Society of America**. 1998, p.85-116.
[364] A questão de Almada ser um mulato é citada em seu processo de habilitação, ao que recebe dispensa régia.
[365] MENDES, Antonio de Almeida. "Brancos" da Guiné, "contrabandistas" de fronteiras (séculos XVI-XVII). In: GUEDES, Roberto. **África brasileiros e portugueses séc. XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad. 2013.p18.

mesmo o clima da região dado o impacto das migrações, ou mesmo aumentando o número de cativos de guerra, mais tarde convertidos em mercadoria para o comércio[366].

Nesse período do virar do século e ainda nas primeiras décadas do XVII a postura do poder real frente às constantes solicitações dos moradores – dentre elas inserem-se as obras de Almada e Donelha[367] –, foi de aparente indecisão e profusa ambiguidade. Há o envio de missões jesuíticas, inclusive no segundo grupo, enviado em 1607 é que chega na Serra Leoa o padre Manuel Álvares, de quem fazemos uso de seu Etiópia Menor no próximo capítulo. A impossibilidade aos moradores das ilhas de engajarem na ocupação da região, sem dúvida contribuiu para o fracasso dessas iniciativas missionárias, uma vez que seu conhecimento como práticos, não foi aproveitado.

A coroa tentava em seus pareceres solidarizar-se aos acontecimentos nas ilhas e por vezes expedia alvarás para os quais não fornecia nenhum respaldo para garanti-los. Em geral, transferia aos contratadores parte da responsabilidade do que sabia ocorrer ali. Torrão alega que essa postura se dava "por razões de soberania, para não perder o domínio de um espaço geográfico que outros rapidamente tomariam e que, a despeito de tudo, mantinha um interesse militar-estratégico para a Coroa[368]".

O que parecia se desenhar desde antes do fim da União Ibérica toma lugar em 1647, com a decisão real de que o porto de Cacheu seria o ideal para o controle do trato da Guiné, em detrimento da Ribeira Grande[369]. Tendo sido o momento símbolo da fragmentação final da "unidade do espaço comercial concedido em exclusivo, em 1466, como meio de atrair gente para ir povoar as ilhas do trópico de Câncer. Os Rios de Guiné e Cabo Verde eram, agora, áreas comercialmente separadas que seguiriam percursos econômicos distintos[370]".

---

[366] Durante o século XVI uma nova onda de migrações ocorreu especialmente na Serra Leoa, com a chegada dos Manes, alterando novamente os padrões de guerra e violência entre as linhagens africanas.
[367] O papel das obras como meios de solicitação será posteriormente abordado.
[368] TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Rotas Comerciais, agentes econômicos e meios de pagamento. SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995. p.113.
[369] "This shift from island-based navigation and trade to mainland-based activities had also occurred in the case of the Portuguese Empire in the mid-sixteenth century. As soon as the Portuguese managed to settle and consolidate their presence in the Upper Guinea coast and the Angolan coast, the archipelagos of Cape Verde and São Tomé lost most of their economic importance." SILVA, Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** August 2014 vol. 26 no. 3. p. 562.
[370] TORRÃO, Maria Manuel. Rotas Comerciais, agentes econômicos e meios de pagamento. SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995. p.123.

Sem dúvida, partindo da perspectiva dos habitantes de Santiago esse foi um lastimável marco, visto as inúmeras tentativas de contenção de perda de privilégios no comércio costeiro e resolução das condições inóspitas naturais das ilhas. O que não implica em adotar uma postura derrotista sobre o rumo tomado pela sociedade cabo-verdiana, que teve de lidar com novo cenário, mas encontrou nesse momento uma nova direção para os acontecimentos em curso. Sua economia passou a partir de então a diversificar-se e houve a perda de um posto significativo no decorrer do século XVI e especialmente no XVII como polo exportador de escravos. Mas a vida nas ilhas passa por uma reestruturação e o cenário comercial da Guiné, embora com menor destaque na historiografia a partir de então, seguiu ativo.

3. A construção identitária luso-africana: um problema conceitual

Discutir o ambiente cultural da Grande Senegambia e defender o despontar de uma identidade crioula no eixo cabo-verdiano-guineense ainda no século XVI tendo como inspiração a proposta de Green, baseia-se na compreensão do cenário aqui apresentado como propício a emergência de hibridismos culturais, seja na costa, seja nas ilhas. Sem dúvida que as ilhas foram influenciadas – visto o contexto de um espaço comercial integrado entre porção insular e costeira – pela receptividade cultural emanada da Guiné, mas olhando para a própria história do arquipélago é possível notar como essa identidade crioula se lapidava e o híbrido cultural emergia. Não se tratava apenas do "fruto do cruzamento entre o branco e a escrava negra", mas também dos muitos outros híbridos que foram "nascendo dos cruzamentos entre, por exemplo, Balantas e Fulas, Jalofos e Mandingas, Beafares e Bijagós, etc., todos marcados pelo estigma da indefinição cultural e pela necessidade de criar uma identidade própria"[371]. Esse contexto de certa indefinição de uma identidade foi ganhando novos traços no desenvolver do século XVI. Em especial devido à ausência de assistência de um poder régio, acompanhado das muitas demandas dos moradores das ilhas[372], mas ao mesmo tempo essa lacuna gerada pela falta de amparo da coroa, abria espaço para aproximação aos poderes locais da costa. Fazendo com que os moradores das ilhas

[371] BALENO, Ilídio Cabral. Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995. p. 176.
[372] Frente aos problemas climáticos, ataques militares e a própria questão da concorrência com contratadores incentivada pela coroa, assim como com estrangeiros.

ocupassem ao mesmo tempo, um lugar e um não-lugar sem estarem completamente afinados a nenhuma das referências mais próximas.

No entanto, não é possível deixar de destacar as pesquisas que já se dedicaram à questão da construção identitária de homens frutos desse meio híbrido que foi o espaço cabo-verdiano-guineense. A grande ressalva a ser feita a esses trabalhos de qualidade internacionalmente reconhecida, se deve à ausência de uma reflexão sobre as questões postas sobre a identidade crioula ao pensar a história da África. Nos deteremos neste ponto e seus impasses conceituais a seguir.

As discussões sobre os agentes "intermediários" dentro do espaço Atlântico não são novidade na historiografia, muito já se estudou e avançou na compreensão de quem foram os indivíduos que atuaram verdadeiramente na construção do império ultramarino, sobre sua ação em solo desconhecido. Mas se o conhecimento a respeito dos agentes intitulados pelos anglo-saxões como "go-betweens" – ou, no caso da Grande Senegambia, o que George Brooks chama de termo genérico de euro-africanos – já reúne muitos estudos, a novidade reside agora na revisão da abordagem dessa compreensão, tendo em vista a percepção do mundo moderno como um espaço integrado.

Em meio a tantas discussões já consolidadas e as mais recentes, boa parte dos autores que pensam essa região da África em especial, optam pelo uso de luso-africanos e suas variações como afro-portugueses. O que de início gerou uma imensa confusão, na tentativa de situar uma proximidade de determinadas premissas interpretativas, acabou por tornar-se um dos pontos de discussão na pesquisa de doutorado. Assim, as presentes reflexões visam situar os autores aqui estudados nessas questões, apontando as aplicações de tais termos a seus casos.

Segundo Brooks o uso de termos compostos como luso-africanos, afro-portugueses e variações, revelam a preponderância com relação ao indivíduo sobre seu aparato cultural. Ao afirmar que as crianças luso-africanas, que tinham pais comerciantes portugueses e mães as africanas da Guiné, possuíam culturalmente mais semelhanças com as suas mães, conclui que isso é passível de se inferir do próprio termo pelo qual são chamadas "o prefixo curto luso (derivado de Lusitânia, o nome romano para a área de Portugal) é combinado com o mais longo Africano. Da mesma forma, o mesmo pode ser dito para as palavras anglo-

africanas e franco-africanos. Eurafricanos serve como termo genérico".[373] Vale destacar que por este termo o autor refere-se aos habitantes das ilhas de Cabo Verde aos quais era permitido pela coroa residirem em comunidades africanas.[374]

Nesse sentido, Linda Newson ao tratar do papel desempenhado por africanos e luso africanos no tráfico de escravos na Alta Guiné, compreende que "o termo luso-africano será utilizado compreendendo os lançados, sua prole mestiça e seus descendentes, assim como aqueles referidos como grumetes" e a respeito especificamente de Almada e Donelha encerra que "os nascidos cabo-verdianos André Álvares d'Almada e André Donelha, ambos de descendência mista de europeus com africanos"[375], percebemos a referência a agentes intermediários, que de acordo com Alida Metcalf eram "aqueles que facilitavam as interações sociais entre mundos, tradutores, comerciantes culturais e negociantes[376].

José da Silva Horta, ressalta sobre o termo que em suas análises a referência a este inclui os perfis dos homens aqui estudados, que eram os "oficiais e comerciantes cabo-verdianos (entenda-se, nados e criados em Santiago) […] todos eles pertencentes ao meio mercantil cabo-verdiano-guineense.[377]". Nesse caso, o autor estende a terminologia sobre os homens que se auto reconheciam como "portugueses".

Abaixo segue o quadro elaborado por Horta a respeito de sua compreensão sobre as terminologias aplicáveis aos indivíduos inseridos no contexto da Guiné:

---

[373] "The short prefix Luso (derived from Lusitania, the Roman name for the area of Portugal) is combined with the longer African. The same can be said for the words Anglo-African and Franco-African, as well. Eurafrican serves as a generic term". BROOKS, George. **Eurafricans in Western Africa** – commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Athens: Ohio University Press, 2003. p.xx.

[374] "Luso-african inhabitants of the Cape Verde Islands, who were allowed to reside in African communities". Luso-African, the children of Portuguese traders and African women. BROOKS, George. **Eurafricans in Western Africa** – commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Athens: Ohio University Press, 2003. p. xx-xxi"

[375] NEWSON, Linda. Africans and luso-africans in the portugueses lave trade on the upper guinea coast in the early seventeenth century. **The Journal of African History**, vol 53, Março 2012. p.4-5.

[376] Tradução livre do trecho "Those who facilitate social interaction between worlds, translators, cultural brokers, negotiators". METCALF, Alida C. **Go-betweens and the Colonization of Brazil: 1500–1600**. University of Texas Press, 2005. p. 12.

[377] O autor cita especificamente Almada, Donelha e Coelho. HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde" produção textual e representações (1578-1484)**. Lisboa, 2010. 57-58

A)	**Portugueses** vindos de Portugal vivendo legalmente ou "lançados" na Guiné (a distinção legais/ilegais, portuguesa, tende a dissolver-se ao longo dos séculos XVI-XVII)
B)	**Portugueses** nascidos em Cabo Verde, **Luso-Africanos** (mestiços) nascidos em Cabo Verde, **Africanos** nascidos em Cabo Verde: todos sendo **Cabo--verdianos**, quer se tenham tornado "lançados", vivendo ilegalmente na costa, ou comerciantes visitantes
C)	**Luso-africanos** nascidos em África, cujos ascendentes se encontram entre os indivíduos elencados em A) e B)
D)	**Africanos** nascidos na Guiné (bem como todos os seus ascendentes), apesar dentre estes existirem indivíduos que se identificavam a si mesmos como **"Portugueses"**

Quadro: As origens familiares no mundo Cabo-Verdiano-Guineense. In: HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.69.

Em trabalho conjunto com Peter Mark, em seu *The forgotten Diaspora Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World,* os autores contribuem um pouco mais para a compreensão dessas terminologias empregadas no contexto da Guiné e das ilhas de Cabo Verde. Os autores esclarecem que por essa denominação de "Portugueses", referindo-se aos homens que assim se concebiam e eram reconhecidos em seu meio, enquadravam-se os comerciantes de longa distância, cristãos, e os que falavam português, da mesma forma que se distinguiam por suas roupas europeias, armas que utilizavam e estilo das construções de suas casas[378]. Os autores destacam que faziam parte desse mesmo grupos também "Portugueses ibéricos, bem como seus descendentes luso-africanos, e também indivíduos de ascendência africana que exibiam características enumeradas anteriormente".[379] Como é possível notar, esses auto declarados "portugueses" são enquadrados sobre a mesma definição de luso-africanos, embora como seja possível perceber pelo quadro acima, com diferenças de ascendência e vivências.

[378] MARK, Peter e HORTA, José da Silva. **The forgotten Diaspora** Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p. 52.

[379] "Iberian Portuguese, as well as their Luso-African descendentes, and also individuals of African ancestry who exhibited the caracteristics enumerated earlier". MARK, Peter e HORTA, José da Silva**. The forgotten Diaspora** Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p. 53.

Nas palavras de Peter Mark eram luso-africanos tantos os homens que viviam na Guiné quanto nas Ilhas de Cabo Verde. Entre outras coisas reuniam aspectos semelhantes na arquitetura de suas construções e pelo fato de serem comerciantes. Também a língua crioula que falavam, que convergia vocábulos do português com uma estrutura gramatical derivada das línguas do oeste atlântico, como resultado de um processo de assimilação cultural[380]. O último aspecto em comum a esses homens era religião, Peter Mark esclarece que embora definidos como cristãos essa religião católica consistia em um amálgama de práticas cristãs, judaicas e africanas. Segundo o autor, as fronteiras culturais entre os luso-africanos e seus vizinhos não era necessariamente bem demarcada. Para Mark, uma das mais isoladas comunidades de luso-africanos estaria situada nas ilhas de Cabo Verde, sendo Coelho, Donelha e Almada representantes dessas relações entre as ilhas de Cabo Verde e o continente[381].

Como se pode notar o uso desta terminologia é bastante comum na historiografia, existindo diversas vertentes para aplicação do termo. Na verdade, a opção pelos termos compostos para referência a homens localizados em meios socioculturais distintos, os seja, intermediários, não é novidade. Pode-se mencionar casos como menção de Luiz Filipe Thomaz aos luso-indianos[382], ou a de Luís Felipe de Alencastro aos luso-brasílicos[383]. Estes, assim como o uso do próprio termo luso-africano, parecem uma tentativa de entender mundos distintos ou grupos de fronteira do Ultramar europeu.

A aplicação prática do conceito de luso-africanos, por não reunir um consenso a seu respeito, é bastante variada nos trabalhos que se dedicam à Guiné. Uma delas é a que concebe como luso-africanos uma "categoria restrita de afro-portugueses descendentes dos

---

[380] MARK, Peter. **"Portuguese" style and luso-african identity** – precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. Bloomington: Indiana University Press, 2002. 16

[381] Essa situação era caracterizada pela migração dupla de indivíduos e pelo ativo processo de interação cultural e troca entre os vários grupos de portugueses e seus parceiros comerciais africanos, assim como um continuo processo de casamentos entre cabo-verdianos, africanos e dos descendentes dos lançados. MARK, Peter. **"Portuguese" style and luso-african identity** – precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. Bloomington: Indiana University Press, 2002. 19

[382] "Estes pormenores evidenciam até que ponto a influência portuguesa em Goa se mesclou com o fundo local e de que forma o cristianismo se adaptou a uma sociedade que, pelas suas estruturas, continua a ser fundamentalmente indiana. THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**, Lisboa, Difel, 1994.p 281.

[383] ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

"Lançados" e "Tangomaos" vivendo na Guiné"[384], que compartilhavam entre si um conjunto de características similares como religião, língua e cultura material. Outra vertente bastante comum é a que nomeia como luso-africanos "todos os luso-afrodescendentes, quer nascidos na Guiné, quer nas ilhas".[385] Como exemplo desta tem-se a definição de David Wheat a respeito de quem seriam esses luso-africanos, que seriam os filhos das uniões entre homens portugueses e mulheres africanas de gerações racial e culturalmente mestiças, que resultou na formação de hibridismos. "Esses luso-africanos e seus próprios filhos frequentemente se identificavam como católicos e *portugueses"*. Como se nota, em sua compreensão não se excluem os homens de Santiago, como Almada, Donelha e Coelho, de sua definição. Embora em alguns momentos de seu trabalho sua interpretação pareça recair mais sobre o perfil dos lançados, falta aqui também uma compreensão melhor estabelecida sobre quem seriam os agentes passíveis de inserção em seu entendimento[386].

A propagação de termos genéricos quando se tem em vista sua aplicação em um período da história tão marcado pelas relações transnacionais e multiculturais é salutar. Contudo parece haver uma maior necessidade de um exercício de se problematizar os mesmos conceitos largamente utilizados, para que a compreensão lata de seus significados não seja feita de maneira indiscriminada. O motivo que qualifica essa discussão a receber linhas a seu respeito é o corroborado por José Horta, para o qual o "uso fluido torna-se confuso quanto paralelo ao de *cabo-verdiano*, dado que, por exemplo, um cabo-verdiano não é necessariamente um luso-africano, no sentido de ser mestiço descendente de Portugueses e pode ser um Negro ou mesmo um Branco, desde que já nascido em Cabo Verde".[387] Visivelmente a menção exclusiva ao local de nascimento não é uma saída muito mais produtiva à questão das terminologias, visto que uma identidade, especialmente em nosso recorte espacial, é fruto de um processo de construção baseado em vivências e contatos

---

[384] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde" produção textual e representações (1578-1484)**. Lisboa, 2010. p 59.

[385] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde" produção textual e representações (1578-1484)**. Lisboa, 2010. 6¨0

[386] Ainda ao mesmo tempo, suas relações com as comunidades locais africanas e seu conhecimento sobre a língua, crenças e práticas sociais africanas permitiu-lhes um papel central como intermediários comerciais e culturais entre grupos europeus e africanos. WHEAT, David. **The afro-portuguese maritime world and the foundations of spanish caribbean society, 1570-1640**. Dissertação de Mestrado: Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University. Nashvile, 2009. p. 71.

[387] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde" produção textual e representações (1578-1484)**. Lisboa, 2010.

transculturais. E esse é o ponto principal dessa argumentação. Embora a questão do híbrido cultural possa parecer difusa, fica claro que a definição de uma identidade crioula liga-se diretamente a sua vivência e construção do "eu" individual e do grupo de agentes, muito mais do que qualquer filiação genética a antepassados desse meio.

Nesse sentido, um aspecto bastante curioso sobre o trabalho de Peter Mark é sua compreensão de que a identidade compartilhada por esses luso-africanos não tinha como característica a contraposição à identidade dos reinóis ou de africanos locais. Ou seja, sua fluidez identitária não bipolar, flexível e passível de mudança de acordo com o contexto, caracterizou a construção da identidade dos autoproclamados "portugueses"[388].

Sobre essa questão e considerando os trabalhos de autores que discutem a história do Atlântico, muito já se produziu sobre as identidades crioulas. Embora com autores que em grande parte utilizem-se de premissas estruturalistas para discutir diversos fenômenos socioculturais no Ultramar, tal como a dinâmica das plantations, e o "slaved based system", muitas de suas incursões sobre o presente tema são elucidativas. O tema a respeito da emergência de sociedades crioulas, segundo Antônio de Almeida Mendes mostrou-se como um dos desafios as hierarquias europeias de compreensão social, isso devido ao fato de que para os europeus a mistura e assentamento de cristãos, animistas, judeus e muçulmanos "era caracterizado por uma forte diversidade racial e religiosa. Como consequência, a sociedade que começou a se constituir não correspondia às hierarquias sociais e raciais que se desenvolviam na Europa"[389]. Nos espaços africanos, a coexistência entre esses distintos povos de variadas culturas, facilitou a emergência das sociedades crioulas.[390] Ainda para esse historiador é importante frisar que "o encontro entre europeus e africanos não é um simples *encontro colonial*, mas produz um novo espaço de elaborações cultural. Definir os portugueses da Guiné é, então, um exercício complexo devido à quantidade de identidades

---

[388] MARK. Peter The evolution of 'Portuguese' identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from teh sixteenth to the early nineteenth century**. Journal of African History**, vol. 40, 1999. p. 227-233.

[389] Muslims mixed with Christians, Jews, and animists, and the settlement was characterized by a strong racial and religious diversity. As a consequence, the society that began to be constituted did not correspond to the social and racial hierarchies then being developed in Europe. MENDES, Antonio de Almeida. Slavery, Society, and the First Steps toward the Atlantic Revolution in Western Africa (Fifteeenth-Sixteenth Centuries). In: GREEN, Toby and NAFAFÉ, José Lingna (ed.). **Brokers of Change:** Atlantic Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa. New York: Oxford University Press, 2012. p.255.

[390] MENDES, Antonio de Almeida. Slavery, Society, and the First Steps toward the Atlantic Revolution in Western Africa (Fifteeenth-Sixteenth Centuries). In: GREEN, Toby and NAFAFÉ, José Lingna (ed.). **Brokers of Change:** Atlantic Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa. New York: Oxford University Press, 2012. p.240.

interligadas[391]". Para Mendes, o desafio paira na questão de que esses homens podem ser compreendidos tanto como homens do Atlântico, do Mediterrâneo quanto como criaturas híbridas que se situavam "entre os dois". Essa conjunção característica desse ponto da Costa, daria o tom norteador das identidades na Guiné.

Para Toby Green essa identidade crioula pode ser percebida em Santiago a partir do momento em que notamos a formação de uma consciência sobre as diferentes percepções a respeito do que constituíam categorias "puras" ou "impuras" de raça e religião. Ao demonstrar como no século XVII, cristãos novos – que possuíam denúncias a respeito de suas práticas religiosas nas ilhas – solicitavam cargos junto ao poder régio e eram atendidos, ou mesmo as conquistas de mercês pela parte de mulatos, o autor delineia como as noções de limpeza foram se adaptando à realidade das ilhas, na concepção dos moradores, visto as respostas vindas de Lisboa às suas solicitações. Para Green "a confirmação que ideias sobre essa questão eram diferentes em Cabo Verde confirma que uma consciência social distinta estava se formando lá e que não estamos projetando muitas das atitudes presentes no passado quando falamos sobre uma identidade crioula[392]". Nesse sentido, podemos argumentar que a própria concessão do hábito da ordem de Cristo a Almada foi o chute inicial desse processo[393].

De toda forma, o que parece até hoje ter sido a compreensão dos historiadores, é que essa identidade discutida por Green seria mais característica de um período posterior as publicações de Almada e Donelha. Quando o cenário das ilhas já havia passado pela saída massiva dos europeus, devido a insalubridade provocada pelas sucessivas secas, assim como o número de filhos da terra teria aumentado potencialmente.[394] Para a discussão aqui proposta

---

[391] MENDES, Antonio de Almeida. **"Brancos" da Guiné, "contrabandistas" de fronteiras** (séculos XVI-XVII). In: GUEDES, Roberto. África brasileiros e portugueses séc. XVI-XIX. Rio de Janeiro: Mauad. 2013. p 9.

[392] "The confirmation that ideas on this issue were different in Cabo Verde confirms that a distinct social consciousness was forming there, and that we are not projecting too much of present attitudes into the past when we talk about something like Creole identity". GREEN, Toby. Building Creole Identity in the African Atlantic: Boundaries of Race and Religion in 17th Century Cabo Verde. **History in Africa.** Vol. 36, 2009, p. 118.

[393] De acordo com Iva Cabral Almada foi o único mulato a receber o hábito nos séculos XVI e um dos três únicos moradores de Santiago no mesmo período.

[394] "As society changed fundamentally with the exodus of Europeans following periods of drought. Yet at the same time, while Portugal could not impose its ideological vision through force thereafter, its ideas did trickle into Creole identity." [...] "Thus the "African Atlantic," in Cabo Verde, reveals a curious tension between autonomy and rejection of the metrópole on the one hand, and a wider ideological dependence on it on the other. GREEN, Toby. Building Creole Identity in the African Atlantic: Boundaries of Race and Religion in 17th Century Cabo Verde. **History in Africa.** Vol. 36, 2009, p. 124.

é importante notar como o autor concebe que a percepção da flexibilidade do poder régio sobre suas demandas, era indicativo formador dessa identidade.

Ainda nesse sentido Antônio de Almeida Mendes completa que a cultura desenvolvida desse crioulo na Guiné difere da encontrada na América, "ligada à história local, à evolução econômica e política da colônia cabo-verdiana, ela integra as heranças dos mundos africanos e mediterrânico"[395]. O autor reforça ainda que "na Guiné não se encontrava um simples processo de aculturação ou de transculturação, ou seja, tratava-se da apropriação pelos crioulos das características das sociedades africanas"[396], pois nesse cenário o cruzamento cultural era condicionado pelas sociabilidades inúmeras entre os grupos africanos distintos presentes na região. Ainda assim, cabe aqui algo significativo apontado por Serge Gruzinski, ao pensar a mestiçagem nas Américas: "se é incontestável que o sincretismo deve ser relacionado a situações que se movem e são contraditórias, ainda assim é preciso dispor dos meios de aprender esses contextos e essas relações que não seja apenas qualificando-os de 'fluidos e dinâmicos'[397]". Ambos os termos são muito utilizados para retratar os chamados *go-betweens* no mundo Atlântico, mas, de fato, pensando nas diferentes realidades de emergência do crioulo, cada ponto do Ultramar apresentou um modelo possível de identidade. É nesse sentido que o caso do mandinga Gaspar Vaz descrito por Donelha, é importante de ser resgatado a seguir.

Considerando a leitura de Peter Mark sobre a identidade de homens como Almada, Donelha e Lemos Coelho – ao observar que o que caracterizou os luso-africanos não foram um conjunto de características que se opunham a nenhuma outra identidade existente na região, mas sim a grande maleabilidade e dinamismo com que se adaptavam as diferentes circunstâncias diárias – parece-nos haver uma lacuna entre os estudos sobre a região e suas ligações com a história do Atlântico voltadas a identidade crioula. Não que essa lacuna seja fruto de algum descuido, mas muito mais de uma escolha por não adentrar uma discussão latente, especialmente considerando ter sido o primeiro caso Atlântico de emergência de tantas dinâmicas sociais.

---

[395] MENDES, Antonio de Almeida. "Brancos" da Guiné, "contrabandistas" de fronteiras (séculos XVI-XVII). In: GUEDES, Roberto. **África brasileiros e portugueses séc. XVI-XIX.** Rio de Janeiro: Mauad. 2013. p 34.
[396] MENDES, Antonio de Almeida. "Brancos" da Guiné, "contrabandistas" de fronteiras (séculos XVI-XVII). In: GUEDES, Roberto. **África brasileiros e portugueses séc. XVI-XIX.** Rio de Janeiro: Mauad. 2013. p34.
[397] GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 47.

Para além de apenas tentar expor a aplicabilidade e vulnerabilidade de todos esses conceitos, o principal objetivo dessa análise é a de demonstrar que em um ambiente tão marcado pelos contatos multiculturais das transações Atlânticas, conceitos fixos são tentativas infrutíferas de enquadramento. Como Peter Mark e José Horta assinalam as identidades no período aqui discutidas eram no notavelmente fluidas, seus indivíduos frequentemente portavam múltiplas identidades que poderiam ser sequenciais, mas tendiam a ser contingentes contextualmente "isso era verdade a respeito dos membros das sociedades locais africanas, mas também a respeito de descendentes euro africanos de uniões entre mulheres africanas e comerciantes europeus que tinham se estabelecido por diferentes períodos de tempo ao longo da costa.[398]

Dessa forma, para além da preferência por um ou outro termo e a consequente filiação historiográfica que isso lhe implica, os estudos devem manter a atenção ao que informam as fontes, em consonância com o exercício de perceber as realidades no contexto Ultramarino. Nessa constante tentativa de mapeamento de identidades desses agentes, acaba-se por lidar com o risco de situá-los de forma mais ou menos próxima de determinados nacionalismos, o que é bastante complexo visto o próprio contexto da era Moderna.[399] Outro problema são as possíveis implicações que a tentativa desse exercício pode gerar como a consequente interpretação de que a maior ou menor aproximação a determinado império implicava em gerar certa fidelidade aos mesmos[400]. A saída para isso foi a gradual adoção das noções de redes que foram adotadas para distinguir e substituir a questão de nacionalidades em um período em que ela não estava dada. As relações hierárquicas entre pontos dessas redes se

---

[398] "Identity in sixteenth and seventeenth-century Senegambia was remarkably fluid. Individuals as we have both argued elsewhere, often held multiple identities. These identities could be sequential, but they tended to be contextually contingente. This was true of the members of local African societies, but also of the Eurafrican decendents of unions between African women and European traders who had settled for varied lengths of time along the coast". MARK, Peter e HORTA, José da Silva. **The forgotten Diaspora** Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p 52.

[399] "How can one define Dutch, Portuguese, Spanish, English, etc., when the notion of nation-state was not yet defined? One could use elements such as place of birth or residence, among others. However, given the high levels of mobility in the early modern Atlantic, especially in the coastal societies of Western Europe, Western Africa and the Americas, they cannot be safely used". SILVA, Filipa Ribeiro. **Dutch and Portuguese in Western Africa** – Empires, Merchants and te Atlantic System, 1580-1674. Boston Leiden: Brill. 2011.p 164.

[400] By giving a 'national' label to the different groups of people operating in the Atlantic system, scholars have initially presumed that due to their 'nationality,' these men and women would have a certain level of loyalty towards their homelands. Whenever this was not the case, their practices were often classified as 'corruption'". SILVA, Filipa Ribeiro. **Dutch and Portuguese in Western Africa** – Empires, Merchants and te Atlantic System, 1580-1674. Boston Leiden: Brill. 2011.p 166.

mostraram uma melhor proposta de análise até mesmo para compreender suas identidades.

Reforçamos ainda que o período analisado engloba a emergência e desintegração da União Ibérica, ou seja, um período em que fidelidades à coroa eram muito difíceis de se supor ou mesmo mapear. Um morador identificado como súdito real em 1575 via-se em 1580 frente a uma realidade completamente distinta. A mudança de coroas abria um leque de possibilidades para anseios dos indivíduos da Guiné – lembrando do desejo de colonização da Serra Leoa – e consequentemente uma complexa relação com o poder régio. Ivana Elbl novamente nos empresta sua percepção sobre o assunto, de que

> A identidade nacional portuguesa não era constante, nem a identidade de "Outros". Os componentes constituintes e sua proporção mudaram de acordo com o contexto temporal, espacial e situacional. Mesmo a identidade religiosa aparentemente importante pode ser facilmente levada ao fundo e ignorada quando uma situação, como alianças políticas ou comerciais, a exigiu. Esta fluidez e oportunismo não são apenas características de construções medievais de identidade coletiva, mas também um fator muito importante para julgar as relações reais entre os portugueses e as várias culturas que encontraram[401].

E, nesse sentido, como relembra Alida Metcalf "em termos históricos, go-betweens podiam ser mediadores neutros, mas de fato, raramente o eram[402]". O que nos diz que para além do entendimento desses agentes como intermediários, qualquer definição fixa, é muito pouco produtiva, em decorrência disso, a discussão do crioulo parece-nos cada vez mais necessária.

Para o caso aqui abordado a interpretação dessa identidade caminha no sentido de vê-las entre o que delineou José Horta, Peter Mark, mas também Toby Green. Ainda que, como mencionado, existam ressalvas pelo uso do termo "luso-africano", mas entendemos o processo de sua constituição como sendo uma questão de identidade étnica resultante de uma situação transcultural experienciada na Guiné do Cabo Verde. Horta opta pelo termo composto, fazendo todo o exercício de explicar a forma como concebe sua adaptação ao caso

---

[401] ELBL, Ivana. Group Identities in the Early Portuguese Overseas Expansion in Africa: Concepts and Expressions. **Portuguese Studies Review**, 15, (1-2), 2007. p. 61.

[402] "In historical settings, go-betweens can be neutral mediators, but in fact they rarely are". METCALF, Alida C. **Go-betweens and the Colonization of Brazil: 1500–1600**. University of Texas Press, 2005. p. 2.

dos autores[403]. Nosso exercício é de fazer a ponte entre isso e a premissa de Green.

4. Gaspar Vaz, *go-betweens* e a materialização do crioulo da Guiné do Cabo Verde

Como supramencionado, há no texto de Donelha um caso bastante emblemático, representando como no século XVI se apresentavam os hibridismos culturais mencionados até aqui. O encontro descrito ocorre entre Donelha e Gaspar Vaz, que o autor chama de negro mandinga, ocorreu no Rio Gambia, em alguma das viagens realizadas pelo autor nas décadas finais do séc. XVI. Segundo o relato, Gaspar Vaz havia aprendido o ofício de alfaiate e botoeiro, quando era ainda escravo, no arquipélago de Cabo Verde. Fica evidente pela descrição a proximidade existente entre ambos e a curiosidade do encontro se dá pelo sincretismo religioso presente na figura de Vaz. Donelha relata que:

> Me pesava de ver o vestido com o camisão de Mandinga e com nóminas dos seus feitiços ao pescoço, ao que ele me respondeu: Eu trago senhor, este trajo porque eu sou sobrinho do Sandeguil, senhor desta aldea, o qual os tangomanos chamam duque, por ser a segunda pessoa do rei. Por morte do Sandeguil, meu tio, [eu] fico herdeiro de todos os seus bens, e por isso trago os vestidos que Vossa Mercê vê, mas na Lei de Mafamede não creio, mas antes me aborrece. Na Lei de Jesus Cristo creio, e pera que Vossa Mercê saiba ser verdade o que digo despio o camisão, ficou em jubao e camisa ao nosso modo, e do pescoço tirou um rosário de Nossa Senhora dizendo, todos os dias me encomendo a Deos e à Virgem Nossa Senhora nesse rosário. E se eu não morrer, e vier a herdar a casa de meu tio, farei pera por em Santiago alguns escravos, e achando embarcação hei-de ir viver nessa ilha e morrer antre cristãos[404].

Como se observa, Vaz identifica-se perante o meio comercial da Guiné por meio de suas vestimentas islâmicas, carrega inclusive entre seus amuletos as nóminas anteriormente referidas, com trechos do corão. Entretanto, frente a seu antigo conhecido Donelha com quem

---

[403] Complementa ainda que embora aborde-se texto portugueses por ele escritos "Of course, we are talking about Portuguese texts, not simply because they were written in Portuguese, but in the sense that they all were written by cultural agentes who were raised in Portuguese-Christian values and literacy patterns, and who considered themselves firmly Portuguese, even when they were Afro-Portuguese by birth". HORTA, José da Silva. Evidence for a Luso-African Identity in "Portuguese" Accounts on "Guinea of Cape Verde" (Sixteenth-Seventeenth Centuries). **History in Africa**, vol. 27, 2000. p.130"

[404] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné e do Cabo Verde.** (1625). Edição do texto português, introdução, notas e apêndices de Avelino Teixeira da Mota. Notas de P. E. H. Hair. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p.146.

também desenvolveu relações comerciais – conforme segue na descrição –, negava a imagem que passava e confessa a crença particular católica. Retira do pescoço um rosário de Nossa Senhora e assegura as orações que realiza e desejo de morrer entre cristãos. Além disso, fica aparente a "primeira crioulização" levantada por Green, quando há a indicação de tradições sucessórias matrilineares – ao mencionar que herdaria as posses do tio. Originalmente os mandingas do Mali possuíam tradições patrilineares[405], mas após a chegada e interação com as populações da Guiné, em diferentes lugares houve a adoção do sistema sucessório matrilinear.

Para José da Silva Horta, Gaspar Vaz seria um excelente exemplo de um grumete[406]:

> Mudando sua identidade muçulmana para a de um cristão, mostrando os sinais materiais de sua antiga fé, diante de um cristão como Donelha, a quem ele teria de prestar serviços. Através de Gaspar Vaz, Donelha foi aceito como um espectador em um tribunal judicial entre muçulmanos mandinga, e no final sendo recebido pelo dignitário (a sandeguil, o "duque" de Casão na terminologia tangomao), que havia conduzido o tribunal no meio deste bixirins (marabouts). Donella também teve uma longa conversa com um bixirim, etc.[407]

---

[405] Como apresentado por Nehemia Levitzion os estudos a respeito dos impérios do Gana e do Mali demonstram que as tradições sucessórias de ambos não apresentam comprovações de associações às tradições matrilineares. Essa mesma afirmação segue na obra de Green já anteriormente mencionada.

[406] Que Horta define como sendo aquele que continuamente alterava sua identidade. "The term "grumete" is a Portuguese word for cabin boy or apprentice seaman who were seamen from the maritime groups of Senegambia and Upper Guinea Coast hired by the Portuguese and Luso-Africans traders". HORTA, José da Silva. Evidence for a Luso-African identity. In: 'Portuguese Accounts on 'Guinea of Cape Verde' (Sixteenth-Seventeenth Centuries). **History in Africa,** v.27, p.99-130, 2000. p. 103. Sobre isso, há ainda a leitura de Carlos Lopes do termo "Os grumetes são sem dúvida o primus inter pares da presença comercial europeia e peças indispensáveis no novo xadrez que se vai instalar na região. Foi o fenômeno do tráfico de escravos que originou o povoamento maciço das ilhas de Cabo Verde. Essas correntes de migração forçada criaram um imbricado sistema de relações sociais que passou a utilizar os mestiços e homens lires de Cabo Verde para funções intermediárias. O seu regresso à origem renova relações de outro tipo com as populações locais, criando a categoria social dos grumetes, que vai gravitar à volta das feitorias da costa" George E. Brooks, "Cacheu: A Luso-African Entrepôt at the Nexus of the Biafada-Sapi and Nabyun-Bak Trade Networks", em **Mansas, escravos, grumetes e gentio:** Cacheu na encruzilhada de civilizações, org. por Carlos Lopes (Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993). p.14.

[407] Tradução livre do trecho "shifting his Muslim identity to a Christian one, showing the material signs of his former Faith, when facing a Christian like Donelha, to whom he would need to render services. Through Gaspar Vaz, Donelha was accepted as a spectator in a judicial court among Muslim Manding, in the end being received by the dignitary (a sandeguil, the "duque" of Casão in the tangomao terminology), who had conducted the court among this bixirins (marabouts). Donelha also had a long talk with a bixirim, etc". HORTA, José da Silva. Evidence for a Luso-African identity. In: 'Portuguese Accounts on 'Guinea of Cape Verde' (Sixteenth-Seventeenth Centuries). **History in Africa,** v.27, p.99-130, 2000 p..113.

O intrigante é que ao mesmo tempo, outros autores de referência expressam diferentes leituras sobre esse mesmo encontro, no que diz respeito a identidade de Gaspar Vaz. Tal episódio foi descrito por Carlos Zeron[408] e John Thornton[409], que analisam o encontro a partir de um ponto de vista comercial do eixo afro-atlântico, como sendo a respeito de um "tangomao", "indivíduo que, além de intérprete, era um dos intermediários ou mediadores do trato comercial na costa da Guiné"[410].

Vanicléia Silva Santos, observando esse mesmo caso cogita se a referida cena "Tratava-se de estratégia de incorporação seletiva de religiões? Ele [Gaspar Vaz] combinava sincreticamente os símbolos religiosos devido à sua situação de *intermediário*?"[411]. A cena nos parece refletir uma junção de elementos característicos dos processos de interação vividos na Guiné. A fluidez característica de transações comerciais desde os períodos do comércio transaariano, o longo histórico de coexistências entre grupos nas sucessivas levas de populações diaspóricas e a notável influência dos processos de mandinguização, resultaram em um ambiente marcadamente híbrido e receptível aos diferentes costumes religiosos. O que talvez possa sugerir uma incorporação consciente e seletiva de crenças e elementos visuais parece-nos mais um traço de uma identidade vigente no meio guineense.

Longe de discordar dos autores que trataram Gaspar Vaz por grumete ou como um tangomao, uma vez que já expressamos o quanto é complexo o fazer de tentar mapear pertencimentos nesse meio, o que parece mais importante é lembrar de quem se tratava Donelha. As relações que estabeleceu na Guiné foram duradouras e em seus escritos parece haver uma clara consciência de quem eram os lançados ou grumetes. Parece ser importante notar que o próprio autor não usa nenhuma dessas definições na descrição do caso, essas interpretações, são da historiografia.

A compreensão da existência desses elementos de hibridismo, que nos parecem indícios de uma identidade crioula, não necessariamente supõe uma maior proximidade com

---

[408] ZERON, Carlos Alberto. Pombeiros e tangomaus: intermediários do tráfico de escravos na África. In:. LOUREIRO, R. M.; GRUZINSKI, S. (Coord.). **Passar as fronteiras.** Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999.p.26-27.

[409] THORNTON, John. A **África e os africanos na formação do mundo atlântico:** 1400-1800. Trad. de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.117.

[410] SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII). **MÉTIS: história & cultura.** V. 10, n. 19. Jan./jun. 2011. p.199.

[411] SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII). **MÉTIS: história & cultura**. V. 10, n. 19. Jan./jun. 2011. p.199.

um sistema religioso único à exclusão de outros[412]. Possivelmente a conduta de crenças e práticas de Gaspar Vaz podia ser ainda mais complexa, no que diz respeito a elementos animistas, sem significar para o próprio como algo que desmerecesse sua fé católica/ islâmica. Quem credita esse olhar de reprovação frente ao que observa é o autor do relato, que está escrevendo tendo em mente um leitor português e cristão católico no reino, para o qual o islã representava um rival na empreitada da conquista por territórios e almas.

Dessa sorte, o caso de Gaspar Vaz legitima algo defendido por Peter Mark, de que para além da fluidez que sempre foi característica desse período e das interações Atlânticas, o que se percebe no contexto da Guiné é como os agentes tinham a habilidade e vontade de mudarem suas identidades, fosse no decorrer de suas trajetórias pessoais, fosse ainda em um mesmo dia[413].

Outros exemplos de agentes que representavam – não apenas na Guiné, mas em muitos pontos do Ultramar – esse perfil de *go-betweens* e tornavam possível as dinâmicas comerciais e culturais foram, além dos mencionados lançados e tangomaos, os grumetes, dyulas[414] e chalonas[415]. Sua emergência e interação de tão variados tipos de indivíduos no mesmo espaço da Guiné do Cabo Verde é um dos traços que singularizam a região. Contudo, vale ressaltar o apontado por David Wheat sobre a extensão dessas interações,

> Os intermediários portugueses e luso-africanos desempenharam um papel ambíguo e significativo na colonização do Caribe espanhol [...] A expansão

---

[412] Nesse sentido ainda é importante esclarecer que Trajano Filho opta pela discussão da crioulização, em vez de discutir pelo viés de sociedade híbrida, a saber "o que estou a chamar de sociedade crioula é uma formação social original (como toda sociedade), diferente das que a constituíram, mas com elas mantendo alguma forma de continuidade que precisa ser desvelada analiticamente. A vantagem desta metáfora ou analogia sobre outras, como, por exemplo, sociedade híbrida, sincrética ou mestiça, se revelará na sua inteireza no decorrer desta exposição […] Assim, mais do que afirmar que o caso guineense representa uma sociedade híbrida, com fronteiras porosas, ou uma sociedade mestiça de portugueses e africanos, o uso que faço desta analogia lingüística abre a possibilidade de um entendimento mais detalhado sobre o que aconteceu na costa da Guiné, orientando, por exemplo, as interrogações sobre quais os espaços sociais de porosidade nesta sociedade, como e quando a sociedade crioula da Guiné incorpora gente, valores e práticas das vertentes portuguesa e africana". TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia**, n° 343, 2003. P.4

[413] "He does not argue that identity was flexible in a general way, but that specific individuals had the ability and desire to change their identity or to move from one identity to another, ither during diferente stages of their life (sequentially) or even within one day (simultaneously)". HINCHMAN, Mark. "The International Journal of African Historical Studies". **The International Journal of African Historical Studies,** vol. 36, no. 1, 2003, pp. 150–153.

[414] Os dyulas eram comerciantes mandingas itinerantes, responsáveis inclusive pela propagação do proselitismo islâmico. ROBINSON, David. **Muslim Societies in African History** – New Approaches to African History. Cambridge University Press, Cambridge, 2004. p. 37.

[415] Nome dado aos tradutores que viviam entre as comunidades africanas e facilitavam o comércio e relações entre diferentes povos.

> espanhola nas Américas, a presença de tangomaos e luso-africanos no Caribe espanhol revela que a ordem social se formava durante o final do séc. XVI e início do séc. XVII foi, em muitos aspectos, uma extensão de padrões anteriores para eventos contemporâneos na África atlântica, não um confronto violento de culturas de um encontro tenso negociado por europeus e africanos que pouco conheciam antes[416].

O papel de intermediários no Ultramar poderia ser representado por diversas classes e entre diferentes poderes, fosse entre líderes locais africanos e poderes régios, ou mesmo entre os primeiros e os moradores de Cabo Verde. Dessa forma, nossos autores representam uma classe de intermediários, mas os lançados figuram uma outra, ainda diferente dos grumetes. De acordo com Alida Metcalf no papel de tradutores, negociantes e comerciantes culturais, os go-betweens poderiam ainda ser indivíduos famosos ou mesmo apenas membros de grupos não identificados, que ainda assim eram bastante influentes, sendo inclusive portadores de lealdades complexas e alternantes, muito difíceis para os historiadores modernos reconstruírem[417]. Por esse motivo, é sempre válido retomar a premissa de que esses agentes "tinham seus próprios interesses e exerciam seu próprio poder, conflitos emergiam entre eles, mesmo entre aqueles que mediavam o império português[418].

José Lingna Nafafe levanta ainda a discussão a respeito da própria existência de identidades humanas, quando analisamos indivíduos como os lançados e tangomaos;

> A compreensão clássica da subjetividade humana é de que as pessoas na sociedade têm uma identidade coerente. Os tangomãos / lançados desafiam essa suposição. A identidade é percebida como uma portadora de ideologias múltiplas inconscientes, ou seja, a identidade é onde são

---

[416] Tradução livre do trecho "Portuguese and Luso-African intermediaries played an ambiguous yet significant role in the colonization of the Spanish Caribbean […] Spanish expansion in the Americas, the presence of tangomaos and Luso-Africans in the Spanish Caribbean reveals that the social order taking shape there during the late sixteenth and early seventeenth centuries was in many ways an extension of earlier patterns ad contemporary events in Atlantic Africa, not a violent clash of cultures of a tense encounter negotiated by europeans and Africans who knew little about each other beforehand". WHEAT, David. **The afro-portuguese maritime world and the foundations of spanish caribbean society, 1570-1640**. Dissertação de Mestrado: Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University. Nashvile, 2009. p. 108.

[417] METCALF, Alida C. **Go-betweens and the Colonization of Brazil: 1500–1600**. University of Texas Press, 2005. p. 10.

[418] METCALF, Alida C. **Go-betweens and the Colonization of Brazil: 1500–1600**. University of Texas Press, 2005. p. 13-14.

> realizadas variedades de construções culturais e formações discursivas. A identidade também é um elo entre o pessoal e o social[419].

Na mesma linha é possível associarmos a ação dos grumetes que são um fruto da dinâmica iniciada na Guiné do Cabo Verde, fruto, em especial do tráfico de escravos. "Essas correntes de migração forçada criaram um imbricado sistema de relações sociais que passou a utilizar os mestiços e homens livres de Cabo Verde para funções intermediárias", que gravitavam em torno da Costa[420]. O que fica aparente na leitura dos relatos dos autores é que os papeis dos lançados e grumetes estava em constante associação e era difícil delinear suas áreas específicas de atuação, já que atuavam como comerciantes, marinheiros, pilotos locais, interpretes e funções de intermediário em geral. David Wheat complementa ainda – tratando do Caribe Espanhol – que as interações entre esses agentes e seus correspondentes africanos persistiram, assim como traços de sua cultura africana. De acordo com o autor "embora muito do seu conhecimento tenha sido usado para promover seus próprios interesses, mesmo os migrantes portugueses e luso-africanos que se tornaram ricos através do tráfico de escravos continuaram a mostrar sinais de sua familiaridade com os africanos e as culturas africanas[421]". São esses traços e constatações que sustentam nossa percepção da formação e sustentação da identidade crioula da Guiné do Cabo Verde.

A respeito desse processo que chamamos, em acordo com Toby Green, de crioulização e emergência de identidades crioulas, Gerhard Seibert o descreve como sendo:

---

[419] Tradução livre do trecho "The integration of the tangomãos or lançados into West African society raises questions about the very existence of human identidy. The classical understanding of human subjectivity is that people in society have a coherent identity. The tangomãos/ lançados challenge this assumption. Identity is perceived as a carrier of unconscious multiple mainstream ideologies, in other words, identity is where varieties of cultural constructs and discursive formations are realized. Identity is also a link between the personal and the social". NAFAFE, José Lingna. Lançados, Culture and Identity: prelude to creole societies on the rivers of Guinea and Cape Verde. In: HAVIK, Philips J. and NEWITT, Malyn (eds.). **Creole Societies in the Portuguese Colonial Empire**. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2015. p. 91.

[420] LOPES, Carlos. Introdução. In: **Mansas, escravos, grumetes e gentio:** Cacheu na encruzilhada de civilizações. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993. p. 14.

[421] "Tangomaos and Luso-Africans in the early colonial Spanish Caribbean continued to interact with Africans and people of African descent in diverse ways, usually with far greater liberty than most sub-Saharan Africans themselves. As both short-term residents and long-term migrants, the merchants, passengers, mariners, servants, and slaves who arrived on Iberian slave ships mediated the integration of a relatively rapid influx of enslaved Africans. […] Although much of their knowledge was used to further their own interestes, even Portuguese and Luso-African migrants who grew wealthy through slave trafficking continued to show signs of their familiarity with Africans and African cultures". WHEAT, David. **The afro-portuguese maritime world and the foundations of spanish caribbean society, 1570-1640**. Dissertação de Mestrado: Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University. Nashvile, 2009. p. 140.

> O encontro direto e prolongado entre a cultura portuguesa e as várias culturas africanas nos dois arquipélagos gerou um processo de aculturação mútua: uma europeização dos africanos, bem como uma africanização dos europeus, o que resultou na emergência de duas sociedades crioulas com as suas próprias línguas e culturas[422] .

O que nos parece representar o que muitos autores ainda nomeiam por termos compostos, como luso-africanos, euro-africanos e etc. Maria João Soares ao tratar das diferentes possibilidades de classificação terminológica dos indivíduos na região, esclarece que "não existia uma nomenclatura suficientemente esclarecedora de cada etnia. De resto, as designações "homens livres" ou "vizinhos"; "cristãos"; "grumetes" e outras são bastante vagas para permitir a avaliação exacta da posição sócio-política de cada grupo[423]". A esse respeito, de acordo com a autora "na primeira fase, após a sua formação, o crioulo deve ter irradiado de Santiago para as áreas de comércio dos portugueses (1550-1600): antilhas, concretamente a ilha de S. Domingo; e "rios de Guiné" em especial de Beseguiche (Goréa) à Serra Leoa[424]".

Nesse cenário, o que estamos pensando por crioulo seria o definido por Jaqueline Knorr, como "um processo em que pessoas etnicamente diversas se tornam indigenizadas e desenvolvem uma nova identidade coletiva carregando (diversos graus de) referência étnica"[425], no qual "identidades étnicas anteriores desaparecem e são substituídas por uma única nova identidade étnica[426]". Sabemos que os papeis no cenário na Guiné eram muito diversificados de acordo com a variação geográfica de comunidades, por isso, para nosso recorte, parece-nos possível apenas afirmar a existência dessa identidade para nossos autores. Embora como Maria João esclareça, já houvesse a presença do crioulo na Guiné no período.

O processo de desenvolvimento e consolidação na Guiné foi mais lento do que nas ilhas devido a suas configurações culturais mais complexas, mas o meio simbiótico de interações já gerava figuras como Gaspar Vaz. Algo interessante a esse respeito,

---

[422] SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 44.
[423] SOARES, Maria João. Para uma compreensão dos Lançados nos Rios de Guiné- Século XVI-meados do século XVII. **Stvdia**, nº 56/57. Lisboa: CEHCA-IICT. 2000. p. 34.
[424] SOARES, Maria João. Para uma compreensão dos Lançados nos Rios de Guiné- Século XVI-meados do século XVII. **Stvdia**, nº 56/57. Lisboa: CEHCA-IICT. 2000. p. 65.
[425] KNORR, Jaqueline *apud* SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 44.
[426] SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 43.

considerando a presença da religião católica após o século XV na região, são as razões da adoção de algumas práticas cristãs, em detrimento de outras, devido a própria configuração religiosa primária das populações. A saber:

> "Os preceitos da religião católica, talvez pela sua rigidez, não eram entendidos pelos animistas (e muito menos pelos islamizados), precisamente porque colidiam com toda a sua orgânica familiar, social e sobretudo econômica. Eles não podiam aceitar o severo princípio da monogamia exigido pela religião católica. Além de outros factores, na sua sociedade, o conjunto de mulheres de um mesmo lar polígamo, representava importante elemento de produção de bens e de serviço, de que não podiam prescindir sem prejuízo do agregado familiar. E o islamismo, embora com algumas limitações (teóricas) quanto ao número de esposas, prevê a existência da poligamia - embora uma poligamia mitigada[427]".

Os mais variados históricos culturais aportavam nas ilhas e coexistiram na sociedade de Cabo Verde moldando traços hídridos de uma cultura que foi pouco descrita nas obras dos autores. Contudo, seu olhar e a forma como abordam as comunidades e dinâmicas da Costa, nos permitem acessar fragmentos de uma África, não acessível por fontes contemporâneas de outras naturezas, como veremos a frente.

[427] SOARES, Maria João. Para uma compreensão dos Lançados nos Rios de Guiné- Século XVI-meados do século XVII. **Stvdia**, nº 56/57. Lisboa: CEHCA-IICT. 2000. p. 54.

Quarto Capítulo

Fontes conhecidas e novas abordagens: as minúcias dos escritos

1. O valor da escrita e a questão das autorias.

O uso das fontes produzidas por Almada, Donelha e Lemos Coelho sempre foi bastante amplo, em especial após as iniciativas de impressão e tradução em diferentes idiomas por acadêmicos como Avelino Teixeira da Mota, Paul Hair e Damião Peres. Seu uso sistemático por diferentes pesquisadores de áreas distintas debruçados sobre temáticas do período moderno, se dá em razão das inúmeras informações passíveis de serem extraídas dessas obras. Em especial por se tratarem de retratos etnográficos de sociedades, natureza e comércio de uma das regiões marco do pioneirismo português no comércio Atlântico. Embora os escritos de Almada, Donelha e Lemos Coelho, não possam ser considerados exatamente memórias dos primeiros momentos da presença europeia em África, por já serem oriundos do XVI e XVII, demonstram um período situado entre o auge e declínio do protagonismo da região, em especial do papel desempenhado pelas ilhas de Cabo Verde como polo exportador de escravos pelo Atlântico. No entanto, um outro ponto que nos parece sempre importante considerar, é que estas não são as únicas fontes disponíveis para esse fim. Correspondências, escritos de missionários, redações breves[428], também foram produzidas nesse período[429], mas os memoriais dos três comerciantes sempre ocupam posição de destaque.

Sem dúvida isso se deve em especial a três fatores, que nos parecem os mais notáveis. Em primeiro lugar o acesso a essas obras, que em comparação às demais possíveis, é bastante facilitado. Desde a primeira edição de 1733, apenas o relato de Almada já passou por outras sete, além de suas adaptações em português. A obra de Donelha mais tardiamente encontrada teve apenas duas edições em português, devido as iniciativas da Junta Investigativa dos Descobrimentos Portugueses e o texto de Francisco de Lemos Coelho, composto por "Duas Descrições" seguiu a mesma linha. Em comparação aos demais textos há de se reconhecer a facilidade de acesso a essas obras, o texto de Almada, inclusive, já se encontra disponível

[428] Há por exemplo a relação de Francisco de Andrade de 1582, homem de mesma origem que os demais autores, sua obra, no entanto é pouco utilizada, em especial por se tratar de um relato de cerca de 4 folhas.

[429] José Horta fez um levantamento das obras que compõe o corpus textual produzidas entre 1578-1684. Considerando as produções de mesmo autor, como os casos de rascunhos de mesmo texto, são mais de cem textos dos mais diferentes tamanhos e autores. HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 105-120.

integralmente on-line. Embora não no mesmo status, os textos de Donelha e Lemos Coelho também podem ser facilmente adquiridos. A documentação de correspondência por sua vez, embora também com boa parte impressa, está reunida em obras como a Monumenta Missionária Africana e similares[430], que constam em muitos acervos e bibliotecas de universidades, mas comparativamente em menor número do que os memoriais.

Além da facilidade de acesso às obras, há sem dúvida a questão de seus conteúdos. Por serem textos mais volumosos em número de páginas, permitem conhecer com mais detalhes os temas a que se dedicaram os autores, como as sociedades, fauna, flora, redes de comércio, dinâmicas sociais e de poder, devido às muitas linhas dedicadas a cada um dos tópicos. A título de conhecimento a obra de Almada de 1594 possui 106 folhas, a de Donelha de 1625 com 25 folhas e a de Lemos Coelho de 1669 com 76 folhas e na de 1684 com 59[431]. Se compararmos às correspondências e relações mais breves que chegam a uma média de 10 folhas, fica aparente a razão da predileção sobre os memoriais dos três autores.

O terceiro fator e que merece o maior destaque reside na qualidade do olhar fornecido pelas obras sobre os itens supracitados. A longa experiência e atuação dos autores na região, a inserção nas dinâmicas relacionais com poderes africanos, contato direto e prolongado com membros das mais distintas sociedades, entendimento de suas estruturas jurídicas e sociais, permitiram aos três uma redação da qual é possível inferir profundos traços das sociedades africanas, não encontrados em outras fontes. A imagem do africano que tinham esses autores está diluída em todas as obras, mas em muitos momentos notamos a possibilidade de voz que creditam às dinâmicas africanas e percepção de seus modos de agir. São traços atrativos que tornaram esses escritos os mais utilizáveis para melhor compreender a região no período.

---

[430] Há diferentes trabalhos publicados nas últimas décadas com documentação impressa sobre a região. Os trabalhos de maior referência e mais conhecidos são os volumes de Senna Barcelos e Antônio Carreira. Mas há também os levantamentos do História Geral de Cabo Verde e Portugaliae Monumenta.

[431] Nesse sentido, José Horta em seu levantamento de todas as produções e escritos sobre a região aponta que "Os números disponíveis, mesmo incompletos, permitem afirmar com segurança que acima de metade não utiliza mais do que duas folhas, e mais de dois terços não vai além das cinco. Mais expressiva ainda é a circunstância de se apenas registrarem 8 escritos com mais de 20 folhas, e destes 8, 3 serem duas versões e um resumo duma única obra, o Tratado de Almada, e outros 2, as duas redações da Descrição de Lemos Coelho. Ou seja, apenas cinco autores - os dois citados, Donelha, Fr. André de Faro e o Padre Manuel Álvares - se encontram neste grupo, dos escritos que adiante definiremos como tratados". As produções de religiosos, por demandarem uma abordagem específica e um olhar em muito carregado de prerrogativas e julgamentos, foram utilizadas nesse trabalho apenas para consultas. HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p.122.

Outrossim, obviamente que não por isso se tratariam de fontes africanas endógenas, mas o ponto aqui defendido é de que, por suas especificidades, também não devem ser consideradas como exógenas. Em nossa percepção, germinava desde suas elaborações, uma terceira percepção possível, uma interpretação própria. Filiada a estruturas reconhecíveis pelo poder régio luso, mas com características singulares, associadas à uma identidade crioula.

Nas palavras de Avelino Teixeira da Mota, em nota introdutória à edição do texto de Donelha, os memoriais deste e de Almada "foram escritos por indivíduos despidos de etnocentrismos e imbuídos de uma atitude de compreensão e simpatia para com os Africanos (embora com a ressalva quanto ao islamismo, dentro do espírito europeu da época)"[432]. Teixeira da Mota compõe uma geração de historiadores portugueses ainda em diálogos com uma historiografia Salazarista, o que justifica sua premissa acerca da ausência de etnocentrismos de Almada e Donelha[433]. No entanto, já deixa explícito como, para um historiador responsável pelo estudo de uma vasta documentação sobre Guiné e Cabo Verde no período das Navegações, diferenciavam-se às produções desses autores. Teixeira da Mota foi responsável ainda por coordenar um dos maiores grupos responsáveis por compilar e editar essa documentação nos arquivos portugueses e quase totalidade das informações que temos dos autores, foi fruto de parte de seu trabalho. Ainda sobre isso é importante destacar que o título da obra de Donelha foi atribuído por Teixeira da Mota, uma vez que esta não possuía nenhuma indicação nesse sentido. Apenas no prólogo Donelha aponta que "fui na minha mocidade curioso de ver, andar, perguntar e saber os costumes e coisas das terras em que andei e de tudo fiz um memorial..."[434]

---

[432] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 6.

[433] Como característico de uma historiografia de período ditatorial a exaltação de seus heróis muitas vezes compromete e ofusca as conclusões dos estudos da época, nesse caso, compreender as visões de Almada e Donelha como despidas de etnocentrismos revela como da Mota entendia como verdadeiros muitos de seus julgamentos de valor.

[434] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 1.

Almada informa desde o início de seu *Tratado* que o objetivo de seus escritos é o de informar sobre a terra que tão bem conheceu e nela se tornou um prático[435]. Já nas primeiras linhas ressalta que:

> "como entre os negros da nossa África não houve escritores, nem entre eles se usou escrever coisa que ler se possa...[...] Quis escrever algumas coisas dos Rios de Guiné [e] Cabo Verde [...] porque dessas partes sei honestamente, e de algumas coisas em que tive dúvida, informei-me com algumas pessoas práticas e nas ditas partes versadas; quis, como digo, escrever desta Guiné, não porque muitos não tivessem dela dito, mas porque pode ser que já dela não tiveram tão verdadeira notícia como eu..."[436].

Já nessas linhas observamos a menção a ideia de uma Guiné "nossa", partilhada entre o poder régio luso e homens como Almada, representantes que asseguravam a presença e senso de posse português. No período de Almada a "nossa Guiné", embora fosse governada pelos africanos, contava com os portugueses e cabo-verdianos em maioria quando comparados a franceses e ingleses, por exemplo, o que dessa forma sugeriria a Almada um senso de domínio, em algumas localidades, quando em comparação aos outros. Além disso, cabe lembrar que o *Tratado* de Almada, assim como a *Descrição* de Donelha, tinham como objetivo sugerir a colonização da Serra Leoa e maior presença portuguesa na Guiné, especialmente com o envio de missões religiosas. A obra de Lemos Coelho conta com especificidades com relação a essa questão, mas que trataremos adiante.

Antes de iniciarmos, façamos um último apontamento pertinente, que se refere a questão das autorias. Era bastante comum entre as produções do período a falta de assinação dos escritos, o que revela "a ausência da função-autor, ausência ligada à funcionalidade imediata do texto, cujo valor se subsume no uso imediato de que é alvo"[437], muitos escritos da época não tinham um público-alvo que demandasse um reconhecimento, uma vez que seu

---

[435] A menção ao conceito de "prático" refere-se ao termo utilizado para a auto referência que faziam os comerciantes sobre suas vivências, títulos e a figura que representavam na sociedade cabo-verdiano-guineense. Em geral, marcados por longa experiência comercial entre ilhas e costa, com períodos de residência entre comunidades costeiras, os títulos de "capitão" que portavam e o pertencimento a uma elite de Cabo Verde.

[436] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594.** Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 21-22.

[437] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 123.

objetivo era apenas informar. Nesse sentido, o fato das fontes aqui utilizadas serem todas assinadas, já são o primeiro indicativo da consciência de sua funcionalidade e objetivo almejado por seus autores. O que requer um patamar de análise diferenciado. Além disso, nos leva a colocar em discussão se "o que o historiador, hoje, designa por autor, nesses casos, não é mais do que uma peça veículo de uma cadeia de transmissão de informação"[438]. No caso aqui empregado, chamar os comerciantes de autores muitas vezes carrega consigo a noção da significativa contribuição de suas produções, sob as quais eles não possuíam remota ideia da importância que ganharia séculos mais tarde. Ou seja, a pretensão de serem autores não remete àqueles o mesmo valor que ao historiador de hoje. Para nós remonta a uma forma de abordar suas trajetórias, mas que para os próprios, muito pouco dizia. A própria condição com que foram encontrados e publicados os manuscritos originais é um revelador disso.

As edições consultadas durante a pesquisa foram as mais diversas. Desde os originais que se encontram em Lisboa e em Porto, até as impressas que dispõe de mais fácil acesso. No entanto, no período de suas produções, essas obras não foram pensadas para publicação. Como já mencionado, os escritos de Almada e Donelha carregavam um projeto colonizador e o memorial de Lemos Coelho foi redigido anos mais tarde a pedido do governador de Cabo Verde, mas nenhum deles visava a publicação de seus textos e ampla divulgação. Em decorrência disso a localização desses escritos e a forma como foram editados nas décadas e séculos posteriores até chegarem as impressões mais recentes, passaram por diversos percalços.

O *Tratado* de Almada conta com duas principais versões, que são as que apresentam maior corpo textual, havendo ainda uma terceira versão abreviada. Os textos possuem algumas diferenciações e o que se percebe é que talvez a versão de fato "oficial" pensada por Almada, seria a de 1594[439], localizada na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Há uma anterior, datada de 1592-1593 que, segundo Horta, poderia ser talvez uma espécie de rascunho do que viria ser a versão final e por isso passível inclusive de uma menor

[438] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p.123.
[439] ALMADA, André Álvares de. *Tratado breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde des do Rio de Sanaga ate os baixos de Santa Anna de todas as nações de negros que há na ditta costa e de seus costumes armas trajos juramentos g[u]erras feito pelo capitão Andre Alvares d'Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde pratico, e verçado nas ditas partes. Año 1594*: Biblioteca Pública Municipal do Porto. Ms. 603. 106 fls.

autocensura em partes do texto. Essa localizada na Biblioteca Nacional de Lisboa[440]. E uma terceira, essa já sem identificação de título nem autor, de 1596, que seria a abreviada da obra e também na Biblioteca Nacional de Lisboa[441].

As edições que seguem do texto de Almada foram, em geral, apanhados que mesclaram ambas as versões, a da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) e da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP). Em 1841 se tem notícia da primeira edição elaborada por Diogo Köpke, que consistia em uma cópia de uma versão similar à da BPMP com partes também da disponível na BNL. No ano seguinte, em 1842, o Visconde de Santarém organiza uma nova edição com partes da versão de Köpke, em uma tradução francesa abreviada desta. Em 1946 Luís Silveira organiza uma reedição da versão de Köpke, com partes distintas do Manuscrito do Porto. Já em 1964, António Brásio edita uma das versões ainda hoje mais utilizadas do Tratado, contando com mais partes do Manuscrito de Lisboa. No ano de 1984 Paul Hair e Jean Boulègue, com coordenação de Teixeira da Mota, produzem a edição inglesa do texto do Manuscrito do Porto. E finalmente em 1994, António Luís Ferronha, publica variantes do manuscrito de Lisboa tomadas das notas de Brásio, em um português atualizado[442]. Além disso, a versão de 1596 foi também publicada por André Gonçalves (sic) d'Almada[443] em 1733 e antes disso Fernão Guerreiro também havia incluído em sua *Relaçam annal* parte dessa versão[444].

A *Descrição*[445] de Donelha por sua vez de 1625 foi encontrada entre as relações manuscritas da coleção de Francisco Vasconcelos da Cunha, governador de Cabo Verde quando da redação do texto, a quem Donelha dedica a obra. Por muito tempo esquecida, apenas em 1977 Avelino Teixeira da Mota e Paul Hair organizam a *Descrição da Serra Leoa*

---

[440] ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Reinos de Guiné do Cabo Verde feito pollo capitão Andre Allvares d'Allmada natural da cidade e ilha do Cabo Verde cursado e pratiq[u]o nas ditas partes.* Biblioteca Nacional de Lisboa. Cod. 297. fls. 1-109.

[441] ALMADA, André Álvares de, e Anónimo. [Versão abreviada do Tratado, sem título, nem autor]. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cod. 525. 1-53v. com Emendas fl. 54-56.

[442] Há uma nova versão de 2006, também de Ferronha, que apresenta uma revisão da versão de 1994.

[443] Sob o título de *Relação e Descripção de Guiné na qual se trata das varias naçoens de negros, que a povoaõ, dos seus costumes, leys, ritos, ceremonias, guerras, armas, trajos, da qualidade dos portos, e do commercio, que nelles se faz.*

[444] Sob o título de *Relaçam annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da India Oriental no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné, nos anos de seiscentos dous seiscentos três do processo da conversam christandade daquelas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá viera, feita pollo (...).*

[445] DONELHA, André. **Descrição da Guiné do Cabo Verde**. Biblioteca da Ajuda. Cód 51 – IX-25, [n.º 39], 35 fls. 1625.

e dos Rios da Guiné do Cabo Verde, que contou no mesmo ano com uma versão francesa de Léon Bourdon. Há também uma reedição do texto disponível na *Monumenta Missionária Africana*.

Francisco de Lemos Coelho, por sua vez, produziu duas descrições, sendo a primeira em 1669[446] e a segunda em 1684[447] que foram identificadas como pertencendo ao mesmo autor por Damião Peres, que organizou a edição de 1953[448] das *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco Lemos Coelho.* Antes disso, em 1937, sem identificar a mesma autoria dos escritos o Padre Ruela Pombo havia publicado ambas as descrições e apenas a versão de 1684 foi editada em francês por Nize Isabel de Moraes e em 1985 por Paul Hair.

Dessa forma, é importante notar como a percepção da redação dessas fontes era bastante divergente da que se pode ter hoje, ao olharmos em perspectiva. Mesmo com o objetivo principal de informar, somado a interesses específicos, como os de Almada e Donelha, além da consciência da valia que suas memórias poderiam ter para uma futura aquisição de mercês, não existia a aspiração de atingir um público vasto com essas produções. A identificação de autoria não era comum no período e sem dúvida, no caso de nossos comerciantes, a questão da visibilidade das informações e possível reconhecimento por estes, motivou a assinatura de seus textos. Neste trabalho a menção aos três comerciantes como autores é feita tendo ciência das especificidades dessa questão no período e remetendo mais propriamente ao ato de redigir às linhas de seus memoriais.

Ainda nesse sentido, o valor do trabalho de Horta para a presente tese é extremo. Visto o pequeno período dispendido nos arquivos de Lisboa propriamente com os manuscritos originais produzidos por Almada, Donelha e Lemos Coelho, o trabalho de análise minucioso e de confrontamento que faz o autor, apontando brechas e complementariedades entre os diferentes manuscritos, é essencial. As versões que mais foram consultadas para a elaboração da tese, foram as editadas por Antônio Brásio e Avelino

---

[446] COELHO, Francisco de Lemos. **Descripção da costa de Guiné desde o cabo Verde athe a Serra Lioa com todas as ilhas e rios a que os brancos assistentes nella navegão.** BNL Res. Cód. 319, 76 fls. 1669.
[447] COELHO, Francisco de Lemos. **Discripção da Costa de Guiné e situação de todos os portos, e rios dela; e roteyro para se poderem navegar todos os seus rios**. BNL, Cód 454. 1684.
[448] Com a segunda edição sendo de 1990.

Teixeira da Mota e Paul Hair. Assim, visto que Horta faz toda sua pesquisa tendo a mão a possibilidade de análise constante dos originais, vale-se de suas observações aqui para complementar determinados argumentos.

2. A escrita Religiosa.

O processo metodológico de abordagem dos escritos dos autores demanda específicos filtros por parte do historiador, a considerar suas intenções, público-alvo, recortes, entre outros meandros[449]. Como mencionado, além das produções de Almada, Donelha e Lemos Coelho, outros dois textos de conteúdo amplo são identificados no período, os do Fr. André de Faro e do Padre Manuel Álvares. Para fins da ideia defendida neste trabalho, um aspecto crucial impede a defesa de mesma prerrogativa identitária a esses agentes: sua formação religiosa.

Em geral os objetivos da escrita dos religiosos eram em muito condicionados pelos preceitos da igreja católica, que sempre teciam comparações e destacavam todo o "condenável" identificado entre os africanos. Algo em que muito difere dos comerciantes, ainda que estes compartilhassem majoritariamente de uma fé católica[450], seu olhar não se restringia a isso. Este aspecto é identificado por José Horta ao observar que os discursos de Almada, Donelha e Lemos Coelho possuíam um caráter antropológico e situavam-se "muito mais no plano do conhecer (ou epistêmico), do que no plano do julgar (ou axiológico). Mas com matizes individuais - o primeiro, talvez por ter como destinatários as autoridades metropolitanas, emite mais juízos de valor do que os outros"[451].

Ou seja, o público-alvo dos escritos acabava condicionando essa necessidade de mostrar certo distanciamento, por meio de julgamentos, dos costumes das populações retratadas. Quando pensamos nos missionários - que teriam no reino seus correspondentes -

---

[449] Compreender a imagem presente nessas obras sobre o que descrevem como representações, assim como os meandros da problematização de seu processo de escrita fazem parte do aparato metodológico necessário para lidar com a literatura do período. Nesse sentido, como anteriormente mencionado, as premissas de Roger Chartier, François Hartog e Michel de Certeau foram essenciais.

[450] A questão da ortodoxia religiosa católica nas ilhas é um tema em discussão e por meio apenas dos relatos dos comerciantes, difícil de ser corroborada. O padre Manuel Álvares consecutivas vezes reiterava em seu Etiópia Menor, como as práticas católicas muitas vezes se somavam a manutenção de costumes africanos, em especial pela predominância de africanos na composição populacional das ilhas.

[451] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 282.

com um *background* ainda mais estruturado em preceitos cristãos, fica mais simples compreender o porquê de repetidas condenações à cultura dos africanos ou o demasiado enfoque às práticas "idólatras". A própria observação de Horta sobre Almada, demonstra como isso ainda era válido quando o alvo das produções era o poder institucional régio. Mesmo Lemos Coelho que já escreve em finais do século XVII e em um contexto bastante diferente de Almada e Donelha, sobre o qual nos deteremos com detalhes adiante, não revela em seu olhar preocupação semelhante aos missionários, sobre aspectos religiosos.

Em razão disso, por mais que indivíduos como o padre Manuel Álvares tenham tido vivências significativas na Guiné e sido por elas influenciados, a formação religiosa, seu aparato comparativo e os destinatários de seus escritos, acabam por condicionar seus julgamentos. Não que isso anule a valia de suas memórias, mas não se enquadram na premissa aqui defendida, devido a este perfil diferenciado.

Um aspecto bastante elucidativo a esse respeito se refere a própria denominação analisada por Horta, sobre a região da "Guiné do Cabo Verde". Como vimos, esta nomenclatura reflete um processo específico associado a própria construção identitária dos comerciantes de Santiago. Nessa linha, Manuel Álvares rejeitava a percepção mestiça que a denominação refletia, assim, "ao conceito mestiço e prático de Guiné do Cabo Verde, testemunhando uma proximidade com a realidade africana, Manuel Álvares contrapõe o de Etiópia Menor[452]". A recusa em utilizá-lo se dava tanto por evitar reconhecer o elo entre costa e ilhas, como pela construção própria da noção de Manuel Álvares sobre sua Etiópia Menor, que advinha "duma lógica cosmográfica distanciada, colhida na cartografia erudita". Ponto esse que reflete claramente o distanciamento entre a identidade crioula dos comerciantes, construída com base na vivência de práticos de sua porção do Ultramar, àquela mais próxima da realidade do reino, que ainda bebia prioritariamente nos saberes das academias[453].

A questão de serem os comerciantes "práticos" da Guiné, revela seu profundo conhecimento da região que descrevem, mas também uma formação intelectual diferente da de homens como Manuel Álvares. Se este aludia aos saberes eruditos oriundos das

---

[452] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 317.
[453] ALBUQUERQUE, Luís de. **Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses**. Lisboa: Veiga e Antunes, 1983.

academias, aqueles partilhavam do conhecimento experiencial, característico do período das navegações, que abriu espaço a novas formas do saber. Ademais, "é incontestável que homens como estes [Almada e Donelha], ou até mesmo Lemos Coelho, tiveram acesso a uma educação que sobrepujou a simples aprendizagem das primeiras letras"[454], entretanto "tiveram, certamente, algum acesso a um nível de ensino médio que logo se seguia ao aprender a ler, escrever e contar" ou seja, "se aprendia a escrever, nomeadamente, por exemplo, a descrever um rio, uma paisagem, o retrato duma pessoa, também a organizar uma narrativa. Tudo com recurso ilustrativo à leitura dos clássicos..."[455].

Ainda nessa linha e sobre o processo de alfabetização de Almada, Donelha e Lemos Coelho é preciso reforçar que se tratavam de uma parcela privilegiada e pertencente a uma elite local de Cabo Verde, provida de meios para isso. Muito provavelmente suas formações foram conduzidas por religiosos, como era costume e por meio da leitura de clássicos veiculados no período moderno. Sobre caso similar do Estado da Índia, Andréa Doré descreve o processo educacional de Manuel Godinho de Erédia, cosmógrafo malaio-português, que viveu aproximadamente em mesmo período de Almada. Foi na Companhia de Jesus Malaca que iniciou seus estudos com 13 anos e onde "entrou em contato com os clássicos, sobretudo Heródoto, Ariosto, Plínio, Avicena e Vitrúvio, e talvez, mesmo antes, no colégio, teve acesso aos textos de viajantes como Marco Polo e Ludovico de Varthema todos bastante citados em suas obras"[456]. Processo em certa medida que se imagina ter ocorrido também com os Almada, Donelha e possivelmente Lemos Coelho. Como Horta ressalta, é importante ao menos "reconhecer que existiam cânones de escrita largamente partilhados"[457].

Uma das razões que evidenciam essa percepção é a apontada por Anthony Disney, ao observar que as categorizações primeiras feitas nas descrições sobre os nativos da África Ocidental não se baseavam na percepção apenas como idólatras – excetuando-se aqui as descrições missionárias – mas em especial como praticantes de feitiçaria, que posteriormente

---

[454] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 275.
[455] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 276.
[456] Manuel Godinho de Erédia e a cartografia sobre o Estado da Índia no Período Filipino - Andréa Doré. 376
[457] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 277.

resultou na ideia do fetichismo africano[458]. Esta leitura sobre as práticas rituais africanas já era propagada em obras como a de Marco Polo, o que pode revelar a apropriação de certas prerrogativas já anteriormente comuns no imaginário da época, incorporadas na elaboração dos discursos dos memoriais.

Sanjay Subrahmanyam – em seu *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia* – ao apontar que não se deve pressupor características puras de análise para abordar aspectos culturais nas diferentes regiões do mundo moderno, faz, nesse sentido, uma investigação interessante. Utilizando analises de milenarismos, o autor demonstra como as noções em diferentes impérios carregavam traços uns dos outros, ainda que timidamente implícitos em alguns casos. O exemplo da divulgação e leitura dos clássicos em diferentes espaços Ultramarinos, africanos, asiáticos e europeus é ilustrativo para demonstrar como ocorria a divulgação e assimilação de saberes. Se os poderes imperiais "reconheciam uns aos outros e como consequência muitas vezes emprestavam símbolos, ideias e instituições através desses limites reconhecíveis"[459], muito disso se devia também ao compartilhamento de certas percepções no imaginário coletivo, que por meio de obras como os clássicos mencionados, difundiam esses conhecimentos.

Em síntese, embora, muito provavelmente, o contato com os preceitos católicos tenha feito parte da formação base de Almada, Donelha e Lemos Coelho, que devem ter sido formados por religiosos – e com estes partilhado muitas de suas leituras já na maturidade –, suas posições e cargos foram fulcrais. As diferentes trajetórias e posturas acabaram sendo para os religiosos o que determinou o alvo de suas produções e fazendo com que diferissem bruscamente do olhar dos comerciantes. O que nos leva aqui a fazer uso da escrita missionária como um apoio em termos de fontes, mas sempre tendo em vista essa diferenciação primária e não como caso a ser analisado.

---

[458] DISNEY, Anthony. A Expansão Portuguesa, 1400-1800. Contactos, Negociações e Interacções. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, Colecção Lugar na História, 2010. p. 301.

[459] Tradução livre e adaptada "recognized one another, and as a consequence they often borrowed symbols, ideas, and institutions across recognizable boundaries" SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640. **American Historical Review**. December, 2007. p. 1359.

3. Meandros da escrita, filtros nas memórias: aproximações e distanciamentos.

Como mencionado, lidamos com produções que tinham um alvo determinado e objetivos mais ou menos definidos ao pensarem seus recortes e redação. Isso, sem dúvida, apresenta limitações quando pensamos nas temáticas que ficaram de fora das versões finais desses manuscritos, que, almejando agradar determinados poderes, tiveram de se enquadrar em certos moldes normativos. Além disso, como também supracitado, o olhar dos comerciantes precisava revelar suas filiações imperiais, como súditos, assim como o filtro católico com que concebiam a cultura que estava sendo descrita.

Ainda assim, com o entendimento de todo esse contexto e elaboração dos filtros metodológicos de abordagem, é possível inferir de seus textos partes em comum que deixam transparecer mais do que talvez fosse objetivado. Ou mesmo elementos que poderiam, sob um olhar menos atento, passar despercebido.

Se considerarmos o proposto por Tzevetan Todorov sobre as formas de se conceber o outro em seu *A conquista da América*, retomamos os eixos axiológico e praxiológico explicados pelo autor. No primeiro caso, temos a postura do julgamento de valor, que em sua maioria servia para classificar e inferiorizar o outro, uma vez que se parte sempre do pressuposto de que, para o autor, seus parâmetros culturais sejam sempre filiados a preceitos ideais e corretos. Já de acordo com o eixo praxiológico, vemos uma ação de aproximação ou de distanciamento, nas quais "adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem", na qual seria possível submeter o outro ou mesmo, a este[460]. No que diz respeito as fontes aqui discutidas, o olhar já sob a influência de sua identidade crioula, revela muito de ambas as perspectivas. O que é bastante importante em nosso caso, para a defesa do preceito de uma identidade crioula, é a análise do contexto de suas produções. Não é raro encontrar os momentos em que a prática do julgamento de valor foi empregada sobre os hábitos de comunidades africanas, embora seja sempre preciso reforçar que de qualquer outra forma que não essa, seus escritos seriam desacreditados frente a um poder real e católico. A menção às questões religiosas são em geral o ponto sobre o qual recaem essas críticas. Contudo, é bastante interessante ressaltar a

[460] TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América** – A questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes. 1993. p. 183.

forma como são empregadas as aproximações e distanciamentos dessas mesmas culturas, por vezes apontadas sob um olhar pejorativo, havendo ainda casos onde ambas as perspectivas se aliam.

Um exemplo disso ocorre sobre a descrição dos Wolof, feita por Almada, após a descrição de uma situação que lhes deu origem a tradição matrilinear, ao tratar da forma como o rei – assim denominado por Almada – foi sendo tratado por seus curandeiros "e daí por diante foi curando aplicando-lhe os remédios com ervas e outras coisas que o demónio lhe amostraria"[461]. Essa associação entre a descrição de rituais de cura e sua relação a demônios aparece algumas vezes nas linhas de seu tratado, mas o que chama a atenção é que pouco a frente sobre o mesmo povo encontramos a aproximação com a prática de selarem seus cavalos "trazem os seus cavalos selados e enfreados, como trazemos os nossos; as suas selas muito bem guarnecidas com boas cobertas, que eles mesmos fazem"[462]. O julgamento seguido da aproximação e reconhecimento aparece sucessivas vezes no decorrer da obra.

Ainda sobre os Wolof, chama a atenção também a identificação que faz Almada no trecho em que observa que o rei "chamou as suas duas mulheres principais, as quais lhe mostravam, segundo lhe parecia, mais amor que todas as outras"[463], a percepção do amor entre o chefe africano e suas esposas, frente a um costume que a um português católico poderia soar escandaloso, revela como ainda que inserido em parâmetros julgamentos faziam parte de seu olhar, o outro africano estava longe de lhe ser um estranho ou alguém a se ignorar culturalmente. É importante resgatar que a prática de animalizar o negro africano era comum no período, vide as denominações de suas práticas como bestiais[464] ou mesmo as formas de

---

[461] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 26.

[462] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 29.

[463] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 25.

[464] As descrições portuguesas dos primeiros contatos com povos da África Subsaariana possuíam essa característica bastante enfatizada. As atribuições de julgamentos de valor em geral se restringiam ao binômio sou fiel e cristão, logo, o outro trata-se do infiel, inferior a mim. Soma-se a isso a perspectiva cristã que associava

se referir a questão da cor, como pardos e mulatos[465]. Como contraponto, o que vemos nesse trecho de Almada é a identificação de um sentimento de amor do *outro* descrito, que vem a quebrar com muito do que era habitual à época. A percepção do outro africano como portador de um sentimento demonstra a forma como o autor vê a si no objeto que descreve.

Sobre a questão religiosa, no Rio Gambia, descrevendo os Mandingas, Almada aproxima e faz uma correspondência bastante interessante a respeito das "casas de religião" ou mesquitas nas quais os bixirins se reuniam. Ao que descreve que "e há da banda do Norte três casas principais grandes, como entre nós conventos, de grande religião e devoção entre eles, nas quais residem estes religiosos e os que aprendem para esse efeito"[466]. A religião dos "infiéis", como era comumente referida, em especial nos escritos do séc. XIV até meados do XVI pelos viajantes portugueses, dificilmente encontraria espaço para uma equiparação frente a religião católica portuguesa. O próprio papel que desempenhava o islã na Guiné do Cabo Verde, em especial considerando as questões comerciais, nos ajuda a compreender como a imagem sobre a religião de Maomé passa por um processo de modificação na mentalidade dos autores. Ou seja, ainda que condenável para um português católico, fica aparente a maior equiparação e equivalência com que Almada concebe o islã, enquanto uma religião legítima, uma vez que suas práticas eram muito familiares no mundo cabo-verdiano-guineense em que estava inserido.

Mas mesmo frente às práticas religiosas dos povos denominados como pagãos pelos católicos, o olhar de Almada apresenta um interessante grau de reconhecimento sobre a ordem metafísica e sua simbologia aos africanos. Embora nesse caso se distanciando do que descreve, Almada, ao tratar da forma como os Sapes lidavam com entidades ruins – ou "demônios" em sua visão católica –, retrata com devida atenção a forma como expressavam

---

os povos da então chamada Etiópia à maldição de Cam. A descrição de Gomes Eanes de Zurara é bastante emblemática nesse sentido. ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

[465] Esse processo de distanciamento do outro por meio da atribuição de termos como mulatos associava-se já nesse período a uma questão racial existente desde a Idade Média. Na origem do termo mulato - de mula -temos a ideia da mistura/ cruzamento entre cavalo/ égua com jumento, associando-se a ideia de um híbrido e consequentemente a um processo associativo de animalização.

[466] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 54.

seriedade a uma de suas práticas. "Em certos dias do ano sai o seu demônio, que eles tem por Deus, a que chamam a Contubéria; e antes de sair apregoam pela aldeia, que todos fechem suas portas, e que não apareça pessoas nenhuma pelas ruas, porque sai o demônio a passear por elas"[467], a leitura e exercício de tradução do que seria na crença africana o demônio, que para Almada teriam esses por Deus, é curiosa. António Luís Ferronha observa em nota a esse trecho que nas religiões africanas a concepção de demônios não encontra correspondente e que Deus é essencialmente bom, mas que a coexistência com a ideia dos maus espíritos e sua presença no mundo físico, visavam muitas vezes criar a percepção do medo e seus possíveis males.

Almada segue descrevendo que o ritual em si consistia na representação do "demônio" feita pelo Rei e alguns de seus "fidalgos", faziam barulhos pelas ruas e aldeia, que deveriam estar desertas para a passagem de tal entidade. É interessante perceber o interesse na descrição da prática religiosa dos sapes e os exercícios de tradução que faz Almada, em especial pelo valor que poderia ter a religiosos católicos em Portugal que pudessem buscar nessas práticas brecha para a conversão de africanos ao cristianismo. De acordo com Ibana Elbl a explicação sobre isso era baseada no princípio de que:

> Os cristãos medievais geralmente tinham mais simpatia e tolerância com pagãos do que com muçulmanos, porque a apostasia e a heresia eram consideradas muito pior do que errar simplesmente por ignorância. O animismo, o politeísmo de todos os tipos, o culto fetichista, foram todos denunciados como delírios equivocados, muitas vezes inspirados pelo diabo, mas foram considerados corretos, especialmente onde a crença vaga em um Criador ou uma divindade final parecia estar presente[468]

---

[467] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 110.

[468] **Medieval Christians generally had more sympathy and tolerance for pagans than for Muslims, because apostasy and heresy were considered much worse than erring simply out of ignorance. Animism, polytheism of all sorts, fetish worship, were all denounced as mistaken delusions, often inspired by the devil, but were considered correctable, especially where vague belief in one Creator or an ultimate deity appeared to be present** Ivana Elbl Group Identities in the Early Portuguese Overseas Expansion in Africa: Concepts and Expressions Ivana Elbl 51

A forma como esses mesmos aspectos aparecem em Donelha difere do encontrado no *Tratado* de Almada. Almada faz o exercício da aproximação e tradução mais vezes no decorrer de seu texto, enquanto Donelha não o expressa da mesma forma, por meio da utilização de expressões que aproximam as realidades – utilizando termos tal "como os nossos". Em Donelha o que observamos é a forma como encontra lógica própria nas práticas que descreve e muitas vezes as elogia. Em sua descrição sobre os Manes, aponta que "são muito esforçados e valentes, tem por honra morrer e não fugir. Andam bem vestidos, como já disse, e lustrosos; o rei se veste nas festas e nas guerras de toda a seda[469]".

A escrita de Lemos Coelho por sua vez apresenta fatores interessante nessa linha, mas que também particularizam a obra em comparação a Almada e Donelha. Seu momento de produção é o primeiro diferencial. Enquanto as obras de Almada e Donelha foram redigidas em finais do séc. XVI e início do XVII, a redação de Lemos Coelho é de décadas mais tarde. Isso implica dizer também que Lemos Coelho escreve após a Restauração e já sem a influência das políticas de incentivo à comunicação com o poder régio, empregadas durante o tempo dos Felipes. Além disso, associando-se a outros dois fatores importantes.

Se Almada e Donelha inserem em suas obras um anseio de um projeto colonizador de Serra Leoa, como vimos anteriormente, o mesmo não ocorre com Lemos Coelho, algo que se reflete diretamente no tom de suas observações. Além do fato de que – também diferente de seus antecessores – a obra de Lemos Coelho foi a única encomendada por um poder institucional. Isso fica expresso logo no início de seu texto ao dizer "e vendo Vossa Senhoria lhe satisfazia a seus desejos me mandou lhe fizesse por escrito uma descrição de toda esta costa, onde por muito extenso lhe demonstrasse todos os seus portos, rios, negócios, reinos, nações, e seus costumes e crenças"[470], assim como em diferentes momentos quando observa "escrevo essas miudezas por assim me haver mandado e não porque sejam necessárias a inteligência da costa[471]".

---

[469] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 112.

[470] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 3.

[471] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 37.

Essas particularidades somadas, acabam por dar ao texto de Lemos Coelho um patamar diferenciado com elementos que fogem ao explorado nas obras de Almada e Donelha, no quesito identificação identitária. Estes foram importantes elementos para entender traços da evolução da identidade crioula e das transformações que o próprio comércio Atlântico levou à dinâmica local.

Especificamente sobre a questão das aproximações e distanciamentos o que notamos em geral na escrita de Lemos Coelho é um posicionamento mais distante e de alguma forma até uma tentativa de manter certa indiferença, uma vez que são raras as ocasiões em que o vemos se inserir em uma das categorias identitárias que descreve. Na versão de 1669 isso só ocorre uma vez, quando se identifica como branco[472] e na de 1684 quatro vezes, se enquadrando na categoria de português, cristão, negociante e branco.

Outro aspecto que não aparece na escrita de Almada e Donelha e é recorrente na de Lemos Coelho é a adjetivação com o uso do termo "bárbaros". Ela aparece em diversos momentos[473] da redação, algo que era bastante comum nas descrições de portugueses do século XV e início do XVI. Esses possivelmente são os pontos que movem Damião Peres em 1953 – também sobre efeitos de toda a questão nacionalista que envolvia a o regime de Salazar e marcaram a historiografia portuguesa do período – a comentar na introdução das *Descrições* que "eis aí, nesses poucos períodos, um perfeito retrato moral de Francisco de Lemos Coelho: comerciante, aventureiro, mas sempre **um excelente português**"[474] [grifo meu].

Sob um olhar mais atento podemos ver para além dessa constatação de Damião Peres, que Lemos Coelho não apenas se distanciava de seus conterrâneos africanos, mas em geral, de todas as demais categorias que descreveu – diferente dos cronistas portugueses dos sécs. XV e XVI. Filhos da terra, brancos, portugueses e cristãos, em geral são sempre mencionados

---

[472] "Eu fui o primeiro branco que me aventurei por lá". COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 56.

[473] "Ainda que barbara e sem religião, muito doméstica e amiga de brancos". COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 142.

[474] Introdução. COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990.

em terceira pessoa e impessoalmente pelo autor. O que, como mencionado, pode ter sido reflexo da escrita em período tardio, ou mesmo por – quem sabe – leve soberba, uma vez que seu relato lhe tenha sido encomendado e com objetivo claro de informar um governador de Cabo Verde, sem maiores aspirações de colonização, como tinham Almada e Donelha.

Entretanto, nos poucos momentos em que é possível inferir sua ação entre agentes da costa, vemos leves aproximações distanciadas como quando descreve que "os senhores das aldeias dão seus filhos aos brancos para que os tragam em sua companhia e os doutrinem e façam cristãos", remetendo as ilhas dos Bijagós, completando que " a mim me deram dois, que ensinei e mandei batizar, e os trouxe muitos anos em minha companhia e me serviam como escravos com grande fidelidade e amor, levando-os muitas vezes as suas terras donde faziam o ofício de intérpretes e línguas[475]", revelando ação bastante semelhante com a que tinha Donelha com o mandinga Gaspar Vaz. Seu próprio entendimento sobre certas práticas locais, ou ao menos como eram veiculadas entre as comunidades acaba por revelar sua proximidade.

Ao tratar sobre os usos e costumes referentes à noz de cola, assinala que "afirmando que assim como a culpa entrou por uma fruta que comeram nossos primeiros pais, assim também uma fruta nos livra da culpa e que essa é a cola, por isso amarga"[476]. Essa segunda passagem especificamente revela ainda traços de como é provável que certas práticas locais fossem concebidas em meio a religião católica e a assimilação que faziam os africanos da crença cristã. A menção à questão do pecado e a fruta, remetendo a maçã de Adão e Eva associada ao uso da noz de cola como a que viria retirar o pecado, especialmente por ser amarga, revela esse diálogo cultural muito característico do eixo cabo-verdiano-guineense e no qual Lemos Coelho não apenas se inseria, mas compreendia com propriedade.

Como forma de estabelecer uma comparação, podemos considerar alguns traços da redação da *Etiópia Menor* do Padre Manuel Álvares, missionário jesuíta que falece em 1616

---

[475] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 179.
[476] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 158.

na Serra Leoa. Como mencionado anteriormente, o olhar dedicado ao africano pelos missionários possuía características próprias, entre as quais "um distanciamento radical[477]", como observa Horta. Enquanto aos práticos, que compartilhavam do mundo que descreviam "conhecem-lhes as regras de sobrevivência e sentem-se próximos dele, mesmo quando não partilhavam religiões e lhes repugnam determinados rituais ou costumes da terra. […] visam a preservação dos seus interesses e dos seus parentes, amigos e sócios, não a profunda transformação do mundo dos Rios[478]". Se Almada e Donelha possuíam um projeto colonizador, Manuel Álvares visava um projeto civilizador, que segundo Horta, é o que demandava um conhecimento aprofundado da realidade que descreve.

Justamente em razão disso é que sua obra revela tanto a respeito dos hábitos e costumes das comunidades que descreve, suas ações comerciais, relações e etc. Entretanto, seria possível arriscar que ainda que como observador atento, o padre Álvares não compreende as lógicas próprias e autônomas do que retrata. Não há espaço para interpretações de significados em suas linhas. Muito embora seu olhar seja atento, rigoroso, não reconhece aquilo que observa.

Notamos muita atenção dedicada a questão das possibilidades religiosas e ao mesmo tempo uma ótica bastante pessimista de quem visava reverter um quadro analisado, diferente da observada em Almada e Donelha, que visavam apontar pontos positivos e atrativos das regiões guineenses chamando atenção do poder régio. O papel do islã e seus agentes pela pena de Manuel Álvares é bastante emblemático. Aos tratar dos bixirins, já abordados pelos comerciantes, descreve que "são tão sábios e maliciosos esses sacerdotes do inferno, que não querem acompanhar aos tais reis nas guerras, e quando lhe pedem, se escusam, dizendo que igual é irem eles ou mandarem para que a arma se ajudem da oração", completa dizendo que permaneciam encarregados, durante o tempo da batalha, de intercederem perante o profeta – que classifica como falso – e ao fim conclui que "se os pobres não a alcançam tudo lhe atribuem a falta de observância da seita"[479].

---

[477] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 320.
[478] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 320.
[479] ÁLVARES, P. M. Cópia do séc. XVIII. **Etiópia Menor** e Descripção Geographica da Província da Serra Leoa. [Lisboa]. Sociedade de Geographia de Lisboa. 4v.

Ao tratando dos gentios no rio Gâmbia e da presença de agentes islâmicos entre esses argumenta que "tudo o que nele há hoje dessa profissão e veio como sangue peregrino de mandinga cuja família o diabo tem tomado por ministros da peçonhenta seita", que o fazem "usando alguns das mercancias e tratos para que a volta deles deixem os infames do nojento profeta Mafoma"[480]. A atribuição de adjetivos é feita sempre para reafirmar o pessimismo com que concebia as associações com práticas islâmicas, mesmo que em um ambiente notadamente marcado por hibridismos culturais.

Por último, suas observações a respeito dos lançados também dão respaldo comparativo à postura de Almada e Donelha. Após descrever a situação que se encontravam lançados e tangomaos, entre as recaídas e mau exemplo fora da fé católica, muitas vezes próximos à idolatria, o padre os identifica como "desobedientes as leis, homicidas, sensuais, ladroes da fama, do credito, dos nomes dos inocentes, da fazenda, traidores, lançando-se nos apertos com os piratas, levando as suas naus onde costumam surgir, e resgatar as nossas embarcações, gente sem direito nem avesso, sem respeito mais que ao próprio apetite, semente do inferno[481]".

Fica aparente no que diz respeito às aproximações e distanciamentos, como traços dessas identidades atlânticas se configuravam. Especificamente a respeito da identidade crioula dos comerciantes, é possível perceber em Almada e Donelha como reconhecer o outro era ver no africano, também a si próprio. Dadas as condições específicas da produção de Francisco de Lemos Coelho, há pontos de divergência com o observado entre os dois autores que o antecedem – que serão novamente explorados em tópico a frente sobre identidades –, mas é no contraste com a escrita do Padre Manuel Álvares que temos como perceber que mesmo com uma larga vivência na região, sua ação como jesuíta o mantinha ligado a determinados preceitos em sua escrita, que não permitem inferir de sua obra o mesmo que o advogado para os comerciantes.

---

[480] ÁLVARES, P. M. Cópia do séc. XVIII. **Etiópia Menor** e Descripção Geographica da Província da Serra Leoa. [Lisboa]. Sociedade de Geographia de Lisboa. 8v.
[481] ÁLVARES, P. M. Cópia do séc. XVIII. **Etiópia Menor** e Descripção Geographica da Província da Serra Leoa. [Lisboa]. Sociedade de Geographia de Lisboa. 16.

4. As minúcias através dos silêncios.

A questão dos silêncios nas fontes sem dúvida é um dos pontos que permitem explorar as conexões existentes no meio cabo-verdiano-guineense sobre aquilo que não viria a ser expostos aos olhos da coroa. O que George Brooks chamou de "conspiracy of silence among lançados, portuguese and luso-africans"[482], reflete parte das limitações que nossas fontes portam por terem um alvo político régio, ao mesmo tempo que dão margem a interpretações sobre as ativas conexões desenvolvidas nesse espaço. Nos textos de Almada e Donelha não são escassas as menções aos lançados e Tangomaos, embora também não se possa dizer que frequentes, considerando o todo de suas obras. O curioso é que como já havia reparado Horta, tratam-se de menções superficiais[483], que mais dizem sobre a postura de poderes e práticas africanas com relação a esses agentes. Em comparação com as produções de jesuítas no mesmo período, torna-se aparente que não havia escassez de informação ou falta de conhecimento sobre suas práticas, a problemática se dá pelos comuns e ativos laços comerciais em que se encontravam imbricados nossos autores.

José Horta ao resgatar o já previamente mencionado trecho de Almada em que desabafa que "hoje não vejo senão leis postas contra nós, porque nos defendem que não vão a costa da Malagueta nem da Serra para baixo, sob pena de perdimento de navio e da fazenda, e mais penas crimes"[484], compreende inclusive que a reclamação de Almada é bastante direcionada. Não exatamente à competição comercial, na qual havia também a presença de contratadores e rendeiros portugueses, mas sim às atividades de lançados que eram ativos na região limitada aos moradores e vizinhos. Os lançados por sua vez, vivendo fora das normas impostas pela coroa, mantinham frequente e ativa interação com outros europeus presentes na Guiné, adversários diretos dos moradores das ilhas no comércio, que nas palavras de

---

[482] BROOKS, George. **Kolla trade and state building:** Upper Guinea Coast and Senegambia, 15th-17th centuries, Boston, African Studies Center, 1980 (Working Papers, nº 38).

[483] Este é um ponto ainda a ser explorado para o texto final da tese, comparando as situações relatadas em que lançados aparecem como personagens. Há uma associação direta entre a perspectiva positiva ou negativa como os autores descrevem suas ações e sua relação como parceiros ou contatos comerciais dos quais extraíam vantagens.

[484] ALMADA, **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Feito pelo capitão André Álvares d'Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde prático e versado nas ditas partes. Ano 1594**., leitura, introdução e notas de António Brasio, Liboa, Editorial LIAM, 1964. p. 148, n. 6.

Donelha seriam "nossos inimigos"[485].

As conexões nesse espaço eram das mais variadas, ainda que como se pode observar as desavenças por vezes fossem declaradas devido à concorrência comercial. Na lógica de funcionamento da região, os moradores das ilhas comerciantes na costa, dependiam da ação de intermediários lançados, que por sua vez valiam-se da ação dos grumetes, "que os acompanham, que os guiam pelos Rios de Guiné, que conhecem os resgates e os respectivos chefes locais"[486]. Daí a valia muitas vezes do contato direto com os grumetes, como foi o caso ilustrado entre Donelha e Gaspar Vaz.

O que percebemos nas fontes, é que a postura mais ou menos próxima dos lançados era orientada pela forma como se dava a ação desses de acordo com a região na Senegambia. Os lançados – ou tangomaos – eram indivíduos ilegais sob o ponto de vista da coroa portuguesa e que supostamente deveriam ser condenáveis nos escritos dos autores, uma vez que estes se destinavam às autoridades institucionais lusas. Algo que fica muito aparente na pena de Manuel Álvares, como demonstrado no tópico anterior, fosse por suas ações ilegais, ou afinidades às práticas africanas e muçulmanas. O caráter curioso é que isso tende a aparecer claramente nos textos dos autores, quando ocorre de coincidirem com rivais comerciais. Em geral a categoria de judeus e cristãos novos é sempre vista por uma ótica pessimista, mas em casos específicos observa-se conduta bastante diferenciada. Além de percebermos diversas vezes laços comerciais existentes entre autores e lançados, que resultam em mudança no tom das descrições. Lembrando aqui que aos moradores de Santiago no século XVI uma série de restrições no comércio com a Guiné já tinham sido impostas, algo que não se aplicava aos agentes ilegais, ou seja, os lançados eram concorrentes diretos dos moradores e que muitas vezes prejudicavam seus lucros.

Em Almada a forma de tratamento aparece claramente em sua menção às relações que tinham os lançados com Franceses e Ingleses. Ao tratar com otimismo sobre as potencialidades

---

[485] Donelha trata de um porto na terra dos Wolof, Donelha aponta "É porto principal do resgate dos estrangeiros, nossos inimigos. Os jalofos estimam mais que a nós, porque deles recebem maior proveito". DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 126-128

[486] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.132.

comerciais em Serra Leoa, aponta que "estes Negros jamais terão amizade com Franceses nem Ingleses, que lhes consintam na sua terra terem nenhum trato, como na dos Jalofos, salvo se forem induzidos pelos nossos quando andam lançados das nossas partes, porque sempre tiveram ódio formal a estas nações[487]". Neste trecho fica claro o reconhecimento que faz Almada sobre o poder de influência dos lançados, mas por seu notável otimismo em colonizar Serra Leoa, percebemos até na inclusão dos lançados como "nossos", que não há uma postura hostil sobre estes.

Algo bastante diferente do que percebemos quando trata dos lançados que habitavam a terra dos Bagas, que eram "gente brava", com quem "não temos ainda com eles comércio descoberto como com os outros"[488]. A descrição sobre os lançados nessas terras carrega traços inclusive de reprovação e possível ressentimento, uma vez que "ainda que estes Bagas matem aos nossos como se tem dito, não faltam nesta terra lançados que nela habitem e andem a resgatar com eles"[489]. Em contrapartida, em um contexto muito diferente, após descrever "a maior feira que há em toda a terra dos negros" e a presença de mandingas, ou seja, região proeminentemente comercial, a perspectiva acerca dos lançados muda de figura e notamos novamente um reconhecimento destes como "nossos". Ao dizer que "a míngua de não haver quem pregue a palavra de Deus não se salvam muitos gentios destes, e estão muitos dos nossos lançados vivendo em pecado mortal sem se apartarem dele, morrendo nele por falta de médicos da alma"[490].

O relato feito por Almada a respeito do lançado e cristão novo chamado Ganagoga, que significa: aquele que fala todas as línguas, leva traços de quase admiração, ao contar as

---

[487] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 129.

[488] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 99.

[489] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 102.

[490] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 91.

estratégias do indivíduo a quem lhe foi solicitado pelo Duque (chefe de linhagem) do porto de casão para ir até a corte fula. Uma vez lá, Ganagoga teria casado com a filha do rei e tido um filho, tornando-se uma figura influente entre a aristocracia fula, como constata Toby Green. Sobre Ganagoga Almada comenta "como de feito fala a dos Negros e pode este homem atravessar todo o sertão da nossa Guiné de quaisquer negros que seja"[491], a possível cobiça pelo papel desempenhado por este lançado e sua possibilidade de andar por toda a "nossa" Guiné, expressa o reconhecimento de seu feito, mas sem deixar de externalizar a insatisfação sobre a situação que gozavam os lançados nesse contexto, "hoje atravessam esses portugueses lançados todos os rios e terras dos negros, adquirindo tudo o que acham nelas para estas naus de seus amigos […] e com estas ajudas dos lançados vão acrescentando neste trato da Guiné os inimigos, e se vai acabando de todo o comércio que com eles tínhamos"[492]. Lembrando que a ação dos comerciantes estrangeiros em África limitava-se à região costeira.

Percebemos por essas mudanças de tom na escrita como se davam as relações de nossos comerciantes com esses agentes ilegais – do ponto de vista das ordenações lusas. Peter Mark e José Horta afirmam que, nos séculos XVI e XVII, além de sua fluidez característica, era bastante comum indivíduos que portavam identidades múltiplas. Por sua vez, "essas identidades podiam ser sequenciais, mas tendiam a ser contextualmente contingentes"[493], o que nos ajuda a compreender as relações entre esses indivíduos. A perspectiva positiva, a menção aos lançados como "nossos" e a proximidade expressa por Almada, aparecem em cenários em que é bastante clara a relação de parceiros comerciais entre eles. Já nos locais onde os lançados direcionavam maior prioridade às relações com Franceses ou Ingleses, a relação torna-se distante.

Donelha por sua vez, apresenta uma postura diferente, na maior parte das vezes, sobre

---

[491] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 36.

[492] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 36-37.

[493] Tradução livre do trecho "These identities could be sequential, but they tended to be contextually contingent. This was true of the members of local African societies, but also of the Eurafrican decendents of unions between African women and European traders who had settled for varied lengths of time along the coast. HORTA, José da Silva; MARK, Peter. **The forgotten Diaspora Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p. 52

os lançados e tangoamos, mas não deixa escapar por vezes que – como é o caso do porto de Casão – "achei nele muitos tangomaos conhecidos"[494]. A esse respeito inclusive Donelha nos conta quase em tom compadecido, o caso do lançado/tangomao chamado Triste Vida. "Pobre", "miserável" a quem justiça lhe havia sido feita. O indivíduo em questão havia sido vítima de um esquema organizado por um casal de casangas em Casamansa. Acusado de estupro pela moça, que havia feito a denúncia após pedir alguns tecidos ao lançado, que não pode lhe dar, foram todos em frente ao Rei de Casamança, que julgou Triste Vida inocente e permitiu que vendesse seus acusadores como escravos em Cacheu. O compadecimento de Donelha ao caso é notável.

Contudo, em Donelha não percebemos a mesma aproximação por meio do uso de termos como "nossos", aos lançados. Quando trata da mesma presença nas terras dosWolof, observa que "vivem no seu reino judeus portugueses e portugueses cristãos, que andam lá laçados, a resgatar, e franceses…[495]", sendo nessa parte que faz a menção dos estrangeiros também como inimigos, também entendido da mesma forma por Almada, que complementa "e andam esses portugueses lançados muito mimosos destes inimigos […] e não tratam neles senão estes lançados com os inimigos"[496].

Já no que diz respeito a Lemos Coelho, não encontramos referências à ação dos lançados e tangomaos em sua obra, mas apenas aos judeus e estrangeiros, embora uma nova categoria apareça em sua descrição: os filhos da terra. Devido ao grande distanciamento que mantém em toda sua obra das categorias que descreve, observar esses silêncios associados a ações comerciais se torna mais difícil na escrita de Coelho. Contudo, ao tratar da casta homônima entre os africanos, complementa que "dei notícia disso para que se veja o quão pouco são estimados até entre bárbaros, Judeus"[497]. Já diretamente sobre o grupo, ao tratar das terras dos

---

[494] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 146.

[495] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 128.

[496] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594.** Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 36.

[497] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 26.

povos wolof, comenta que "os judeus portugueses que aqui viviam eram assaz vituperados dos mais moradores e negros da terra e pagavam mais tributos que os mais brancos e tudo sofriam por viverem com liberdade em sua lei", mas que já no tempo em que escreve "pela divina misericórdia estão estes portos livres desta ruim gente e só há alguns mestiços, seus filhos, os quais em meu tempo todos se reduziram a religião católica"[498]. Aqui observa-se traço interessante. Eram sabidas as práticas de cripto-judaísmo existentes entre as comunidades fosse na costa da Guiné, fosse nas ilhas de Cabo Verde[499], assim como o papel de extrema importância que essas comunidades desempenhavam nas redes de comércio. Algo que sem dúvida era familiar a Lemos Coelho, mas que em sua redação não deixa sinais, muito possivelmente pelas questões anteriormente mencionadas, que influenciaram diretamente na escrita e tom implícitos em sua obra.

Especificamente sobre essa questão a postura de Coelho sobre estrangeiros diz muito. A quase desilusão sobre a ação de portugueses quando em comparação a de franceses, ingleses e flamengos, revela certo ar derrotista sobre as perdas de protagonismo em certas redes comerciais. Em determinado momento após descrever o Rio Gâmbia, revela uma breve reflexão em que trata da ação desses agentes de outros impérios e desabafa que "é lástima que o estrangeiro esteja aproveitando dele, sendo que nós o descobrimos, mas a isso diz ele, se fomos os descobridores, o fomos para eles e com razão o dizem[500]". A perda de proeminência e presença em determinadas regiões da Guiné no tempo em que escreve Lemos Coelho auxilia na compreensão de parte da perspectiva negativa de seu memorial. Se Almada e Donelha almejavam uma mudança de cenário, Lemos Coelho já conhecia o resultado dessas iniciativas anos mais tarde.

Essas cenas, em nosso entendimento, são um demonstrativo da fluidez das relações que se observam entre os agentes no espaço Ultramarino. Percepções de limites, fronteiras, fidelidades ou qualquer ideia que se associe a alguma rigidez de agentes, poderes ou instituições parecem não encontrar respaldo na realidade vivida e descrita pelos autores. Identidades não

---

[498] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 102.
[499] HORTA, José da Silva; MARK, Peter. **The forgotten Diaspora Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World.** Cambridge, Cambridge University Press, 2011.
[500] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 136.

serem fixas e alternarem-se se devia claramente ao fato de que "no século XVII, as cidades comerciais na Senegambia eram caracterizadas pelo extraordinário grau de diversidade cultural, religiosa e linguística[501]".

O espaço cabo-verdiano-guineense parece cada vez mais ser um indicador daquilo que a historiografia tem buscado identificar e revelar sobre o espaço Atlântico: um meio pluralismo cultural e fluido, que era o que caracterizavam a ação de poderes e agentes imperiais no Ultramar. Nas palavras de Mark e Horta "na história das identidades no Mundo Atlântico, nenhuma região é mais importante do que a Guiné do Cabo Verde".[502] A construção dos impérios que se desenvolvem durante o período moderno, contou com os traços possíveis de se identificar no contexto apresentado, que como mencionado, por ser uma das primeiras experiências ultramarinas, orientou muito do que se viu nos séculos posteriores.

Um último ponto, com relação ao que é possível inferir sobre certos silêncios nos escritos, diz respeito à sua postura com relação à Serra Leoa. Visando a colonização dessas terras com incentivos régios, Almada e Donelha dedicam muitas linhas e elogios à terra, seu povo e chefes locais. Almada afirma que "estes Sapes que habitam a Serra Leoa e seus limites eram gente fraca e covarde. Agora com a disciplina dos Manes se fizeram bons soldados e bons capitães [...] sempre foram inimigos de Franceses e Ingleses"[503], revelando tanto a receptividade dos povos pelo fato de não serem próximos de franceses e ingleses, quanto por serem disciplinados após o domínio dos Manes. Como já mencionado, o episódio que origina o interesse efetivo de procurar a coroa portuguesa requerendo o direito sobre essas terras para a colonização, vem do "rei" Xeramambeia que teria dito a Antonio Velho Tinoco – episódio testemunhado por Donelha – que gostaria de receber os portugueses em suas terras. Donelha após a descrição desse episódio ainda reforça em diferentes momentos que falaria sobre a

---

[501] Tradução livre do trecho "In the seventeenth century, Senegambia trading towns were characterized by extraordinary degree of cultural, religious, and linguistic diversity." HORTA, José da Silva; MARK, Peter. **The forgotten Diaspora Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p. 101-102

[502] Tradução livre do trecho: "In the history of identities in the Atlantic world, no region is more importante than Guiné do Cabo Verde". HORTA, José da Silva; MARK, Peter. **The forgotten Diaspora Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p. 206.

[503] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 129.

"verdadeira Serra Leoa", "que se pode povoar com facilidade"[504], a qual "querera Deus que se povoe [...], para que ele com ajuda dos nossos faça sua gente cristã"[505].

O curioso sobre toda a defesa e propaganda sobre a região que fazem ambos é que praticamente nada se fala a respeito de suas ações comerciais, funcionamento do comércio, tal como observamos em tantas outras partes de seus escritos. Em geral os autores mencionam apenas que o comércio de noz de cola era proeminente na região, de onda vinha a melhor qualidade da fruta. Algo que se justifica pela limitação régia de presença dos moradores e vizinhos das ilhas de atuarem na região, muito embora, seja sabido que, assim como tantas outras leis, essa também era corriqueiramente descumprida. Sabem da ação de estrangeiros, lançados, o que revela o entendimento da terra e redes comerciais, que não seriam possíveis sem uma vivência em suas dinâmicas. Para finalizar seu *Tratado*, Almada assinala que "uma só coisa me dá pena. Tendo nós isto a porta o deixamos para irmos buscar empresas duvidosas[506]".

Mesmo Lemos Coelho, que já escreve sob uma perspectiva pessimista por ter conhecimento dos resultados das ações do início do séc. XVII sobre a presença portuguesa em Serra Leoa, não se atém a detalhes sobre as redes comerciais na região. Em seu período já não era vedada a ida à Serra Leoa, mas o povoamento pelos moradores de Cabo Verde não havia sido realizado. Em comparação às demais partes de sua redação, notamos um olhar mais ameno aos povos, Manes e Sapes, sendo suas palavras finais à redação de 1669 que:

> [...] permitirá a Majestade Divina que estas memórias despertem a El Rey Nosso Senhor, para que como Senhor que se intitula destas partes se alembre deste paganismo que não necessita mais que de mestres para seu bem e de povoadores para por meio deles lhe pagar o Senhor com lhe dar uma Monarquia tão dilatada, e que este meu trabalho que nasceu de curiosidade seja causa de que estes pobres alcancem tão grande bem que

---

[504] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 72.

[505] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 110.

[506] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 132.

> Deus me deixe ver por sua Divina Misericórdia antes que morra, para mais gloria e honra do seu Santo Nome. Etc[507].

Em demonstração de que a autorização régia para povoamento da região pelos moradores das ilhas já em finais do século XVII, ainda viria a beneficiar homens como Lemos Coelho e era interessante à sociedade de Cabo Verde.

5. Oralidades Africanas através do discurso da Alteridade.

A questão da oralidade que aqui se destaca necessita de explicação. Não há como almejar defender que as tradições orais africanas tenham retrato fidedigno e encontrem nos memoriais dos autores um espaço de destaque. O que se propõe aqui demonstrar é pensando a formação pessoal desses homens nascidos e criados nas ilhas, ou seja, não apenas por sua experiência frequente de comercio na costa, mas pelo próprio cenário de Santiago, na qual a população escrava e forra era majoritária. Considerando aqui que de acordo com as estimativas de Francisco de Andrade havia em 1582 o número de 508 *vizinhos* na Ribeira Grande, cerca de 200 na Vila da Praia a que se acrescentavam outros 1000 indivíduos livres no interior da ilha, para um total de 11700 escravos[508].

O contato maior ou menor com as tradições africanas, não foi algo experienciado apenas em sua vida adulta, mas durante suas vidas em meio a uma população composta por escravos e ex-escravos vindos da Guiné. Como nos fala Donelha quando escreve que "Tenho falado com muitos Fulos, Jalofos, Mandingas em Guiné, e com muitos que se fizeram cristãos e nesta ilha se casaram...[509]". Ou ainda por sua experiência com seu colega de escola, Ventura de Sequeira, rei Temné – referido por Donelha como Sape –, que havia aprendido a ler e escrever em Santiago, tal como a doutrina cristã[510].

---

[507] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 83-84.

[508] BRASIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**. 2ª Série, Vol. III. p. 99-100.

[509] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 122.

[510] Horta esclarece sobre essa passagem que o contato de proximidade se deu em decorrência do estabelecimento da fuga das invasões Manes e consequente fixação junto a aldeias de Tangomaos, de circulação livre entre ilhas e costa. HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.297.

Essa é inclusive uma das principais diferenciações dos memoriais em comparação aos escritos jesuíticos, que são os textos mais longos produzidos em mesmo período[511]. O uso e a revelação de traços da oralidade africana, o contato permanente com essa e como ela se mostra inteligível na fala dos autores não é observável nos escritos de missionários, que tinham por princípio a discordância com o que podia se associar ao islã, ao mesmo tempo a necessidade de observar como incapaz e facilmente passível de conversão, a população gentílica[512].

Na interpretação de José Horta os memoriais "configuraram uma passagem da oralidade africana e luso-africana à escrita portuguesa" que para o autor "acabou por ser luso-africana na medida do stock cultural em que se funda". Como já aqui explanado, nossa compreensão visa problematizar essa ideia de um estágio intermediário de identidade, que encontra na definição de luso-africanismo uma zona de conforto, para perceber o que associamos à uma identidade característica de um meio de nuances mais complexas. Horta, no entanto, reconhece como "o peso da oralidade marcou, profundamente, a proximidade dos textos à realidade africana. A mestiçagem no registro e a manipulação das tradições orais e o conceito mestiço de "Guiné de Cabo Verde" foram disso uma evidencia paradigmática"[513], o que nos parece uma leitura baseada nas mesmas características que para nós figuram os primeiros estágios de uma identidade crioula.

Há ainda nesse sentido espaço para os trechos em que os autores permitem por meio de seus textos dar voz aos costumes praticados por poderes e sociedades locais. A leitura da realidade e papel desempenhado pelos agentes na costa, foi na fala de Lemos Coelho em 1684 bastante enfática e didática ao apresentar ao seu leitor que todo recém-chegado à Guiné deveria respeitar as regras dos donos da terra ao "imaginarem que são hóspedes e peregrinos,

---

[511] Como o de Manuel alvares de 1615.

[512] "No contexto ibérico, remontando aos séculos XIII-XIV, todos os infiéis que não fossem nem Judeus, nem mouros eram classificados, genericamente, como Gentios. Muitos dos africanos negros eram integrados nesta categoria antropológica. No entanto, o Negro, mesmo muçulmano, era considerado da geração de Gentios.". HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 85.

[513] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.326.

e que estão em terras alheias"[514]. Como se observa não há um discurso que almeja a posse das terras ou mesmo a questiona. Reconhecendo a autonomia das sociedades da Guiné, aos quais deveriam ser "respeitadas tal como eram".

Nesse sentido, Almada é inovador ao compreender e aceitar as tradições orais africanas como fonte válida para conhecimento da cultura das linhagens africanas, vide o próprio exemplo de como dedica várias linhas a explicar a origem da matrilinearidade entre Wolof, baseado em uma tradição transmitida oralmente entre eles. Por vezes percebemos em Donelha a necessidade de colocar em dúvida determinadas informações, por lhe terem sido fornecidas por comerciantes islâmicos. Mas é importante destacar que isso, em geral, não o impede de utiliza-las e dedicar linhas transcrevendo-as. Ao tratar do Rio Gambia, sua nascente, afluentes e povoações, finaliza com a ressalva de que "todo o acima disse o falso caciz de Mafamede. Pode ser que seja como ele diz"[515].

Em outro momento, Donelha relata a comprovação de um costume entre os povos Casanga, a respeito de questões relacionadas a furtos. Para comprovar a seguridade com que podiam viver os brancos, na terra do Rei Casanga que era amigo destes, Donelha descreve a história de um branco estrangeiro que ao ouvir da rigidez do rei sobre a questão, visou testá-la e propositalmente deixou um punhal. Apanhado por um negro e levado apenas no dia seguinte ao Rei, que comprovando sua severidade mandou matar ao negro, por haver permanecido durante toda a noite com um objeto que não lhe pertencia. A conclusão de Donelha após seu relato da história é a de que andariam sob o governo deste rei, tanto negros quanto brancos "tão seguros como em suas mesmas casas"[516].

Percebemos ainda que Almada em determinado momento ao descrever práticas religiosas e crenças entre os Naluns e Bagas, argumenta sobre uma crença "errônea" que

---

[514] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p 92.
[515] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 162.
[516] DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde** (1625). Edição, Introdução, notas e apêndice por Avelino Teixeira da Mota. Junta das Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 166.

tinham esses povos de que suas almas habitariam alguns animais[517]. Ele compreende que o "demônio" ordenaria isso e por este motivo acreditavam nisso esses povos, ao que segue descrevendo que teve um diálogo com um africano a esse respeito,

> já me aconteceu perguntar a alguns desta geração, Vem cá: onde tinhas metido na tua terra a tua alma? E respondeu-me dizendo: Em um Leão; ou em outro animal. E tornei-lhe a perguntar: e agora onde a tens? E respondeu-me: Agora não; porque vim a terra de cristãos, e sou cristão, ficou tudo na minha terra[518]

Vemos aqui além do uso da tradição oral como recurso legitimador de uma crença religiosa, também a transcrição do diálogo. No mais, por esse trecho é possível inclusive perceber a ligação que tinham os africanos de acordo com o ambiente em que se encontravam. A possibilidade de se adaptarem a novas crenças, uma vez que a forma de compreender o mundo espiritual nas religiões africanas não segue a linha excludente encontrada nas religiões cristãs, permite compreender a razão dessa justificativa do africano que conversa com Almada. Sobre esse mesmo traço de comunidades africanas o Padre Manuel Álvares apresenta um posicionamento bastante enfático: "Todos eles se tornarão cristãos se você tiver algo para lhes dar, mas serão cristãos apenas no nome" e que assim seria "a falta de respeito ao Sacramento que rege nessas pessoas o seu estado natural, na ausência do uso da força e armas[519]". Fica aparente, nesse caso, as diferentes possibilidades de voz ao interlocutor que fornecem ambos os autores, além do uso do julgamento de valor incisivo que sempre marca a escrita do missionário.

O ato de descrever práticas de grupos africanos tais como eram mencionados em seus meios originais, também é uma característica possível de encontrarmos em Almada. Descrevendo alguns hábitos religiosos entre os Mandingas do Gambia, destaca que "fazem suas salas para o Oriente postos os rostos, e antes de as fazerem lavam primeiro o traseiro e

---

[517] Prática familiar em crenças animistas.
[518] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 100.
[519] ÁLVARES, P. M. Cópia do séc. XVIII. **Etiópia Menor e Descripção Geographica da Província da Serra Leoa**. [Lisboa]. Sociedade de Geographia de Lisboa. p. 112.

depois o rosto"[520]. A menção a "fazer sala", que aparece anteriormente quando trata dos bixirins, "Estes Jalofos e Mandingas em parte parece que usam da seita de Mafamede, porque os seus Bixirins, que são os religiosos, fazem salas como os mouros"[521], refere-se a prática de um dos pilares do islã que é a realização das cinco orações diárias voltadas para a Meca[522]. A forma como aparece em seu *Tratado*, tal como habitualmente referida no meio em que descreve, mostra o exercício de tradução que fazia o autor e os traços que carregam suas palavras das expressões características desse espaço. O mesmo é encontrado em Lemos Coelho, que complementa "os seus salás fazem também as mulheres como os homens, em qualquer terreiro junto das suas casas. Há uns mais observantes da lei que outros, mas nem por isso são repreendidos. Em tudo o mais são muito viciosos ambos os sexos e dados a luxúria[523]".

Almada e Donelha em diversos momentos não apenas parafraseiam indivíduos com os quais tiveram contatos, mas validam aspectos da oralidade sobre os quais foram informados, utilizam esses saberes para compor suas descrições e lhes dão posição de destaque. Horta conclui que "aquilo que encontramos, sobretudo nos dois cabo-verdianos, é a tentativa de construção dum discurso histórico sobre as sociedades africanas a partir das suas próprias tradições orais cruzadas com tradições de outra origem"[524]. Como fica aparente, essa abordagem é diferenciada em Lemos Coelho, que por mais que apresente traços associados, não os representa da mesma forma. Ainda assim, muito distante do encontrado e observado no olhar do jesuíta Manuel Álvares.

---

[520] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 54.

[521] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 50.

[522] No árabe a correspondência seria *Salá*, *Salat* ou *Salah.*

[523] COELHO, Francisco de Lemos. **Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho**, Manuscritos Inéditos publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de número [...] 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990. p. 118.

[524] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 303.

6. Identidades em um Contexto Moderno Ultramarino.

A temática de discussão de identidades para o período alvo dos estudos aqui apresentados é bastante desafiadora. Discutir um conceito de notada expressão nos debates nacionalistas do séc. XIX, criado depois do tempo em que viveram Almada, Donelha e Lemos Coelho, pode facilmente apresentar armadilhas anacrônicas. No entanto, não o fazer devido a suas possíveis dificuldades pode deixar de revelar muito sobre aspectos importantes do período moderno. Como dito anteriormente, não é por meio da anulação do termo que problemáticas são solucionadas. Por conta disso, cada vez mais os historiadores têm procurado discutir e problematizar o que seria a compreensão sobre identidades no mundo-atlântico, guardados seus devidos cuidados metodológicos. Essas iniciativas permitiram a emergência de compreensões sobre o caráter multicultural de um período anterior a demarcação de fronteiras e nacionalidades como se viu no século XIX, assim como da fluidez característica da época das navegações europeias.

Em tempos nos quais a percepção sobre identidades nacionais não apresentava significado como o que ganharia nos séculos seguintes, o papel de agentes mediadores, que transitavam entre diferentes realidades imperiais, possuíam valor inestimável. Em especial na comunicação e no conduzir das transações comerciais. Ser fiel e súdito da coroa, muitas vezes implicava em demonstrar seu valor por meio da utilidade de seu papel como intermediário. Sem dúvida, isso por vezes poderia despertar desconfiança dos poderes régios sobre as agendas próprias desses agentes, tal como vimos ter sido a relação da coroa portuguesa e as ilhas de Cabo Verde, resultando em medidas para controle e fiscalização mais rígidos.

A formação de identidades como processo dialético no contexto da África ocidental foi teorizada por Immanuel Wallerstein no final da década de 1960[525] e nos ajuda a pensar o conceito inclusive à luz de suas especificidades históricas. George Simmel como pioneiro na reflexão sobre ações de grupos e problematização de conceitos como sociedades e indivíduos, contribuiu de forma exemplar ao tratar liberdade do indivíduo. Ainda que muitas vezes limitado a determinada realidade este sempre pode contar com suas margens de escolha[526]. Assim como

[525] WALLERSTEIN, Immanuel. "Ethnicity and National Integration in West Africa". In: **Cahiers d'Etudes Africaines**, no. 3 (October 1969): 129–138.

[526] Margem de liberdade proposta por Simmel destacava que nem sempre essa era decorrente de elementos individuais, pois decorria do conjunto de escolhas inseridas na formação social do indivíduo. In: SIMMEL,

também a premissa de que o grupo em que determinado agente se encontra como, por exemplo, sua família, não é fator determinante para os círculos de relações que este poderá estabelecer, ainda que possa definir suas formas e conteúdo de se relacionar o indivíduo sempre terá a possibilidade de transitar entre diferentes meios. Logo, seria possível também presumir que o indivíduo poderia existir em relação a padrões de conduta, devido sua inserção em determinados grupos, mas isso não pressuporia a sua anulação.

Isso parece bastante claro quando tratamos do cenário africano, em especial quando pensamos a questão da coexistência e interações entre religiões, mesmo de agentes pertencentes ao Império Português. O caso expresso por Almada em que seu interlocutor aponta no momento de sua conversa não estaria ligado a suas práticas locais animistas, uma vez que "vim a terra de cristãos, e sou cristão, [logo] ficou tudo na minha terra[527]", demonstra como o entendimento a respeito das crenças, para os africanos, poderia ser alternado. Essas identidades emergiam em contextos, assim como o islã e nada parecia "ser" em essência, mas parte de uma realidade fluida e dialogada. Peter Mark inclusive sobre isso defende como a região da Alta Guiné foi "o primeiro local para a construção de novas identidades euro-africanas", completando que "essa região era única no Atlântico Africano porque aqui, desde o início, houve interação religiosa entre crenças locais africanas o Islã – isso constitui uma diferença crucial com a África Centro Ocidental – e com cristianismo e judaísmo". Nisso inclusive reside a especificidade e legitimidade da compreensão das interações identitárias na Guiné do Cabo Verde, uma vez que a presença do islã na região já vindo do processo de crioulização primária descrito por Green "forneceu um modelo para interação subsequente e mais variada do islã, cristianismo, judaísmo e religiões locais na Grande Senegambia[528]".

George. "Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal". IN: Evaristo de Moraes Filho (org.). **Simmel.** São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 165-181.

[527] ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594**. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 100.

[528] Tradução e adaptação do trecho: "First, Upper Guinea was the earliest locale for the construction of new Eurafrican identities, Second this region was unique in the African Atlantic because here, from na early date, there was religious interaction between local African faiths and Islam – this constitutes a crucial difference with West Central Africa – and with Christianity and Judaism. The presence of Islam in Guiné do Cabo Verde, with its long history of syncretism and interaction with local African religions, provided a template for the subsequente and more variegated interaction of Islam, Christianity, Judaism, and local religions in Greater Senegambia". HORTA, José da Silva; MARK, Peter. **The forgotten Diaspora Jewish Communities in West Africa and Making of the Atlantic World**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p. 206-207.

Refletir sobre esses pressupostos teóricos compreendendo o desempenhar de papéis de agentes em contextos comerciais, em especial o que caracterizava o eixo cabo-verdiano-guineense, é de extrema importância. Identidades não são estáticas, ou mesmo passíveis de posse por parte de agentes, pela mesma lógica, não é possível perdê-las. Dessa forma, sua alternância, visto os meios de inserção social ligam-se às práticas culturais características, que em geral são móveis, dinâmicas e adaptáveis. Por esse motivo são nos diálogos com membros de outros grupos que são formadas e atribuídas identidades. Como Peter Mark nos indica as "definições, imagens e representações feitas sobre o outro podem ser incorporadas no entendimento deste grupo sobre quem são"[529]. E é nesse mesmo sentido que se associa o reforçado por Kathelen Wilson de que essas identidades "eram mais um processo histórico do que uma consequência ou resultado em si, eram fruto de negociações entre concepções individuais sobre si e sobre coletividade, somado a sua equivalência social[530]", simbolizando como eram compostas suas identidades dados os contextos sobrepostos que se inseriam.

Nesse ensejo, perceber como se posicionavam os autores nos contextos que descreviam é bastante revelador. A percepção de súdito do império português é revelada na utilização de expressões como "nosso" e "nossa", ou "os nossos". A alternância de identidades fica aparente em alguns casos, quando os pronomes podem se referir a uma identificação como comerciante, cabo-verdiano, santiaguense, morador, vizinho, cristão, *go-between* ou súdito. Todas essas vertentes englobadas pelo que seria "ser português", que para além da referência englobadora comum aos três comerciantes, era o alvo de seus escritos. A percepção é estendida e fica bastante claro que ser fiel à coroa significava a prestação de serviços e defesa do que muitas vezes poderia se confundir como o que pertencia ao eu (santiaguense) e o outro (poder régio), sem que isso resultasse em uma percepção excludente.

É sob essa compreensão que trechos como o de Almada, na versão de 1592-1593 de seu manuscrito ganham especial destaque. Como apontado por Horta, Almada na elaboração

---

[529] MARK, Peter. **"Portuguese" Style and Luso-African Identity**: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. Bloomington: Indiana University Press. 2002. p. 3.

[530] Tradução livre e adaptada "was a historical process, rather than an outcome, a negotiation between individual conceptions of self and collectivity and their social valence". WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History:** Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 5.

[530] WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History**: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 6.

dessa versão de seu tratado parecia ter certa noção de que a censura sobre suas palavras seria abrandada, pois o manuscrito de 1594 parece ser uma versão revisada do anterior. Por esse motivo quando se lê apenas nessa versão que "mas hoje não vejo senão leis postas contra nós, porque nos defendem que não vão à costa da Malagueta nem da Serra para baixo, sob pena de perdimento de navio e da fazenda, e mais penas crimes", em tom de protesto e que não apresenta correspondência em nenhuma das versões seguintes, há o indício primeiro de um "nós" – moradores –, contraposto a uma noção de "eles" – poder régio, contratadores reinóis, lançados.

Horta assinala que o protesto de Almada seria primariamente direcionado às atividades "daqueles lançados ou tangomaus que se aliavam aos estrangeiros, sobretudo corsários, de algum modo adversários comuns a muitos dos Portugueses que negociavam na Guiné"[531]. Contudo, o responsável pela imposição das leis "a nós" era o poder régio metropolitano, que mesmo que não fosse o alvo primeiro da queixa, não aparece em nenhuma outra versão de seu tratado, tendo sido censurado. Além disso, outro ponto bastante curioso na redação das obras, diz sobre a forma de se posicionar enquanto sujeitos nas situações que descreviam, quando em interação com outros agentes. A prática de reconhecer o outro, bastante característica dos textos de Almada e Donelha, como expostos nos tópicos anteriores, revela as formas como viam no africano também a si e sua realidade compartilhada.

José Horta ainda reforça sobre traços da escrita desses autores, que a forma de referenciar determinados etnônimos "operava uma recepção dos processos regionais de etnogênese"[532], mas mais ainda que "os homens identificavam-se com aqueles de quem dependiam numa cadeia, neste caso longa, de legitimidades. Em suma, as lógicas do discurso antropológico na identificação das nações são, neste caso, de origem africana[533]". Reforçando

---

[531] HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 131.

[532] "A referência de que a origem do etnônimos Mandingas e Manes (estes migrando para a Serra Leoa em meados do século XVI) na ligação ao Mandimansa, isto é, na família linguística mandinga significando o *mansa* ("rei") do *Mandi* (ou Mandé) confirma que a descrição de Donelha, tal com as outras. HORTA, José Da Silva. "Nações", marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem: Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 649-675, Dec. 2013.

[533] HORTA, José Da Silva. "Nações", marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem: Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 649-675, Dec. 2013. p. 665.

como determinados traços da oralidade implícita nos discursos dos autores, como a menção aos nomes e passagens ligavam-se diretamente com às realidades vividas nos contextos africanos.

Como já bastante elucidado Francisco de Lemos Coelho portava não apenas a especificidade da escrita em tempos posteriores, como também seu discurso revela traços distintos. Horta atribui isso ao fato de que as linhas do autor "visam a preservação dos seus interesses e dos seus parentes, amigos e sócios, não a profunda transformação do mundo dos Rios"[534], como era o caso de seus dois antecessores. Mas mais do que isso é importante lembrar o que é destacado por Green sobre os processos do Atlântico e como esses modificaram as dinâmicas relacionais dentro da África. O endurecimento do tráfico, as ondas de violência e guerras que acabavam por aumentar o número de cativos nas comunidades africanas modificou as relações com o africano. Cerca de oitenta anos separam as produções e vivências de Donelha e Almada da de Lemos Coelho. Período durante o qual o início do declínio das exportações de escravos da Guiné acontece, até sua perda de importância significativa em comparação com os portos da África Central. Não que isso implique em dizer do total declínio da região, que seguiu com suas atividades comerciais e redes de negócios ativas. Mas o elemento principal do tráfico de cativos, gradualmente, passou a ocupar posição diferenciada nesse cenário. O próprio distanciamento maior de Lemos Coelho da realidade que descreve e as inúmeras vezes que percebemos a menção aos negros como sinônimo de escravos, são esclarecedores dessa prerrogativa.

Por fim, mas não menos importante, coloca-se a questão racial e das hierarquias da cor no contexto dessa sociedade Atlântica. Também conceito problemático devido aos debates a ele associados durante o século XIX, a ideia de raça no período moderno possuía características associativas principalmente ligadas à religião e fatores sociais. Pesquisas recentes tem se debruçado a tratar do tema e o contributo da questão nas obras de Almada, Donelha e Lemos Coelho é significativo. A questão da cor e preconceitos a ela associados sem dúvida já se apresentam no contexto Atlântico dos séculos XVI e XVII, ligados à questão da escravidão. Em geral, nas descrições do período bastante enfoque é dado às religiões infiéis de judeus e muçulmanos, mas o negro passa a compor também, ainda que associado

[534] HORTA, José da Silva. A "Guiné do Cabo Verde": produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011. p. 320.

a premissas inicialmente religiosas[535] uma categoria pejorativa. Processo esse que vai se modificando com o passar do tempo e desenvolver das relações Atlânticas.

Nesse sentido, Ronald Raminelli ao tratar da forma como observavam a questão os inquisidores portugueses na atribuição de títulos, afirma que:

> Entre a raça de judeu, cristão-novo, mouro, mourisco e infiel, os inquisidores incluíam a raça de mulato. Se os primeiros estavam vinculados a identidades religiosas, o mulato não se enquadrava na regra. Sua marca se fazia não pela fé, mas pela cor da pele e demais traços físicos. Em suma, sua identidade era física, enquanto os judeus, mouros e protestantes, no corpo, em geral, pouco se diferiam dos cristãos (católicos). Assim, entre os primeiros, as práticas de exclusão se faziam pelos ritos, fé e proposições. Em compensação os mulatos eram denunciados pela cor escura, beiços e feições, ou seja, os traços físicos denunciam a origem cativa, a raça de mulato. Judeus, mouros e mulatos estavam, porém, entre as "raças reprovadas", fosse pela origem infiel, fosse pela origem cativa. A raça de mulato destoa, enfim, do significado anteriormente mencionado e introduz uma ideia de raça desvinculada da questão religiosa[536].

Raminelli observa como eram então mais comuns as atribuições de patentes militares a mulatos, uma vez que essas não necessitavam de passar pelos critérios eclesiásticos[537]. O que mais uma vez chama a atenção para a concessão do Hábito da Ordem de Cristo de Almada em 1598, onde vemos a dispensa do "defeito da cor"[538]. Característico de uma sociedade que passava por um processo de desenvolvimento de uma elite marcadamente mulata, os critérios de flexibilização na atribuição de mercês são expressivos, como também argumentado por Fernanda Olival e João de Figuerôa-Rego[539]. "Em suma, entre os séculos XVII e XVIII, em português, a palavra raça apresentava conotação religiosa, social e física. Seu caráter instável promove ora a exclusão pautada na religiosidade, ora na falta de qualidade, na origem cativa ou mecânica, ora na pele escura, no indício de "mulatismo"[540]".

---

[535] Devido a toda a bagagem herdada das prerrogativas católicas referentes a maldição de Cam.
[536] RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia hist.** Belo Horizonte, v.28, n. 48, p. 699-723, Dec. 2012.
[537] RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia hist.** Belo Horizonte, v.28, n. 48, p. 699-723, Dec. 2012..
[538] M.M.A., *2ª série*, vol. III, op. cit., doc. 106
[539] FIGUEIRÔA-RÊGO, João de e OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). **Tempo**, Niterói, n.30, p.115-146, 2011.
[540] RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia hist.** Belo Horizonte, v.28, n. 48, p. 699-723, Dec. 2012..

Dessa forma, torna-se comum na sociedade cabo-verdiano-guineense a menção a brancos, que em termos de cor da pele, eram mulatos ou mesmo negros.

A historiografia debate se a questão de não ser comum a atribuição de títulos e cargos que passassem pelas mesas de Consciência e Ordem a pardos e negros se ligaria mais a uma questão do "defeito de sangue" devido a ancestrais negros escravos ou a "falta de qualidade", que se referiria a ausência de ancestralidade nobre[541]. O que Raminelli atesta é que "percebe-se que os militares pretos desfrutavam de prestígio social muito instável. Mesmo reputados como excelentes oficiais, eram facilmente enredados a rumores de heresia e de desvios morais[542]". Ao que Olival e Figuerôa-Rego completam:

> Na realidade, ainda que o estigma da mulatice e irregularidade de nascimento pudesse servir de elemento de caracterização depreciativa, o que estaria manifestamente em causa seriam dois aspectos. Em primeiro lugar, a perturbação introduzida no quotidiano pelas aspirações e interesses desses grupos. Os defeitos imputados apenas acentuavam graus de incompatibilidade tecidos na rivalidade e em clivagens de afirmação social e identitária, que se projectavam para lá da singularidade cromática e dos acidentes de nascença. Em segundo lugar, a vivência da cor da pele branca como um fator de promoção das terras e como um defeito, semelhante à questão do sangue cristão-novo ou mouro[543].

O contributo de Iva Cabral nesse sentido corrobora a perspectiva de Peter Mark ao frisar que a experiência de Cabo Verde foi a primeira do mundo colonial no que diz respeito a composição de uma elite, ou ainda que "os 'homens brancos honrados' de Santiago foram os pioneiros na construção de uma sociedade colonial atlântica nos trópicos, longe da Europa, com características diferentes das da Madeira e Açores, ou das Canárias[544]". Ao que se soma um caso bastante curioso explorado pela historiadora, o de Rui Gonçalves que conquistou em 1533 "os direitos cívicos dos homens brancos, quer dizer o direito de ser tratado como

---

[541] RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia hist.** Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, Dec. 2012..

[542] RAMINELLI, Ronald. Élite negra en sociedad esclavista: Recife (Brasil) c. 1654-1744. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2011.

[543] FIGUEIRÔA-RÊGO, João de e OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). **Tempo**, Niterói, n.30, p.115-146, 2011. p. 121.

[544] CABRAL, Iva Maria de Ataíde Vilhena. **A Primeira Elite Colonial Atlântica** dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (Finais do séc. XV – início do séc. XVII). p. 16-17.

branco, tornando-se assim num dos únicos homens pretos que pertenceram a elite "honrada branca" da ilha de Santiago" [545], na atribuição da mercê lê-se que:

> ho dito Rui Gonçalvez seja tratado como omem bramco semdo asy como diz e nas causas que tocarem a justiça e allçada do corregedor seja Regullado como sam os omens bramcos e mando ao dito coreregedor … que ao diamte … o tratem e jullguem como o fazem aos homens bramcos sem niso poerem nenhua duvida nem embargo porque hasy ho ey por bem…"[546].

Dessa forma, percebe-se que quando identificado como "branco", Lemos Coelho não necessariamente fazia referência a uma questão de cor da pele, mas sim a um status que desde o século XVI já representava algo específico aos olhos do poder institucional português, ao qual se dirigia sua descrição. A ausência de olhar pejorativo sobre a cor em Almada e Donelha talvez seja mais emblemática nesse sentido e por se tratar de período anterior, em que a questão ainda estava em desenvolvimento no que diz respeito a sociedade crioula que adotou a noção de "brancos da terra", mesmo para homens de cor. Como Russell-Wood já apontava o racismo associado a cor rapidamente passou a predominar no final do séc. XVI[547]. Por esse motivo as identificações que fazem Almada e Donelha com relação a suas identidades são mais fluidas, ligando-se as suas ações como práticos da Guiné, a experiência e papel desempenhados nessas regiões. Já Lemos Coelho, nas raras ocasiões em que se posiciona, o faz associado aos signos que já tinham sido incorporados pela elite da sociedade crioula da região; à visão alargada de português e branco.

---

[545] CABRAL, Iva Maria de Ataíde Vilhena. **A Primeira Elite Colonial Atlântica** dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (Finais do séc. XV – início do séc. XVII). 142

[546] IAN/TT, *Chancelaria D. João Ill,* **Doações e Privilégios**, liv. 45, fl. 62 v, doc. 1, de 11 de Julho de 1533.

[547] RUSSELL-WOOD, A.J.R. "Iberian Expansion and the Issue of Black Slavery: Changing Portuguese Attitudes, 1440-1770". **American Historical Review**. (83/I). 1978. p.12-42.

Considerações Finais

Como apontado ainda na introdução deste trabalho, o desafio proposto era o de procurar ressaltar a África e as dinâmicas do espaço da Guiné do Cabo Verde pela redação de Almada, Donelha e Lemos Coelho. Sem dúvida as limitações de tempo da pesquisa deixam pontos em aberto e que podem ser melhor aprofundados em momentos futuros. Fica claro para nós que posicionar essa temática em uma cruzilhada historiográfica tem sido cada vez mais o rumo tomado em trabalhos recentes. Observar o espaço Atlântico como um todo e nos meandros de localidades é um exercício denso, mas que pode ainda muito revelar. Cada vez mais o estudo do período moderno tem demonstrado como explicações dicotômicas são insuficientes para as dinâmicas Ultramarinas e foi sob essa inspiração que visamos problematizar a noção a respeito das fontes analisadas, como endógenas e exógenas.

O que se almeja ter conseguido demonstrar é algo que desde as primeiras leituras dos textos de Almada, Donelha e Lemos Coelho nos parecia evidente, mesmo quando todo o aparato teórico ainda não estava ao nosso alcance. A diferenciação de suas fontes das demais consultadas para o período, seja nos arquivos portugueses ou não, é significativa. Com o passar da pesquisa nos últimos anos, a inserção nas discussões sobre a história do Atlântico, o tema das identidades e os agentes que proporcionaram todo o mecanismo que sustentou o seja o império português, seja o funcionamento comercial do Ultramar, o lugar de nossos autores parecia ganhar contornos mais definidos.

. Como David Wheat também conclui em suas fontes sobre o Caribe Espanhol, são perceptíveis "os efeitos das condições sociais na transformação ou redefinição das identidades africanas diaspóricas; mas essas também apresentam uma oportunidade para explorar os papéis que as identidades africanas desempenharam na formação das condições sociais coloniais, e não vice-versa[548]", apontando inclusive para o mencionado papel crucial pioneiro da experiência europeia na Guiné.

O modelo de interações, papéis, dinâmicas e agentes desenvolvidos no espaço da Guiné do Cabo Verde foram um laboratório de experiência Ultramarina que muito ensinou a todos os envolvidos. De acordo com Gerhard Seibert, as ilhas de Santiago e Fogo "foram os

[548] Early spanish caribean sources reveal the effects of social conditions in transforming or redefining diasporic African identities; yet they also present an opportunity to explore the roles African identities played in the formation of colonial social conditions, rather than vice-versa." WHEAT, David. **The afro-portuguese maritime world and the foundations of spanish caribbean society, 1570-1640**. Dissertação de Mestrado: Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University. Nashvile, 2009. p. 66.

primeiros territórios em que europeus e africanos conviveram permanentemente. [...] A mestiçagem, biológica e cultural, entre brancos e negros nos dois arquipélagos resultou na emergência das sociedades crioulas[549]". Embora os conhecimentos comerciais com o Oriente e Saara tivessem sua valia e significância, as interações na porção subsaariana em África tomaram contornos novos e demandaram uma nova postura das potências européias.

Seus reflexoes, inclusive, podem ser observados até os dias de hoje. Eduardo Costa Dias ao analisar a identidade muçulmana Kaabunké no que o autor descreve como *sui generis*, credita à diversidade o apanagio cultural da Senegâmbia[550]. Ao que Gerhard Seibert complementa no que diz respeito a configuração identitária atual de Cabo Verde – em comparação com a de São Tomé –, observando como essa população se identifica com o crioulo e um modelo *sui generis*, que porta inclusive símbolos nacionais particulares e não com referências africanas[551]. Os traços iniciados com o povoamento e a emergência do crioulo ilustravam ainda sua diferenciação com São Tomé e Príncipe, pois "no século XIX, em São Tomé e Príncipe, não apenas a maioria da população era negra, mas também a elite local, enquanto em Cabo Verde, na mesma altura, a maioria da população era mestiça e a elite era mulata e branca[552]". Uma representação clara do que foi exposto, sobre como em Santiago, de uma "economia mais diversificada e menores unidades de produção, o número de escravos domésticos, que tinham uma maior proximidade com os moradores brancos, foi dominante[553]".

A crioulização primária promovida pelos Mandingas antes do século XV teve papel importante em definir o perfil das comunidades africanas em como interagir e receber novos estrangeiros, sem dúvida, o histórico da região foi essencial para os rumos tomados a partir

---

[549] SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 41.

[550] "Por outro lado, devido ao tipo e as novas condições de comércio, tornou-se num polo com capacidade atrativa para largas camadas populacionais do interior sudanês, o que não deixou de, em conjunto com as diferenças culturais, sociais, étnicas e religiosas localmente existentes, influenciar a diversidade que ainda hoje é o apanágio da Senegambia". DIAS, Eduardo Costa. A identidade Muçulmana Kaabunké – um processo de construção Identitária sui generis na Senegâmbia. In: GONÇALVES (Org.), António Custódio. 2003. **O Islão na África Subsariana**. Papers of VI Colóquio Internacional "Identidades, Poderes e Etnicidades. O Islão na África Subsariana", 2004. p. 62.

[551] SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 41.

[552] SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 59.

[553] SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 51.

do século XV. Almada, Donelha e Lemos Coelho, crescem e vivem em uma sociedade já articulada e fruto de um meio multicultural dinâmico, conheciam seu objeto de descrição e possuíam com a Guiné uma relação pessoal, viveram o que descreveram e por isso, suas obras são verdadeiros fragmentos daquela realidade, do ponto de vista de intermediários dessa porção da África.

A trajetória, vivência e pertencimento ao que Iva Cabral chamou de elite endógena das ilhas, além de toda a inserção em um plano político próprio de colonizar a Serra Leoa, colocou os autores mais do que apenas na posição de intermediários, mas também em local de fala próprio no contexto Atlântico. Além disso, o diálogo com demais go-betweens como Gaspar Vaz, creditou um bagagem cultural muito diferenciada tanto ao meio quanto a seus agentes. Algo que espera ter sido possível apontar quando em comparação a produção de Manuel Álvares, seja nos julgamentos de valor, ou nos silêncios e distanciamentos. A importância da oralidade presente na escrita, sem dúvida, também é um ponto particular, que torna essas fontes – fazendo empréstimo do termo – minimamente *sui generis*.

Além disso, é sempre importante problematizar a perspectiva historiográfica que vê a mudança no papel de Cabo Verde no Atlântico, após o século XVI, apenas como de decadência. O poderio do império Português como um todo deixa de ser predominante na Europa a partir do mesmo período, considerando a proeminência do império espanhol, holandês e posteriormente britânico, sem por isso reduzir seu status nos séculos seguintes apenas a de um império decadente. Quando pensamos a experiência da Guiné do Cabo Verde e as formas como influenciou a ação de diferentes poderes imperiais com o que ali havia sido aprendido, notamos inclusive reflexos na formação de identidades e configurações sociais por todo o Ultramar, como exemplificou David Wheat. Quanto as transformações das ilhas, a mudança como polo exportador de escravos e a interiorização da economia, deram as ilhas novos contornos e olhar sempre para isso tendo em vista o tráfico de escravos e sua expressão numérica, é apenas uma possibilidade de enfoque saudosista.

Por fim, espera-se ter sido possível minimamente inserir este trabalho e situar nossos autores no enfoque de pesquisa que ganhou bastante espaço nos estudos mais recentes, o de perceber os agentes do período moderno como indivíduos transnacionais. Retirando as análises seja da sociedade ou dos autores de um lugar estanque de análise reduzida ao comércio e tráfico de escravos ou a sua dita decadência após a presença portuguesa ter se

acentuado na África Central. A Guiné do Cabo Verde representou o laboratório de toda a experiência de construção de sociedade Ultramarina e a partir dessa vivência, notamos os novos contornos que essas sociedades desenvolveram em diferentes pontos do Atlântico. Perceber a redação e escritos de Almada, Donelha e Lemos Coelho como produções características de seu período – que revelam a fluidez Atlântica, em muito provocada e iniciada por indivíduos como eles – com todas as suas potencialidades, é um exercício desafiador que esperamos ter empreendido fazendo jus à riqueza de suas produções.

Bibliografia Geral

1. Fontes

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). **História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental.** Volumes I e II. Lisboa: IICT; Praia: INCCV, 1988 (volume I), 1990 (volume II).

ALMADA, André Álvares de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594.** Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

ÁLVARES, P. M. Cópia do séc. XVIII. **Etiópia Menor** e Descripção Geographica da Província da Serra Leoa. [Lisboa]. Sociedade de Geographia de Lisboa.

BRASIO, Antonio (ed.). **Monumenta Missionária Africana**. 1ª e 2ª Séries. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1952-1968.

COELHO, Francisco de Lemos. **Duas descrições seiscentistas da Guiné [1684].** Manuscritos inéditos publicados com introdução e anotações históricas pelo acadêmico de nome Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953.

DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné e do Cabo Verde.** (1625). Edição do texto português, introdução, notas e apêndices de Avelino Teixeira da Mota. Notas de P. E. H. Hair. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

ZURARA, Gomes Eanes de**. Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

2. <u>Livros e Capítulos de Livros</u>

ALBUQUERQUE, Luís de. **Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses**. Lisboa: Veiga e Antunes, 1983.

ALBUQUERQUE, Luís de; FERRONHA, Antônio Luís, HORTA, José da Silva, LOUREIRO, Rui. **O confronto do olhar.** O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas. Lisboa: Editorial Caminho. 1991.

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde** Volume I, Lisboa, IICT/DGPCCV, 1991.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos Viventes** – Formação do Brasil no Atlântico Sul séc. XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

ARMITAGE, David; BRADDICK, Michael J. (eds). **The British Atlantic World**, 1500-1800. New York: Palgrave Macmillan, 2002

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUBACAR, Barry. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Trad. Ayi Kwei Armah. New York: Cambridge University Press. 1998.

BLACKMORE, Josiah. **Moorings: Portuguese Expansion and the Writing of Africa**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2009.

BOXER, Charles. **O império Marítimo Português** 1415 – 1825. São Paulo: Companhia das Letras, *2002.*

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. **Felipe II y el Portugal dos Povos. Imágenes de esperanza y revuelta.** Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BROOKS, George. **Landlords and Strangers**: Ecology, Society, and Trade in Western. Africa, 1000-1630. Boulder: Westview Press, 1993.

BROOKS, George. **Eurafricans in Western Africa** – commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century. Athens: Ohio University Press, 2003.

BRUIT, Hector. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CARREIRA, António. CARREIRA, Antonio**. Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre Práticas e Representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª Ed. Difel. 2002.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **A descoberta da África**. Lisboa: Edições 70, 2004.

CURTIN, Philip D. **The Atlantic Slave Trade**: a Census. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin, 1969.

DISNEY, Anthony. A Expansão Portuguesa, 1400-1800. Contactos, Negociações e Interacções. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Dir.). **A Expansão Marítima Portuguesa**, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, Colecção Lugar na História, 2010.

FERREIRA, Roquinaldo A. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World**: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso** : séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980 [1933].

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GIL PUJOL, Xavier**. Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna.** Barcelona: Publicacions i Edicions Universitat de Barcelona, 2006.

GREEN, Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa**, 1300-1589. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GREEN, Toby and NAFAFÉ, José Lingna (ed.). **Brokers of Change**: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-colonial Western Africa. New York: Oxford University Press, 2012.

GREENE, Jack. **Negotiated Authorities**. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville 3nd London: University Press of Virginia. 1994.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAIR, Paul E.H. **Africa Encountered: European Contacts and Evidence,** (1450-1700). Aldershot: Variorum. 1997.

HARTOG, François. **Espelho de Heródoto** – ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte, UFMG. 1999.

HAVIK, Philiph J. **Silences and soundbites**: the gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau region. Münster: Lit, 2004.

HAWTHORNE, Walter. **Planting Rice and Harvesting Slaves*:* Transformations along the Guinea-Bissau Coast,** 1400–1900. Portsmouth, N.H.: Heinemann, 2003.

HAWTHORNE, Walter**. From Africa to Brazi**l - Culture, Identtity and Atlantic Slave Trade 1600-1830. New York: Cambridge University Press. 2010.

HEYWOOD, Linda M. and THORNTON, John K. **Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundations of the Americas,** 1585-1660. New York: Cambridge University Press. 2007.

HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo Verde":** produção textual e representações (1578-1684). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

LIMA, Francisco Ferreira. **O Outro Livro das Maravilhas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998

LOPES, Carlos (org.). **Mansas, escravos, grumetes e gentio:** Cacheu na encruzilhada de civilizações. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993.

MARK, Peter**. "*Portuguese*" *Style and Luso-African Identity:*** Precolonial Se gambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

MARK, Peter; HORTA, José da Silva. **The forgotten Diaspora**: Jewish communities in West Africa and the making of the Atlantic World. Cambridge: Cambridge University Press,

2011. M´BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações.** Salvador, EDUFBA, 2009

MENDES, Antonio Rosa. A Vida Cultural. In: **História de Portugal** – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Editorial Estampa.1993.

MENDES, Antonio de Almeida. "Brancos" da Guiné, "contrabandistas" de fronteiras (séculos XVI-XVII). In: GUEDES, Roberto. **África brasileiros e portugueses séc. XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Mauad. 2013

METCALF, Alida C. **Go-betweens and the Colonization of Brazil: 1500–1600**. University of Texas Press, 2005.

MEUWESE, Mark. **Brothers in Arms, Partners in Trade**. Dutch indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674. Leiden, Brill, 2012

MOTA, Avelino Teixeira da. **A primeira visita de um governador das ilhas de Cabo Verde à Guiné** (Antonio Velho Tinoco c. 1575), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 1968.

MOTA, Avelino Teixeira da. **Dois Escritores Quinhentistas de Cabo Verde, André Álvares de Almada e André Dornelas.** Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1971.

MOTA, Thiago Henrique. **Portugueses e Muçulmanos na Senegâmbia** – História e Representações do Islã na África. Curitiba: Prismas, 2016,

NAFAFÉ, José Lingna. Lançados, Culture and Identity: prelude to creole societies on the rivers of Guinea and Cape Verde. In: Havik, Philip J. & Malyn Newitt (eds.) **Creole Societies in the Portuguese Colonial Empire**, Bristol, University of Bristol. 2007

NEWITT, Malyn. **A History of Portuguese Overseas Expansion**, 1400–1688. Abingdon, Routledge, 2005.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial.** São Paulo: HUCITEC, 1983

PAGDEN, Anthony and SUBRAHMANYAM, Sanjay. Roots and Branches: Ibero-British Threads across Overseas Empires. In: DONATTINI, Massimo; MARCOCCI, Giuseppe; and PASTORE, Stefania (eds). **L'Europa divisa e i Nuovi Mondi. Per Adriano Prosperi**. vol. 2. Pisa, Edizioni della Normale, 2011, pp. 279-301.

PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RODNEY, Walter. **History of the Upper Guinea Coast**, 1545-1800. New York: Oxford University Press, 1970.

ROBINSON, David. **Muslim Societies in African History** – New Approaches to African History. Cambridge University Press, Cambridge, 2004.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

SANTOS, Catarina Madeira e TAVARES, Ana Paula**. Africae Monumenta**: a apropriação da escrita pelos africanos. Lisboa: IICT, 2002.

SANTOS, Maria Emília Madeira e CABRAL, Iva. "O nascer de uma sociedade através do morador-armador". In: **História Geral de Cabo Verde**. 2ª edição. Lisboa; Praia: IICT/INCCV, 2001.

SANTOS, Maria Emilia Madeira Santos "Origem e desenvolvimento da colonização: "Os primeiros *lançados* na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes". In: Albuquerque, Luis de (ed). **Portugal no Mundo**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

SANTOS, Maria Emília Madeira (org). **História Geral de Cabo Verde**. Volume II, Lisboa, Praia: IICT/INCCV, 1995.

SILVA, Antonio Correia e Silva. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord). ***História Geral de Cabo Verde***. *Volume II*, Lisboa, IICT/INC, 1995.

SILVA, Filipa Ribeiro**. Dutch and Portuguese in Western Africa** – Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674. Boston Leiden: Brill. 2011.

SOARES, Luís Carlos. Do novo mundo ao universo heliocêntrico: os Descobrimentos e a Revolução Copernicana. São Paulo, Editora HUCITEC, 1999.

SWEET, James H. **Recriar África. Cultura, parentesco e religião no mundo afro português** (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América** – A questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

THORNTON, John K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico** (1400-1800). Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsivier. 2004.

WHEAT, David. **Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640**. Chapel Hill, University of North Carolina Press (for the Omohundro Institute of Early American History and Culture), 2016.

WILSON, Kathleen (ed), **A New Imperial History**: Culture, Identity and Modernity in Britain and the Empire, 1660–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

3. Artigos

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos em Siglo de Oro. **Cuadernos de História Moderna**. Universidade Complutense. Madrid, n°18, 1997.

ELBL, Ivana. Cross-Cultural. Trade and Diplomacy*:* Portuguese Relations with West Africa, 1441-1521. **Journal of World History.** Vol. 3. Nº 2. 1992.

ELBL, Ivana. Group Identities in the Early Portuguese Overseas Expansion in Africa: Concepts and Expressions. **Portuguese Studies Review**, 15, (1-2), 2007.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de e OLIVAL, Fernanda. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). **Tempo**, Niterói, n.30, p.115-146, 2011.

FRAGOSO. João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História** (São Paulo) 2012.

GREEN, Tobias. Building creole identity in the african atlantic: boundaries of race and religion in seventeenth-century Cabo Verde. In: **History in Africa**, *nº* 36, 2009.

HAWTHORNE. Walter. History and identity in Senegambia ando n the Upper Guinea Coast. Review Article. **Africa.** Vol. 74. Issue 03. Aug, 2004. pp 454 – 464.

HORTA, José da Silva. “Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). Belo Horizonte. **Varia História**. vol. 29, nº 51. Set/dez, 2013. p. 670-672.

HORTA, José da Silva. Evidence for a Luso-African Identity in “Portuguese” Accounts on “Guinea of Cape Verde” (Sixteenth-Seventeenth Centuries). **History in Africa**, vol. 27, 2000. p.99-130.

INIKORI, Joseph E. Review of David Eltis and David Richardson “Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database”. **The Journal of Economic History**, 71, p. 249-251, 2011.

JONES, A.; HEINTZE, B. Introduction. In.: **Paideuma.** vol. 33, 1987.

LAW, Robin. Review. In: **American Historical Review.** Vol. 104, Nº 1. Fev, 1999

LEVTZION. Nehemia. Was Royal Succession in Ancient Ghana Matrilineal? **The International Journal of African Historical Studies.** Vol. 5, No. 1 (1972), pp. 91-93.

LEVITZION, Nehemia. The thirteenth- and fourteenth-century kings of Mali**. Journal of African History.** Vol 4. Issue 03. November 1963, pp 341-353.

LINDSAY, Lisa A. Extraversion, Creolization, and Dependency in the Atlantic Slave Trade. **The Journal of African History**, vol. 55, pp 136.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “África no Brasil: Mapa de uma área em expansão”. In: **Topoi.** Rio de Janeiro: PPGHS da UFRJ, vol. 5, nº 0. pp. 33-53, 2004.

MEGIANI, Ana Paula Torres. O Império em papel e tinta: impressores ibéricos na época da União das Coroas. Relações Luso-Brasileiras. **Revista Convergência Lusíada**. Rio de Janeiro: Real Gabinete
Português de Leitura, 19, 2002

NEWSON, Linda. Africans and luso-africans in the portugueses lave trade on the upper guinea coast in the early seventeenth century. **The Journal of African History**, vol 53, Março 2012

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África em Perspectiva. Brasília: **Revista Múltipla.** Ano IX. Brasília. V. 10, n. 16, Jun. 2004. HEGEL, Friedrich. **Filosofia da História.** Brasília: UnB, 1995.

OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal, **Cadernos de Estudos Sefardistas** nº 4, 2004.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia hist.** Belo Horizonte, v.28, n. 48, p. 699-723, Dec. 2012.

RAMINELLI, Ronald. Élite negra en sociedad esclavista: Recife (Brasil) c. 1654-1744. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2011.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. "Iberian Expansion and the Issue of Black Slavery: Changing Portuguese Attitudes, 1440-1770". **American Historical Review**. (83/I). 1978. p.12-42.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **As estratégias das ilhas de Cabo Verde ou a "Fresca Serra Leoa":** uma escolha para a política de expansão portuguesa no atlântico. Separata da Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV. 1988. Pág 485-491.

SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, Junho 2014. p. 41-70.

SIEBER, Harry. The Magnificent Fountain: Literary Patronage in the Court of Philip III. In: Cervantes: **Bulletin of the Cervantes Society of America**. 1998, p.85-116.

SOARES, Maria João. Para uma compreensão dos Lançados nos Rios de Guiné- Século XVI-meados do século XVII. **Stvdia**, nº 56/57. Lisboa: CEHCA-IICT. 2000.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640. **American Historical Review,** 112, nº 5, Dez. 2007.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories**:** Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: **Modern Asian Studies** 31. nº 3, 1997.

SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII**). MÉTIS: história & cultura.** V. 10, n. 19. Jan./jun. 2011.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500–1640. **American Historical Review**. December, 2007.

SILVA. Filipa Ribeiro da. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Gorée, Cape Verde and São Tomé, 1590-1670. **International Journal of Maritime History.** vol. 26 no. 3. August, 2014.

TRAJANO FILHO, Wilson. "Uma experiência singular de crioulização". In **Série Antropologia** , n° 343, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. "Ethnicity and National Integration in West Africa". In: **Cahiers d'Etudes Africaines***,* no. 3 (October 1969): 129–138.

ZERON, Carlos Alberto. Pombeiros e tangomaus: intermediários do tráfico de escravos na África. In:. LOUREIRO, R. M.; GRUZINSKI, S. (Coord.). **Passar as fronteiras.** Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999.

4. Artigos Anais de Eventos

DIAS, Eduardo Costa. A identidade Muçulmana Kaabunké – um processo de construção Identitária sui generis na Senegâmbia. In: GONÇALVES (Org.), António Custódio. 2003. **O Islão na África Subsariana**. Papers of VI Colóquio Internacional "Identidades, Poderes e Etnicidades. O Islão na África Subsariana", 2004.

HAIR, Paul. **The abortive Portuguese settlement of Sierra Leone** 1570-1625. In: Africa Encountered: european Contacts and Evidence, 1450-1700, Aldershot, Variorum, 1997

HORTA, José da Silva. "O nosso Guiné": representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII)". **Actas do Congresso Internacional "O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"** (Lisboa, 2-5 de Novembro de 2005, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, organizado pelo Centro de Estudos de História de Além-Mar e pelo Instituto de Investigação Científica Tropical), Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de História de Além-Mar, 2009.

LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos”. In**: Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África**. Lisboa, Linopazes, 1995.

SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel. **Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI** (Cabo Verde, ponto de interceptação de dois circuitos comerciais). IICT Lisboa. 1989. Separata de Dom João II e a Política Quatrocentista Vol. I das Actas do Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua Época”, Porto, 1989.

5. Teses e Dissertações

AIMARA, Francisco. **No rastro do viajante**: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550-1625). Universidade Federal Fluminense. (Tese de Doutorado). 2016.

CABRAL, Iva. **A primeira elite colonial Atlântica** - dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (finais do séc. XV - início do séc. XVII). (Tese de doutorado) Praia: Universidade de Cabo Verde. 2013.

DESTRO, Letícia C F. **Serão todos filhos de Adão?** A invenção da África Negra pelo imaginário cristão a partir da literatura de viagem e cartografia dos séculos XV e XVI. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS (dissertação de mestrado). 2012.

HALL, Trevor. **The role of Cape Verde Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories**, 1441-1616. (Tese de Doutorado). Baltimore: Johns Hopkins University, 2 volumes. 1992.

HORTA, José da Silva. A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). In: **Mare Liberum**, 1991, nº 2, p.209-338.

PAIVA, Daniela R C R. **As descrições da cidade de Lisboa:** escrita, poder e sociedade no Portugal dos Filipes. Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado), 2013.

SANTOS, Vanicléia. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico:** Século XVIII. Universidade de São Paulo. (Tese de Doutorado). 2008.

WHEAT, David. **The afro-portuguese maritime world and the foundations of spanish caribbean society, 1570-1640**. Dissertação de Mestrado: Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University. Nashvile, 2009.